

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Campus de Rio Claro

***O DIREITO À NATUREZA NA CIDADE.
IDEOLOGIAS E PRÁTICAS NA HISTÓRIA***

Wendel Henrique

Orientador: Prof. Dr. POMPEU FIGUEIREDO DE CARVALHO

Tese de Doutorado elaborada junto ao
curso de Pós-Graduação em Geografia – Área
de Concentração em Organização do Espaço,
para obtenção do título de Doutor em
Geografia

Rio Claro (SP)

2004

910h.3 H519c	Henrique, Wendel O direito à natureza na cidade. Ideologias e práticas na história / Wendel Henrique. – Rio Claro : [s.n.], 2004 215 f. : il., quadros, tabs., fots. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas Orientador: Pompeu Figueiredo de Carvalho 1. Geografia urbana. 2. Planejamento urbano. 3. Epistemologia. 4. Urbanismo. 5. Mercado imobiliário. I. Título
-----------------	---

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI – Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP

À

Minha mãe

Leonilde

pela força e exemplo de coragem, determinação e honestidade

Senhora das Tempestades

Manuel Alegre

*Senhora das tempestades e dos mistérios originais
quando tu chegas a terra treme do lado esquerdo
trazes o terremoto a assombração as conjunções fatais
e as vozes negras da noite Senhora do meu espanto e do meu medo.*

*Senhora das marés vivas e das praias batidas pelo vento
há uma lua do avesso quando chegas
Senhora do vento norte com teu manto de sal e espuma
há um poema escrito em páginas nenhuma
quando caminhas sobre as águas Senhora dos sete mares.*

*Conjugação de fogo e luz e no entanto eclipse
trazes a linha magnética da minha vida Senhora da minha morte
teu nome escreve-se na areia e é uma palavra que só Deus disse
quando tu chegas começa a música Senhora dos cabelos de alga
onde se escondem as divindades
trazes o mar a chuva as procelas
batem as sílabas da noite e és tu a voz que dita.*

*Batem os sons os signos os sinais
Trazes a festa e a despedida Senhora dos instantes
com tua rosa dos ventos e teu cruzeiro do sul
Senhora dos navegantes com teu astrolábio e tua errância
Tudo em ti é partida tudo em ti é distância.
Tudo em ti é retorno*

*Senhora do vento com teu cavalo cor de acaso
teu chicote e tua ternura sobre a tristeza e a agonia
galopas no meu sangue com teu catéter chamado Pégaso
Senhora dos teoremas e dos relâmpagos marinhos
Senhora das tempestades e dos líquidos caminhos.
quando tu chegas, dançam as divindades
E tudo é uma alquimia
Tudo em ti é milagre
Senhora da energia*

As Ayabás/Iansã

Caetano Veloso – Gilberto Gil

*Iansã comanda os ventos
E a força dos elementos
Na Ponta do seu florim
Senhora das nuvens de chumbo
Senhora do mundo dentro de mim
Rainha dos raios, rainha dos raios
Rainha dos raios, tempo bom, tempo ruim
Senhora das chuvas de junho
Senhora de tudo dentro de mim
Rainha dos raios, rainha dos raios
Rainha dos raios, tempo bom, tempo ruim
Eu sou o céu para as tuas tempestades
Um céu partido ao meio no meio da tarde
Eu sou um céu para as tuas tempestades
Deusa pagã dos relâmpagos
Das chuvas de todo ano
Dentro de mim, dentro de mim*

Agradecimentos

A Iansã/Oyá... sempre presente em todos os momentos

Ao pessoal de casa
Leonilde, em Rio Claro/SP
Thiago, em Vitória/ES
Luciana, em Vitória/ES
Marcelo, São Paulo/SP

Ao meu orientador, pelas aulas, ajuda, compreensão e dedicação
Pompeu Figueiredo de Carvalho, em Rio Claro

Aos amigos, sempre presentes
Monica, em Jacareí/SP
Paulo, no Rio de Janeiro/RJ
Rafael, no Rio de Janeiro/RJ
Ricardo, em São Paulo/SP
Valéria, em Rio Claro/SP

Pelas contribuições no início e decorrer do trabalho
Horácio Capel, em Barcelona
Hugo Capella, em Barcelona
Iandara Alves Mendes, em Rio Claro/SP
Maria Adélia de Souza, no Brasil
Mônica Arroyo, em São Paulo/SP
Neil Smith, em Nova Iorque
Samira Kahil, em Rio Claro/SP
Vânia Vlach, em Uberlândia/MG

Ao pessoal da Unesp – Rio Claro, por facilitar a vida
Bete, Sueli e Edna, no Deplan
Mônica e Meire, na Biblioteca
Eliana, Mariê, Sandra, Valéria e Cristina, na Secretaria de Pós-Graduação
Rosana, na Secretaria da PG em Geografia

Aos colegas do Programa de Pós-Geografia da Unesp-Rio Claro.
Aos colegas da AGB-Campinas, pela grande escola.
Aos colegas estadunidenses e brasileiros no grande inverno de 2002-2003 em
Pittsburgh/EUA
Aos colegas do Laboratório de Planejamento Municipal – Deplan/Unesp-Rio Claro

À CAPES, pela bolsa.

Na nova etapa da minha vida em Florianópolis/SC

Aos colegas do Departamento de Geografia da UDESC que me receberam tão bem:
Ana, Antônio, Francisco, Graciana, Isa, Lúcia, Márcio, Maurício, Marianne, Ricardo,
Toni.

Aos alunos do PET Geografia e orientandos, pela confiança.

Aos meus amigos pela imensa ajuda no momento da chegada
numa nova cidade:
Rodrigo, Nicole, Mari, Luiza, Marcelo, Roberta, Solange, Thiago e Vanessa.

À Juliana, do Geolab/UDESC,
pelo mapa, fotografia aérea e imagem de satélite de Florianópolis.
Ao Thiago, do PET Geografia/UDESC,
pela revisão gramatical e ortográfica do texto.

Ah, pela trilha sonora,
Cesária Évora
Madredeus
Maria Bethânia
Zizi Possi

E também à Bahia
Por Salvador e por Todos os Santos

Comissão Examinadora

Wendel Henrique

Rio Claro, ____ de _____ de 2004

Resultado: _____

SUMÁRIO

ÍNDICE	ix
LISTA DE QUADROS E TABELAS	xi
LISTA DE FIGURAS	xi
LISTA DE MAPAS	xii
RESUMO	01
ABSTRACT	02
INTRODUÇÃO	03
II - PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS E CONCEITOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	11
PARTE I -A INCORPORAÇÃO DA NATUREZA À VIDA SOCIAL E SUA PERIODIZAÇÃO	28
III - A NATUREZA E O HOMEM	29
IV - O HOMEM E A NATUREZA	51
V - O HOMEM E O TERRITÓRIO	87
PARTE II - A NATUREZA NA CIDADE E SUA APROPRIAÇÃO PELOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS	112
VI - A NATUREZA NA CIDADE	113
VII - A APROPRIAÇÃO DAS IDÉIAS DE NATUREZA PELOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS. A natureza sempre foi bela, mas nunca tão sofisticada.	144
VIII – CONCLUSÕES - O DIREITO À NATUREZA NA CIDADE. Da (des)ideologização da prática para a consciência crítica da praxis na relação com a natureza	187
IX - REFERÊNCIAS	204
X - BIBLIOGRAFIA	209
XI - APÊNDICE – VOCABULÁRIO FILOSÓFICO	211

ÍNDICE

RESUMO	01
ABSTRACT	02
INTRODUÇÃO	03
II - PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS E CONCEITOS	
TEÓRICO-METODOLÓGICOS	11
Emancipação Coletiva e Satisfação Pessoal	12
Trabalho e Produção	14
Ideologia	17
Epistemologia	19
Periodização	22
Periodização das Idéias e Conceitos de Natureza	24
PARTE I - A INCORPORAÇÃO DA NATUREZA À VIDA SOCIAL	
E SUA PERIODIZAÇÃO	28
III - A NATUREZA E O HOMEM	29
3.1 - O PERÍODO CLÁSSICO	29
A Interpretação e Contemplação da Natureza	33
A Criação de uma Segunda Natureza - Marcus Tullius Cícero e os Estóicos	36
3.2 - O PERÍODO TEOLÓGICO	41
Bases Teológicas	42
O domínio do homem sobre a natureza	47
IV - O HOMEM E A NATUREZA	51
4.1 - O PERÍODO DOS DESCOBRIMENTOS	51
O início do período dos descobrimentos	53
A natureza mecanicista	56
A natureza organicista	60
A Época do Homem na História da Natureza	62
4.2 - O PERÍODO DA INCORPORAÇÃO	66
A Incorporação da Natureza pelo Trabalho do Homem	68
A Incorporação Geográfica da Natureza	73
Holanda - a produção de novas terras	78
A Transformação Industrial da Natureza e a Construção Estética	82
V - O HOMEM E O TERRITÓRIO	87
5.1 - UMA NATUREZA TECNIFICADA	94
5.2 - AS REFERÊNCIAS À NATUREZA	101
5.3 - A 'DISNEYFICAÇÃO' DA NATUREZA	105
5.4 - A VALORIZAÇÃO DA NATUREZA	109

PARTE II - A NATUREZA NA CIDADE E SUA APROPRIAÇÃO PELOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS	112
VI - A NATUREZA NA CIDADE	113
6.1 - DO JARDIM FORMAL AO JARDIM INGLÊS – a natureza toma seu lugar na cidade	117
6.2 - A NATUREZA NA CIDADE COMO ATRATIVO IMOBILIÁRIO	127
6.3 - AS FORMAS DO URBANISMO E A QUESTÃO DA NATUREZA NA CIDADE	135
VII - A APROPRIAÇÃO DAS IDÉIAS DE NATUREZA PELOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS. A natureza sempre foi bela, mas nunca tão sofisticada.	144
7.1 - SÃO PAULO – A SOFISTICAÇÃO DA NATUREZA	146
7.2 - MORADIAS, ESCRITÓRIO E CENTROS COMERCIAIS. A natureza vendida em outras localidades no Estado de São Paulo	166
7.3 - A FELICIDADE NÃO TEM PREÇO, TEM ENDEREÇO – FLORIANÓPOLIS/SC	173
VIII – CONCLUSÕES - O DIREITO À NATUREZA NA CIDADE. Da (des)ideologização da prática para a consciência crítica da praxis na relação com a natureza	187
A CRÍTICA – desvelando a ideologia da prática alienada	187
OS PRINCÍPIOS - para uma nova práxis na relação com a natureza. A natureza para o cidadão e não para o consumidor.	191
O PROJETO – Um novo desígnio: repensar a cidade é repensar o lugar da natureza na cidade	193
A AÇÃO – Um parque urbano para o uso coletivo da natureza na cidade	197
IX - REFERÊNCIAS	204
X - BIBLIOGRAFIA	209
XI - APÊNDICE – VOCABULÁRIO FILOSÓFICO	211

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 01 - Esquema da periodização das idéias e conceitos de natureza para o mundo ocidental – uma tentativa	25
Quadro 02 - Caracterização e Evolução das Idéias ao longo dos Períodos	27
Tabela 01 - Empreendimentos Imobiliários na Cidade de São Paulo que fazem relação direta com uma idéia de Natureza	147
Tabela 02 - Empreendimentos Imobiliários na Cidade de Florianópolis	175

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Desenhos rupestres da Serra da Capivara (PI)	30
Figura 02 - Oráculo de Delphi – Grécia	32
Figura 03 – Ilustração imaginária sobre Jardins Suspensos da Babilônia	32
Figura 04 – O Paraíso	43
Figura 05 – Monstro marinho devorando homens	50
Figura 06 - Man and Earth (Homem e a Terra)	52
Figura 07– Litogravura Século XIX – A cachoeira	67
Figura 08 – Uma manufatura em Manchester-Inglaterra no século XIX	72
Figura 09 – Polder van Hilversumse Meent	81
Figura 10 – Planta com a geometria regular dos novos polders na Holanda	81
Figura 11 –A estação espacial MIR em órbita terrestre com a Terra ao fundo	96
Figura 11 – Jardim Geométrico – Holanda Século XVII	121
Figura 12 – Jardins do Palácio de Versalhes	121
Figura 13– Jardim Inglês	124
Figura 14 – Bairro de Barcelona/Espanha	131
Figura 15 – ‘Champs de Mars’ em Paris: um exemplo do modelo ‘Beaux-Arts’	136
Figura 16 – Croqui de Le Corbusier para o Plano Voisin	140
Figura 17 – Fachada de um prédio para Le Corbusier	140
Figura 18 – Helbor Grand Palais	151
Figura 19 – Empreendimento Benne Vivaz, no Mandaqui	152
Figura 20 – Exemplo de um croqui de localização – Grand Jardins de France	153
Figura 21 - Villagio Panamby – Vila Andrade -São Paulo	155
Figura 22 – Como seria a vista de um apartamento no Villagio	156
Figura 23 – Alive Morumbi e seu Bosque	158
Figura 24 – Os verdadeiros vizinhos do empreendimentos	160
Figura 25 – Mustique: Le paradis est ici	161
Figura 26 – Camp Life – Vila Olímpia	162
Figura 27 – Shopping Parque Dom Pedro em Campinas	169
Figura 28 – Parque Linear Ribeirão das Pedras	169
Figura 29 – Parque Linear Ribeirão das Pedras	170
Figura 30 – Parque Linear Ribeirão das Pedras	170
Figura 31 –Jurerê Internacional – Florianópolis	176
Figura 32 – Aspectos das construções em Jurerê Internacional	178
Figura 33 – Problemas do planejamento de Jurerê	180
Figura 34 – O Parque linear de Jurerê Internacional	180

Figura 35 – Panfleto de propaganda de um loteamento em Florianópolis	181
Figura 36 – Venha morar junto à Natureza	186
Figura 37 - Ponta do Goulart, Florianópolis/SC	199
Figura 38 – Vista do Morro da Cruz a partir da Ponta do Goulart	199
Figura 39 - Vista da Agrônômica a partir da Ponta do Goulart	199
Figura 40 – Croqui do Parque Urbano da Ponta do Goulart	201

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Mapa de localização do empreendimentos imobiliários em São Paulo/SP	149
Mapa 02 – Mapa de localização do empreendimentos imobiliários em Florianópolis/SC	176

RESUMO

As técnicas, a produção, as indústrias e a cultura, possibilitam a incorporação da natureza à vida social dos homens. Essa proximidade com a natureza instiga a se pensar cada vez mais seus conteúdos e limites. Nesta direção, realizou-se na primeira parte deste trabalho uma leitura epistemológica de conceitos e idéias de natureza e o processo de inserção da natureza à vida social, bem como sua mercantilização e as relações da sociedade com o território, onde está incluída a natureza humanizada. Na segunda parte buscou-se demonstrar uma das formas de apropriação de idéias de natureza no período histórico atual, através de empreendimentos imobiliários, localizados principalmente nas cidades de São Paulo/SP, Campinas/SP e Florianópolis/SC. A apropriação e a produção da natureza têm como objetivo a valorização destes referidos empreendimentos, como, por exemplo, atrelando-os à uma idéia de natureza ‘sempre verde e tranqüila’ em plena metrópole paulista. A contradição se insere justamente na venda de uma idéia que não condiz com os aspectos reais das cidades ou com a prática de construção desses empreendimentos. Através da análise de sítios da internet especializados em vendas de imóveis e nos cadernos dos jornais impressos, observa-se o aumento significativo dos empreendimentos que usam a “propaganda verde”. Constata-se uma proliferação de nomes como: jardim, parque, vila, reserva, bosque – ,com o agravante do uso em outros idiomas: park, jardin, garden, villagio, etc. Desta forma, buscou-se, através de uma visão crítica, suplantando essa ideologia que penetra tais empreendimentos, demonstrando que a natureza na cidade é produto da ação social e histórica do homem, as quais, atualmente estão repletas das intencionalidades capitalistas. Também há uma preocupação na superação da utilização da natureza como um processo de satisfação individual, atrelado ao consumismo, chegando-se a um processo de ação e uso da natureza como uma forma de emancipação coletiva, constituindo, no mundo atual, um direito à natureza na cidade para todos os seus habitantes.

Palavras-chave: Natureza; Cidade; Epistemologia; Empreendimentos Imobiliários

ABSTRACT

The techniques, the production, the industry and the culture allow an incorporation of nature into social life. This proximity takes us to think more and more the contents and limits of nature. In this way, the first part of this work is an epistemological view of ideas and concepts of nature and the process of incorporation of nature in the social life, the transformation of nature into a merchandise and the relations between man and territory, where is included the social nature. In the second part, we try to demonstrate an example of the appropriation of nature nowadays, by real estate enterprises, mainly in the cities of São Paulo/SP, Campinas/SP and Florianópolis/SC. The objective of these referred enterprises, appropriating and producing the nature – material and ideologically, is the valorization of their products. They sell an idea of nature 'always green and peacefully'. The contradiction is exactly the sale of an idea that is not real in those cities or with the building process of those buildings and condominiums. Through the analysis of Internet sites and newspapers specialized in the real estate announces, we observe a significant and massive use of nature by real estate propaganda. An explosion of names as: garden, park, village, forest - with an added difficulty: their variations in French, English and Italian and not Portuguese. So, with a critical approach, we try to supplant this ideology that penetrates such real estate enterprises, demonstrating that nature in the city is a product of the man's social and historical action, currently, more and more, replete of the capitalist rationality. We expect to surpass a process of self-satisfaction with the nature in the city, recovering an ideal of collective emancipation, building another relation with the nature in the city, where the nature is a collective wealth.

Key words: Nature; City; Epistemology; real estate enterprises

INTRODUÇÃO

"A pedra, a planta, o animal são, quando eles começam, o que ele podem ser, e não que eles podem vir a ser. Homem, por outro lado, não tem, quando ele começa a existir, nenhuma imagem prefixada ou imposta, mas pelo contrário, ele carrega consigo – predeterminada e imposta - a liberdade para escolher o que irá ser. E isto dentro de um vasto horizonte de possibilidades. O poder de escolher, o qual no universo do ser é seu privilégio, tem ao mesmo tempo a natureza de uma sentença e um trágico destino, pois ele é forçado a selecionar a sua própria maneira de ser e ele também é condenado à responsabilidade por ser ele mesmo - uma situação pela qual não passa a pedra, a planta ou o animal"¹.

Ortega y Gasset, 1973

O mundo se apresenta como um mundo de possibilidades e escolhas, onde cada um define a busca de seus próprios caminhos, os quais muitas vezes, vão sendo vislumbrados a partir de vivências, inquietações e problemas. O mesmo se configura no mundo das idéias, no qual uma vasta gama de possibilidades vai sendo produzida, pensada, aplicada, transformada, mudada; idéias e conceitos inováveis, aceitáveis, rechaçáveis, conservados ou alterados. Foi nesse universo de possibilidades que surgiu a inquietação ou a dúvida a respeito da idéia de natureza vendida pelos empreendimentos imobiliários urbanose que se estruturou uma busca por um caminho, um estudo, uma pesquisa sobre os conteúdos e limites da natureza nas cidades.

A cidade, grande realização humana, artefato por excelência e aparente negação da natureza, torna-se o local principal para observação de uma nova relação, mitológica, capitalista e midiática, do homem com a natureza. A natureza, metáfora ou metonímia, que já havia sido reificada e incorporada à vida social, ao longo da história do homem, é apropriada e até mesmo produzida, com o objetivo

¹ Neste trabalho as citações em língua estrangeira foram traduzidas pelo autor no corpo do texto e o original aparece na íntegra e no idioma original nas notas de rodapé.

"The stone, the plant, the animal are, when they begin, whatever they can be, and therefore what they are going to be. Man, on the other hand, has when he begins to exist, no prefixed or imposed image of what he is going to be, but, on the contrary, he carries with him - predetermined and imposed - the freedom to choose what he is going to be. And this within a wide horizon of possibilities. The power to choose, which, in the universe of being is his privilege, has at the same time the Nature of a sentence and a tragic destiny, for as he is forced to select his own manner of being he is also condemned to the responsibility for being himself - a situation which does not confront the stone, the plant, or the animal." (Ortega y Gasset, 1973:12)

de valorização monetária de objetos/mercadorias nos mais variados segmentos da produção e dos serviços.

O geógrafo americano Neil Smith (1984), escrevendo sobre o aparente ‘absurdo’ de uma idéia da produção da natureza pelo homem², afirma que “*a natureza geralmente é vista como sendo precisamente aquilo que não pode ser produzido; é a antítese da atividade produtiva humana. (...) Todavia, com o progresso da acumulação de capital e a expansão do desenvolvimento econômico, esse ‘subtractum’ material torna-se cada vez mais o produto social, e os eixos dominantes de diferenciação são, em sua origem, crescentemente sociais. Em suma, quando esta aparência imediata da natureza é colocada no contexto histórico, o desenvolvimento da paisagem material apresenta-se como um processo de produção da natureza (p.01)*”. Neste trabalho partilha-se da idéia de Smith (op. cit.) da produção da natureza pela sociedade no momento histórico atual e da necessidade de se renovar às idéias e conceitos de natureza.

A natureza, material e simbolicamente, incorpora-se à esfera de um mundo capitalista, de uma racionalidade instrumental e da criação de um conjunto de necessidades que parecerem ser naturais ao homem, mas que se constituem apenas em mais possibilidades de consumo³. Marx (1962:144), criticando a transformação da natureza em mercadoria e sua apropriação pelos capitalistas, escreve que **“todo produto é uma isca por meio da qual o indivíduo tenta apanhar a essência da outra pessoa, o dinheiro dela”⁴**.

A natureza, como parte do espaço geográfico, como elemento do território usado, é incorporada e produzida como objetos e idéias, transformada em recurso pela valorização do espaço e um intenso uso do território. Esse denso e utilizável espaço geográfico, conectando Homem e Natureza, Técnicas e Cultura, pode

² Ao longo de todo o trabalho utiliza-se o conceito de ‘homem’ como sujeito social. Assim, pode-se utilizar homem como sinônimo de sociedade.

³ Para Marx (1962:60-61), “no mundo alienado do capitalismo as necessidades não são manifestações de poderes latentes do homem, isto é, elas não são necessidades humanas; no capitalismo, cada homem especula sobre como criar uma nova necessidade em outro homem a fim de forçá-lo a um novo sacrifício, colocá-lo em uma nova dependência, e incitá-lo a um novo tipo de prazer e, por conseguinte, à ruína econômica. Todos tentam estabelecer sobre os outros um poder estranho para com isto lograr a satisfação de sua necessidade egoísta”.

⁴ grifo do autor

resultar em mentiras funcionais, definidas e criticadas definidas e criticadas por Santos (1982:25), pois toda a natureza, congelada no senso comum como paisagem, tende a ser transformada em cartões postais e em fetiche. Esta natureza artificial, enquanto produto da ação humana, e de mentira, no sentido de não possuir uma identidade local e sim ser um padrão, se encontra hoje compromissada com uma felicidade capitalista. Uma natureza carregada de ideologia que não mostra toda a história da sua construção social, uma natureza ideologizada que busca apagar as diferenças entre classes, fornecendo um ‘sentimento da identidade social’ a partir de referências coletivas, como explica Chauí (1984).

Segundo Lefebvre (1969:62) *“torna-se assim, a ideologia desta sociedade:, cada ‘objeto’, cada ‘bem’ se desdobra numa realidade e numa imagem, fazendo esta parte essencial do consumo. Consomem-se tantos signos quanto objetos: signos da felicidade, da satisfação, do poder, da riqueza, da ciência, da técnica, etc. A produção desses signos se integra na produção global e desempenha um papel integrador fundamental em relação às outras atividades sociais produtivas ou organizadoras. O signo é comprado e vendido; a linguagem torna-se valor de troca”*⁵.

Hoje, a natureza, idéia e objeto, capitalizada e mercantilizada, tem seus consumidores e clientes, pessoas que por ela transitam, passam, viajam, comprando-a e consumindo-a, literal ou metaforicamente falando, como símbolo, imagem, ícone, poder ou *status*.

Nas grandes cidades, lugares altamente tecnificados e artificializados, frutos da ação humana, a presença de uma **natureza natural** torna-se muito distante, tornando-se necessário, desta forma, a produção de um sistema de idéias e símbolos que tragam a imagem dessa natureza natural para a cidade e, até mesmo, que se produza uma natureza padronizada e adequada aos padrões urbanos. Além disso, a **natureza material**, efetivamente incorporada e produzida, enclausurada nas propriedades imobiliárias privadas, terá seu acesso definido de maneira desigual,

⁵ Como este trabalho está fundamentado na análise de idéias torna-se imprescindível o recurso de citações longas, para diminuir as possíveis incorreções da interpretações.

entre, por exemplo, os empreendimentos de alto padrão e os condomínios habitacionais de baixa renda.

Observa-se hoje um urbanismo preocupado com o mercado imobiliário. Segundo Lefebvre (1969:28), “o projeto dos promotores de venda se apresenta como ocasião e local privilegiado: lugar da felicidade numa vida quotidiana miraculosamente e maravilhosamente transformada”.

O cotidiano nos condomínios atrelados a uma idéia de natureza aparece como uma história de crianças e a materialização da felicidade num endereço. De acordo com Lefebvre (1969:29), a “ideologia da felicidade através do consumo, a alegria através do urbanismo adaptado à sua nova missão. Esse urbanismo programa uma quotidianeidade geradora de satisfações”.

Na hipótese adotada neste trabalho, a ação humana sobre a natureza irá internalizar as contradições entre os projetos de **emancipação coletiva** e de **satisfação pessoal**. A Emancipação pressupõe Cooperação e a Satisfação implica na Competição entre os homens e entre estes e a natureza, ou o território. Uma das questões centrais na relação entre emancipação e satisfação é a constatação, no período atual, da ascensão da realização pessoal para se entender o valor da natureza. Também se pode, a partir da idéia de ‘apropriação justa’ desenvolvida por Harvey (1973), pensar uma apropriação da natureza dentro de um projeto de emancipação coletiva. Desta forma, não deve ser caracterizada como uma forma de exploração, uma vez que o que é apropriado, a natureza, é posto para o benefício coletivo.

A apropriação de idéias de natureza pelos empreendimentos imobiliários e a substituição de um projeto de emancipação coletiva pela satisfação individual são pura ideologia⁶, e como explica Chauí (1984:120), “*a ideologia fabrica uma história imaginária (aquela que reduz o passado e o futuro às coordenadas do presente), na medida em que atribui o movimento da história a agentes ou sujeitos que não podem realiza-lo*”. Ou seja, o papel da ideologia, nesta relação entre cidade

⁶ Outras abordagens do conceito de ideologia podem ser encontradas nas obras de Antonio Carlos Robert de Moraes, Michel Löwy e Lênin.

e natureza observada nos empreendimentos imobiliários é a negação de toda as conquistas dos homens perante a natureza, é um retorno a uma natureza romântica e primitiva, mas que esconde sob estas ilusões uma natureza altamente tecnificada e acrescida de instrumentos técnicos para propiciar o conforto na vida individual.

Assim, tornou-se fundamental e necessário resgatar a história das relações entre a sociedade e a natureza, os sistemas de idéias e conceitos elaborados ao longo do tempo, para esclarecer a história que a ideologia esconde e mascara nos empreendimentos imobiliários. Partiu-se de uma busca por uma história das idéias e conceitos de natureza, principalmente a contribuição da geografia, possibilitando o resgate do processo de transformação, incorporação e produção da natureza pelo homem, constituindo-se no alicerce teórico-conceitual para desvelar a natureza encontrada, física ou simbolicamente, nas cidades. Inicia-se o desvelamento desta problemática a partir de uma postura epistemológica das idéias e conceitos de natureza, uma vez que, de acordo com Bachelard (1983:112), *“o conhecimento tem uma história. Com efeito, a história humana pode bem, em suas paixões, em seus preconceitos, em tudo o que suscita impulsos imediatos, ser um eterno recomeço; mas há pensamentos que não recomeçam; são aqueles que foram retificados, ampliados, completados”*. Este é o caso dos pensamentos, das idéias e dos conceitos de Natureza, que surgiram a partir das relações que as sociedades e os homens constituíram na sua história.

Já Lenoble (1969:183), escrevendo sobre as idéias de natureza no curso da história do pensamento humano, afirma que *“como todas as palavras que designam uma idéia muito geral, a palavra Natureza parece clara quando a empregamos mas, quando sobre ela reflectimos, parece-nos complexa e talvez mesmo obscura”*. O mesmo autor (op. cit.:199), afirma ainda que tem *“a impressão de que, na nossa época, as coisas se encontram ainda extremamente baralhadas no nosso espírito, sem que disso demos conta. E, se quisermos evitar esta confusão, temos que começar por aperceber-nos de que ela existe. Empregamos a mesma palavra para designar a Natura rerum, o conjunto das coisas que existem, e essa característica que particulariza cada uma dessas coisas, 'a sua natureza'; a mesma palavra para definir o estudo do físico, do biólogo ou do químico e essa regra suprema dos*

costumes a que chamamos o direito natural ou a lei natural; a mesma palavra para recomendar um produto ou um remédio que dizemos 'naturais' e para deixar ao sonho toda a sua liberdade no sentimento da Natureza, a Einfühlung⁷ da estética alemã.”

Cabe, neste momento, fazer uma consideração importante: na busca pela história da produção de idéias e conceitos de natureza, procurou-se limitar a abordagem na contribuição da Geografia para esta temática. Mesmo com este campo de atuação delimitado numa disciplina, buscaram-se outras leituras em diferentes campos do conhecimento, principalmente na filosofia. Entretanto, estas leituras foram feitas tendo um olhar e interpretação geográficos, pois a proposta, desde o início, não foi a realização de uma filosofia da natureza. O se busca é uma interpretação geográfica das idéias e conceitos de natureza produzidos ao longo da história das idéias e da prática humana visando a dissipação da ideologia que dificulta a compreensão do processo de apropriação destas idéias nos empreendimentos imobiliários urbanos, no momento histórico atual.

A partir desta constatação, salienta-se que este trabalho não é uma busca pela definição do que é natureza, um conceito fechado, mas sim uma busca pelos conteúdos que preenchem as idéias e conceitos sobre a mesma, tanto ao longo da história e como em nossos dias. Em todos os períodos da história da humanidade, a forma de relações, quer sejam entre a natureza e o homem, entre o homem e a natureza ou entre o homem e o território (aí inserida a natureza), tem vínculos com as idéias e práticas que se estabelecem.

Para compreender melhor todos esses processos envolvendo a Cidade, a Natureza e os Empreendimentos Imobiliários, dividiu-se este trabalho em duas partes. A primeira, relativa ao estudo epistemológico e a periodização das idéias e conceitos de natureza, compreende os capítulos III, IV e V. A segunda, relacionada à especificidade da natureza na cidade e sua apropriação pelos empreendimentos imobiliários, está apresentada nos capítulos VI, VII.

⁷ Einfühlung: compreensão, entendimento, compenetração, empatia. Corrente da fenomenologia alemã.

No **capítulo II, “Método e Periodização das Idéias de Natureza”**, constitui-se no embasamento metodológico da pesquisa elaborada e apresenta uma proposta de periodização das idéias de natureza para o mundo ocidental.

A primeira parte se inicia no **capítulo III “A Natureza e o Homem”**, marcando um primeiro período em que as condições colocadas pela natureza eram mais fortes que a ação do homem. Dentro desse período, encontram-se duas divisões: um Período Clássico e um Período Teológico, onde as fontes de informações foram, respectivamente, os Filósofos Estóicos e a Bíblia.

No **capítulo IV, “O Homem e a Natureza”**, assinala-se mudança na posição do homem frente a natureza, quando os homens passam a superar os condicionamentos impostos pela natureza. Nesse momento das relações entre o Homem e a Natureza define-se outros dois períodos: o terceiro denominado como Período dos Descobrimentos e o quarto como Período da Incorporação. A bibliografia chave para entendimentos destes períodos é Francis Bacon, Emmanuel Kant, Conde Buffon, Karl Marx, Friedrich Engels, George Marsh e Élisée Reclus.

Já o terceiro capítulo da primeira parte, o **capítulo V, “O Homem e o Território”**, trata da apropriação da natureza pela sociedade. A natureza é incorporada ao território, passando a ser um elemento do espaço produzido e usado. Define-se este período como Período da Produção [da Natureza] e as referências fundamentais são Milton Santos, David Harvey e Neil Smith.

A segunda parte desta tese se inicia no **capítulo VI “A Cidade e a Natureza”**, no qual será abordada a aproximação entre a cidade e a natureza na história do urbanismo e também pela mercantilização da natureza na cidade no período atual.

O **capítulo VII, “A apropriação da natureza pelos empreendimentos imobiliários urbanos”**, focaliza alguns estudos de caso que foram observados ao longo da pesquisa, com especial detalhamento daqueles encontrados nas cidades de São Paulo e Campinas/SP.

As proposições e as sínteses da base teórica do trabalho aos estudos de caso, se constituem no conteúdo das **Conclusões**, um capítulo denominado **“O Direito à Natureza na cidade. Da (des)ideologização da prática para a consciência crítica da praxis na relação com a natureza”**. Nesse capítulo se recupera a idéia da extensão da natureza a toda cidade e não seu enclausuramento nos condomínios de alto padrão.

II - PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS E CONCEITOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Filosoficamente, define-se método como visão de mundo, pois, ainda com Ortega y Gasset (1971), “não pode meu pensamento copiar a realidade, recebê-la em si, se esta por sua vez não se assemelha a meu pensar”.

Quando o objetivo é uma busca pelas idéias e conceitos de natureza o método empregado deve, segundo Lefebvre (1995), permitir penetrar sob as aparências - que são a marca do mundo atual - explicando e refletindo sobre seu conteúdo mais profundo, sua essência. Para Kosik (1976:15-16), *“a dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a 'coisa em si' e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade. Por isto, é o oposto da sistematização doutrinária ou da romantização das representações comuns”*.

Para Garaudy (1967:100), a dialética é uma tentativa de racionalizar a complexidade da realidade do mundo, em alguns de seus aspectos mais difíceis de serem explicados, como o movimento, a contradição e a totalidade. “Pelo simples fato que se aplica ao mundo real, de que dele parte e esforça-se dele dar conta e não de impor-se como um *a priori*, essa dialética é necessariamente aberta, sempre inacabada. Não haveria sentido em haver filosofia acabada em um mundo não acabado”.

Na Geografia, o método dialético vem sendo empregado mais efetivamente a partir da década de 70. Santos (1981), faz algumas considerações a respeito da contribuição marxista para a Geografia, que se buscou incorporar neste trabalho, tais como por exemplo:

- a necessidade do trabalho empírico como um trabalho teórico-empírico;
- o policiamento contra o tratamento das categorias marxistas de maneira dogmática;
- o não congelamento de categorias e conceitos;

- o entendimento da totalidade como o *“instrumento de conhecimento do real-individual-concreto, isto é, da coisa individual; que a dialética seja o meio de chegar a reconstrução da gênese e, desse modo, apontar para o futuro; que seja o contexto, e não as relações de causa e efeito, o guia na reconstituição da geração dos fenômenos; que o tempo e espaço não apareçam como categorias isoladas, nem se separe a essência do processo, da função e da forma.”* (Santos: 1981:135)

A partir da definição do método dialético como a visão de mundo empregada neste trabalho, cabe detalhar alguns pressupostos conceituais que foram selecionados e que nortearam a abordagem elaborada, tais como: Emancipação Coletiva, Satisfação Pessoal, Trabalho, Produção e Ideologia.

Emancipação Coletiva e Satisfação Pessoal

Na hipótese adotada neste trabalho, a ação humana sobre a natureza irá internalizar as contradições entre os projetos de emancipação coletiva e de realização pessoal ou satisfação individual. A Emancipação pressupõe Cooperação e a Satisfação implica na Competição entre os homens e entre os homens e a natureza, ou com o território.

A questão central nesta relação entre emancipação e realização é a constatação, no período atual, da ascensão da realização pessoal na definição do valor da natureza. À doutrina cristã de dominação da natureza; às idéias Iluministas de dominação, controle e humanização da natureza; às contribuições de Descartes, Bacon e Marx para o entendimento material da natureza. Harvey (1996) acrescenta a dissociação entre o homem e a natureza tanto como uma chave para desvendar os segredos da natureza como para facilitar a emancipação e a realização pessoal, bem como a perda de contato com a natureza após o século XIX, ou o desencantamento do mundo.

Harvey (1996), retoma a idéia de Marx, da emancipação coletiva como o par dialético da realização pessoal - *self-realization* – sendo algo, portanto, inseparável mas freqüentemente contraditórios. “A meta de Marx era a emancipação espiritual do homem, sua libertação dos grilhões do determinismo econômico, sua reintegração com ser humano, sua aptidão para encontrar unidade e harmonia com seus semelhantes e com a natureza.” (Fromm, 1962:15)

Nesta relação entre emancipação e satisfação, Harvey (1996) cita um exemplo. A transformação ou humanização da natureza através do paisagismo/jardinagem. O jardim particular torna-se um dos meios privilegiados para a satisfação individual do morador das residências particulares. A jardinagem resgatando a idéia de que a realização pessoal poderia ser apenas alcançada pela liberação dos sentidos humanos em experiências sublimes e transcendentais, como no caso na construção, tratamento e contato com o jardim residencial.

A constatação da instalação do consumo como a possibilidade de satisfação individual em todas as esferas da vida social é a grande perversão do período atual que tem o poder de transformar o cidadão em consumidor. Segundo Santos (2000a, p.17), vê-se uma glorificação do consumo na mesma proporção de uma glorificação do individualismo cruel e opressor, que destrói os traços da individualidade, da personalidade, levando assim, a uma padronização do consumo, dos desejos, dos ideais, a uma perda da diversidade que é uma das riquezas da vida em sociedade. Esta constituição de um individualismo exacerbado irá produzir uma dependência do consumidor ao novo mundo dos objetos, o que “*limita sua vocação para obter uma individualidade e reduz a possibilidades dos encontros interpessoais diretos e enriquecedores, porque simbólicos em sua própria origem. A comunicação entre as pessoas é freqüentemente intermediada por coisas. (...) A socialização capitalista, originária da divisão de trabalho que a monetarização acentua, impede movimentos globais e um pensamento global. A reinvidicação de uns não raro representa um agravo para o outro. A força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos, quando apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une*”.

Numa visão emancipatória no momento histórico atual, o homem, segundo Santos (1979:291), deve colocar a produção a serviço da humanidade, do coletivo, sendo *“necessário, antes de tudo, que a idéia de produtividade econômica ceda lugar a idéia de produtividade social. As tecnologias teriam então um papel subordinado. O crescimento não teria sentido se não estivesse a serviço de todos. A procura do lucro apagar-se-ia diante das preocupações com a equidade. O consumo não seria mais comandado pelas necessidades do aparelho produtivo, mas este seria ordenado em função de um consumo cuja definição coincide com o bem estar coletivo”*.

Assistir-se-ia, segundo Santos (1997), a instauração de um Período Popular na História, que pode ser lido de acordo a abordagem da emancipação coletiva. Neste processo torna-se fundamental uma desfetichização do homem, entendido como o ato de revalorização do próprio homem e de seu trabalho, apagando qualquer traço dos símbolos que escondam a riqueza de sua ação. Não considerando o homem apenas como um valor de troca, partindo, portanto a uma desfetichização do homem e do espaço e uma ‘desnaturalização’ dos processos sociais.

Trabalho e Produção

As idéias e conceitos de natureza em Marx irão ser fundamentais para o entendimento do tema aqui trabalhado, bem como na tentativa de explicação dos usos e conteúdos que tem sido atribuído a idéia de natureza no período atual. Nas obras de Karl Marx a natureza aparece como sinônimo de: matéria, natureza, substância natural, coisa natural, objetos externos sensíveis, terra, momentos existenciais objetivos do trabalho, condições objetivas do trabalho. A natureza é, para Marx, um momento da *praxis* humana e ao mesmo tempo a totalidade do que existe. A concepção de natureza, teórica e prática, está muito atrelada a conceitualização sobre o trabalho e a produção.

O trabalho do homem é a forma de mediação, na concepção marxiana, entre a sociedade e a natureza, sendo fundamental na manutenção da vida humana e a na sua continuidade. O trabalho como atividade humana se dá sobre uma base material

sobre um sólido que é a natureza. *“Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais”* (Marx, 1980:202).

Para Marx, a natureza sem a mediação do trabalho, sem a presença e vida que lhe é conferida pelo homem, é em si apenas um substrato material. Segundo Marx (1980:79), *“é evidente que o ser humano, por sua atividade, modifica do modo que lhe é útil a forma dos elementos naturais. Modifica, por exemplo, a forma da madeira, quando dela faz uma mesa. Não obstante a mesa ainda é madeira, coisa prosaica, material. Mas, logo que se revela mercadoria, transforma-se em algo ao mesmo tempo perceptível e impalpável.”*

Desta forma, no pensamento marxiano, o homem reproduz a sua vida sempre em constante contato com a natureza, e transformam esta natureza, bem como as formas das substâncias naturais, de acordo com as necessidades que vão sendo colocadas e também atreladas ao conhecimento que vão adquirindo sobre ela comunicação com a natureza. O domínio da natureza na vida cotidiana tem como pressuposto o conhecimento dos processos naturais e este conhecimento é constituído na transformação prática do mundo.

Entretanto, esta transformação que o homem opera na natureza, a produção de uma segunda natureza, é um processo dialético onde esta natureza transformada também pode retornar ao seu estado primitivo. *“Uma máquina que não serve no processo de trabalho é inútil. Além disto, deteriora-se sob a poderosa ação destruidora da natureza. O ferro enferruja, a madeira apodrece. Fio que não se emprega na produção de tecido ou malha, é algodão que se perde. O trabalho vivo tem que se apoderar dessas coisas, de arrancá-la de sua inércia, de transformá-las*

de valores de uso possíveis em valores de uso reais e efetivos”. (Marx,1980:207)

A natureza, mesmo que apresente condições, parece não impedir ao homem o progresso de sua ação sobre a mesma, fazendo que o trabalho penetre nas mais diversas esferas da natureza, em muitos casos enganando a nossa própria percepção. *“Animais e plantas que costumamos considerar produtos da natureza são possivelmente não só produtos do trabalho do ano anterior, mas, em sua forma atual, produtos de uma transformação continuada, através de muitas gerações, realizada sob controle do homem e pelo seu trabalho”* (Marx, 1980:206). Além isto, numa crítica aos que ainda pregam uma natureza primitiva, romântica e idealizada, Marx & Engels (1980), afirmam que o primado da natureza anterior não deixa existir, mas a natureza dos idealistas românticos não existe mais, salvo em alguns atóis na Austrália.

Além disto, a natureza também será engolida pelo processo de consumo. Para Marx, (Grundrisse, apud Duarte, 1986), *“o capital cria pela primeira vez a sociedade burguesa e a apropriação universal tanto da natureza quanto das próprias conexões pelos membros da sociedade (...). A natureza tornou-se pela primeira vez puro objeto para o homem, pura coisa de utilidade; cessa de ser reconhecida como uma potência em si mesma; e o conhecimento teórico de suas leis autônomas surge ele próprio como astúcia para submetê-lo aos carecimentos humanos, seja como objeto de consumo, seja como meio de produção”*.

Já Santos (1978a, p.216), afirma que *“o domínio da produção é hoje uma arena onde o ideológico procura impor-se cada vez mais brutalmente como uma necessidade de sobrevivência do sistema. Desde que o ato de produzir também é o ato de produzir espaço, a gênese deste se realiza sob o signo da ideologia, desde que a criação mercantil do espaço é em si mesma um jogo especulativo, um ato enganador. O marketing do espaço impõe o engano como se fosse a verdade”*.

De acordo com Santos (1997, p.24) a *“expressividade da forma veio chocar-se com dois inimigos principais: os modelos universais e a semantização universal. Trata-se de fato, de processo e resultado, tendo como causa motriz a necessidade de transformar tudo em valor de troca. (...) É o objeto manufaturado, carregado de*

significações 'atribuídas', falseado por uma significação das coisas para além das próprias coisas, é a arquitetura como mass media, prenhe de intencionalidades e simbolismo". Neste mundo do consumo, a produção da natureza vincula-se a instauração de um modelo de produção de objetos associados a uma economia capitalista, criando um mundo de objetos prenhes de intencionalidades e significações. Além disto, esta produção de objetos passa a se dar em escala mundial.

Ideologia

Chauí (1984:113) define ideologia como o *“um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer”*. Uma das conseqüências da ideologia é o ocultamento da realidade social, é um meio de legitimação das diferenças e contradições entre classes sociais. A ideologia, de acordo com Marx (18º Brumário), explica que a ideologia busca uma inversão na relação das idéias com a realidade, fazendo com que idéias dominantes ou que são elaboradas para mascarar a realidade se imponham sobre o real. *“(...) como as contradições reais permanecem ocultas (são as contradições entre as relações sociais), parece que a contradição real é aquela entre as idéias e o mundo”*. (Chauí, 1984:66)

A ideologia está ligada diretamente à alienação, à ignorância das reais forças que produzem a ideologia ou que produzem as necessidades e as mercadorias. *“(...) o que faz da ideologia uma força quase impossível de ser destruída é o fato de que a dominação real é justamente aquilo que a ideologia tem por finalidade ocultar.”*

Assim, as ideologias se tornam aspectos da vida social na qual a realidade subjugada e colocada de lado em detrimento de uma noção invertida da ‘verdade’, fruto da ação de forças ‘acima’ dos homens – a natureza, Deus, o Estado.

Sobre o papel da ideologia, Chauí (1984:87/88) destaca:

- “fazer com que os homens creiam que tais idéias representam efetivamente a realidade”;
- “fazer com que os homens creiam que essas idéias são autônomas (não dependem de ninguém) e que representam realidades autônomas (não foram feitas por ninguém)”.

A ideologia é uma ilusão no sentido de que visa mascarar e não propiciar o questionamento da realidade da produção das idéias ou negar a forma de constituição daquilo que se chama realidade – apaga o sistema de idéias na qual as coisas são produzidas.

No caso do estudo realizado sobre a natureza e os empreendimentos imobiliários, observa-se o uso da ideologia para dominar os compradores de uma idéia de vida confortável dentro da natureza, sem que estes, dominados, percebam que esta natureza vendida não passa de uma mentira, um engodo.

Estes empreendimentos transformam, desta maneira, a natureza numa ‘coisa-mercadoria’, onde estas passam a ter seu valor definido em função das ideologias impregnadas em seu conteúdo e aparência, “*como se fossem sujeitos sociais dotados de vida própria (um apartamento estilo ‘mediterrâneo’ vale um ‘modo de viver’, um cigarro vale ‘um estilo de vida’, um automóvel zero km vale ‘um jeito de viver’, uma bebida vale ‘a alegria de viver’, uma calça vale ‘uma vida jovem’, etc.,etc.).*” (Chauí, 1984:57)

Para Santos (2000b), todo um mundo de objetos passa a ser produzido seguindo os ditames de uma ideologia, mais ou imperceptíveis aos olhos incautos. ‘Somos cercados por coisas que são ideologias, mas que nos dizem ser a realidade. (...) É preciso desmontar essa ideologia. Primeiro desfazê-la na idéia, por meio da análise” (p.9). Segundo Santos (1999, p.101) “a ideologia produz símbolos, criados para fazer parte da vida real, e que freqüentemente tomam a forma de objetos”.

Num primeiro momento da relação que estabelece entre a ideologia e a natureza nos empreendimentos é a do fetiche, num sentido quase religioso, definido

por Chauí (1984), como uma ‘coisa que existe por si’. O segundo momento, marca a dominação das pessoas, e a ideologia da vida na natureza se transforma num poder sobre os adoradores (da mercadoria) da natureza e da vida confortável e segura no seu interior. “O mundo se transforma numa imensa fantasmagoria”. (Chauí, 1984:57)

Este poder define-se pela situação econômica do grupo social – no caso, dos proprietários dos imóveis – numa forma de manutenção de seu poder político, cultural, um símbolo de status. A definição da natureza na cidade como uma mercadoria destinada a ratificar esta ideologia dominante implica a exclusão das classes economicamente inferiores do acesso à vida com a natureza. Legitima-se no mundo da ideia a dominação ou a manutenção de privilégios. Enquanto as classes dominantes vivem com sua natureza enclausurada e controlada em seus jardins, nos bairros dos excluídos observa-se a natureza relegada ‘ao mato’ ou ‘as enchentes’ e, em muitos lugares, a total falta de qualquer natureza.

Epistemologia

Ortega y Gasset (1973) explica as maneiras para que se penetre em algum assunto, ideia ou conceito, através do exemplo de uma folha. Se o objetivo é saber o que uma folha é e, se ela for observada, irá rapidamente se notar que a ideia prévia sobre a folha não coincide com a folha real, pela simples razão que não se pode determinar onde a coisa que está se chamando de folha termina e onde outra coisa começa. Descobre-se, de fato, que a folha não termina em si mesmo, mas continua no ramo, e o ramo por sua vez continua no caule e o caule nas raízes. A folha, então, não é em si mesma uma realidade que pode ser isolada do resto.

Seguindo estas considerações, não se busca apenas fazer uma lista das ideias e conceitos de natureza, mas sim ligá-las ao conjunto do movimento da história do homem, com uma visão geográfica. Deve-se aprofundar a partir de uma simples palavra ou conceito e penetrar no seu sistema de relações, tentando dar um significado com o menor grau de ambigüidade. Assim, partiu-se para a elaboração de

estudo epistemológico das idéias e conceitos de natureza.

Para Japiassu (1977:16), Epistemologia é “o estudo metódico e reflexivo do saber, de sua organização, de sua formação, de seu desenvolvimento, de seu funcionamento e de seus produtos intelectuais”. Blanché (1975) escreve que são três as tarefas da Epistemologia, a descoberta (empíria), a justificação e a reconstrução.

Uma reflexão epistemológica tem como principal objetivo situar e localizar os problemas/Idéias/conceitos, em sua abrangência, profundidade, especificidade ou exclusão, conforme a prática – teórica e técnica – dos cientistas. Segundo Japiassu (1977:11/12), *“é tomando as ciências em sua ‘historicidade’, que se elabora a crítica epistemológica da ciência. Por outro lado, como a historicidade não é para a Filosofia um simples acidente exterior, mas algo que lhe é essencial, da forma a história das ciências se liga muito de perto à filosofia, pelo menos, através de sua vertente epistemológica. A história das ciências é um tecido de juízos implícitos sobre o valor dos pensamentos e das descobertas científicas. O papel da Epistemologia é de explicitá-los”*.

A componente epistemológica deste trabalho está pautada num estudo epistemológico composto por duas aproximações, seguindo a proposta de Bachelard (1983), em que a primeira aproximação é uma história do conceito de sentido mais geral e ampla, uma história do conhecimento e aplicabilidade. A segunda aproximação é definida como uma epistemologia do conceito num ramo específico/especializado do conhecimento e sua aplicação.

Assim, a Epistemologia escapa ao controle e elaboração dos filósofos e passa a também ser feita dentro dos próprios ramos do conhecimento, e de acordo com Blanché (1975), este fato é decorrente de um forte processo de renovação e crise que se abateram sobre as disciplinas, fazendo com que aqueles que as praticavam buscassem um retorno aos princípios básico e fundamentos de seus respectivos ramos do conhecimento. *“Seria sem dúvida ainda melhor distinguir entre o que se poderia chamar uma Epistemologia interna e obrigatória e uma Epistemologia externa e facultativa. Por Epistemologia interna ou obrigatória entendemos a que nasce, de qualquer forma, no próprio caminho do cientista, a que é exigida por*

problemas que se colocam no interior da ciência. O cientista faz então Epistemologia sem saber. A Epistemologia apresenta uma relação a ele um caráter ocasional e tende a integrar-se no trabalho científico. A que qualificamos de externa e de facultativa é mais desligada; é praticada deliberadamente em seguida a uma decisão arbitrária. Tem um interesse mais especulativo, é cultivada por si própria, como um fim e não simplesmente como um meio. É neste sentido que podemos qualificá-la de mais filosófica.” (Blanché, 1975:42)

De acordo com os geógrafos Bailly & Ferras (1997), ao defenderem uma Epistemologia na Geografia e realizada por geógrafos, afirmam que a Geografia raramente se depara com discussões no âmbito epistemológico, contentando-se com as divergências sobre os limites entre a Filosofia e a Geografia. Entretanto, ainda segundo os autores, o debate se dá pela negação dos trabalhos, ou seja, não são considerados nem geográficos nem filosóficos.

Moraes (1985) aponta quatro pontos importantes na relação da Epistemologia com a Geografia:

- a Epistemologia como um ‘acerto de contas’ com o passado, como uma forma de compreensão dos caminhos e trajetórias da Geografia, e suas imbricações ideológicas;
- a busca pelos conteúdos sociais presentes nos discursos e práticas dos geógrafos;
- o desvendamento dos conteúdos das categorias e dos conceitos trabalhados pela Geografia.

Tem-se uma preocupação epistemológica num horizonte mais amplo, não apenas restrito a uma listagem de idéias e conceitos. Nem deve-se superar a uma visão atomista, cujo intuito é isolar os sistemas de idéias e conceitos procurando corporificar, materializar, solidificar as coisas, cada vez mais reduzidas. O que para Bachelard (1983), se configuraria como um estudo ‘das coisinhas’.

Periodização

De acordo com Kosik (1976:10), *“no trato prático-utilitário com as coisas - em que a realidade se revela como mundo dos meios, fins, instrumentos, exigências e esforços para satisfazer estas - o indivíduo 'em situação' cria suas próprias representações das coisas e elabora todo um sistema correlativo de noções que capta e fixa o aspecto fenomênico da realidade”*.

Como metodologia de pesquisa neste trabalho recorreremos a elaboração de uma periodização. Santos (1997:23), define um período como *“secções de tempo em que, comandado por uma variável significativa, um conjunto de variáveis mantém um certo equilíbrio, uma forma de relações. Cada período representa, no centro do sistema, um conjunto coerente de formas de ação”*.

Para Foucault (2000:156), *“uma periodização recorta na história um certo nível de acontecimentos e, inversamente, cada camada de acontecimentos pede sua periodização, uma vez que, segundo o nível que se escolha, dever-se-á delimitar periodizações diferentes e, segundo a periodização que se dê, atingir-se-á níveis diferentes”*. Carr (1982 citado por Carvalho, 1983), escrevendo sobre as controvérsias de uma periodização na história, aponta que estas controvérsias residem no fato da periodização pertencer a categoria das hipóteses. A divisão da história em períodos não é um fato, mas uma hipótese necessária ou uma ferramenta para o pensamento, válida até como uma forma de esclarecimento, e tendo sua validade dependente da sua interpretação. *“(...) empiricizamos o tempo, tornando-o material, e desse modo o assimilamos ao espaço, que não existe sem materialidade. A técnica entra aqui com um traço de união, historicamente e epistemologicamente. As técnicas, de um lado, dão-nos a possibilidade de empiricização do tempo e, de outro lado, a possibilidade de uma quantificação precisa da materialidade sobre a qual as sociedades humanas trabalham”*. Santos (1999:44)

A respeito da materialidade do espaço geográfico passível de periodização, Souza (1994) afirma que *“a geografia deve sempre se referir a realidades concretas. O texto e o contexto geográficos apresentam materialidades. A geografia trata da evidência do real-concreto, que é histórico, e tem sempre um lugar (sítio e situação) no espaço geográfico. Neste sentido, a teoria geográfica implica*

necessariamente uma referência empírica. Esta é, indiscutivelmente um instrumental metodológico essencial da geografia. As abstrações, embora consideradas geográficas, carecem de referencial empírico (histórico), do qual se vale a geografia para explicar seu objeto - o espaço geográfico, que é também histórico (...) O teórico-empírico é atributo do método geográfico”.

Assim, para Souza (1994:48), um período é entendido como “etapa ou momento do modo de produção, muito bem expresso pelas formações sociais, as quais sempre realizam, num dado lugar, a combinação de idéias e momentos distintos” . Uma periodização é uma possibilidade dada para o recorte metodológico do tempo, uma quebra da totalidade temporal em períodos sem a perda das determinações/relações com a totalidade.

É preciso considerar os elementos dentro do sistema temporal a qual pertence, correndo o risco de apenas elencar datas históricas, sem contudo, chegar ao cerne do sistema temporal, que é a noção de totalidade ou conjunto de situações geográficas e históricas.

Já a sustentação de um período é dada pela organização e relação entre variáveis ao longo de uma seção temporal, onde as variáveis assumem graus de relevância e evidências múltiplos. A organização destas variáveis é que produzem um período e mantém suas características gerais, apesar do contínuo movimento da sociedade. Quando a organização se esgarça o período finda e se inicia um novo período. O processo de ruptura de um período para outro é dado pela introdução de uma nova variável - técnica ou cultural. Santos (1999:38), esclarece que “sem dúvida, a técnica é um elemento importante de explicação da sociedade e dos lugares, mas sozinha, a técnica não explica nada”.

O grande trunfo da periodização é esta possibilidade metodológica de empiricizar em conjunto tempo e espaço (objetos e ações). A periodização permite apreender, a cada momento histórico, os conteúdos e os valores atribuídos pela sociedade e que qualificam o espaço. Além disto, de acordo com Santos (1988:83), *“um método assim elaborado e sistematicamente aplicado nos permitirá entrever igualmente as novas tendências do uso do território. (...) Essa noção de*

periodização é fundamental, porque nos permite definir e redefinir conceitos e, ao mesmo tempo, autoriza a empiricização do tempo e do espaço, em conjunto”.

A possibilidade metodológica do uso das técnicas enquanto recurso à periodização, reside na idéia de que as técnicas são os veículos portadores da história. “O recurso da técnica deve permitir identificar e classificar os elementos que constroem tais situações. Estes elementos são dados históricos e toda técnica inclui história. Na realidade toda técnica é história embutida” Santos (1999:40). Para Sartre (1968:30), os fatos particulares nada significam, não são verdadeiros nem falsos enquanto não forem referidos pela mediação de diferentes totalidades parciais à totalização em curso”. Sem o uso social da técnica esta se resume a um mero artefato.

Periodização das Idéias e Conceitos de Natureza

Atrelada ao método e a metodologia desenvolvida, elaborou-se uma periodização sobre as idéias e conceitos de natureza, que servirá de base teoria para o entendimento da apropriação das idéias de natureza pelos empreendimentos imobiliários urbanos, bem como superar a história ‘ilusória’ que a ideologia insere nesta apropriação, conforme destacado na Introdução desta tese.

Na fonte de informações para elaboração da referida periodização utilizou-se de referências bibliográficas da área de Filosofia da Natureza como da Geografia. Salienta-se que esta proposta de periodização está restrita as idéias do mundo ocidental, não foram detalhadas as contribuições do mundo oriental, islâmico ou pré-colombiano.

Quadro 01 - Esquema da periodização das idéias e conceitos de natureza para o mundo ocidental – uma tentativa

Momento	História	Período	Concepção de natureza	Representação da Natureza	Recursos Técnicos	Cultura	Aspecto dominante da Relação Homem-Natureza	Economia
A Natureza e o Homem	Idade Antiga	Clássico	Mito	Literatura	Irrigação	helênica	Contemplação	Valor de Uso
	Idade Média	Teológico	Divina	Bíblia	Arado	teológica	Temor	Valor de Uso
O Homem e a Natureza	Idade Moderna	Descobrimientos	Fisicoteológica Mecânica	Pintura Xilogravuras	Caravela Balão	Marítima - comercial rural	Dominação	Valor de Troca
	Idade Contemporânea	Incorporação	Recurso	Fotografia Litogravura	Automóvel, avião	Industrial	Incorporação	Valor de Troca
O Homem e o Território	Idade Contemporânea	Produção	Artifício	Imagem Orbital	Satélite	Urbana	Produção	Valor de Troca

Organização e Elaboração: Henrique, 2004.

No primeiro período, o conhecimento sobre a Natureza era fruto da imaginação e contemplação, principalmente pelos relatos heróicos dos ‘aventureiros’ atrelando a idéia de natureza a concepção de um mito. No âmbito as cidades, estas ainda serão incipientes sendo representada pela cidade grega. O objeto fonte de interpretação será a própria natureza. O marco cultural do período na questão da interpretação da natureza é para nós a contribuição da cultura helênica, com seus relatos históricos e épicos, bem como a contribuição científica para o entendimento da natureza, não negando as contribuições dos egípcios, mesopotâmios e romanos. A principal ação do homem sobre a natureza é dada pela invenção e propagação das técnicas da irrigação, que permitiram o maior desenvolvimento da agricultura e conseqüentemente propiciaram o incremento da produção de alimentos.

O segundo período vai ser marcado como uma interpretação da Bíblia, objeto fonte do entendimento da natureza, denotando uma forte componente teológica da natureza. No âmbito das técnicas o arado vai ser a grande revolução encontrada, e juntamente com a irrigação irá aumentar a produção agrícola no período. Mesmo com este aparente desenvolvimento técnico o temor a vontade de Deus irá prevalecer e a natureza, entendida como sua obra, será datada de valor divino. O mundo urbano será caracterizado pelas cidades feudais, protegidas pelas fortes muralhas e desta forma fisicamente da ‘natureza’ – dos bosques, florestas, etc.

A superação dos obstáculos físicos e intelectuais no entendimento da natureza irá se dar no terceiro período, em que as constantes viagens marítimas e comerciais ao longo do mundo conhecido e a descoberta de novas terras irão desenvolver um outro objeto para a compreensão da natureza, que são as pinturas e as xilogravuras, criadas com o advento da imprensa. As técnicas atreladas aos transportes, como a caravela e o balão irão ampliar o horizonte da ação humana, onde as caravelas contribuíram para uma expansão horizontal do conhecimento humano e o balão permitiu que pela primeira vez o homem saísse das prisões que a superfície da terra lhe impunha. As cidades, principalmente aquelas com função comercial começam a se desenvolver em função das rotas de comércio que se estabelecem. As saídas das muralhas da cidade feudal possibilita também um contato maior entre a cidade e a natureza. As ações humanas irão se concentrar na dissecação da natureza, no entendimento de suas partes cada vez menores, atrelados às idéias mecanicistas e da natureza enquanto uma obra fisicoteológica, um corpo físico criado pela vontade divina, ainda em consonância com idéias do período anterior. Neste período há uma forte influência do ‘descobrimento da montanha’, ou seja, da conceituação da montanha, atrelada a uma “Alta Natureza”, pura e imaculada – coberta pela mais branca e limpa neve – na montanha o homem chegava perto de Deus. Neste período a ação do homem sobre a Natureza, revela paralelamente uma preocupação com sua ordenação estética – grandes jardins românticos, parques florestais – beleza natural/paisagem. O ambientalismo era estético – para a nobreza e burguesia

O quarto período irá significar uma mudança na relação dos homens com a natureza passando a incorporar uma forte cultura industrial. As fotografias e as litogravuras irão permitir um estudo a distância da natureza, mesmo contando com cada vez mais facilidades de deslocamento, como os automóveis e aviões. Este período será marcado pela incorporação da natureza da vida social, tanto em função das técnicas desenvolvidas e aperfeiçoadas como da cultura vigente, sendo que esta natureza passa a ser entendida como recurso. As cidades passam a concentrar a crescente produção industrial, concentrando também a poluição decorrente desta atividade.

O quinto período será marcado por uma mudança radical na perspectiva do

entendimento da relação do homem com natureza, pois esta será totalmente incorporada ao território quando as imagens orbitais permitem o conhecimento de toda a superfície do planeta. A sociedade urbana que se constitui e através de técnicas que vão desde a escala planetária até a escala da célula, como os satélites e a genética, levam os homens a cada vez mais se encontrar na qualidade de produtores da natureza, tornando-a um artifício, entendido aqui não no sentido de uma mentira de algo falso, mas sim como resultado da produção humana. As cidades passam a concentrar a maior parte da população humana e a natureza passa a ser produzida nas cidades com o intuito de melhoria da qualidade de vida e também vai se tornar num forte atrativo financeiro aos agentes imobiliários nas grandes cidades.

Quadro 02 - Caracterização e Evolução das Idéias ao longo dos Períodos

	Clássico	Teológico	Descobrimientos	Incorporação	Produção
Origem das Idéias	Contemplação da natureza e início da atividade agrícola	Vida em função do cristianismo; construção de grandes catedrais.	Descobertas de novos territórios; descobertas científicas.	Desenvolvimento industrial; mecanização das forças da natureza	Desenvolvimento da Técnica e da Ciência; Urbanização
Principais Idéias	O homem com sua mão transforma a primeira natureza em uma natureza segunda	O homem deve conhecer a natureza para comprovar a existência de Deus	A ciência é a forma racional de dominação da natureza aos seus interesses	A Terra é o território do homem.	A natureza passa a se inserir nos interstícios da vida social do homem.
Principais Expoentes	Marcus Túlio Cícero	Marsílio Ficino	Francis Bacon Conde Bufón	Karl Marx Friedrich Engels George Marsh Elissée Reclus	Milton Santos David Harvey
Obras de Referência	De Natura Deorum		<i>Novum Organum</i> Historia Natural	O Capital A Dialética da Natureza Man & Nature: A new physical geography O Homem e a Terra	A Natureza do Espaço Spaces of Capital
Escola Filosófica	Estoicismo		Racionalismo Naturalismo	Dialética	Dialética

Organização e elaboração: Wendel Henrique, 2004

PARTE I

A INCORPORAÇÃO DA NATUREZA À VIDA SOCIAL E SUA PERIODIZAÇÃO



Litogravura século XVIII
Fonte: www.altavista.com

III - A NATUREZA E O HOMEM

3.1 – O PERÍODO CLÁSSICO

- A Natureza como beleza e o Homem como artesão - primeiros encontros e entendimentos
- A criação humana na natureza

A partir da periodização, definida a partir das formas como os homens e a natureza se encontravam e se entendiam, foram definidos cinco grandes períodos que abrangem desde a Antiguidade Clássica até os dias atuais. O primeiro período foi definido como Período Clássico, onde a natureza possuidora de uma maior influência sobre o meio encontra no homem mais um de seus elementos. Este período corresponde ao início da busca, da história de incorporação da natureza à vida social e à produção do espaço geográfico.-

Segundo Marsh (1874), a destruição dos bosques e florestas, foi a primeira conquista geográfica do homem, sua primeira violação da harmônica natureza inanimada. Estas florestas e bosques foram transformados em combustível, moradias, embarcações e ferramentas, através de queimadas que eram fáceis de serem espalhadas e tinham por objetivo limpar a área e ao mesmo tempo produzir material orgânico para sua fertilidade.

De acordo com Reclus (1985:41), *“durante a infância das sociedades, isolados ou agrupados em tribos frágeis, os homens tinham de lutar contra obstáculos tão numerosos, que não podiam sonhar em se apropriar da superfície da Terra como seu domínio: aí viviam, escondidos e temerosos, como os animais selvagens das florestas; sua vida era uma luta ininterrupta: sob constante ameaça da fome ou do massacre, não podiam dedicar-se à exploração da região e ainda desconheciam as leis que lhes teriam permitido utilizar as forças da natureza. Mas a força do homem se mede pelo seu poder de acomodação ao meio”*.

Dentro desta perspectiva, Lenoble (1969:39) escreve sobre os primeiros encontros da natureza com o homem, onde “o homem não é lançado na natureza como uma pura ignorância 'sobre a qual nada há escrito'. Tem de imediato as suas ideias respeitantes à Natureza; optou por meios de acção, e essas ideias e esses meios são mágicos. Muito mais que a ignorância, que seria permeável ao real, esta ideia, rica de conteúdo afectivo, será em todos os tempos e para nós ainda a grande fornecedora dos 'obstáculos epistemológicos' que se oporão às descobertas objectivas.”

Para Lenoble o homem desde suas primeiras representações pictóricas (figura 01) mostra sua ação sobre a natureza, afirmando que “os primeiros desenhos que encontramos dos objectos naturais nas grutas pré-históricas, são imagens mágicas. O bisonte ou antílope figurado encontra-se rodeado de flechas ou ferido, ou então capturado por mãos que o cercam por todos os lados. Logo, o homem não surgia desarmado perante as coisas, 'sabia' já como tornar-se 'dono e senhor'.”

Figura 01 – Desenhos rupestres da Serra da Capivara (PI)



Pinturas rupestres na Serra da Capivara no Piauí, representando as caçadas dos homens e os tipos de animais que eram encontrados na região.

Fonte: www.caiman.de/brasil/serradacapivara/serraes.shtml

Lenoble (1969), também escreve que as primeiras formas de relação que os homens estabeleceram com a natureza, que ainda condicionava sua vida, através de uma espécie de animismo da natureza. Para o autor (op.cit.:42 e 50), o animismo é a “propensão do sujeito para imaginar as coisas segundo o modelo da sua própria existência. O animismo é um produto da consciência. (...) “animismo prova que a primeira ideia que os homens formaram da natureza foi uma ideia moral”.

Nestes estágios iniciais da história da vida humana, com incipientes cultivos e criações, o homem dependia exclusivamente dos animais e vegetais para alimentação e vestuário, e neste sentido sua vida era a repetição de formas organizacionais ainda muito similares a natureza. De acordo com Fernández-Armesto (2001), as sociedades nos seus momentos iniciais aprenderam a fazer suas vidas com aquilo que a natureza providenciava. Elas viviam com os produtos e habitavam os espaços que a natureza dava para eles ou, em algumas vezes, eles construíam suas moradias numa imitação muito próxima daqueles espaços, com os materiais que a natureza providenciava. A sociedade humana ainda começa a busca para minimizar este grau de dependência tão grande perante a natureza.

Como a riqueza natural intrínseca ao território será diretamente proporcional à riqueza da vida dos povos, também será fruto de constante observação e desde os tempos remotos os homens têm desenvolvido técnicas para corrigir as desvantagens naturais quando elas aparecem, é claro que ainda de maneira muito rudimentares.

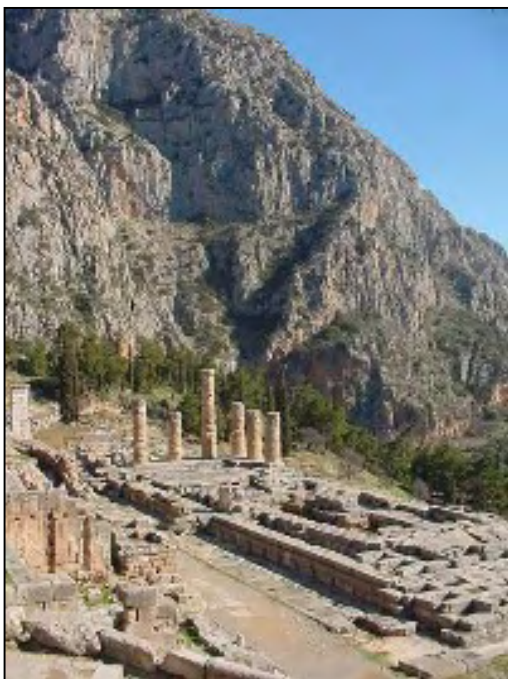
Cabe salientar que em se tratando de uma periodização numa escala temporal extremamente longa - todo o período da Antigüidade clássica - as idéias trabalhadas no início do período são muitas vezes extremamente diferentes daquelas do final do mesmo período, apesar de suas conexões. Em relação à questão epistemológica, parte-se das concepções gregas da idéia de natureza. O que mais chama a atenção nas mitologias e concepções gregas da natureza, é o desejo da união de propósito e ordem⁸. Já na concepção de Marsh (1965), neste período tem-se uma idéia de natureza espontânea, que é representada por luxuriantes colheitas e jardins. Estes aspectos da natureza têm sido gradualmente enobrecidos e embelezados pela arte humana e por seu perseverante trabalho. Segundo o autor (op.cit.), as glórias da paisagem têm sido elevadas pela plantação, arquitetura decorativa e outras formas de pitorescos melhoramentos (figura 02).

O filósofo grego, da corrente estoica, Panécio escreve que autores gregos e romanos pensavam uma natureza domesticada, uma simpática mescla de natureza e arte: as aldeias da costa mediterrânea, a beleza dos campos cultivados, as vinhas e

⁸ Glacken (1996)

os olivais nas encostas das colinas, ou às vezes junto a um rio ou perto de um bosque⁹. Para Lenoble (1969:54), “o pensamento grego, do qual provém toda a civilização da Europa, consistiu de tal forma o tipo dominante da história humana que a maior parte das vezes nos referimos a ele como se a consciência nunca tivesse conhecido outros triunfos. (...) A Natureza que os Gregos imaginaram e que nós lhes tomamos de empréstimo não era senão uma das ideias possíveis, não foi senão uma das ideias que efectivamente triunfaram. (...) A nossa Natureza é essencialmente jurídica e mecânica (...)”.

Figura 02 - Oráculo de Delphi – Grécia



Fotografia do Oráculo de Delphi, na Grécia, retratando as construções humanas integradas à natureza local.
Foto Henrique, 1997.

Figura 03 – Ilustração imaginária sobre Jardins Suspensos da Babilônia



A figura traz uma representação dos Jardins Suspensos, mostrando como deveria ser os terraços e a tipologia da vegetação existente.
Fonte: www.corbis.com

A respeito da idéia de natureza enquanto beleza luxuriante e associada a um ordenamento dentro de um jardim, cabe fazer uma referência aos famosos Jardins Suspensos da Babilônia (figura 03), reais ou não, instituíram na mentalidade

⁹ Panécio (apud Glacken 1996)

clássica a idéia do poder humano no embelezamento da natureza bem como seu controle. De acordo com Fernandez-Armesto (2001), estes jardins criaram um apelo através da invocação de uma imagem descrita pelos gregos, como uma cascata de terraços tão altos quanto os muros de uma cidade, suportados por arcos fortes o bastante para sustentar o peso da terra posta para segurar as grandes árvores. A água vinda do Eufrates descia em patamares.

O propósito estético da construção dos Jardins da Babilônia foi evocar uma paisagem montanhosa numa extensa planície, a da Mesopotâmia. Os Jardins Suspensos da Babilônia representavam, sem uma conotação abertamente religiosa, um dos objetivos que todas as outras ‘Maravilhas do Mundo Antigo’ tinham em comum: o desafio a natureza numa grande escala, deformando a paisagem natural e trabalhando a irrigação de seus terraços através do uso da força da gravidade.

A Interpretação e Contemplação da Natureza

As bases das interpretações da natureza estão nos tratados romanos, gregos e até persas sobre as formas e as técnicas de melhoramento do solo, cujo principal objetivo era sem dúvida a produção de alimentos. Mesmo que rudimentares, as técnicas de irrigação, controle de insetos e fertilização se constituíram em importante fonte de conhecimento para o entendimento da ordem e propósito da natureza.

Neste período ainda não eram feitas as grandes distinções entre homem e natureza, e assim, o homem era visto como um ser dentro da natureza, composto dos mesmos elementos que ela, dando origem as Teorias dos Elementos. Os principais elementos presentes na constituição da natureza e do homem eram a terra, o fogo, o ar e a água, sendo que estes elementos eram eternos, imperecíveis e indestrutíveis.

De acordo com o filósofo Filón, na obra *Sobre a Criação* (apud Glacken, 1996), a relação de proximidade com a natureza também era fruto das crenças dos povos das Antigüidade clássica, pela qual admiravam e homenageavam a natureza

como a semente da fertilidade da terra e dos homens. Desta relação religiosa surgiram muitos mitos e rituais para explicar este laço entre natureza e fertilidade. A natureza teria outorgado a toda mãe um dom muito especial, peitos férteis, preparando assim antecipadamente o alimento para os filhos que irão nascer. Também a terra, pode ser vista como uma mãe, razão pela qual os primeiros homens julgaram adequados chamá-la Deméter, combinando o nome de mãe com o de terra porque, como disse Platão (*Dialogues of Plato - Meno*), a terra não imita as mulheres, e sim, as mulheres a terra. Conseqüentemente, é adequado que a terra, a mais antiga e mais fecunda da mãe, proporcione à natureza, rios e arroios, como peitos, para que as plantas possam ser regadas e os animais saciarem a sua sede.

Já Aristóteles, nas obras *As Partes dos Animais* e *Política*, adota uma posição onde uma divindade está localizada na posição central da natureza, elaborando-a como se houvesse a existência de um projeto preestabelecido e, assim, é possível compreender a própria natureza comparando-a com as formas observáveis na construção de artefatos. A natureza, como o homem, é um artífice, entretanto um artífice infinitamente mais poderoso. E ainda segundo Aristóteles, nas obras da natureza domina o propósito e não o acidente, sendo que neste propósito o que é belo ocupa um lugar central. Para Aristóteles, apesar de uma posição proeminente na natureza, o homem ainda é infinitamente, muito mais fraco que a natureza. Para Lenoble (1969), a concepção de natureza de Platão, e mesmo de Aristóteles, é o da morada do homem e feita para o homem.

Já Lucrécio (*De natura rerum* apud Lenoble, 1969) escreve que a historicidade do homem se dá pela historicidade da natureza, um universo onde a **“a humanidade e a Natureza puderam modelar-se uma pela outra”**. Para Lenoble (1969), nesta idéia de Lucrécio estão as bases do mais tarde seria trabalhado pelos marxistas. De acordo com Lucrécio (apud Lenoble, 1969:108), *“as primeiras noções relativas à sementeira, à enxertia, foi a Natureza que as forneceu em primeiro lugar: depois cada um passou de tentativa para tentativa em seu pequeno domínio. Da mesma forma, foi o curso regular dos astros que ensinou aos homens a alternância das estações 'e que uma ordem (ordo) imutável governa a Natureza. E*

o homem aprendeu a guardar o fogo utilizando o raio, a produzi-lo observando a maneira como ele nasce da fricção de dois ramos”.

Para Epícuro (Lettre à Pithoclès apud Lenoble, 1969:224), *“a Natureza é um jogo de fenómenos, engendrados pelo acaso, em que o sábio deve passar os anos da sua existência, mas sem procurar nela uma solução para o problema da vida. Para ver tal como ela é, há, pois, que observar com os nossos sentidos, sem preconceitos, sem sobrecarregar a nossa observação de preocupações morais ou religiosas que só a nós pertencem.”*

O homem era considerado como um artífice individual, um carpinteiro que constrói uma casa ou qualquer obra sabendo qual será o seu resultado ou produto final. Esta idéia estava em consonância com a idéia de propósito.

O melhor conhecimento da geografia, das experiências do comércio, as viagens e as explorações, que permitiam a comparação de umas paisagens com outras, são apreciados claramente naquela literatura. A poesia da natureza e a descrição da paisagem no helenismo não têm igual em nenhum momento anterior do mundo clássico. (...) o interesse pela natureza, animado e intensificado por inspirações procedentes do Oriente (como o jardim) e combinado com o incremento da vida urbana, agudizaram a distinção entre natureza e arte, se nos atemos ao testemunho de homens como Horácio, Varão e Columela¹⁰.

Esta influência dos jardins no pensamento e no entendimento da natureza no período clássico é de grande importância. Segundo Glacken (1996), a presença de jardim e ruas arborizadas indicam um claro desejo de criar um pequeno reino da natureza dentro das cidades.

Isto significa uma crescente preocupação estética, onde a natureza é a fonte de grande contemplação e a matéria original para as futuras 'imitações' e aproximações. Também destacamos que com isto inicia um processo maior de destaque da interpretação antropocêntrica da natureza. Platão (*Dialogues – Timaeus*), considera que o homem é um ser capaz de criar ordem e beleza a partir da matéria bruta

¹⁰ Glacken (1996)

[natureza], ou, mais amplamente, de controlar os fenômenos naturais com uma combinação de inteligência e perícia.

A Criação de uma Segunda Natureza – Marcus Tullius Cícero e os Estóicos

A estética também era a fonte de reflexão dos filósofos estóicos, cujas obras possuíam forte caráter sensualista. Os estóicos também eram apreciadores dos aspectos visíveis da natureza revelando, ou desvelando as belezas da terra.

Deste grupo de filósofos destaca-se Marcus Tullius Cícero (*De natura deorum* ou *The nature of Gods*). Para este filósofo, é belo contemplar a natureza, e sua beleza deve ser conservada; é útil porque possui os materiais para o exercício da mente do homem, cujas criações, instrumentos e máquinas a mudam e a melhoram, para que satisfaça as sempre presentes e crescentes necessidades humanas. O homem é, num sentido muito integral, parte da natureza; desenvolve-se em seu meio e é afetado pelo mesmo. Salienta-se nesta fala de Cícero a idéia de que o homem é um agente na melhora e no embelezamento da natureza.

Cícero escreve que os logros tecnológicos do homem, seus inventos, as mudanças na natureza resultam de combinações entre a destreza da mão, dos descobrimentos da mente e das observações dos sentidos; o homem, com sua presença criadora, participa de uma razão universal, que o penetra todo, e em particular a terra, como testemunham as adequações da natureza exterior - como encontramos no Nilo, o Eufrates e o Indo - que existem para a preservação do homem.

Assim, pode-se concluir que o Egito é mais do que uma dádiva da natureza do Nilo, é também um presente da natureza do povo egípcio, que aprendeu a transformar e melhorar a natureza, construindo canais por exemplo, permitindo que seus cultivos e sua cultura se expandissem sobre áreas naturalmente deficitárias.

É de Cícero uma das chaves para o entendimento da ação humana sobre a natureza. Segundo Cícero, **nós procuramos com nossas mãos humanas criar uma**

segunda natureza dentro do mundo natural¹¹, a mudança do meio pelo homem, a criação de uma segunda natureza dentro do mundo natural, se explica por uma diferença qualitativa entre o humano e o animal. O homem é uma criatura que pensa, cuja experiência acumulada através do tempo permite inovação e invenção; o homem participa da vida criativa e do espírito que penetra o mundo inteiro.

De acordo com Cícero (*De natura deorum*) pelo trabalho do homem, ou melhor, por suas mãos, ele encontrou alimentos e sua variedade. Com efeito, a mão humana fez surgir nos campos frutas que são consumidas imediatamente ou preparadas para consumo futuro. Na variedade de alimentação, os homens comem carne de animais terrestres, aquáticos e de aves. Também foram domesticados animais quadrúpedes para transporte e uso de sua força. Extraí-se o ferro da terra utilizando-o para cultivar os campos; o mesmo se dá com o cobre e o ouro, descobertos em veios sob a terra, utilizados tanto para as necessidades cotidianas como para demonstrar luxo. Corta-se árvores e tudo o que pode ser queimado; quer seja produto do cultivo do homem ou que esteja em estado selvagem; dispõem-se deste materiais para a produção de fogo, usado para o aquecimento das casas e no cozimento de comidas; Constrói-se casas para abrigo contra o frio e contra o calor. O corte destas árvores assegura a vantagem da construção das próprias moradias onde se desenrola a vida. O que a natureza tem de mais impetuoso – o mar e os ventos – são utilizados pelos homens na arte da navegação; O homem torna-se senhor das obras da natureza sobre a terra, aproveitando-se das planícies, das montanhas; os rios e lagos são dos homens; são os homens quem semeiam o trigo, que plantam árvores; são os homens que conduzem a água sobre as terras para lhes dar fertilidade; controla-se e desvia-se fluxos d'água; as mãos humanas, fazem dentro da natureza uma natureza nova, uma segunda natureza ¹².

¹¹ “We seek with our human hands to create a second nature in the natural world”. The Nature of Gods, book II, pp 151-2.

“Nos mains enfin essaient, pour ainsi dire, de faire dans la nature une nature nouvelle”. De la Nature des Dieux, livre II, pp 295.

¹² “C’est par notre travail, c’est-à-dire par nos mains que nous nous procurons la variété de nos aliments et leur abondance. En effect, notre main fait éclore, dans le champs de fruits que nous consommons aussitôt ou que nos préparations conservent pour l’avenir. Nous mangeons d’ailleurs animaux terrestres, aquatiques ou volatiles, dont il faut pendre le uns, nourrir les autres. Nous domptons aussi pour nos voitures de quadrupèdes dont la vitesse e la force nous prêtent de la force et de la vitesse. Nous chargeons les uns de nos fardeaux,

Para Smith (1984), a concepção de segunda natureza criada por Cícero irá dominar e se manter até o século XVIII quando o Conde Buffon (ver capítulo IV) irá propor uma nova explicação da natureza.

Outro filósofo estóico que também tem posições semelhantes e importantes na vertente em que se situa este trabalho e para o entendimento da idéia de natureza na geografia. De acordo com Posidônio (apud Glacken, 1996), o homem com sua inteligência, com suas inumeráveis conquistas, é parte da natureza e seus poderes, derivados da natureza, lhe facultam para sair vencedor e vaidoso numa ampla variedade de investidas, possibilidades e habilidades negadas as plantas e aos animais. De acordo com Glacken (1996), nas bases do pensamento de Posidônio estão as idéias de biologia, historia, astronomia, geografia e etnologia. Glacken (op. cit.), acrescenta ainda que na obras deste filósofo estóico, encontra-se um insipiente pensamento ecológico.

A ênfase na estética e na beleza da natureza também é encontra da obra de Estrabão – *Geografia* (Geography, London, 1949). Para Estrabão, o geógrafo deve somente dedicar-se ao estudo das porções da terra habitada pelos homens, sendo que esta reflete sua contemplação da terra como um cenário, tendo ao fundo seu relevo, para os acontecimentos históricos. Além disto, o homem para Estrabão é um sócio da natureza.

Segundo Estrabão, na realidade as diversas disposições de um país não estão predeterminadas, como não o está a diversidade de nações ou línguas, todas elas dependem das circunstâncias e da sorte. Artes, formas de governo, modos de vida

nous imposons le joug aux autres; nous profitons pour notre avantage des sens exquis de l'éléphant, de la sagacité du chien; nous arrachons de entrailles de la terre le fer dont nous avons besoin pour cultiver nos champs; nous trouvons, sous le sol de notre globe, les veines de ce cuivre, de cet argent, de cet or, qui servent à nos besoins ou à notre luxe. Nous coupons les arbres et tout ce qui brûle; que ce soit le produit de notre culture ou de l'état sauvage; nous y mettons de feu pour nous chauffer, pour cuire nos aliments; nous employons pour construire nos maisons, afin de nous trouver sous des toits à l'abri du froid et des chaleurs. Cette coupe des arbres nous assure le grand avantage de construire ces vaisseaux, dont le courses nous apportent de toutes parts le différentes provisions de la vie. Ce que la nature a fait de plus impétueux, la mer et le vents, nous seuls nous avons la faculté de les dompter, possédant l'art de la navigation; aussi profitons-nous et jouissons-nous de beacoup de choses qu'offre lamer. Nous également le maîtres absolus de celles que présente la terre. Nous jouissons de plaines, nous jouissons des montagnes; c'est à nous que sont les rivières, à nous le lacs; c'est nous qui semons les blés, nous qui plantons les arbres; c'est nous qui conduison l'eau dans les terres pour leur donner la fécondité: nous arrêtons les fleuves, nous guidons, nous les détournons; nos mains enfin essaient, pour ainsi dire, de faire dans la nature une nature nouvelle.” Cícero – *De Natura Deorum* (De la Nature des Dieux, pp. 295)

brotam de certas fontes internas. Florescem sob qualquer clima em que possam estar situados; como um tudo, o clima tem sua influência e, em consequência, algumas peculiaridades se devem a natureza do país, mas também por sua educação. Estrabão exemplifica sua tese afirmando que os babilônios ou os egípcios não são filósofos por natureza, mas sim, são em razão de suas instituições de educação. De maneira análoga, a excelência de cavalos, bois e outros animais não são apenas o resultado dos lugares nos quais habitam, mas também de como são criados.

A crença nas técnicas, na cultura e na religião como formas de conexão entre a mente do homem e a natureza, possibilitou os homens do período helênico, apesar da falta do arado, transformar grandes porções de seus territórios em áreas cultivadas, significando o início da produção de uma segunda natureza, ainda que em pequena escala.

A possibilidade dos homens poderem criar na natureza, através de seus ofícios, habilidades e ocupações na vida cotidiana, dada a necessidade que a natureza lhes impunha, ou na tentativa de retificar as deficiências da natureza, marca o início de nosso processo de emancipação humana da natureza, um projeto dominante em muitas sociedades.

De acordo com Glacken (1996), ao ler os comentários dos autores antigos sobre as mudanças causadas pelo homem no meio físico, tem-se uma dupla impressão. Primeiramente, havia um reconhecimento do homem como ser ativo que se esforça e obtém sucesso, apesar da aparente estabilidade que poderia resultar as dominantes influências ambientais. A segunda impressão é que natureza [representada pelos seres vivos] que estes homens observaram - e muitas vezes amaram - era já, como agora sabemos, uma natureza muito modificada pelo homem.

A forma como o homem clássico somou seus esforços no contínuo processo de melhora da natureza, bem como de suas idéias e conceitos, representou um grande avanço na epistemologia da natureza. Mas o período clássico estava chegando ao fim com o advento do cristianismo e das invasões dos povos dos asiáticos, que os 'civilizados' europeus chamavam de bárbaros. A mudança do eixo de produção de idéias do Mediterrâneo para a Europa Central e do Norte, irá

significar o abandono da idéia do homem como um criador na natureza pela idéia de que um criador divino concebeu toda a natureza.

3.2 – O PERÍODO TEOLÓGICO

- Natureza e Homem - equilíbrio nos encontros e entendimentos
- Natureza divina e o Homem religioso

Após a grande efervescência da produção intelectual o período clássico, os rumos da história da humanidade e da produção do conhecimento tomam novas direções. Estes novos tempos, marcados notadamente pela dominação do cristianismo, tanto do ponto de vista religioso como político, significou um retrocesso na produção de idéias e no desenvolvimento científico e técnico que os homens do período clássico tinham iniciado.

O fim do período clássico, que no mundo das idéias já esboçava um importante conjunto teórico que suportava a idéia do homem como um ser independente e controlador da natureza, e o início do período teológico, que irá ser marcado pelo esquecimento das idéias do homem como o criador na natureza. O novo ideário dominante e único para a conceituação da natureza será o ponto de vista teocêntrico, onde a Natureza é vista como obra e criação do Deus judaico-cristão, e o seu estudo será marcado como a busca de provas da existência e da bondade deste ser criador. Para Lenoble (1969), a idéia de uma criação divina da natureza, uma natureza que não existe por si mesma, é uma idéia judia.

Considera-se neste período o intervalo de tempo que abrange desde os finais do período Romano até 1500 (retomada do pensamento clássico antigo e o início de um pensamento moderno somado a influência no Renascimento). Assim, este período corresponde a Idade Média Cristã, cujo principal elemento caracterizador é a defesa da religião e interpretação da natureza para a prova da existência de Deus.

A ruptura do pensamento teológico com as idéias clássicas de natureza e do homem também significou uma mudança geográfica de sua área de produção, pois as idéias cristãs se desenvolveram muito mais no norte ocidental da Europa, menos afetada pelo pensamento clássico que na Europa mediterrânea.

Salienta-se, como no período anterior que o objetivo neste capítulo é construir um panorama geral da idéia e dos conceitos de natureza no período teológico, e não

um aprofundamento das questões relativas a este período. Busca-se mostrar um *continuum* da epistemologia da idéia e conceitos de natureza. As obras que são utilizadas referem-se apenas as idéias e conhecimentos produzidos sob os olhos do cristianismo e tendo como espaço a Europa Ocidental e, a inclusão de outros pontos de vistas religiosos como o islâmico ou budista, fugiria dos objetivos definidos neste trabalho.

Bases Teológicas

Retomando o encontro da natureza com o homem, passa a ser mediado pela Teologia, e principal fonte de informação sobre a natureza e 'livro guia' será a Bíblia. De acordo com o Gênesis (1:11;24;26), “*Deus disse: 'Que a terra verdeje de verdura: ervas que dêem semente e árvores frutíferas que dêem sobre a terra, segundo sua espécie, frutos contendo sua semente' e assim se fez*”; “*Deus disse: 'Que a terra produza seres vivos segundo sua espécie: animais domésticos, répteis e feras segundo sua espécie' e assim se fez*”; “*Deus disse: 'Façamos o homem à nossa imagem, como nossa semelhança, e que eles dominem sobre os peixes do mar, as aves do céu, os animais domésticos, todas as feras e todos os répteis que rastejam sobre a terra.'*” (figura 05)

A natureza configura-se como uma natureza fisicoteológica, vista como uma prova física importantíssima para demonstrar a existência de um Criador. A natureza, ou a criação, possui um desígnio, definindo no processo de elaboração desta prova uma intensificação, uma aceleração e uma concentração dos interesses religiosos nos processo da natureza. Provar a existência de um desígnio divino implicava considerar o caráter presumidamente ordenado da natureza, e se este deixava garantido uma via aberta para uma concepção da natureza como equilíbrio e harmonia, aos quais a vida está adaptada¹³.

¹³ Glacken (1996)

Figura 04 – O Paraíso



Fragmento de pintura em óleo sobre tela representando uma idéia do Paraíso, relacionado as terras do Novo Mundo.

fonte: www.altavista.com

O Cristianismo também insere uma mudança na noção do tempo para o homem e para mundo que passa a se configurar como algo linear e não renovável. Entretanto, a natureza possuiria um tempo cíclico, de acordo com obra *De divisione naturae*, do irlandês Johannes Scotus Erigena, onde todas coisas da natureza sempre voltam ao seu ponto de origem.

As regularidades cíclicas com as quais a natureza mantém o seu curso, observáveis nas estações do ano e na vida animal sobre a terra, trabalhadas pelo pensamento clássico, são trazidas para o universo teológico para a explicação e comprovação da harmonia divina entre o homem, Deus e a natureza, bem como de sua ordem e hierarquia¹⁴.

¹⁴ De acordo com Erigena (apud Glacken, 1996), encontra-se na natureza quatro divisões, sendo que se compreende a natureza pelo fato de que a natureza encerra em si mesma a racionalidade. Não conhecendo Deus, pode-se inferir pela ordem do mundo sensível e inteligível que Ele existe, e é a causa de todas as outras coisas. Na primeira etapa, a natureza que cria e não é criada é Deus, como princípio de todas as coisas; na

Segundo Simmons (1993), as noções de tempo, introduzidas pelo pensamento judaico-cristão, conduziram a uma noção de progresso contínuo e a possibilidade que haveria tempo suficiente para a constituição de um mundo perfeito. Deus é bom, ama o mundo e a suas criaturas. As belezas da terra são obra sua, mas o homem tem que se mover com cautela entre elas, porque seu destino não está radicado neste mundo, senão no adiante. Contudo Deus quis a criação do homem, e que se multiplicasse e obtivesse o domínio de toda forma de vida sobre a terra¹⁵. Observa-se que o homem, o auge e a finalização da criação divina são visto como possuidor de um direito teológico para o domínio da natureza e de suas espécies. Diferentemente do período clássico, este domínio ele é dado pela vontade de Deus e não pela ciência, técnicas e artes como no período anterior. Além disto, segundo Lenoble (1969:187), *“o homem, dizia o cristianismo, não se situa na natureza como um elemento num conjunto: não tem o seu lugar nela como as coisas têm o seu lugar; é transcendente em relação ao mundo físico; não pertence à Natureza, mas à Graça, que é sobrenatural; e, por conseguinte, se quer a todo o custo encontrar-lhe um lugar, existe apenas um, o primeiro, com a condição ainda de precisar de imediato que não nasceu da natureza e que é feito para nela permanecer”*.

Mas este homem que obtivera o direito ao domínio da natureza pela escolha de Deus, seu criador e mestre, irá desafiá-lo, irá perder sua confiança e neste sentido a expulsão de Adão e Eva do Paraíso (A Queda) irá ter uma forte presença no entendimento da relação da natureza com o homem no período teológico.

Segundo Glacken (1996), o relato da Queda adquiriu grande importância para a idéia cristã de natureza, como fonte de crença, muito difundida até no século XVII, de que o pecado causou na natureza desordem e diminuição de seus poderes, uma idéia que se diferencia claramente da idéia clássica do envelhecimento natural, que se baseada na analogia orgânica (a terra, assim como uma mulher, conforme envelhece perde sua fertilidade - o grande defensor desta idéia foi Columela). Esta

segunda, a natureza que é criada e cria, representada pelas idéias arquetípicas ou causas primordiais; na terceira, a natureza que é criada e não é o mundo sensível, o mundo das aparências, a criação tal e qual conhecemos; na quarta, a natureza eu nem cria e nem é criada representa a Deus Criador, uma vez alcançado seu fim, está em repouso e parou de criar.

¹⁵ Glacken (1996)

passagem também tem importância histórica por introduzir a idéia de trabalho como consequência do pecado¹⁶.

Todas as relações entre o homem e a natureza são mediadas por Deus, inclusive as catástrofes naturais que são atribuídas ao fato de Deus estar desgostoso com os homens e também da vida que os pecadores levam sendo o estopim destes 'descontroles' na natureza. Nota-se que os cristão que sofriam com estas catástrofes estavam pagando também pelo falta de crença dos pagãos. Desta forma, até sociedades pagãs também eram afetadas pelo julgamento de Deus, como por exemplo, pode-se citar o dilúvio.

As concepções judaico-cristãs de Deus e da ordem da natureza foram muitas vezes combinadas pelos primeiros padres da igreja com o argumento clássico de desígnio e com a idéia da divindade artesã ou demiurgo, criando uma concepção do mundo habitável de tal força, poder de persuasão e flexibilidade, que pode se manter como uma interpretação da vida, da natureza e da terra aceitável para a grande maioria dos povos do mundo ocidental até o sexto decênio do século XIX¹⁷.

Mas não foi só a leitura da Bíblia, apesar de dominante, que influenciou as opiniões dos homens sobre a natureza da terra como morada. Segundo Glacken (1996), algumas contribuições da física, biologia e do pensamento clássico, foram subordinados a uma leitura 'bíblica' no sentido de apoiar suas idéias e conceitos, justamente em pontos que mais necessitavam de complementação. Até porque durante a Idade Média foram realizadas várias intervenções humanas na natureza como por exemplo: desflorestamento, drenagem de terras, transformação da paisagem primitiva pelos grupos religiosos e mesmo o retorno de terras anteriormente cultivadas ao estado primitivo.

Neste primeiro momento do período teológico, ainda marcado pela influência Romana, se encontra, segundo Glacken (1996), uma interpretação dos escritos 'pagãos' ou aqueles referentes ao pensamento clássico, a serviço do cristianismo. Assim, o argumento de desígnio ou finalidade da natureza foi reformulado seguindo

¹⁶ Glacken (1996)

¹⁷ Glacken (1996)

os preceitos cristãos, em que a beleza da terra e da natureza era prova da harmonia divina e da bondade de Deus.

De acordo com o filósofo da época Clemente de Alexandria (*Exhortation to the Greeks*), a terra, florescente segundo o mandato do Deus nas devidas estações, produz alimento abundante para homens e bestas, bem como para tudo o que vive na sua superfície, sem renúncia ou alteração das disposições de Deus. As estações cedem lugar uma às outras, pacificamente; os ventos, sem obstáculos, realizam suas funções; e o mais pequeno dos seres vivos vive, como o Senhor deseja, em paz e harmonia, um presente que beneficia a todos os homens e mais abundantemente os que têm encontrado refúgio em na bondade do Senhor, ou seja, os cristãos.

A idéia do mundo ou natureza como um livro, originado na eloquência do púlpito, foi logo adotada pela especulação místico-filosófica medieval, e finalmente passou a ser de uso comum¹⁸. Ainda continua o autor, que os escritos exegéticos também buscavam a interpretação da desordem da natureza ou como fruto do pecado original (Queda do Paraíso), onde os insetos e plantas venenosas foram criados e tiveram sua existência permitida pelo Senhor para recordar os homens de seu orgulho e seu engano (pecado). E a natureza apesar de bela está deteriorada pela expulsão de Adão e Eva do paraíso.

Desta forma, a terra e a natureza são governadas não por causas físicas ou biológicas, mas pelas puramente morais e religiosas.

Outro texto fundamental é a obra de Alberto Magno - *De natura locorum*, o qual pode ser considerada um marco para a doutrina do Determinismo geográfico. Segundo Glacken (1996), é o mais elaborado texto de teoria geográfica em relação a cultura humana desde alguns textos da Antigüidade clássica, tendo sua origem na necessidade de conhecimento em detalhe da natureza dos lugares. Isto levou Alberto Magno expressar seu interesse pela natureza, história natural e geografia,

¹⁸ Glacken (1996)

retomando as obras gregas e latinas, através dos árabes, bem como da teologia e da astrologia¹⁹.

O domínio do homem sobre a natureza

Como observado desde o início do período teológico, a relação de dominação e controle da natureza pelo homem esta presente, com uma nova roupagem vinculada a uma hierarquia natural definida no ato da Criação do mundo – o homem criado a imagem e semelhança de Deus tem o direito a uma posição elevada entre as criaturas da terra.

Com as Cruzadas, onde o ocidente europeu cristão encontra o oriente, amplia-se o desenvolvimento técnico, bem como irá proporcionar a contemplação de novas formas de entendimento da natureza. Uma das formas que será de fundamental importância neste 'intercâmbio' entre civilizações será novamente o jardim.

Geograficamente, a nova forma de inserção do homem na natureza, nos últimos séculos da Idade Média, irá representar algumas mudanças mais aceleradas da paisagem, pois a derrubada das vegetação de bosques e florestas para o estabelecimento das ordens religiosas e a preparação de terras para o cultivo estão ratificadas pelo pensamento teológico. Além disto, este homem que estava transformando a natureza era um homem rural, um homem que vivia no campo. De acordo como Lenoble (1969:205), o homem da Idade Média, até mesmo o homem comum no Renascimento, é um homem que “fica na sua terra, ou na sua aldeia, o homem das cidades não representa mais que uma percentagem ínfima e estas cidades parecer-nos-iam hoje simples aldeolas.”

¹⁹ Detalhando mais suas idéias em *De natura locorum*, Aberto Magno escreve que as pessoas nascidas nos lugares mais quentes são elas mesmas mais quentes, enrugadas como sementes de pimenta devido a excessiva secura. A cor negra da pele, exemplificada pelos etíopes, explica-se pelo seguinte modo: o ventre quente e seco recebe sêmen quente; o líquido mais sensível do sêmen seca até consumir-se, e o mais denso que subsiste produz a negrura da pele. Seus corpos secos, rodeados de ar muito quente, perdem continuamente água. Essas pessoas são muito ligeiras e ágeis; tem pouco medo da febre. O calor extrai delas toda a umidade, de modo que suas partes privadas são débeis e estéreis. O espírito da vida escapa com a umidade, e vivem somente até os trinta anos. (...) Os nativos deste clima (*klima*) quente e seco que passam a viver no quarto ou no quinto clima (temperado), podem passar da cor negra à branca (Magno apud Glacken, 1996)

Novas técnicas são criadas e outras são aperfeiçoadas neste levante contra a 'natureza primitiva'. Uma das principais formas de aceleração do trabalho na terra foi à implementação e melhoramento do trabalho animal, principalmente os cavalos (sendo que novas raças foram trazidas do Oriente durante as cruzadas). Esta inserção do trabalho animal aumentou a capacidade do homem para transformar a paisagem, desde a modificação de áreas florestais em áreas para cultivo até na própria agricultura e no transporte, tanto de mercadorias quanto pessoas. Os moinhos de água também foram outra técnica que possibilitou o aumento do controle do homem sobre a natureza, mesmo que inventados anteriormente nas áreas mediterrâneas, será no norte europeu que ele irá se multiplicar e se aperfeiçoar.

Estes avanços técnicos e, principalmente, as modificações no pensamento teológico sobre o papel do homem na natureza irão constituir os estopins para a mudança de período, e de forma mais 'brusca' que entre o período clássico e o teológico, pois se nos dois primeiros considerou-se momentos em que a natureza se relacionava com o homem, a partir deste momento de ruptura no final da Idade Média, o homem que é que passa a se relacionar com a natureza. Mais do que uma simples mudança na posição das palavras, isto significa uma alteração no jogo de poder entre homem e natureza.

O final do período teológico, que coincide com o final da Idade Média, chega-se a conclusão que todo este período de mais mil anos foi marcado por uma única idéia em que o conhecimento sobre a natureza era muito mais baseado nas relações dos homens com seu deus do que nas relações destes mesmos homens com a natureza. Isto fez com que a natureza se mantivesse um tanto protegida pela sua áurea divina.

Mas como salienta Workman (1962), como em todas as épocas da história humana, a modificação do meio físico tem vínculos com idéias, com ideais e com necessidades práticas. A Idade Média coincide com o período de construção das grandes catedrais, e encarnava um ideal religioso; significou uma amplíssima extração de pedras; provavelmente naquele período se arrancou da terra mais pedra

que em qualquer outro período comparável do passado. Nos três séculos entre 1050 e 1350, os canteiros de obras da França elevaram oitenta catedrais, quinhentas grandes igrejas e dezenas de milhares de outras menores. Os deveres cristãos de conversão e os tempos de expansão da religião, bem como de colonização, significaram derrubadas e incêndios, mais ainda significaram a abertura de áreas no meio de bosques. Cereais e vinhas têm suas histórias práticas, culturais e religiosas²⁰.

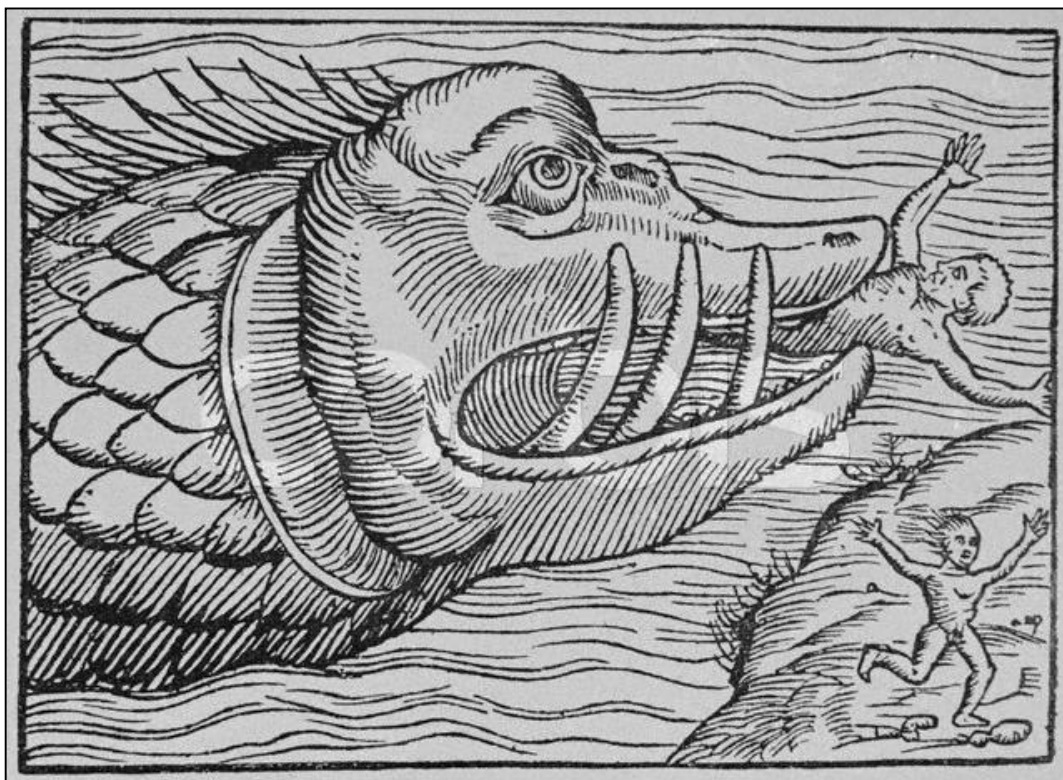
Na idade Média, segundo Reclus (1886), a terra era cultivada pelos escravos, cuja existência amarga era repassada para uma relação amarga com a natureza; eles não tinham prazer em observar as belezas divinas na natureza uma vez que suas próprias vidas eram um verdadeiro inferno.

É muito interessante o comentário de Reclus, sobre as idéias dos cristãos a respeito da natureza durante a Idade Média. Eram muito estanhas as idéias sobre a terra e suas belezas que tem entretido aqueles monges da Idade Média, os quais, em seus mapas do mundo, desenhavam, ao lado dos nomes de cada distante país, estranhos animais vomitando fogo, homens com patas de cavalo ou rabos de peixes, grifos com cabeças de carneiro ou bois, dragões alados e corpos sem cabeça com selvagens olhos colocados no meio de seus peitos²¹. Esta idéia levou a uma interpretação errônea da idéia de natureza, uma vez que as bordas da natureza, o desconhecido, apenas produziam medo e todo homem procurava paz e alegria. (figura 05)

²⁰ Workman, H.B. The Evolution of the monastic Ideal. Boston 1962

²¹ Reclus (1886)

Figura 05 – Monstro marinho devorando homens



Xilogravura mostrando uma figura mitológica que habitava a ‘borda do mundo’ devorando um homem. A figura representa o imaginário presente na Idade Média sobre a forma da superfície terrestre e a presença de seres/monstros que devorariam aqueles que se aventurassem a sair das terras conhecidas.

Fonte: www.corbis.com

IV - O HOMEM E A NATUREZA

4.1 – O PERÍODO DOS DESCOBRIMENTOS

- Descobrimientos de novas naturezas e novos homens
- Conhecer é Fabricar
- A sistematização da Geografia

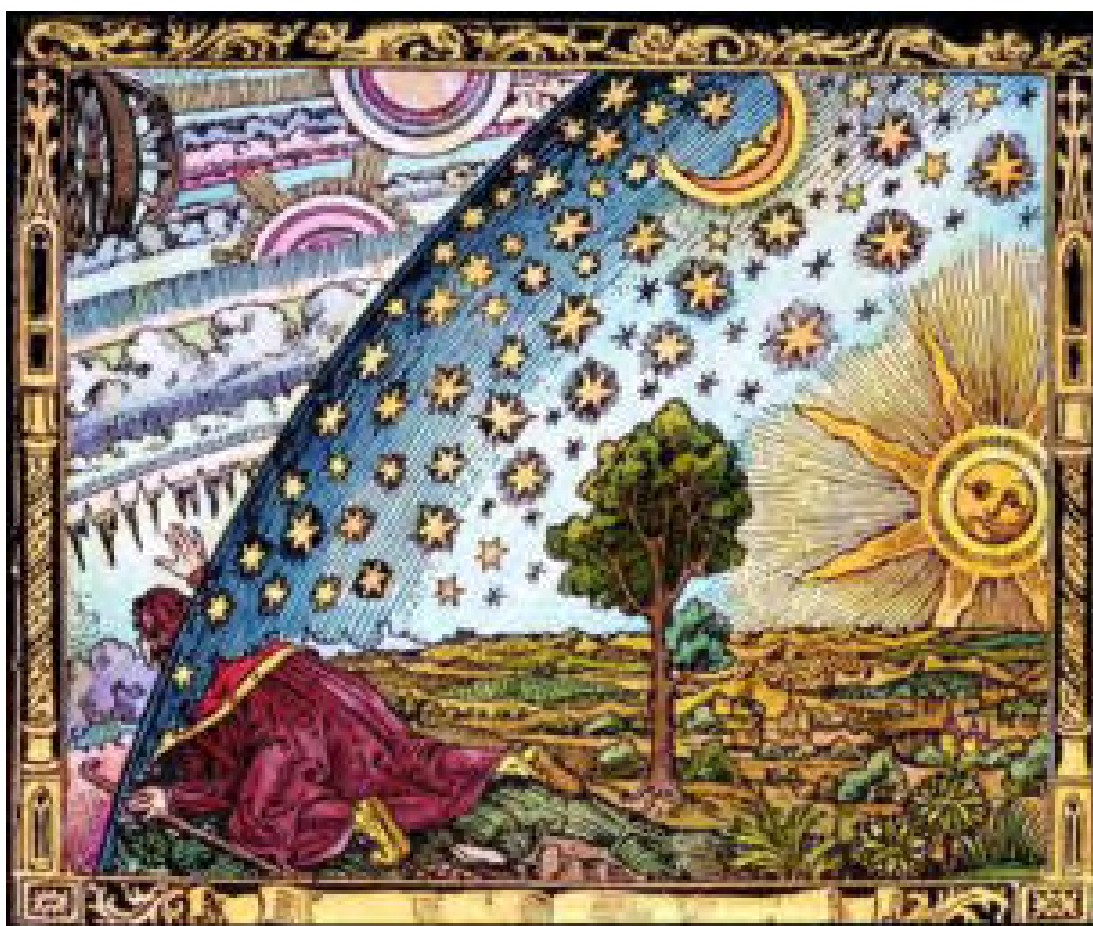
O início de um período novo sempre traz consigo algumas marcas do período anterior, a mudança por mais brusca que seja nunca apaga por completo os vestígios do momento histórico precedente. Assim, segundo Glacken (1996), as idéias sobre as causas finais ou desígnio da natureza, uma teleologia da natureza, também floresceram nos tempos modernos. Absorveram novas provas, novos pontos de partida nas novas terras, novos descobrimientos astronômicos (figura 06) e novas interpretações biológicas com a penetração na estrutura da matéria orgânica e inorgânica por meio do microscópio.

Nesta mesma direção, para Lenoble (1969), a criação da Natureza no Ocidente no período dos descobrimientos irá colocar um fato novo na sua interpretação, o desenvolvimento da ciência e das teorias e a mudança na idéia de natureza. Segundo o autor (op.cit.:79), *“o nascimento da Natureza ocidental, coloca-nos imediatamente perante o facto tão afrontosamente negado pelo empirismo de que, pelo menos em certas circunstâncias, a reforma da consciência precede a da ciência, como se então a Natureza do físico utilizasse simplesmente uma imagem da natureza já concebida, capaz de se actualizar no pensamento e na arte”*.

Por período dos descobrimientos, não se define este período apenas pelo descobrimento de novas terras - a América e posteriormente a Oceania - mas também pelos descobrimientos da ciência e da técnica, que trouxeram grandes contribuições para o entendimento que os homens fazem da natureza no período atual. Este novo período também significou uma inversão na posição entre o homem e a natureza.

Neste período também o homem, de acordo com Lenoble (1969:260), “vai habituar-se aos sacrilégios de Prometeu e de Ícaro: já não teme ser fulminado pelos deuses. Descartes, Galileu, Gassendi, todos os seus discípulos menores, têm doravante por evidente que **conhecer é fabricar** e que a Natureza nada mais faz do que realizar em ponto grande o que nós podemos obter por pormenores e à nossa escala, graças ao nosso engenho de técnicos. (...) Não só deixa de temer a cólera divina por esta violação da Natureza como se crê que Deus nos deu a missão de trabalhar à sua imagem, de construir o mundo no nosso pensamento como ele o criou no seu, fornecendo as suas leis.” (p260)

Figura 06 - Man and Earth (Homem e a Terra)²²



A figura encontrada no livro de Flammarion mostra uma nova relação do Homem com a Natureza influenciada pelos novos sistemas de idéias do Renascimento e da Idade Moderna, onde o temor a Deus é substituído pela crença na ciência. O homem da gravura está ‘espiando’ o que há fora da atmosfera terrestre, encontrando, no canto esquerdo superior uma engrenagem, e não um monstro ou Deus.

Fonte: www.altavista.com

²² Camille Flammarion (livro – Astronomia)

O início do período dos descobrimentos

Como marco inicial do período dos descobrimentos tem-se as Grandes Navegações do ponto de vista geográfico e o Renascimento no campo filosófico, onde a fonte de inspiração era os clássicos gregos e romanos.

De acordo com Glacken (1996), a maioria dos grandes nomes do começo da ciência modernas não negavam os desígnios na natureza nem a validade das causas finais. Copérnico: este não colocou em questão a Criação e seu sistema cósmico era produto do desígnio e da ordem divina; Galileu: seu sistema de interpretação era baseado no sistema de Copérnico e na glória e grandeza de Deus Todo Poderoso; Kepler: era um devoto e místico crente na harmonia divina; Newton: sua teleologia da natureza era baseada na ordem, beleza e movimento do céu e na ordem da natureza sobre a terra.

Ainda segundo Glacken (1996), estes grandes nomes da ciência e da filosofia mantiveram vivo o espírito da teleologia e da idéia de desígnio na natureza, apesar das críticas que fizeram a esta. A idéia de desígnio aplicada a terra é só um violino numa poderosa orquestra, pois a teleologia tem sido uma das grandes preocupações da teologia, da filosofia e da ciência ocidental²³.

Na mudança de perspectiva no entendimento da natureza, segundo Lenoble (1969:261), “seria preciso que a Natureza perdesse essa finalidade que os antigos filósofos julgavam encontrar nela, e talvez mais ainda essa espontaneidade indefinida que os pensadores do Renascimento admiravam.” Era uma necessidade para os mecanicistas que a natureza fosse considerada uma máquina e retomaram uma velha idéia de Ptolomeu, da natureza matemática. Ao pensar a Natureza como máquina, a ciência se torna a técnica para exploração e entendimento da máquina, do seu funcionamento e da sua reprodução.

²³ A título apenas de menção, pois não serão aprofundadas estas questões neste trabalho, houve um destaque de muitas obras e de uma produção intelectual durante o período dos descobrimentos sobre a relação entre clima e sociedade, bem como uma busca por sistema de classificação climática e a influência dos climas no destino dos homens. Por outro lado, destaca-se que além da preocupação dos pensadores do período dos descobrimentos com a idéia de desígnio da natureza, constatou-se; ao longo deste período dos descobrimentos, um intenso embate teórico entre as perspectivas da natureza mecanicista e organicista.

De acordo com Lenoble (1969:279), *“mecanizada, a Natureza torna-se uma simples possibilidade de exploração técnica, em breve levada ao máximo pela indústria nascente e logo invasora. O homem trocou o seu modelo, a sua senhora, por uma ferramenta. Essa ferramenta é-lhe entregue sem uma nota a explicar o seu modo de emprego. O homem, a princípio divertido, não vai tardar a apavorar-se com o seu poder e com o vazio que criou desta forma ao redor dele”*.

Segundo Fulton (1927), na perspectiva mecanicista, as ações das partes de um todo são explicadas mediante leis conhecidas e o todo é entendido como a soma e interação entre as partes. Já na vertente organicista, o todo existe em primeiro lugar, quiçá na mente de um artesão e a finalidade ou desígnio do todo explica as ações e reações das partes²⁴.

Entretanto, tanto a vertente mecanicista e quanto a organicista convergiram para uma idéia em comum, a ruptura com a idéia de envelhecimento da natureza e sua conseqüência fraqueza, razão pela qual o homem impunha sua superioridade sobre a mesma. Se para alguns a natureza enquanto uma engrenagem já possuiu mais força nos tempos passados, para outros sua debilidade era conseqüência de sua idade mais avançada. Assim, cabia ao homem, através de sua cultura, arte e ciência reparar as ruínas da natureza ou provar que as doutrinas de envelhecimento da natureza não eram mais do que interpretações errôneas.

Se a ciência moderna ocupou seus primeiros anos para refutar a idéia de uma natureza que envelhecia e para provar uma constância na natureza (manutenção de uma quantidade natural), esta negação da deterioração 'natural' da natureza será um importante dado teórico para a idéia de seu uso inesgotável da natureza e de seus recursos pelo modo de produção capitalista, quando este se tornar o motor do mundo moderno e contemporâneo²⁵.

²⁴ Fulton, W. *Nature and God*. Edimburgo, 1927, p134

²⁵ Outra obra, que apesar de ter sido escrita num momento anterior irá ser mais difundida no período dos descobrimentos, também irá contribuir para o entendimento do homem como um melhorador da natureza. *‘On the art of building in ten books’*, de Leon Battista Alberti, o autor coloca, já no prefácio, que como certas condições ambientais facilitam algumas formas de enfermidades, os homens devem modificar o meio. A sociedade e suas edificações, e a inventiva que as criaram estão todas inter-relacionadas com os contornos naturais. Além disto, os valores como utilidade, salubridade e comodidade não são suficientes para que uma cidade ou um edifício seja adequado aos homens, é preciso que se considere o homem como um ser sensível

O desenvolvimento da consciência do controle da natureza será crucial para o entendimento das idéias e conceitos de natureza no período atual. Seu aperfeiçoamento está baseado na aplicação da ciência teórica à ciência aplicada e da tecnologia bem como dos novos usos e demandas dos recursos naturais que o período dos descobrimentos impôs e ao mesmo tempo possibilitou aos homens.

Segundo Singer (History of Technology, 1951), a idéia do homem como agente geológico e geográfico é uma idéia moderna. (...) observações das mudanças que podiam ter lugar numa época preindustrial: a derrubada de bosques, a queima de florestas ou o uso das mesmas para alimentar as criações ou para produzir carvão; a drenagem de brejos e pântanos; a calefação das cidades, cujas chaminés produziam uma atmosfera urbana mais quente que a do campo; na agricultura e nos outros tipos de ocupações podia-se fazer usos do machado, do arado e do fogo. Estas atividades tão antigas tiveram que esperar até a segunda metade do século XVII e o XVIII para encontrar o começo de uma utilização e desenvolvimento mais atrevidos.

A tomada de consciência do controle da natureza pelo homem, desde o Renascimento até o século XVIII tem, segundo Glacken (1996), duas perspectivas:

- 1) A primeira procede da ciência teórica, teologia ou filosofia, e põe em relevo o papel do homem como o modificador ou o controlador da natureza, como função decorrente de sua posição na escala dos seres e sua capacidade única, inteligência, para interpretar o significado da criação.
- 2) A segunda é oriunda das observações cotidianas, sem filosofia nem moralizações. Muitas vezes fruto de divagações em torno de assuntos técnicos, de mineração, dosimetria, irrigação ou maquinismo.

Para Marsílio Ficino (*Théologie Platonicienne de l'immortalité des âmes*), o homem não se limita a inventar, mas também melhora suas invenções. Imita todas as obras da natureza divina, corrige ou melhora as obras da natureza inferior. Assim, pois, o poder do homem é quase similar ao da natureza divina. (...) O

e desta forma, cabe a suas construções instituir um valor estético e devem ser obras contidas também de beleza.

homem não só faz uso dos elementos, mas também os embeleza, coisa que nunca fez nenhum animal. De que maravilhoso modo cultiva o solo por toda a terra e constrói edifícios e cidades, com que destreza controla as vias navegáveis²⁶.

A natureza mecanicista

O homem não só toma consciência de sua força modificadora da natureza bem como dissocia desta ação, o pecado ou a audácia de imitar ao Criador, isto porque finda o período de que enquanto obra criada e designada por um ser superior, a natureza não tinham muito propósito em sua existência. O homem como inventor, experimentador, curioso, inquieto, ativo e sua habilidade manual, são as formas que ele encontrou para dar um sentido a natureza.

Ao longo dos séculos XVII e XVIII cresce o entendimento de que o homem acumula conhecimentos que o conduzem a um incremento de seu controle da natureza, através do aumento das áreas de cultivo, como uma grande contribuição das artes, ciências e técnicas. Isto se deve muito também as contribuições de Francis Bacon, Descartes e Leibniz, que acreditavam no poder do conhecimento para controlar o meio e eram entusiastas da tecnologia para melhorar o destino dos homens.

Segundo Glacken (1996), o espírito de Francis Bacon y Descartes, e de seus percussores, Leonardo da Vinci, Paracelso, Agrícola e Palissy, continuou entre muitos destacados pensadores do século XVII, para quem as indústrias do homem, elevada a um plano mais alto da experiência humana, demonstravam o crescente controle sobre a natureza mediante as artes e ciências. Filosoficamente, tal indústria podia ser considerada como um exercício da mente e da mão hábil em busca de objetos desejados; teologicamente, como atividade de um dotado da dupla qualidade de administrador de Deus sobre a terra e de adorador da destreza divina, a qual podia ver por todas partes na natureza; e praticamente, como uma natureza em outro caso caótica. Essa visão de controle da natureza e do câmbio do meio pelo homem

²⁶ (Ficino apud Glacken, 1996)

era prova, para Descartes, de um notável progresso, um divórcio do passado, e para Leibniz, de um progresso característico do Cosmo.

Já para Lenoble (1969:192), “no século XVII, Bacon e Descartes ousam tornar-se 'donos e senhores da Natureza', fazem-no proclamando que obtêm de Deus este domínio e esta posse”. *Posse de uma natureza-coisa, sem alma, de um “mecanismo para triturar os homens e as almas, a que chamamos Determinismo”*.

Segundo Francis Bacon na obra *Novum Organum*, “o império do homem sobre as coisas se apóia unicamente nas artes e nas ciências. A natureza não se domina, senão obedecendo-lhe”. (Aforismo 129).

Francis Bacon, na conclusão de *Novum Organum* (1999:218), ainda faz um elogio à nova posição do homem sobre a natureza, uma retomada de seu lugar de destaque dentro da criação divina, a retomada do direito e domínio da natureza, direito esse que havia perdido pela Queda do paraíso e que agora pela ciência resgatava o desejo de Deus. “*Pelo pecado o homem perdeu a inocência e o domínio das criaturas. Ambas as perdas podem ser reparadas, mesmo que em parte, ainda nesta vida; a primeira com a religião e com a fé; a segunda com as artes as ciências.*”

Cabe neste momento fazer uma menção especial a mudança no território empreendida na Holanda, um lugar onde homem se impôs sobre uma natureza muito hostil e constitui numa das nações mais desenvolvidas. Além disto, as transformações na Holanda foram importantes para moldar e exemplificar os pensamentos sobre a ação do homem na natureza.

Primeiramente cabe ressaltar as transformações espetaculares que os holandeses fizeram no seu território mediante a construção de diques que culminaram na obtenção de novas terras férteis (polders) em detrimento da perda de área marinha. Depois do ano 1600, os moinhos de vento se converteram em ativas bombas de água em grande escala (...) Na península ao norte de Amsterdã havia sido encontrado até 1640 até 27 lagos drenados pelo bombeamento, e o mesmo

havia sido proposto para drenar o Halemmermeer com a ajuda de 170 moinhos de vento²⁷.

Estes dois primeiros séculos do período dos descobrimentos foram decisivos na cristalização da idéia do homem como controlador e dominador da natureza, iniciado com a idéia religiosa do homem como administrador de Deus (pensamento conectado com a Idade Média) mas que aos poucos vai sendo interferido pela idéia de homem possuidor de uma superioridade natural e divina. Este fato acrescido às inovações técnicas coloca o homem no papel de criador, lugar até então reservado aos Deuses. O papel fundamental das transformações na Holanda, está baseado na crença de que o homem através de suas ferramentas e conhecimentos estava melhorando a natureza de maneira tão decisiva e segura, que a aceitação de seu controle era praticamente inevitável.

Este significativo aumento da concepção do homem como modificador na natureza terá maior desenvolvimento ainda no século XVIII, com contribuições de filósofos, biólogos e historiadores naturais, e muitos destes com grandes vínculos com a Geografia, como Kant, bem como dos próprios geógrafos a partir dos finais do século XVIII.

As explicações da natureza com caráter fisicoteológicas perdem sua força e posição de destaque no sistema de idéias do período, e um novo sistema, aquele que coloca o estudo da natureza em função da vida política, econômica, social e cultural humana, bem como do estudo da natureza em função de si mesma - naturalismo, irá emergir e ganhar terreno.

Também se insere neste momento as contribuições de Emmanuel Kant, filósofo fundamental na estruturação do pensamento geográfico, em sua *Crítica ao Juízo Teleológico*, quando afirma que a natureza insere no mundo um sistema de constante formação de novas terras, através de depósitos aluvionares nas áreas costeiras e nos deltas, e seu questionamento se tal questão deve ser considerada um

²⁷ "Después del año 1600, los molinos de viento se convirtieron en activas bombas de agua en gran escala. (...) En la península al norte de Amsterdam había contrado hacia 1640 hasta veintisiete lagos desecados por el bombeo, y él mismo propuso drenar el Harlemmermeer con la ayuda de ciento sesenta molinos de viento." (Glacken, 1996:441)

fim da natureza ou não, uma vez que os benefícios se dão exclusivamente para o homem. Para a natureza em si, o ganho de vida na terra significa a mesma proporção de perda de vida no mar. Ou seja, para a natureza pouco importa de que forma sua manifestação vital se concretiza no sistema natural.

A principal fonte de irradiação de uma nova concepção de natureza que derruba a idéia de invariabilidade absoluta da natureza, foram as obras de Kant. Para Engels (1991), Kant instituiu a idéia da Terra como algo com uma história, cuja constituição estava sendo formada paulatinamente. A Terra então era possuidora de uma história, de uma sucessão de tempos e espaços. Insere-se assim, a idéia nascente de uma natureza não como algo estático, como uma realidade atual congelada, como algo que é, mas sim algo que possuía mudanças ao longo do tempo, como algo que é um permanente *vír-a-ser*.

Kant continua ainda sua interpretação da relação do homem com a natureza, sendo que para ele a liberdade da causalidade do homem lhe permite adaptar as coisas físicas aos fins que ele propõe. Tudo o que podemos dizer é que supondo que o homem estava destinado a viver sobre a terra, não poderiam faltar-lhe os meios sem os quais não teria podido subsistir como animal, e não como animal racional, num plano tão baixo como se queira. Em tal caso, aquelas coisas naturais que são indispensáveis a este respeito, devem ser consideradas igualmente como fins da natureza.

Para Kant a natureza não pode ser encarada de maneira mecanicista, não pode ser vista como uma máquina, pois como ele mesmo explica, a causa responsável pela produção de um relógio não se encontra dentro deste, pois um mecanismo dentro deste, como uma engrenagem, não pode produzir outro relógio. A diferença entre uma máquina e a natureza é que primeira possui uma força motriz e a segunda uma força formatriz²⁸.

²⁸ neologismo criado por Kant

A natureza organicista

O século XVIII também irá ser o berço de outras idéias e concepção de natureza. O naturalismo tem como grande idealizador Goethe, o qual irá influenciar todo do movimento naturalista alemão com idéias de uma natureza romântica e chegará ao berço da geografia através de Humboldt. Para Goethe, na obra *Comentario sobre la Naturaleza*, o homem valoriza mais, em si mesmo e nos outros, aqueles processos que são intencionais e com propósito, quer também buscar intenções e propósitos na Natureza, porque seu conceito desta não pode ir mais além do que o conceito que ele tem formado sobre si mesmo²⁹. O homem ao enquadrar todas as coisas, inclusive a natureza, num sistema de referência a si próprio, obriga-se a supor que todas as formas externas a ele estão determinadas desde dentro, e este pressuposto é mais fácil para o homem porque não se concebe nenhuma coisa singular vivente sem uma complexa organização.

As concepções naturalistas colocam o homem como um ser dentro da natureza e que necessita desta para sobreviver, como a necessidade natural de ar e comida. O homem surge como um intruso no seio da natureza mas suas habilidades o fazem assumir uma posição confortável num mundo natural, mas caberia a inteligência humana empreitar uma busca por uma vida harmônica com a natureza, uma vez que esta, é o teatro da história do homem.

No naturalismo, de acordo com Lenoble (1969:301), “*a Natureza volta a ser, mais uma vez, a Mãe fecunda dos homens, que recomeçam a pedir-lhe uma regra dos costumes. Durante esse tempo, a ciência continua, por vias sempre mais seguras, a sua exploração metódica da Natureza. Mas torna-se bem claro agora que a Natureza do físico, cada vez mais matemático e que acaba de matematizar a química com Lavoisier e de mecanizar com Spallanzani os fenómenos até aí misteriosos da geração, já nada tem a ver com a natureza dos moralistas e dos 'filósofos' desse tempo.*”

²⁹ “Como el hombre valora más, en sí mismo y en los otros, aquellos procesos que son intencionales y con propósito, quiere asignar también intenciones y propósitos a la Naturaleza, porque su concepto de esta no puede ir más allá del concepto que él se ha formado de sí mismo.” (apud Glacken, 1996:495)

As idéias naturalistas conforme já foram mencionadas irão influenciar, muito, o nascimento da Geografia enquanto uma disciplina sistematizada, pelas mãos de Alexander von Humboldt³⁰ Seus ensaios sobre a geografia das plantas e quadro físico das regiões equinociais, publicados em - 1805, nos remete a forma ou procedimento de estudo da natureza baseado na sua observação ,que nos lembra uma retomada do ideal da contemplação no pensamento clássico. Na obra *Kosmos*, Humboldt nos revela todo seu interesse pela estética da natureza e beleza da paisagem, como fonte de prazer intelectual e moral oriundo de sua observação. Ressalta ainda o papel dos poetas e pintores que trazem as paisagens exóticas aos olhos e ouvidos europeus. As viagens e 'conquistas' do Capitão Cook no Pacífico Sul, tendo como relatores George Forster e Johann Reinhold Forster, foram, segundo Glacken (1996), fonte de inspiração importantíssima para Humboldt e sua busca pelo entendimento da natureza em sua máxima extensão, a Terra³¹.

Outro marco das idéias naturalistas, vinculado ao movimento Romântico, segundo Lenoble (1969), é a nascente substituição do modelo de jardim italiano ou francês, ordenado e geometrizado, pelo modelo do jardim inglês, onde a natureza manteria sua liberdade. O jardim inglês busca uma imitação da natureza, com grutas e cascatas, onde tudo é feito para copiar e conferir-lhe uma proximidade com uma natureza primitiva e pitoresca.

As questões referentes aos jardins formais e jardins ingleses serão retomadas e aprofundadas no capítulo VI deste trabalho, que tratará das especificidades da natureza na cidade.

³⁰ Reafirma-se aqui que o objetivo no estudo das idéias e conceitos de natureza na geografia tem como foco principal àquelas contribuições relacionadas as visões relacionadas ao que será denominado como Geografia Crítica. Neste momento apenas se apresenta uma indicação de outra possibilidade de entendimento da natureza que fortemente encontra-se presente na história do pensamento geográfico.

³¹ Neste encontro entre o Velho e o Novo Mundo, consideramos aqui tanto as Américas quanto a Oceania, a forma de entendimento da natureza irá ser usado para ratificar o processo de colonização e uso da terra. As teorias de classificação climática implicam em vantagens ou desvantagens culturais na mesma proporção, onde o clima cruel do Novo Mundo, tropical quente e úmido - havia impedido seus habitantes de alcançar a perfeição humana e eles se mantinham ao mesmo nível que os animais, possuindo atraso no desenvolvimento da mente e do corpo. E assim, as mesmas teorias que davam ênfase nas desvantagens naturais dos povos do novo mundo proclamavam a superioridade do clima temperado e sua produção de uma raça humana mais desenvolvida, num mais puro direito natural. Isto sem mencionar as teorias de aumento e controle populacional de Robert Wallace e Malthus que começavam a tomar fôlego, onde insistiam num limite natural para a população terrestre.

A Época do Homem na História da Natureza

Se durante milhões de anos a natureza reinou absoluta no controle da vida na Terra, a contribuição dos pensadores clássicos, renegada ou retrabalhada durante o período teológico, e resgatada no período dos descobrimentos, foram decisivas para colocar em xeque esta influência da natureza na vida humana e passagem para um momento de um certo equilíbrio entre o homem e natureza, com uma vantagem humana, no que concerne ao controle dos processos que movem este mundo.

E para isto, considera-se de fundamental importância a contribuição que o Conde Buffon deu para o entendimento de nossa visão sobre a natureza a partir de uma perspectiva humana - política, econômica, cultural ou social. Desta forma, cabe aqui fazer um destaque de suas idéias em duas obras *Histoire Naturelle* e *Des Époques de la Nature*.

Buffon é claramente influenciado pelas idéias de Cícero (trabalhadas no capítulo anterior), quanto a superioridade do homem na natureza, fruto de sua inteligência, habilidade (técnicas), e principalmente pelo uso consciente de suas mãos. Faz o elogio da ação humana sobre a natureza, mas com a preocupação de que a sociedade, como um todo, se beneficiasse desta ação e incorporação da natureza

O Conde Buffon, segundo Glacken (1996), não aceitava muito bem os ideais românticos sobre a natureza, para ele o homem tem um imenso poder para transformar a natureza, tendo uma grande crença nas tecnologias e nas possibilidades de melhora para o indivíduo e a sociedade. Partidário do estudo da natureza através de sua história, Buffon vê a natureza como um sistema de leis estabelecidas pelo Criador, cuja função é dar existência às coisas e aos seres em sua contínua sucessão. Entretanto, a natureza não é meramente uma coisa nem um ser, pois desta forma seria o próprio Deus. A natureza pode ser considerada como um poder vivo, gigantesco, que preenche a alma todas as coisas.

Para Lenoble (1969:295), Buffon tinha um gênio “de sábio e a sua fé sincera mantêm bem ao abrigo das elucubrações dos 'filósofos', constrói também uma Natureza que Deus modelou inteiramente pelo desejo do homem.”

O homem, para Buffon, está na ordem dos animais, mas é completamente diferente deles, esta na natureza, de uma outra forma. Enquanto os animais vivem da repetição de seus instintos, vivendo uma sucessão dos mesmos padrões, o homem, pela suas inteligência, razão e capacidade de falar, criar e julgar, se diferencia muito dos outros animais. O homem é o ser superior entre os seres viventes.

Buffon (*Histoire Naturelle*) considera a natureza selvagem como algo horrível e letal, sendo a função do homem sua conversão em algo grato ou habitável, através de as obras possíveis de transformação. Uma nova natureza salta de nossas mãos. Quão bela é esta Natureza cultivada! Que brilhante és e quão esplendida, adornada pelos cuidados do homem!³²

Sobre a ação do homem sobre a natureza, Buffon escreve que o homem é o mais nobre produto da natureza e a natureza penetrável para o homem, se multiplica sob seus cuidados de muitas e desejáveis maneiras. Flores, frutos e cereais, espécies de animais úteis têm sido transportadas, difundidas e incrementadas em grande medida; espécies inúteis têm sido eliminadas; a mineração tem progredido. As enxurradas têm sido contidas, os rios direcionados e controlados. O mar tem sido vencido. A terra tem sido restaurada e fertilizada. Os prados risonhos, os pastos, as vinhas e os hortos das colinas cujos topos estão coroados por árvores úteis e bosques jovens, as grandes cidades que ocupam lugares antes desertos, os caminhos e comunicações são algumas manifestações de poder e de gloria que mostram suficientemente que o homem, dono do domínio da Terra, tem mudado-a e renovado-a em toda sua superfície, e que sempre compartilhará este império com a natureza³³.

³² Qu'elle est belle, cette Nature cultivée! Que par les soins de l'homme elle est brillante et pompeusement parée! (Buffon, *Histoire Naturelle*, pp. 59)

³³ "Les fleurs, les fruits, les grains, perfectionnées, multipliés à l'infini; les espes utiles d'animaux transportées, propagues, augmentées sans nombre; les espes nuisibles réduites, confinées, réleguées; l'or et le fer plus nécessaire que l'or, tires des entrailles de la terre; les torrents contenus, les fleuves dirigés, resserrés; la mer, même soumise, reconnue, traversée d'un heminsphere à l'autre; la terre accessible partout, partout rendue aussi vivante que féconde; dans les vallées de riantes prairies, dans les plaines des riches pâturages, ou de moissons encore plus riches; les collines chargées de vignes et de fruits, leurs sommets couronnés d'arbres utiles et de jeunes forêts; les deserts devenus des cites habitées par un peuple immense, qui circulant sans cesse, se répand de ces centers jusqu'aux extrémités; des routes ouvertes et fréquentées, des communications établies partout comme autant de témoins de la force et de l'union de la société: mille autre

Assim, o homem que multiplica animais e plantas, bem como muda sua distribuição, ao seu desejo, que busca uma melhora e controle dos climas para melhorar a sua própria existência, age sobre a natureza natural ou sobre a primeira natureza (para Buffon, sem charme e em certo sentido macabra, visão antes totalmente contrária aos ideais românticos de uma natureza natural pitoresca), e acaba por começar a criar ou produzir uma segunda natureza. E Buffon em *Les Époques de la Nature*, mostra uma Sétima Época, um momento onde a primeira natureza passar a ser a segunda natureza. Segundo o autor (op. cit.), nesta Sétima Época, finalmente, toda a face que a Terra exhibe hoje tem o selo, a marca, do poder do homem, mesmo que subordinado ao da natureza, tem feito muitas vezes mais que esta, ou ao menos tem ajudado-a tão maravilhosamente que é com a ajuda de nossa mão que a Natureza tem se desenvolvido em toda sua extensão e tem chegado gradualmente a ponto de perfeição e magnificência que temos visto hoje³⁴.

Com estas afirmações tão incisivas de Buffon sobre a idéia e o conceito de natureza, atrelados às atividades humanas, bem como suas contribuição na visão otimista da inserção da vida social num mundo natural, dão as bases para uma mudança de período no que concerne nosso trabalho.

Segundo Lenoble (1969:316), o final do período dos descobrimentos, marca um momento o *“homem começa a agitar-se com tanto brio na conquista do mundo - a extensão cartesiana - que perde toda e qualquer preocupação. Deus e a alma continuam ser os objetos da metafísica, mas rompeu-se a ligação entre a física e a metafísica, isto é, entre a Natureza e Deus. (...) A Natureza tornou-se objecto unicamente da ciência, isto é, segundo a acepção nova do termo, das técnicas. (...) A ciência torna-se o novo ídolo. Ela penetra os segredos da Natureza, como a psicologia positiva penetra os segredos da consciência”*.

monuments de puissance et de gloire, démontrent assez que l'homme maître du domaine de la Terre, en chargé, renouvelé la sufurce entière, et que tout temps il partage l'empire avec la Nature”. Buffon, Hist. Nat, pp. 59-60.

³⁴ “Enfin la face entière de la Terre porte aujourd’hui l’empreinte de la puissance de l’homme, laquelle, quoique subordonnée à celle de la Nature, souvent a fait plus qu’elle, ou du moins l’a si merveilleusement secondée, que c’est à l’aide de nos mains qu’elle s’est développée dans toute son étendue, e qu’elle est arrivée par degrés au point de perfection et magnificence où nous la voyons aujourd’hui”. Buffon, Les Époque... 7a. époque, p. 92

Acrescenta-se a este plano das idéias, a Revolução Industrial e a transformação de um mundo mercantilista agrícola num mundo capitalista industrial. Assim, o final do século XVIII representa o fim de um período das relações do homem com a natureza, em que se observa uma gradual mudança na posição de ambos no sistema de idéias, com a incipiente sobreposição do homem sobre a natureza. O período seguinte irá aumentar esta diferença entre o homem e a natureza, e no âmbito das idéias assistiremos uma dissociação mais acelerada com a teoria da evolução, a especialização das ciências e as grandes transformações da natureza.

4.2 – O PERÍODO DA INCORPORAÇÃO

- homem como agente de transformação
- a produção da natureza
- a natureza capitalizada

‘A terra fez o homem e o homem refez a terra incessantemente’

Élisée Reclus

Além das idéias desenvolvidas no período anterior, bem como a crescente industrialização do mundo ocidental, no Período da Incorporação dois processos irão influenciar fortemente as idéias e conceitos de natureza e são fundamentais até nossos dias - o Higienismo e o Esteticismo.

O Higienismo irá ser definido como o saneamento e a limpeza das cidades e da natureza, com um grande número de novas técnicas e tecnologias que foram criadas para dar suporte a este novo conceito de natureza limpa e padronizada. O Higienismo vai ser marcado pelo saneamento das cidades e da Natureza, eliminando, principalmente as águas paradas – sinônimos de estagnação e os brejos (no caso do Brasil, os mangues). Todo um aparato técnico surge com esta finalidade, entretanto seu uso é determinado pelo poder econômico e conseqüentemente político, pois somente a nobreza e a burguesia têm acesso a estas técnicas; as classes mais pobres continuam vivendo em meio a uma Natureza hostil e insalubre.

Outro sistema de idéias, agindo concomitantemente com o Higienismo, que é o Esteticismo. Neste sistema, a natureza como sinônimo de paisagem é passível de um julgamento estético de beleza, que também irá seguir um padrão 'civilizado' previamente definido. A natureza, cortada e delimitada em linhas retas, torna-se um jardim, um signo da administração humana. A natureza, como um padrão estético de beleza requintada e sofisticada, é cada vez mais valorizada e decorativa, sendo acrescida de objetos humanos – monumentos à história do homem – intervenções para torná-la cada vez mais grandiosa – a riqueza natural não basta é preciso demarcar o território humano, sua conquista, sua incorporação e sua produção.

Esta visão estética está muito atrelada a uma visão romântica da natureza que será difundida pelos relatos de viajantes e a produção de litogravuras. A Natureza, representada pela paisagem, se torna um elemento de consumo, um produto a ser vendido aos viajantes e depois, aos leitores e compradores de pinturas (figura 07). Desta forma, se torna imperioso a criação de formas de proteção das paisagens pitorescas. Tem-se assim, a demarcação dos primeiros parques naturais nacionais, na Europa, destinado a fins científicos e ao turismo burguês, com entrada reservada. No século XIX, nas cidades européias, o esteticismo impulsionará, juntamente com o saneamento, a criação de parques urbanos, mas socialmente diferenciados: Parques para operários (Buttes Chamont em Paris é um exemplo) e Parques para a aristocracia (Bois de Bologne também em Paris).

Figura 07– Litogravura Século XIX – A cachoeira



A litogravura mostra a representação romântica da natureza ‘selvagem’ e escarpada que estava na moda no século XIX. A observação deste tipo de natureza era um dos programas das elites européias, como está mostrado pelas pessoas no canto direito inferior da gravura. Vários Clubes de Turismo e publicações especializadas se organizaram para este fim.

Fonte: www.corbis.com

A Incorporação da Natureza pelo Trabalho do Homem

O trabalho do homem é uma das formas de incorporação da natureza, importante categoria na mediação entre a sociedade e a natureza, sendo fundamental na produção e reprodução da vida humana.

O trabalho como atividade humana se dá sobre uma base material, sobre uma concretude que é a natureza. *“Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais”* (Marx, 1980:202).

As idéias de Marx na transformação da natureza eram outras e sua meta “era a emancipação espiritual do homem, sua libertação dos grilhões do determinismo econômico, sua reintegração com ser humano, sua aptidão para encontrar unidade e harmonia com seus semelhantes e com a natureza.” (Fromm, 1962:15)

A utilização produtiva dos recursos que sua natureza biológica fornece, o homem aprendeu a desenvolver habilidades que o permitiram espalhar-se por todo o planeta, de assentar-se sob os mais diversos climas. Não especializou também sua alimentação como muitos animais o fizeram, aumentando o raio de espraio do homem. Somente o homem imprimiu seu selo sobre toda a Terra, de acordo com sua vontade, uma vez que *“o animal apenas utiliza a Natureza, nela produzindo modificações somente por sua presença; o homem a submete, pondo-a a serviço de seus fins determinados, imprimindo-lhe as modificações que julga necessárias, isto é, domina a Natureza. E esta é a diferença essencial e decisiva entre o homem e os demais animais; e, por outro lado, é o trabalho que determina essa diferença”*. (Engels, 1991:223)

Com a idéia do trabalho na instituição do movimento da natureza, uma nova variável será incluída neste entendimento da natureza, o homem, como o agente executor do trabalho através do desenvolvimento de ferramentas. Sobre as ferramentas [técnicas], escreve Engels (1991:25), que a especialização da mão significa a ferramenta, sendo que *“a ferramenta significa a tarefa especificamente humana, a reação transformadora do homem sobre a Natureza, sobre a produção. (...) Unicamente o homem conseguiu imprimir seu selo sobre a Natureza, não só transladando plantas e animais, mas também modificando o aspecto, o clima de seu lugar de habitação; e até transformando plantas e animais em tão elevado grau que as conseqüências de sua atividade só poderão desaparecer com a morte da esfera terrestre. E tudo isso ele conseguiu, em primeiro lugar e principalmente, por intermédio da mão. Até mesmo a máquina a vapor, por enquanto sua mais poderosa ferramenta para transformar a Natureza, em última análise e pelo fato de ser uma ferramenta, repousa sobre a mão”*.

Para Marx e Engels, a natureza sem a mediação do trabalho, sem a presença humana, torna-se um mero substrato material. Segundo Marx (1980:79), *“é evidente que o ser humano, por sua atividade, modifica do modo que lhe é útil a forma dos elementos naturais. Modifica, por exemplo a forma da madeira, quando dela faz uma mesa. Não obstante a mesa ainda é madeira, coisa prosaica, material. Mas, logo que se revela mercadoria, transforma-se em algo ao mesmo tempo perceptível e impalpável”*³⁵.

Usar as mãos foi o passo decisivo para o homem transformar e incorporar a natureza, uma vez que foram as mãos, numa atividade racional, que criaram ferramentas e se articularam na forma de ferramenta. Assim, de acordo com Engels, no apêndice da 'Dialética da Natureza' - 'A humanização do macaco pelo trabalho' – *“o domínio da Natureza, iniciado com o aperfeiçoamento da mão, com o trabalho, ampliava o raio de percepções do homem, a cada novo progresso. Nos objetos*

³⁵ De acordo com Calvet (*La pensée de Karl Marx*, 1956 apud Schimidt, 1976), a natureza na concepção marxiana não tem sentido sem a presença do homem, é estática, uma coisa indiferenciada e indiferenciável, não possui a riqueza do movimento que a sociedade lhe imprime, é assim, o nada. A natureza tomada em forma abstrata, por si, *fixada* na separação com o homem, não é *nada* para o homem. (Marx, Manuscritos Econômico-Filosóficos, 1962)

*naturais, descobria ele constantemente outras qualidades até então desconhecidas. Por outro lado, o aperfeiçoamento do trabalho, contribuía para aproximar, cada vez mais, os membros da sociedade; para multiplicar os casos de ajuda mútua, de ação em comum, criando, em cada um, a consciência da utilidade dessa colaboração”.*³⁶

A natureza, mesmo que apresente condições, parece não impedir ao homem o progresso de sua ação sobre a mesma, fazendo que o trabalho penetre nas mais diversas esferas da natureza, em muitos casos enganando a nossa própria percepção. *“Animais e plantas que costumamos considerar produtos da natureza são possivelmente não só produtos do trabalho do ano anterior, mas, em sua forma atual, produtos de uma transformação continuada, através de muitas gerações, realizada sob controle do homem e pelo seu trabalho”* (Marx, 1980:206).

Dentro da concepção histórica da natureza, Engels (1991:41), critica as várias concepções unilaterais que pregam somente as imposições que a natureza coloca ao homem, esquecendo que *“o homem também reage sobre a Natureza, transformando-a e criando para si novas condições de existência. Da natureza da Alemanha dos tempos em que os germanos dali emigraram, resta muitíssimo pouco. A superfície da terra, o clima, a vegetação, a fauna e os próprios seres humanos modificaram-se imensamente, e tudo isso devido à atividade humana; enquanto as modificações que se verificaram na natureza da Alemanha, no decurso do tempo, sem a interferência, são incalculavelmente pequenas”*.

Além isto, numa crítica aos que ainda pregam uma natureza primitiva, romântica e idealizada, Marx & Engels (1980), afirmam que o primado da natureza anterior não deixa existir, mas a natureza dos idealistas românticos não existe mais, salvo em alguns atóis na Austrália.

³⁶ Na preocupação de Engels na diferenciação entre o homem e os animais, ele afirma que o animal usa a natureza somente para consumir o que suas necessidades naturais determinam, ao contrário do homem, que passa a produzir os seus meios de subsistência, ampliando sua esfera de produzir até atingir um grau que jamais seria observado na natureza. Em outro exemplo, Engels (1991), afirma que uma águia pode enxergar muito mais distante do que o homem, mas isto não significa uma vantagem para a águia em comparação com o homem, uma vez que o olho humano vê as coisas muito melhor.

Dentre as transformações que o homem opera na natureza, a produção de uma segunda natureza, é um processo dialético onde esta natureza transformada também pode retornar ao seu estado primitivo. *“Uma máquina que não serve no processo de trabalho é inútil. Além disto, deteriora-se sob a poderosa ação destruidora da natureza. O ferro enferruja, a madeira apodrece. Fio que não se emprega na produção de tecido ou malha, é algodão que se perde. O trabalho vivo tem que se apoderar dessas coisas, de arrancá-la de sua inércia, de transformá-las de valores de uso possíveis em valores de uso reais e efetivos”*. (Marx,1980:207)

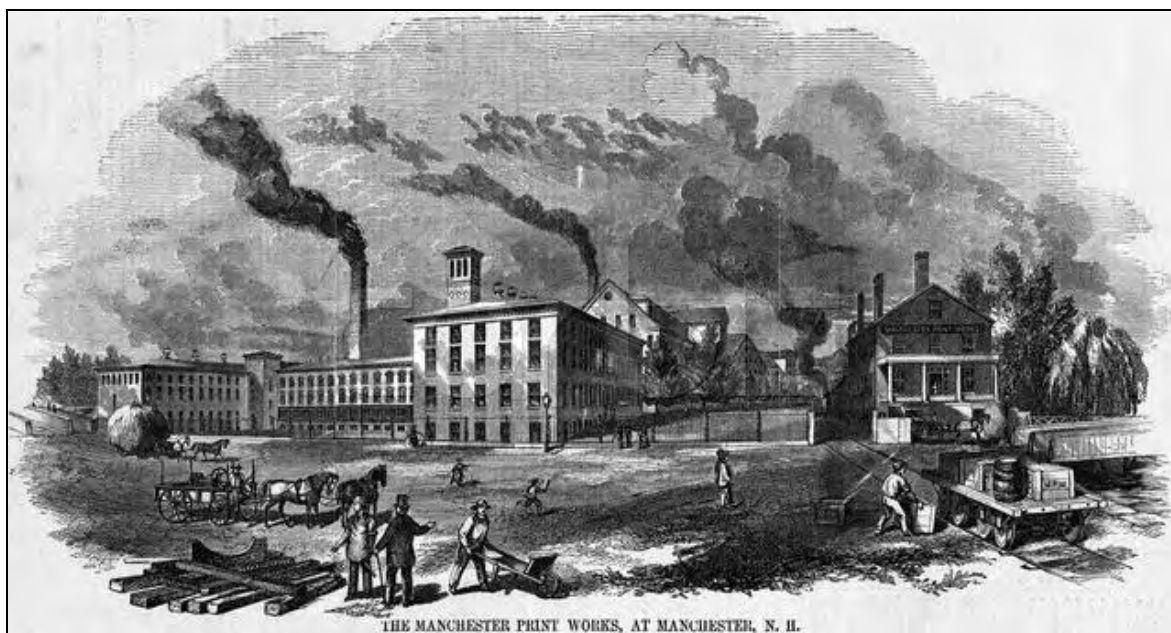
Em sua vida o homem tem a necessidade da presença da natureza e transforma esta natureza de acordo com as necessidades que vão sendo colocadas. O domínio da natureza na vida cotidiana tem como pressuposto o conhecimento dos processos naturais, e este conhecimento é construído na transformação prática do mundo.

O conhecimento da natureza e da suas leis com um objetivo pré-estabelecido, aumentaram os meios de reagir sobre a mesma. Entretanto, a industrialização e as técnicas de domínio da forças naturais aumentaram a produção, mas o aumento da produção e da produtividade não são repassadas para todos, fazendo com que a miséria se alastre pelos lugares. Assim, segundo Engels (1990:154), “o domínio da natureza adquire, na indústria, proporções muito mais gigantescas do que na agricultura, devido à razão de estar”. (figura 08)

Isto ocorre em função da tomada de consciência destas transformações práticas da natureza ocorrerem num momento importante da história da humanidade, que é a constituição e expansão do modo capitalista de produção. Como modo de produção que se estabelece em várias instâncias da sociedade, o imediatismo do lucro e a super exploração dos recursos humanos e naturais também será instituído na ação do homem sobre a natureza. Como cita Engels (1991:226), *“aos agricultores espanhóis, estabelecidos em Cuba, que queimaram as matas nas encostas das montanhas (tendo conseguido, com cinzas daí resultantes o adubo suficiente para uma só geração, para cafeeiros muito lucrativos), que lhes importava o fato de que, mais tarde, os aguaceiros tropicais provocassem a erosão das terras que, sem defesas vegetais, transformaram-se em rocha nua? Em face da*

Natureza, como em face da Sociedade, o modo atual de produção só leva em conta o êxito inicial e mais palpável; e, no entanto, muita gente se surpreende ainda pelo fato de que as conseqüências remotas das atividades assim orientadas sejam inteiramente diferentes e, quase sempre, contrárias ao objetivo visado”.

Figura 08 – Uma manufatura em Manchester-Inglaterra no século XIX



A litogravura mostra o aspecto de uma manufatura típica do período de crescimento das manufaturas, com as chaminés expelindo grande quantidade de fumaça, o que vai ser usado pelos Higienistas para uma revalorização da natureza na cidade.

fonte: www.corbis.com

A natureza também será engolida pelo processo de consumo. Para Marx, (Grundisse apud Duarte, 1986), “*o capital cria pela primeira vez a sociedade burguesa e a apropriação universal tanto da natureza quanto das próprias conexões pelos membros da sociedade (...). A natureza tornou-se pela primeira vez puro objeto para o homem, pura coisa de utilidade; cessa de ser reconhecida como uma potência em si mesma; e o conhecimento teórico de suas leis autônomas surge ele próprio como astúcia para submetê-lo aos carecimentos humanos, **seja como objeto de consumo, seja como meio de produção***”.

Assim, a natureza transforma-se numa mercadoria e, segundo Marx (1980:41), “a mercadoria é, antes de qualquer coisa, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual a natureza, da origem delas, provenham do estômago ou da fantasia”.

Acrescenta-se a isto uma forma perversa de dominação da natureza, que, de acordo com Engels (1990), o domínio da natureza pelo homem pressupõe o domínio do homem pelo homem, e as provas desta perversidade estão na existência de propriedades privadas, violência e escravidão.

A Incorporação Geográfica da Natureza

No prefácio de sua obra *Man and Nature*, de 1874, George Marsh mostra que uma abordagem geográfica de entendimento das idéias e conceitos de natureza reside na indicação do caráter e extensão das mudanças produzidas pela ação humana nas condições físicas do globo. Marsh (1874) utiliza esta abordagem para ilustrar a doutrina na qual o homem é, em tipo e grau, um poder de ordem maior do que qualquer uma das outras formas de vida animada, as quais, como ele, são nutridas na mesa da farta natureza³⁷.

Também no famoso prefácio de Élisée Reclus para *L'homme et la Terre*, encontra-se a afirmação, baseada nas contribuições de Marx, de que o homem é a natureza adquirindo consciência de si própria (*'l'homme est la nature prenant consicence d'elle même*). Em 1874, no mesmo ano que George Marsh publica seu livro, Reclus publica o texto *'De l'action humaine sur la géographie physique. L'homme et la nature.'* (Da ação humana sobre a geografia física. O homem e a natureza). Neste texto Reclus (2002:34) afirma que o homem é a alma da terra³⁸. O autor (op.cit.) escreve ainda que a medida que as pessoas desenvolveram sua inteligência e sua liberdade elas passaram a reagir sobre a natureza exterior não sendo mais passivamente subjugados. Decorrente desta transformação, os homens poderiam ser considerados como verdadeiros agentes geológicos, uma vez que transformaram diversas maneiras a superfície dos continentes, mudaram a economia das águas correntes e também modificaram os climas.

³⁷ "Indicate the character and, approximately the extent of the changes produced by human action in the physical conditions of the globe we inhabit and incidentally, to illustrate the doctrine that man is, in both kind and degree, a power of a higher order than any of other forms of animated life, which, like him, are nourished at the table of bounteous nature". (Marsh, 1874: prefácio)

³⁸ "L'homme est l'âme de la terre."

Esta valorização do homem enquanto um agente ativo no entendimento e modificação da natureza será influenciado pela publicação ainda nos finais do terceiro quarto do século XIX, até então muito recente, para Marsh e Reclus, de um trabalho de um geólogo italiano de Milão, Stoppani, que afirma pela primeira vez que o homem é uma força dentro da natureza tão poderosa quanto as próprias forças naturais, muitas vezes tomadas como as de maior magnitude. Para Stoppanini em 1873, no seu *Corso di Geologia*, de acordo com uma citação extraída de Marsh (1874), a criação do homem foi a introdução de um novo elemento na natureza, uma força inteiramente desconhecida nos primeiros períodos. Esta nova força telúrica pode ser comparada, em poder e universalidade, às grandes forças da terra³⁹. E para Stoppanini estes eram os indícios de uma Era Antropozóica.

Se em determinados pontos de sua obra Reclus considera a natureza como uma mãe benéfica que nutre e alimenta, ele não desenvolve o ideal romântico de harmonia, pois se até as plantas e animais lutam por seu território e não seria diferente para o homem. Segundo Reclus (1886), o homem está incessantemente em conflito com a superfície do globo tendo sido durante o início da civilização submetido à natureza, uma época de barbarismo primitivo. O homem tem gradualmente emancipado a si mesmo, e tendo esforçado-se para adaptar as forças da terra para o seu uso, ele tem feito dela sua própria. (...) Por um longo período os homens não eram nada mais do que produtos inconscientes da natureza, mas agora têm se tornado crescentemente agentes ativos sobre a história da natureza⁴⁰.

Élisée Reclus também coloca uma questão instigante, na qual o homem só processa a beleza da natureza quando a mesma encontra-se filtrada, civilizada, enquadrada. Segundo Reclus (1886), **a natureza muito selvagem é incompreensível para o homem, ele prefere trechos da natureza que já foram digeridos pela vida social possibilitando assim que sua imaginação envolva**

³⁹ “The creation of man was the introduction of a new element into nature, of a force wholly unknown to earlier periods. It is a new telluric force which is power and universality may be compared to the greater forces of the earth”. (Stoppanini, apud Marsh, 1874:605)

⁴⁰ “Man is incessantly engaged in a conflict with the globe on which he dwells; having submitted a child of nature during the ages of primitive barbarism, he has gradually emancipated himself, and which endeavoring to adapt to his uses the forces of the earth, he has, so to speak, made them his own. (...) For a long time we were nothing more than its [Nature] unconscious products, we have become increasingly active agents in its history.” (Reclus, 1886:408)

todo este trecho humanizado mais facilmente. Símbolos da natureza, como uma charmosa avenida salpicada de árvores ou um lago rodeado por estátuas como um santuário, são mais valorizados pelo homem do que a natureza mantida em seu estado bruto.

Isto se dá porque o desejo universal do homem é adaptar a terra para seus requerimentos e para tornar completa sua possessão para derivar, a partir disto, seus imensos tesouros. Ele cobre a terra com uma rede de estradas, ferrovias e cabos telegráficos; ele fertiliza seus desertos e se faz o mestre de seus rios.⁴¹

Uma nova geografia da natureza, constituída pela transformação que o homem realiza na natureza, foi baseada primeiramente da observação e posteriormente da dominação dos processos naturais. A mudança no entendimento e da própria materialidade da natureza é, cada vez mais, atribuída ao progresso humano no campo das ciências e das técnicas.

A ação humana consciente imprimiu a superfície do planeta uma diversidade de aspectos muito maior que as forças inconscientes da natureza. Além de sua superioridade na ação, o homem pode melhorar seu domínio, seu território, ajudando obstinadamente a terra no seu lugar a se embelezar. O homem digno de sua missão assume uma parte da responsabilidade na harmonia e na beleza da natureza ao seu entorno⁴².

No texto, '*Géographie Générale*' (Geografia Geral), de 1872, Reclus coloca de maneira incisiva que estudar a superfície da terra é necessariamente realizar um estudo da humanidade⁴³. Na '*Leçon D'overture du cours de Géographie Comparée dans l'espace et dans le temps*' (Lição de abertura do curso de Geografia

⁴¹ Uma vez que o trabalho e as idéias se constituem o motor da transformação da natureza e, como são frutos dos processos históricos que toda a humanidade passou, a contemplação da natureza só realmente será verdadeira quando esta humanidade, em conjunto, uma emancipação da natureza como projeto coletivo, possa ser agregada num conjunto entre todas as nações numa liga de paz e liberdade, segundo os ideais de Élisée Reclus.

⁴² "L'homme digne de sa mission assume par cela même une part de responsabilité dans l'harmonie et la beauté de la nature environnante". (Reclus, 2002:35)

⁴³ "L'étude de la surface du globe accompagne donc de la façon la plus intime l'étude de l'humanité". (Reclus, 2002:81)

Comparada no espaço e no tempo), de 1894, Reclus explicita ainda mais uma idéia materialista, a terra fez o homem e o homem refez a terra incessantemente⁴⁴.

Já após o século XVI, os maiores exemplos da ação do homem sobre a natureza, de sua vontade perseverante, são as obras de drenagem que garantem a fertilidade da terra; transferências de elementos da flora e da fauna; a irrigação que permite a criação de novos oásis, e outras obras como os diques e polders. Obras úteis, que constituem em verdadeiras revoluções geográficas e que mudam o aspecto da terra.

De acordo com Marsh (1874), nas épocas recentes operações com os propósitos relacionados ao saneamento da natureza, tem assumido uma certa magnitude, e tem trazido efeitos econômicos, sanitários e geográficos, os quais colocam estas operações num alto posto nos esforços do homem para melhorar as condições naturais do solo que ele ocupa⁴⁵.

Do ponto de vista simbólico, as obras de engenharia que modificaram a paisagem na Europa, tais como o quebra-mar de Cherbourg (França), a drenagem de terras que ainda se processava na Holanda e alguns pontos da Inglaterra, a canalização e os desvios dos rios que possibilitavam sua navegabilidade, associados às imensas obras portuárias, traziam para o cotidiano das pessoas novas formas de valorização do trabalho humano, como força capaz de alterar os caprichos da natureza e cuja magnitude de ação eram compatíveis com as obras que também no mundo antigo, como no Egito, significavam uma vitória da humanidade no domínio da natureza. Assim, tais obras eram a própria materialização de um sistema de idéias e de conceitualização a respeito da natureza.

Uma nova geografia da natureza, constituída pela transformação que o homem realiza na natureza, foi baseada primeiramente da observação e posteriormente da dominação dos processos naturais. A mudança no entendimento e da própria

⁴⁴ “la terre fait l'homme e que l'homme refait la terre incessamment” (Reclus, 2002:104)

⁴⁵ “In recent times operation for this purpose have assumed a magnitude, and been attended with economical as well sanitary and geographical effects, which entitle them to a high place in the efforts of man to ameliorate the natural condition of the soil he occupies.” (Marsh, 1874:435)

materialidade da natureza são cada vez mais atribuídas ao progresso humano no campo das ciências e das técnicas.

A respeito das fantásticas modificações na natureza que estavam tomando conta da Europa e dos Estados Unidos no século XIX, Marsh (1874) escreveu que estas mudanças para o bem ou para mal não foram causadas por grandes revoluções naturais do globo, nem são por algum meio atribuído inteiramente a ação ou inércia moral ou física das pessoas, ou em todos os casos, mesmo de raças que agora habitam estas respectivas regiões. Elas são produtos de uma complicação de forças conflitantes ou coincidentes, atuando através de uma longa série de gerações. (...) Elas são puramente resultados calculados e desejáveis de simples e familiares operações da agricultura e da vida social⁴⁶.

Além das idéias, produtos e pessoas começam também a se movimentar entre os lugares, levando a um aumento da conexão entre países e os modos de comunicação ficam mais eficientes e passam a ser mais usados. E para Reclus (1886), os telégrafos elétricos representam uma liberdade física para o homem; sua liberdade é posta livre de obstáculos impostos pelo tempo e espaço e, torna-se, como isto, pessoalmente presente em todos os pontos do espaço os quais conduzem cabos e os trazem em conexão com seus pensamentos⁴⁷. Em adição, a inauguração do cabo telegráfico transatlântico, ligando a Europa à América do Norte, significou uma grande conquista do homem sobre a natureza.

A questão do melhoramento da natureza deve ser tomada como finalidade da vida humana, trazendo conseqüências para os próprios homens, e muita energia deve ser investida para ampliar e eternizar as fontes de riqueza e beleza natural. Para Marsh (1874), a terra não estava, em sua condição natural, completamente adaptada para o uso do homem, mas apenas para manter a vida selvagem animal e

⁴⁶ "These changes for evil and for good have not been caused by great natural revolutions of the globe, nor are they by any means attributable wholly to the moral and physical action or inaction of the peoples, or in all cases, even of the races that now inhabit these respective regions. They are products of a complication of conflicting or coincident forces, acting through a long series of generations. (...) So far they are purely the calculated and desired results of those simple and familiar operations of agriculture and of the social life" (Marsh, 1874:19)

⁴⁷ "His liberty is set free from the obstacles imposed by time and space, and he becomes, as it were, personally present at all the points of space which the conducting wire brings into relation with his thoughts." (Reclus, 1886:476)

vegetal. E em certa medida a transformação da superfície terrestre, da supressão do natural, e simulação da artificialidade modificada produtivamente torna-se necessárias. Mas, esta medida o homem tem, infelizmente, excedido⁴⁸. Para o autor (op. cit.), a terra foi dada para o homem apenas para usufruto não para consumo.

Mas, geograficamente, as idéias presentes tanto no pensamento de Marsh quanto de Reclus, serão mesmo intensamente permeadas pelas configurações territoriais da Holanda, a expansão do território humano sobre o que era até então o império marinho.

Holanda – a produção de novas terras

A incorporação e até produção de terra era algo que permeava todo o sistema de idéias do século XIX, percebidos já nos séculos anteriores, tendo como principal exemplo de análise a Holanda. Mas a interpretação que George Marsh e Élisée Reclus fornecem sobre estas conquistas do homem é extremamente interessante.

Reclus (2002), escreve que a Holanda mostra os magníficos trabalhos do homem, os quais dão vantagem a ele sobre a natureza. A história agrícola dos Países Baixos é escrita num combate sem trégua entre o homem e o oceano, e este combate relata a vitória do homem⁴⁹.

A concepção de Reclus '*Telle terre, tel peuple*' (Tal terra, tal povo), não representava uma visão determinista do ambiente, mesmo quando os homens primitivos se moldaram o seu modo de vida dentro de uma dependência absoluta da natureza – nas áreas costeiras os homens pescavam e nas áreas florestadas caçavam. Mas, deste então eles aprenderam a superar as condições e limitações que a natureza

⁴⁸ "The earth was not, in its natural condition, completely adapted to the use of man, but only to the sustenance of wild animals and wild vegetation. Hence, a certain measure of transformation of terrestrial surface, of suppression of natural, and stimulation of artificiality modified productively becomes necessary. This measure man has unfortunately exceed" (Marsh, 1874:38)

⁴⁹ "L'histoire agricole des Pays-Bas est le récit d'un combat sans trêve entre l'homme et l'océan, et dans ce combat c'est l'homme qui a reporté la victoire." (Reclus, 2002:43)

local colocava, e com estas mudanças no meio, decorrência da revolta do homem contra as duras necessidades, começa a geografia propriamente dita⁵⁰.

A respeito desta ação de domínio do homem sobre a natureza cabe transcrever uma afirmação extremamente bela de George Marsh que mostra que quando e como a natureza se rende ao controle das técnicas e da razão humana. Para Marsh (1874), os encontros do homem com a natureza ocorrem em campos onde a natureza é colocada em conflito com o homem [tanto podemos pensar fisicamente como do ponto de vista de seus interesses econômicos ou simbólicos], e num primeiro momento ela resiste as tentativas humanas de interferência nas suas operações, mas a natureza achando o homem como o mais forte, quietamente ela submete-se a suas regras, e termina por contribuir para ajudá-lo a levantar os muros e algemas pelas quais ele ensaia confiná-la⁵¹.

As terras reclamadas através da drenagem e da construção de diques na Holanda, uma nação inteira, nas palavras de Reclus (1886), em conflito com a natureza, se deu em duas etapas, com características muito particulares, definindo muito bem dois padrões de idéias em relação a natureza.

A primeira etapa das terras reclamadas do mar, se deu através da construção de diques, canais e drenagens que seguiam os cursos dos pequenos corpos d'água. Desta forma, de acordo com Reclus (1886), as primeiras técnicas usadas na 'construção' de novas terras eram ainda muito primitivas, muito próximas da natureza, e como consequência as terras produzidas a partir destas técnicas mostravam linhas meandantes e pitorescas, que muito a aproximavam de terras 'naturais' não eram tão destoantes do ao seu entorno. (figuras 09 e 10)

Já a segunda etapa na conquista ou no reclamo de terras, estão vinculadas a processos de drenagem e técnicas para a construção de diques mais avançados. Estas terras produzidas de acordo com um padrão mais avançado introduziram um

⁵⁰ “Avec ces changements de milieu, qu'a pu se procurer l'homme deans ses révoltes contre la dure nécessité, commence la géographie proprement dite.” (Reclus, 2002:82)

⁵¹ “Fields where nature is brought in conflict with man, she first resists his attempts at interference with her operations, then, **finding him the stronger, quietly submits to his rule, and ends by contributing her aid to strengthen the walls and shackles by which he essays to confine her.**” (Marsh, 1874:503) – grifo do autor

novo aspecto a paisagem, com uma regularidade matemática, uma natureza geometrizada, com intervalos regulares entre canais paralelos e ângulos retos, como pode ser visto nas figuras seguintes.

Para Reclus (1886), a estupenda regularidade não é perturbada, salvo por massas de prédios em grandes cidades, os parques que a cercam e as estradas e ferrovias cortando os canais em oblíquas direções como se emergissem das cidades⁵².

Segundo Marsh (1874), as modernas ambições da sociedade irão alcançar grandes conquistas da natureza física, e seus projetos são corajosas empreitadas até agora desenvolvidas para a modificação da superfície geográfica.

A passagem sobre os obstáculos naturais se dá, usando a palavras de Reclus (1886), a partir do conhecimento do mal, permitindo assim que se descubra o remédio⁵³. Além disto, a idéias trocadas por povos de todos os climas tornam-se patrimônio comum para todos, e a inteligência criativa dos trabalhadores tem sido permitida a se desenvolver e aumentar⁵⁴. Para Marsh (1874), estas conquistas são muito mais gloriosas que os orgulhosos triunfos de guerras.

⁵² "The astonishing regularity of the landscape is undisturbed, save by the masses of buildings in the large towns, the parks which surround them, and the roads and railways crossing the canals in an oblique direction as they emerge from the cities." (Reclus, 1886:457)

⁵³ "The knowledge of the evil has led to the discovery of the remedy." (Reclus, 1886:460)

⁵⁴ "Ideas become a patrimony common to all, and the creative intelligence of workers has been enabled to develop and increase." (Reclus, 1886:468)

Figura 09 – Polder van Hilversumse Meent.



No setor direito superior pode-se observar as primeiras terras reclamadas da descrição de Reclus (1886), com o aspecto meandrante dos canais.

Fonte: www.altavista.com

Figura 10 – Planta com a geometria regular dos novos polders na Holanda



Pela planta pode se observar a regularidade das novas terras reclamadas pelos novos polders da Holanda, que tanto impressionaram Elisée Reclus e George Marsh.

Fonte: www.altavista.com

A Transformação Industrial da Natureza e a Construção Estética

A produção de uma natureza artificial deve muito também ao avanço conquistado pela ciência e pela técnica no que se refere a meteorologia e a previsão climática. Uma vez que estas significativamente melhoras permitiram um controle e prevenção contra as leis naturais, e foram fortes componentes no avanço da agricultura e da indústria.

Nos países mais industrializados, onde as indústrias tem sido a maior força para modificar tanto os conteúdos das idéias quanto a aparência da natureza, os desejos dos homens têm cada vez mais se imposto sobre as repetições cíclicas e sem intenções da natureza. Entretanto para Reclus (1886), uma das maiores conquistas do homem sobre a natureza é a previsão do tempo e a meteorologia é uma das mais importantes ferramentas para libertar o homem. Com a previsão do tempo, até os furacões tem perdido seu poder sobre o homem. Mas há, entretanto, um triunfo ainda maior que aquele da previsão da sucessão dos fenômenos meteorológicos, e que é a vitória obtida pela modificação do clima⁵⁵.

A modificação dos climas seria uma forma de melhorar a saúde pública nas cidades, bem como poderia representar um incremento as atividades agrícolas. Desta forma, segundo Marsh (1874), o homem tem feito muito para revolucionar a superfície sólida do globo, e para mudar a distribuição e proporções e características essenciais dos organismos que habitam a terra e também as águas. Mas esta busca pelo domínio e adaptação da natureza tem lugar, primeiramente, na correção de 'defeitos' ou imperfeições da natureza vinculada aos lugares de nascimento de cada agrupamento humano.

Para Reclus (1886), a ação do homem é tão poderosa no empreendimento da drenagem de pântanos e lagos, na derrubada dos obstáculos entre diferentes países e na modificação da primitiva distribuição dos animais e das espécies vegetais, que estes fatos adquiriram uma importância decisiva nas mudanças pelas quais a superfície externa do globo tem passado. Esta ação do homem pode embelezar a

⁵⁵ "There is, however, a triumph still greater than that of foreseeing the succession of meteorological phenomena, and that is the victory obtained by the modifications of climates." (Reclus, 1886:483)

terra, mas ela também pode desconfigurá-la, de acordo com os costumes e as condições sociais de qualquer nação, ela contribui tanto para a degradação ou para a glorificação da natureza. O homem molda dentro de sua própria imagem o país ao qual ele pertence⁵⁶.

Como grande parte dos homens tem vivido nas áreas costeiras, além de terem aprendido a tirar do mar fonte de alimento, e o rápido incremento dos transportes marítimos, impulsionados pelo aumento das trocas comerciais entre os países, fez com que as áreas costeiras fossem o lugar de grandes modificações que representam a materialização de um ideal de natureza a serviço da vida humana. Como exemplo das importantes realizações humanas nas áreas costeiras pode-se citar:

- mudanças na linha de costa com, aterros ou drenagens que permitem um ganho de terra em detrimento do mar, colocando as linhas costeiras sujeitas a controle do poder humano.
- grandes obras que representam uma importante melhora da linha de costa, como portos, docas e marinas, que são, para Marsh (1874), as mais honráveis e memoráveis conquistas do homem sobre a natureza, uma vez que permitem um grande aumento do comércio, das trocas comerciais e mesmo da conquista de novas terras.

As conseqüências destas modificações na natureza devem ser consideradas não só em seu aspecto físico visível, mas também do ponto de vista simbólico ou moral, pois carregam consigo uma forte e significativa componente ideológica, e estão completamente em consonância com um sistema de idéias produzidos no momento sobre o homem e a natureza. Para Marsh (1874), os resultados de tais operações de modificação geográfica da natureza, consideradas em sua componente física e moral, são suficientemente importantes para intitulá-las como pontos

⁵⁶ “The action of man is so powerful an agency in draining marshes and lakes, in smoothing down the obstacles between different countries, and modifying the primitive distribution of animal and vegetable species, that these very facts become of decisive importance in the changes which the outward surface of the globe is undergoing. This action of man may embellish the earth, but it may also disfigure it; according to the customs and social condition of any nation, it contributes either to the degradation or glorification of nature. Man moulds into his own image the country which he inhabits...” (Reclus, 1886:490)

especiais em todo compressivo entendimento das relações entre o homem e a natureza⁵⁷.

O ideal do homem é o ideal que irá sempre prevalecer. Quando o ideal é nada mais que a mera reclamação de chão para cultivo, tudo será sacrificado para este ponto, a variedade e originalidade das espécies e toda a beleza da vegetação. Mas o desejo de obter culturas produtivas a partir da terra pode ser suplantada pelo desejo de adoração à terra e dando-lhe um grande esplendor através da adição de arte à natureza; (...) não resta dúvida que irá suceder-se uma mudança material do mundo vegetal de acordo com seus desejos, e em dando-se esta transformação, ao invés de sua primitiva originalidade, uma nova beleza irá se constituir para responder a um sentimento com sabor estético⁵⁸.

Assim, a influência do homem sobre a natureza não é apenas associadas a melhoria da sua produtividade, mas também é composta com uma forte componente estética, e isto vem caminhando com a história das idéias e conceitos de natureza desde o período clássico.

A forte componente estética da natureza, tratada por Reclus (1886), é acrescida de um valor variável aos 'gostos' que vão sendo definidos ou impostos. O autor cita as casas construídas no lago Geneva, que primeiramente davam as costas para o lago, permitindo uma vista das montanhas e das rochas, que representam o padrão vigente de beleza natural naquele primeiro momento, mas que posteriormente passam a serem construídas com suas fachadas voltadas para o lago, pois os corpos d'água é que se tornam o padrão estético de beleza natural⁵⁹.

⁵⁷ "The results of such operations, considered in their physical and their moral bearings, are sufficiently important to entitle them to special notice in every comprehensive view of the relations between man and nature". (Marsh, 1874:399)

⁵⁸ "The ideal of man is the ideal which will always prevail. As long as the ideal is nothing else but the mere reclamation of ground for cultivation, everything will be sacrificed to this point, the variety and originality of species, and all beauty of vegetation. But when the desire of obtaining productive crops from the earth is supplemented by that of adoring it and of giving to it all the splendor which art adds to nature; (...) no doubt it will succeed in materially modifying the vegetable world according to its desire, and in giving it, instead of its primitive originality, a new beauty which will respond to a sentiment of aesthetic taste." (Reclus, 1886:487)

⁵⁹ Spinoza não atribui a natureza nem beleza nem feiúra, nem ordem nem confusão. Estes são produtos da imaginação. Também condena as concepções teleológicas de natureza, com a intenção de mostrar que a natureza não faz nada e bem como não concorda com as concepções que colocam a natureza como algo vantajoso ao homem. Todas estas formas de julgamento moral e utilitário da natureza parecem "acabar

Num texto de 1866, *‘Du Sentiment de la Nature dans les Sociétés Modernes’* (Do sentimento da natureza nas sociedades modernas), Reclus descreve o amor a uma natureza, ou a uma geografia física, escarpada, acidentada, alta que transmite fascinação ao invés de áreas planas que são de extrema monotonia. Uma natureza alta, onde a montanha oferece mais obstáculos ao homem e sua ‘dominação’ exige maiores esforços o que leva a um prazer mais sofisticado e intenso. Neste momento, se desenvolvem na Europa os clubes expedicionários que visavam criar grupos para exploração de novos lugares e de lugares selvagens, os clubes alpinos com o intuito de conquistar as montanhas européias e os clubes de turismo, que passaram a publicar alguns relatos e viagens e instituir a idéia de viagens expedicionárias. Uma idéia muito interessante trabalhada por Reclus neste texto, refere-se as glórias e triunfos que o homem alcançava cada vez que um novo pico de uma montanha era conquistado, que era inserido nos mapeamentos, que passavam a ostentar um bandeira, um símbolo do poder de dominação humana.

A produção de idéias de natureza será fortemente influenciadas pelas obras de pintores e fotógrafos, que irão criar um padrão estético de representação da natureza, alguns em viagens ao redor do mundo e outros a partir de relatos de outros viajantes. De acordo com Reclus (2002) o homem passa a ‘freqüentar’ mais e mais intimamente a natureza graças as obras de arte que reportavam as memoráveis viagens; todos os homens cultos podem agora compreender a fisionomia de diversas regiões do globo.

Para Reclus (1985:75), *“um fato capital domina toda a civilização moderna: o fato de que a propriedade de um único indivíduo pode aumentar indefinidamente, e até mesmo, em virtude do consentimento quase universal, abarcar o mundo inteiro. O poder dos reis e dos imperadores é limitado, o da riqueza não o é. O dólar é o senhor dos senhores (...) O modelo essencial do civilizado europeu, ou melhor, do americano do norte, é de se preparar para o lucro, tencionando comandar os outros homens através do dinheiro todo-poderoso. Seu poder aumenta na proporção exata do seu haver”*.

mostrando que a natureza, deuses e homens estão igualmente loucos”. (Spinoza, *Ética*, Parte I, Apêndice que segue a proposição XXXVI apud Glacken, 1996:351-352).

O domínio de uma forma de pensar, ou melhor, de uma forma de comando da vida social que o capitalismo exerce sobre a humanidade implica na constituição de um novo sentimento pela natureza, baseada na sua exploração visando o conforto individual e não uma emancipação coletiva, uma utopia, mas representa também a vitória do individualismo e da propriedade privada.

V - O HOMEM E O TERRITÓRIO

- os conteúdos e limites da natureza no período atual
- o homem e a natureza - a mediação pelo território
- a natureza como valor

Os séculos XIX e XX marcam definitivamente, através da produção, das técnicas, das indústrias e mesmo da cultura, a incorporação da natureza à vida social. Os objetos, as ações, as crenças e os desejos dos homens passam a incluir a natureza; insere-se também a realidade esmagadora da vida humana e as perspectivas da sociedade, como escreve Santos (1994). O homem torna-se agente criador de ciclos e processos que só eram observados na natureza. Continua Santos (1994:16) que “o natural cede lugar ao artefato e a racionalidade triunfante se revela através da natureza instrumentalizada, esta, portanto domesticada, nos é apresentada como sobrenatural”. Uma natureza sempre redesenhada a cada momento da História, mas de maneira contundente depois de sua inserção no âmbito da História Social e com o desencantamento do mundo.

A transformação da natureza, de uma primeira natureza para uma segunda natureza, se dá pelo uso das técnicas e ferramentas como prolongamento do corpo humano, que assim coloca sua marca sobre a natureza. A partir desta transformação o homem passa não só a modificar a natureza, como também produzir espaço. Na sua ação relacionada à produção não é possível distinguir esta ação em si e o ato de produzir o espaço. Segundo Santos (1978:163), “*pela produção o homem modifica a Natureza Primeira, a natureza bruta, a natureza natural, socializando, dessa forma, aquilo que Teilhard de Chardim chama de 'ecossistema selvagem'. É por essa forma que o espaço criado como Natureza Segunda, natureza transformada, natureza social ou socializada. O ato de produzir é, ao mesmo tempo, o ato de produzir espaço*”. Além disto, torna-se difícil encontrar a natureza primeira, remanescentes da natureza bruta, natural. Fato mais perceptível na cidade e nas

terras agrícolas onde a presença humana se materializa mais intensamente e em menor intensidade nas áreas remotas.

A proximidade da natureza instiga a pensar cada vez mais seus conteúdo e limites, uma análise histórica dos conceitos e dos significados da natureza, no período atual, realçados com as novas descobertas e redescobertas, com a Globalização, etc. Vários pesquisadores, em várias partes do mundo, têm colocado questões muito próximas as deste trabalho.

Define-se um período marcado pelas relações do homem não mais com uma natureza pura, mas sim como uma natureza socializada e inserida no território. Santos (2000a) coloca que há uma intensa relação entre a sociedade e o território, sendo o dado fundamental que a fração do território que se destaca é o território usado efetivamente pela sociedade. Para Santos (1999:88), as formas por si só não participam do jogo dialético, *“uma casa vazia ou um terreno baldio, um lago, uma floresta, uma montanha não participam do processo dialético senão porque lhes são atribuídos determinados valores, isto é, quando são transformados em espaço. O simples fato de existirem como formas, isto é, como paisagem, não basta. A forma já utilizada é coisa diferente, pois seu conteúdo é social. Ela se torna espaço, porque forma-conteúdo”*.

Neste diálogo, entre a sociedade e o território usado, estão inseridos os objetos naturais e artificiais, as cristalizações presentes no espaço e suas rugosidades, tudo isto sendo movimentado pela própria sociedade que é quem dá vida e anima as formas. Este diálogo entre o homem e a natureza, no período atual inserida dentro do território usado, é definido também através do trabalho humano, da sua intenção e também pela suas invenções, o que o difere do contato realizados pelos animais com a natureza, onde estes apenas repetem um mecanismo. A partir desta constatação, para Santos (1988:88) *“o homem necessita aprender a natureza a fim de poder apreendê-la. A riqueza do ensinamento da natureza é proporcional à ação do homem sobre ela; quanto maior a troca com a natureza, tanto maior o processo de intercâmbio entre os homens. A relação entre o homem e seu entorno é um processo sempre renovado que tanto modifica o homem quanto à natureza”*. Nota-

se claramente nesta citação as idéias de Marx, que o homem modifica a natureza ao mesmo tempo em que modifica a si mesmo.

De acordo com Harvey (2000:207/208) foi a relação que o homem desenvolveu com a natureza que permitiu que se pudesse pensar e melhorar o futuro. Como ser sensível, o homem, em relação metabólica com o mundo, o modifica e fazendo isso muda a si mesmo através de seu trabalho. Como todas as outras espécies, o homem tem algumas capacidades e poderes específicos, entre os quais, o mais importante, é a habilidade para alterar e adaptar a forma de organização social (para criar, por exemplo, divisões do trabalho, estrutura de classes e instituições); para criar uma memória histórica através da linguagem, para acumular conhecimento e entender o que está disponível coletivamente como guia para ação futura; para refletir sobre o que se tem feito e fazendo sob meios que permitem aprender a partir da experiência (não apenas do indivíduo mas do coletivo); e pela virtude de nossa destreza, construir todo tipo de acessórios (como ferramentas, tecnologias, organizações e sistemas de comunicação) para aumentar as capacidades de ver, ouvir e sentir além da filosófica limitação dada pela própria constituição de corpo humano. O feito é fazer a velocidade e a escala de adaptação e transformação do ser humano e de ambiente altamente sensível para a paz e na direção de mudanças culturais, tecnológicas, econômicas, sociais e políticas.

Já para Soper (2000), deve-se, primeiramente compreender como 'esta palavrinha complexa' - 'natureza' - é falada e entendida. Além disto, duas grandes possibilidades, segundo a autora (op.cit.), baseadas em posições teóricas e mesmo do ponto de vista do engajamento político, se colocariam. A primeira refere-se a uma visão afirmativa da natureza (*nature - endorsing*), relacionada, principalmente ao movimento ecológico, como o Greenpeace, que no Reino Unido tem mais filiados do que qualquer partido político⁶⁰. A segunda forma de entendimento é a dos sépticos da natureza (*nature - sceptical*), que seriam representados pelos movimentos posmodernistas, socialistas e marxistas.

⁶⁰ Soper, 2000.

Continuando suas considerações Soper (2000) escreve que os ecologistas tendem a invocar a natureza como um domínio de valor intrínseco [a questão dos desígnios da natureza], verdade ou autenticidade e têm posição relativamente indefinida quanto às questões epistemológicas e de representação. Sobre a posição ‘ecologista’, Mendes (1993:20), coloca que “*certas linhas do pensamento ecológico propugnam por uma solução ‘edênica’ – à volta a natureza, a reinserção do homem no meio natural como um ser meramente natural. (...) e desprezo pelas conquistas do desenvolvimento científico, tecnológico e cultural*”. Buarque (1993) fala mesmo de um biocentrismo que nega o homem em sua totalidade e prega uma inconsequente centralidade natural.

Por outro lado, as teorias Pós-Moderna e Crítica vêem com suspeita qualquer apelo à idéia de desígnio ou idealização da natureza, bem como a tentativa de eternizar o que em realidade é meramente convencional, e instigam ver a ordem da natureza como inteiramente produto de uma construção lingüística.

A variedade de idéias e conceitos de natureza⁶¹ está associada a um caráter intrínseco da natureza, que é ser algo dentro do tempo. Na concepção de Ortega y Gasset (1973), isto significa que seu meio de existir é no agora, no presente, mas o agora e o presente são instantâneos; não se termina de nomeá-lo e então ele esco, cessa de ser o agora e presente e converte-se num passado, em algo que não mais é e sim era. Quando o momento passa, o mundo físico cessa de ser o que era no momento e por isto é substituído por outro mundo físico que existe como um novo agora, um novo presente, ou colocando de uma outra forma, o mundo físico muda e isto é o que significa ser no tempo.

De acordo com Whitehead (1955), a natureza é um processo, que fisicamente e simbolicamente, tem suas formas de compreensão e representação muito

⁶¹ A natureza no período atual também pode ser entendida de acordo com a proposta de Bertrand (1978), como o universo físico transformado em sistema, ou fenomenologicamente, como escreve Merleau-Ponty (2000), onde a natureza pode ser definida como vida e tudo aquilo que tem um significado não dado pelo pensamento humano. Para Merleau-Ponty (op. cit.), a natureza é tudo aquilo que é primordial, sem ser física ou mentalmente construído, como nosso solo, mas não aquilo que vemos e sim aquilo que nos suporta. Já Bachelard (1983), faz uma crítica sobre as formas mais idealistas ou românticas de entendimento da natureza, pois estas não são as melhores opções para a compreensão da natureza. Segundo o autor (op. cit.:111), “quando um idealista estabelece uma filosofia da natureza, ele se contenta em por em ordem às imagens que ele se faz da natureza, satisfazendo-se com o que estas imagens têm de imediato. Ele não ultrapassa os limites de um sensismo etéreo.”

diferentes desde a pré-história até os dias atuais. Como foi demonstrada nos capítulos anterior esta mudança ocorreram devido ao entendimento técnico e científico dos processos naturais e das formas de atuação destes processos. No período pré-científico o maior medo do homem era a natureza e atualmente as causas dominantes nos medos dos homens são causadas pelo próprio homem. “É do homem de hoje que o homem pode receber seus maiores sofrimentos. Os fenômenos naturais são desarmados porque são explicados”.⁶²

De acordo com Santos (1999:117) *“no início, as ações se instalavam nos interstícios das forças naturais, enquanto hoje é o natural que ocupa tais interstícios. Antes, a sociedade se instalava sobre lugares naturais, pouco modificados pelo homem, hoje, os eventos naturais se dão em lugares cada vez mais artificiais, que alteram o valor, a significação dos acontecimentos naturais”*. O desenvolvimento da técnica e sua interação com a ciência e a indústria aceleram este processo. Amplia-se a esfera da diversificação da natureza (de que fala Whitehead, 1955), agora não mais operada pelos ciclos naturais, mas sim pelas forças sociais. Entretanto, se a artificialidade dos objetos sociais e sua eficácia o distancia das incertezas das coisas da natureza, a técnica propicia a estandardização dos objetos e também das ações, ou seja, do próprio território.

De acordo com Santos (1994:19), *“sem o homem, isto é, antes da história, a natureza era uma. Continua a sê-lo, em si mesma, apesar das partições que o uso do planeta pelos homens lhe infligiu. Agora, porém, há uma enorme mudança. **Una**, mas socialmente fragmentada [pelos usos que os diferentes grupos sociais fazem dela a partir de suas disponibilidades técnicas], durante tantos séculos, a natureza é agora unificada [mundializada, torna-se um padrão universal e mesmo um problema global com as mudanças climáticas e a inserção do debate político] pela*

⁶² As concepções mostram que a natureza carrega consigo um peso simbólico e ao mesmo tempo contraditório e complexo, sendo entendida diferentemente por diversas formas de pensamentos e ideologias. Sua representação também adquire no período atual uma gama variada de possibilidades. Reafirma-se neste trabalho que o objetivo não é o confronto entre estas várias possibilidades, mas sim apresentar o desenvolvimento da visão otimista da ação do homem sobre a natureza, de como esta ação foi ao longo da história aproximando, transformando e incorporando a natureza à vida cotidiana, próxima da idéia de Buarque (1993), de um neo-‘antropocentrismo’. Para o autor (op.cit.: 67), “a descoberta da natureza já ocorre, antecedendo a formulação de uma nova visão onde o homem seja o centro e a razão de um projeto viável fisicamente, decente eticamente e cujo valor dependa da natureza, que é parte do próprio valor e base da criação de novos valores”.

História, em benefício de firmas, Estados e classes hegemônicas. Mas não é mais a Natureza Amiga, e o Homem também não é mais seu amigo”.

A relação que a sociedade possui hoje com a natureza, ou com o território onde se insere a natureza, se dá num “mundo que a técnica construiu para nós, somos hipnotizados pela lei do número⁶³”, um mundo geométrico das quantidades e valores econômicos e não das qualidades e valores fraternais. Assim, a natureza hoje se constitui, de acordo com uma proposta de Lenoble (1969), numa ‘coisa-imagem’, muito mais imagem do que coisa. Nesta relação, os homens não enxergam os fenômenos sociais, políticos ou econômicos que penetram na idéia de natureza, eles continuam a ver apenas uma imagem romântica da natureza, que é captada e apropriada pelos empreendimentos imobiliários nas grandes cidades.

Segundo Soper (2000), não se pode fazer distinção entre a realidade da natureza e sua representação cultural, o que não é por si mesma conceitual, mas isto não justifica a conclusão que não há distinção ontológica entre as idéias que se tem de natureza e aquelas sobre as quais as idéias são: isto porque, a natureza é apenas significativa no discurso humano, natureza entre aspas é natureza, e deve-se, a partir de então, remover as aspas.

Apesar disto, ainda é difícil distinguir o que é, em realidade, natural, principalmente quando se atém somente à forma, pois a representação da natureza é ligada às experiências culturais, ideologias e clamores de cada sociedade, relacionando-se também com as variantes estéticas que a cada momento são predominantes. Mitos, poesias épicas, dogmas religiosos, obras de arte são forças culturais inegáveis no modelamento da natureza.

A natureza, como parte do espaço geográfico, como território usado, é incorporada e produzida, enquanto objeto e idéia, transformada em recurso pela valorização do espaço e um intenso uso do território. *“O homem que vive num mundo fetichizado ignora que a riqueza, o valor e o conteúdo verdadeiro de sua existência encontram-se em ramificações numerosas e profundas que o ligam à*

⁶³ Lenoble (1969:205)

existência de seus semelhantes e à da sociedade. O indivíduo isolado e egocêntrico que vive só para si, vive num mundo empobrecido.” (Lukács, 1979:78)

O homem, sua inteligência, suas técnicas e seu conhecimento analítico, passam a abranger toda a natureza, e desta forma atinge-se, de acordo com Santos (1988), a possibilidade concreta de utilização de todas as coisas que se colocam na superfície do planeta, tornado imperioso que as disciplinas se renovem neste processo de instauração de uma nova fase das relações do homem com o espaço, no qual se insere a natureza socializada. Cria-se de fato uma universalidade com a presença humana em todas as partes do planeta, que efetivamente se mundializa. Além disto, segundo Santos (1999:128), *“o homem se torna capaz de gerar eventos naturais e de produzir fatos físicos ou então de mudar, por sua ação, a significação, o alcance, as conseqüências dos fenômenos naturais, incluindo-os na corrente de uma história humana universalizada”*.

Toda esta transformação leva Milton Santos (2000a:18) a colocar que *“de certo modo, acabou a natureza. Bem, dizer que a natureza acabou é uma forma de provocar uma discussão mais acesa. Na realidade, a natureza, hoje é um valor, ela não é natural no processo histórico. Ela pode ser natural na sua existência isolada, mas no processo histórico, ela é social. Quer dizer, eu valorizo em função de sua história. Isso já ocorria antes, mas hoje é muito mais evidente. O valor da natureza está relacionado com a escala de valores estabelecida pela sociedade para aqueles bens que antes eram chamados de naturais”*.

Esta natureza artificial, como produto da ação humana, e de mentira, no sentindo de não possuir uma identidade local e sim ser um padrão, se encontra hoje compromissada com uma felicidade capitalista.

5.1 – UMA NATUREZA TECNIFICADA

A ação humana sobre a natureza é uma necessidade e é um engano acreditar que o homem primitivo dispunha do que necessitava livremente na natureza. Este homem primitivo sofria perante as condições colocadas pela natureza o que dificultava sua existência, resultando uma luta constante contra a natureza⁶⁴. Uma variedade de formas de relações do homem com natureza se estabelecem, se aperfeiçoam ou se aceleram:

- pela adaptação da natureza à necessidade de comida;
- pela sua ‘civilização’ através do controle dos ciclos naturais, irrigação, da implosão morros e montanhas, abrindo canais e túneis, construindo lagos, drenando pântanos;
- pelo batismo ou pela definição dos nomes aos lugares. Para Santos (1999:53), “o fato simples de reconhecer e nomear um objeto supõe um aprendizado, explícito ou implícito”;
- pelo mascaramento da natureza para esconder alguma de suas características ou para torná-la algo mais fácil de ser digerido ou consumido.

A modificação do mundo natural em território humano é legitimada pelas necessidades, requerimentos, desejos e esperanças que a vida coloca e podem ser vistas tanto como um projeto de emancipação coletiva ou como o conforto produzido em nossa vida individual, de acordo com Habermas (1997). Segundo o geógrafo Elisée Reclus (1985:42), “a primeira das condições para que o homem chegue um dia a transformar completamente a superfície do globo é a inserção da natureza á vida social, ao território”.

⁶⁴ Para Schama (1996), a invenção do arado, como uma faca que ataca o solo, aumenta a produtividade agrícola e marca uma forma de libertação do homem do domínio da natureza. O desenvolvimento da técnica irá, de acordo com Fernández-Armesto (2001), permitir que o homem passe a encontrar a natureza através de suas técnicas e ferramentas. A natureza exteriorizada, tanto pela técnica quando pela cultura, passa a ser objeto de exploração, como uma entidade exterior.

Para Soper (2000), a humanização da natureza, permite uma medida de alívio ao ser humano. Ela dá uma certa suspensão da moral universal que governa as relações entre as pessoas, e da lutas por autonomia que são ligadas a isto. Permite uma fuga da racionalidade que ao longo dos séculos o próprio homem construiu.

De acordo com Santos (1994:17), *“a história do homem sobre a Terra é a história de uma ruptura progressiva entre o homem e o entorno. Esse processo se acelera quando, praticamente ao mesmo tempo, o homem se descobre como indivíduo e inicia a mecanização do Planeta, armando-se de novos instrumentos para tentar domina-lo. A natureza artificializada marca uma grande mudança na história humana da natureza. Hoje, com a tecnociência, alcançamos o estágio supremo dessa evolução”*.

A trajetória das idéias, bem como a materialidade das grandes cidades, que é apresentada nos dias atuais, acentuam o papel da ação humana na definição dos conteúdos e limites da natureza, sua valoração, valorização, conservação e grau de dependência. O período atual também mostra claramente a construção cultural da natureza e como as concepções sobre ela estão intimamente ligadas aos territórios construídos pelo homem e à vida cotidiana urbana.

Segundo Santos (1997:11), *“dentre as múltiplas denominações aplicadas ao nosso tempo, nenhuma é mais expressiva que a de período tecnológico. A técnica, esse intermediário entre a natureza e o homem desde os tempos mais inocentes da história, converteu-se no objeto de uma elaboração científica sofisticada que acabou por subverter as relações do homem com o meio, do homem com o homem, do homem com as coisas, bem como as relações com as classes sociais entre si e as relações entre nações”*. O espaço, enquanto um sistema de objetos e ações, apresenta-se mais e mais carregado de artificialidade, as quais muitas vezes não apresentam nenhuma relação horizontal com o grupo social que habita este espaço. Produz-se, desta maneira, uma configuração espacial ou territorial que nega com mais força a natureza primitiva dos meios naturais e torna-se claramente fruto de uma ação histórica e intencional dos homens. Nesta natureza inteiramente humanizada, nem as “plantas e animais já não são herdados das gerações anteriores,

mas são criaturas da biotecnologia” (Santos, 1999:242). Mas deve-se ter uma certa cautela neste processo, pois a força que o move é o comércio, mercado, consumo e produção, associados à busca, apenas da satisfação individual.

Além disto, tem-se a “detecção do mundo a partir de satélites. É a primeira vez na história do homem que o mundo se torna realmente conhecido, o mundo no seu conjunto e no seu detalhe, em função de seu formidável progresso técnico” (Santos, 2000a:28). A natureza passa a ser caracterizada como uma força produtiva e todos os lugares do mundo foram atingidos por este fato direta ou indiretamente, em variadas velocidades e intensidades. (figura 11)

Figura 11 –A estação espacial MIR em órbita terrestre com a Terra ao fundo



A ilustração mostra as conquistas do homem na corrida espacial e a criação de possibilidades de sobrevivência fora da atmosfera terrestre. Além disto, a construção de satélites, naves tripuladas e estações espaciais permitem que, pela primeira vez na história, todo o planeta seja mapeado e observado.

Fonte: www.altavista.com

De acordo com Harvey (2000), a imagem de satélite da NASA, que mostra toda a terra como um globo flutuando pelo espaço, foi rapidamente assumida como um ícone de uma consciência. Entretanto, esta nova consciência insere um elemento de super-acumulação do capital no período, com a conquista de novos mercados, maior exploração dos já conhecidos e uma característica cosmopolita da produção e do consumo. O próprio homem destrói, para Harvey (2000), as fundações geográficas - ecológicas, espaciais e culturais - de suas próprias atividades, construindo um mundo a sua própria imagem.

O avanço técnico transforma a Natureza em algo cada vez mais social do que natural⁶⁵. A natureza insere-se na possibilidade do homem produzir sua história. O processo histórico - social e não natural - controla, incorpora e produz naturezas, enquadrando-a nas qualidades humanas. Neste sentido, a sociedade toma posse do que era visto como um presente divino (Marx & Engels, 1980).⁶⁶

De acordo com Bachelard (1983:146), a técnica se tornou muito mais poderosa que a natureza, pois *“é impossível levar o som de um continente a outro por meios naturais, por mais que possante que se imagine o porta-voz. O intermediário eletrônico é humano, é social. Acima da biosfera e abaixo da ionosfera, o homem determinou uma radiosfera sujeita a uma causalidade eminentemente técnica. Essa técnica pode, sem dúvida, ser danificada por parasitas, por perturbações magnéticas. Mas esses parasitas, essas desordens naturais, essas desordens causadas pela natureza só fazem compreender melhor a força da organização racional e técnica que a limita e que as anula.”*

⁶⁵ Para Ortega y Gasset (1973), o destino do homem implica num gasto contínuo de energia, tendo que adaptar este mundo para suas necessidades constitutivas essenciais, as quais são precisamente aquelas pelas quais ele é inadaptado. Ele tem, então, que forçar a si mesmo para transformar este mundo que não coincide com ele, o qual é estranho para ele, o qual, conseqüentemente, não é ele. Ele precisa transformá-lo em outro mundo no qual seus desejos serão atingidos. Porque o homem é um sistema de desejos aos quais neste mundo são impossíveis. Portanto, para criar um outro mundo, a idéia do mundo que coincide com seu desejo, que é chamado de felicidade (...) Para transformar este mundo num outro mundo que pode ser dele e coincidente, ele não tem outro instrumento que o técnico.

⁶⁶ Escrevendo a respeito das relações entre técnica e natureza no campo, Santos (1994:143), escreve que “foi o período técnico-científico-informacional da humanidade, isto é, a possibilidade de inventar a natureza, de criar sementes como se elas fossem naturais, isto é, o progresso da biotecnologia, que permitiu, no espaço de duas gerações, que o que parecia um deserto [de gente e produção], como o cerrado, na região Centro-Oeste e na Bahia, se transformasse num vergel formado por um caleidoscópio de produções, a começar pela soja”.

Entretanto, cabe ressaltar, segundo Habermas (1997), que a técnica, como projeto histórico-social, é repleta da intencionalidade dos sujeitos dominantes que usam este aparato no controle, tanto da natureza quanto da sociedade.

Pode-se pensar este controle, a dominação e a transformação da natureza pelo homem através de uma comparação com o ideal alquimista, trabalhada por Bachelard (1983:68), onde “*o alquimista procurava uma mudança de qualidades. Ele tentava, por exemplo, uma troca de cores, confiante no caráter substancial da cor. Que possa amarelar o chumbo, eis um primeiro sonho, eis um programa. Com uma semente cinza, com o germe do chumbo, que grande sonho conseguir amadurecer a substância e obter, concretizando as metáforas, amontoados de ouro. Mais profundamente ainda, se o trabalho alquimista pudesse tornar pesado o chumbo, se o chumbo pudesse ficar tão pesado quanto o ouro, a transmutação estaria muito perto de ser bem sucedida!*”. Este sonho de transformação da qualidade das coisas em algo que é útil e valioso ao homem é um sonho e uma busca antiga da humanidade.

Transmutar a natureza, transformar a natureza em sociedade, uma mudança na qualidade daquilo que é natural para aquilo que é humano. Primeiramente esta transmutação se deu na superfície da Natureza, na sua aparência, acreditando que mudando a aparência mudar-se-ia a qualidade. Hoje as possibilidades técnicas aperfeiçoam cada vez mais esta metáfora alquimista, com o homem chegando mais perto de mudanças nas qualidades essenciais da Natureza, através da genética. Uma materialidade racionalista preenche a natureza em profundidade, e cada vez mais que esta substituição do natural pelo social acontece, aliada à ampliação das esferas do conhecimento humano, mais distante a natureza primitiva se encontra.⁶⁷

As técnicas inserem uma constante dissociação entre o homem e a natureza e a cultura propicia algumas aproximações, mesmo que metaforicamente. Há sempre uma observação constante que é a necessidade que os homens têm de se aproximar da natureza e isto pode ser dado tanto pela sua contemplação, controle ou

⁶⁷ Pode-se citar o exemplo do lago formado na construção de uma barragem para uma usina hidrelétrica. Muitas vezes o lago em si é visto como algo natural, quando na verdade possui uma naturalidade, a água pela sua estrutura molecular, mas como forma, aparência e função, é algo completamente construído pelo homem.

transformação; o homem imita a natureza e ao mesmo tempo a desnaturaliza. Pode-se exemplificar esta relação dialética com um jardim onde há algo natural - plantas e flores - mas ao mesmo tempo social, cultural e técnico. A paixão pela geometria regular e a necessidade de enquadrar a natureza num padrão uniformizado e compreensível pela mente humana.

A natureza apreendida, aprisionada, em objetos e ações com finalidades bem definidas. A comunicação do homem com a natureza passa a ser mediada por técnicas e objetos – jardins, reflorestamentos, etc.

De acordo com Marx (1980), o homem conhece o mundo a partir da idéia de um mundo humano, produto da sociedade, incluída as coisas naturais. “Somente conhecemos uma coisa natural quando conhecemos a totalidade das organizações industriais e científico-experimentais que permitem produzi-la”.

A inserção da natureza na produção social do mundo, é de acordo com Casini (1975), um fato presente na vida do homem desde as mais remotas culturas até a mais racionalista⁶⁸. E para Merleau-Ponty (*Marxisme et Philosophie*, apud Schmidt, 1976), a transformação da natureza pela sociedade cria formas transnaturais mas nada sobrenatural.

Preservam-se, conservam-se e valorizam-se aqueles elementos que moral, estética ou monetariamente são relevantes. Se em algum momento da história estes julgamentos foram feitos com um caráter subjetivo, nos dias atuais a definição de valores estéticos e monetários da natureza se dá num projeto e, portanto, extremamente objetivo e intencional, mesmo que de alguns grupos, como o caso das incorporadoras e construtoras de condomínios de alto padrão em São Paulo, ou da escolha das embalagens de produtos industrializados com apelos à natureza.

Além disto, em lugares de grande beleza cênica natural, uma praia, um cachoeira, um parque, apesar deste apelo estético vinculado a uma natureza

⁶⁸ Diferentes culturas têm algumas particularidades no entendimento da natureza. Férnandez-Armesto (2001:10), dá um interessante depoimento de como diferentes culturas lidam com a natureza, como os ingleses que supostamente preferem a natureza à cultura, com seu gosto pela vida no campo, esportes rurais, cirurgia veterinária, caminhadas em sob qualquer tempo e jardins que imitam uma paisagem natural. Mas esta natureza é uma natureza enquanto uma idéia, uma metáfora que remete a um ideal romântico, pois todas estas atividades ligadas à natureza são enquadradas dentro de uma cultura refinada e muitas vezes esta mesma natureza é vislumbrada a partir de uma janela, de um quadro ou separada por um muro.

primeira, o que atrai as visitas são muito mais as facilidades de acesso do que as próprias belezas naturais, bem como as infra-estruturas como sanitários, lanchonetes e até lojinhas de souvenirs.⁶⁹ Será que Elisée Reclus estava certo, a natureza primitiva é monótona aos olhos dos homens contemporâneos? Se a resposta for positiva, as idéias e conceitos de natureza hoje se tornam ainda mais contraditórias. Qual o motivo que leva a conceito estético de natureza, nas culturas ocidentais, a considerar, mesmo a natureza transformada ou a natureza nas cidades, como uma natureza natural ou invés de ver e valorizar aquela natureza, ou aquele objeto que insere uma naturalidade, como sendo produtos da inteligência e do trabalho do homem? Por que quase sempre quando se emprega o adjetivo natural institui-se uma aura pura à coisa ou produto e quando se menciona artificial na maioria dos casos vincula-se a uma referência pejorativa?

A lógica da natureza artificializada busca imitar e superar a natureza natural, a partir da imposição de um certo rigor matemático, criando espaços da racionalidade. A diferenciação entre os lugares se dava de acordo com a natureza e hoje de acordo com o grau de tecnificação do território – neodeterminismo do espaço artificial?

⁶⁹ Na pesquisa de mestrado sobre a Ilha Comprida (litoral sul do Estado de São Paulo), Henrique (2000) constatou que todo apelo as ‘belezas naturais intocadas’ do lugar e a possibilidade de se colocar fora da agitação dos grandes centros urbanos não conseguiu, no fluxo de turistas, superar a realidade do isolamento do lugar, do difícil acesso e da falta de infra-estrutura. Somente quando um trecho da rodovia BR 116 foi duplicado, uma ponte ligando a Ilha Comprida ao continente foi construída e a rede de água e esgoto foi feita observou-se um crescimento urbano impulsionado pelo turismo.

5.2 – AS REFERÊNCIAS À NATUREZA

Torna-se impossível a grande parcela dos homens definir os limites entre as obras da natureza e as dos homens, entre o natural e o técnico/social. Descobrir o grau de naturalidade de um objeto requer a compreensão de sua história e não apenas a observação de sua aparência, isto porque todas as sociedades por mais simples que sejam seu modo de vida – comparado com as civilizações ocidentais – desenvolveram processos de alteração, controle e domínio da natureza.

A natureza é uma referência constante no dia-a-dia⁷⁰. Considerando as características do período atual, dentro de uma sociedade de consumo, os objetos ou as mercadorias tornam-se os mediadores entre o homem e a natureza. Estes objetos e mercadorias podem ser um simples creme dental com sabor natural; o papel higiênico natural (sem perfume) ou com perfume natural (com perfume de flores); o protetor de tela do computador com suas árvores de folhas vermelhas ou os peixinhos nadando; as árvores cercadas por uma tela com propaganda de supermercado; os lugares turísticos, onde se pode passear por praias desertas ou pelas trilhas ecológicas na mata; e mesmo os condomínios de alto padrão nas cidades.

Cabe destacar que neste trabalho não se busca impor uma mudança no uso da palavra natural no cotidiano, mas sim explorar suas ambigüidades, bem como desvelar seus usos.

⁷⁰ Nas referências à natureza, encontra-se outra forma de 'fugas' - mesmo que simbólicas - como, segundo Soper (2000), na relação com os animais. Na antropomorfização dos animais, animais recebem traços da personalidade humana: a responsabilidade (o cão de guarda ou o cão pastor) ou a afetividade (o gato que tem amor a casa). Também recebem nomes humanos e são interlocutores de muitas conversas. Segundo Thomas (1996:223), “a delicadeza com os animais era um luxo que nem todos tinham o direito a praticar” durante boa parte dos séculos XVIII e XIX. Dialeticamente, os homens também usam os animais para distinguir-se de sua própria animalidade. Assim, os animais passam a representar os homens com baixa inteligência (o burro), com falta de modos civilizados (o cavalo), ou com o excesso de peso (o porco, no caso do Brasil, ou a vaca para os norte-americanos). Os mesmos animais que são úteis à vida – em tarefas produtivas ou por simples razões afetivas - tornam-se bestas. Acrescenta, Thomas (1996:53) que na Idade Moderna e no início da Idade Contemporânea, a bestialidade dos animais poderia ser aplicada aos homens, onde “uma vez percebidos como bestas, as pessoas eram passíveis de ser tratadas como tal. A ética da dominação humana removida os animais da esfera de preocupação humana [as bestas deveriam ser exterminadas]. Mas também legitimava os maus tratos a aqueles de viviam uma condição supostamente animal”.

De acordo com Santos (1994:23), “se antes a natureza podia criar o medo, hoje é o medo que cria uma natureza mediática e falsa, uma parte da Natureza sendo apresentada como se fosse o Todo”. Continua o autor (op.cit.:24), “quando o ‘meio ambiente’, como *Natureza-espetáculo*, substitui a *Natureza Histórica*, lugar de trabalho de todos os homens, e quando a natureza ‘cibernética’ ou ‘sintética’ substitui a natureza analítica do passado, o processo de ocultação do significado da História atinge o seu auge. É também desse modo que se estabelece uma dolorosa confusão entre sistemas técnicos, natureza, sociedade, cultura e moral”.

A natureza se transforma num grande shopping center. Conforme será aprofundado no capítulo VII desta tese, o maior shopping center do Brasil (Parque Dom Pedro, em Campinas) utiliza uma aproximação com a natureza para se diferenciar na concorrência, com direito ao portal das águas, das pedras, das colinas, das flores e até grama artificial. Talvez este centro comercial sintetize de maneira incisiva a idéia da apropriação e da comercialização da natureza no período atual, o marketing verde e a natureza enclausurada sob formas que dão a idéia de serem naturais, mas que na verdade são apenas falsificações.

É interessante notar que em muitos casos as referências à natureza se dão através de seus elementos de grandes proporções, a beleza da natureza residiria nas montanhas, nos rios, ou mesmo nas árvores, esquecendo-se que no período atual, aquilo que poderia ser considerado ainda como uma natureza primeira se esconde no meio das estruturas microscópicas, que o olho humano ainda não alcançou. O mesmo se dá com a definição imposta que toda a natureza é verde, isto é observado em vários produtos que quando querem mencionar algo natural sempre colocam a cor verde como representação da natureza. Nota-se que esta escolha pela natureza verde pode estar relacionada ao fato de que as plantas foram os elementos da natureza que mais se tornaram conhecidos, controlados e manipulados pelos homens ao longo de sua história, tanto de maneira empírica (primeiros cultivos) quando através da ciência (botânica). Ou seja, a natureza representada pelas árvores e pelo verde é uma natureza já amplamente tecnificada que não apresenta riscos ao homem.

Entretanto, esta natureza monocromática nada tem a ver com a variedade de cores que a natureza, em qualquer período, tem. A idéia de natureza que se apresenta hoje, relacionada à fluidez do mundo atual, contraditoriamente remete a uma rigidez no seu padrão, a perda da especificidade e da diversidade. Estas observações vão contra o que diz Adorno (1984), ao colocar que qualquer fragmento da natureza pode adquirir um brilho interno de beleza.

Quanto maior o grau de humanização dos lugares e quanto maior sua inserção no projeto racionalista capitalista de consumo, mais a referência à natureza se torna uma necessidade e uma estratégia de marketing.

A natureza dentro das características do modo de produção capitalista, como a propriedade privada, tem construído uma interpretação da natureza, segundo Harvey (1996:131), como um conjunto passivo de elementos a serem cientificamente acessados, usados e valorados em termos comerciais (dinheiro).

De acordo com Lukács (1974), todas estas formas demonstradas de mediação social da natureza implicam na dissolução da natureza, tanto em sua forma como em seu conteúdo, em formas sociais que permitam a apropriação pela sociedade.

A monetarização e mercantilização que atingem as idéias e conceitos de natureza sob o controle de capitalista, mostram, de acordo com Harvey (2000), uma organização material da produção, circulação e consumo que depende e reforça específicas noções de direito e obrigações e afeta nossos sentimentos de alienação e subordinação, nossa concepção de poder. Mesmo aparecendo como novos caminhos da própria expressão (multiculturalismo sendo o exemplo recente mais marcante) são cativos das forças da acumulação do capital, como por exemplo o amor à natureza feito sinônimo de ecoturismo.

No período atual, criam-se muitas metáforas da natureza - mitos de uma natureza inexistente, que representam um 'congelamento simbólico do natural'. Assim, segundo Souza (2001:256), *“a natureza tratada desta forma é, como passado, cuja apropriação é indireta. Assim como o passado não pode ser superado, a natureza não apropriada socialmente, não vivida, vivificada*

empiricamente, confinada nas reservas ecológicas, também serve apenas como memória. É uma natureza simbólica que não participa do cotidiano vivido.”

Na organizada feira de consumo da natureza esta transforma-se em mercadoria - vendida como autêntica ou mesmo como natureza ‘caricaturizada’, ‘disneyficada’.

5.3 – A ‘DISNEYFICAÇÃO’ DA NATUREZA

O capitalismo, segundo Harvey (1996), tem feito a natureza como ela é: julgamentos estéticos, reações românticas, vegetarianismo, movimentos pelos direitos dos animais e magnetizado a proteção da natureza através de desertos e preservação dos *habitats* enclausurada pelo nosso estreito sentido de natureza e portanto dado a ele um verniz de responsabilidade e respeitabilidade.

Um conceito interessante para analisar estes processos foi desenvolvido pelo geógrafo David Harvey - Disneyficação da Natureza (*Disneyfication of Nature*), definido pelo autor (op.cit., 2000) como um reencantamento da natureza já como um item de consumo e um objetivo central da mercantilização e Disneyficação das experiências de natureza.

A ‘Disneyficação’, para Harvey (2000:199), insere os seguintes aspectos:

- 1) uma suposta felicidade, harmonia e espaços sem conflitos - uma fuga para fora do mundo real;
- 2) uma construção feita para entreter;
- 3) uma história inventada;
- 4) um cultivo de uma nostalgia de um passado mítico;
- 5) uma perpetuação do fetiche pela cultura da mercadoria;
- 6) um agregado de objetos e coisas de todo o mundo numa idéia de diversidade e existência multicultural, mesmo que tudo se dê na forma de compartimentos;
- 7) um lugar limpo, sanitarizado e mitologizado, esteticamente perfeito.

Assim, a relação cotidiana com a natureza, a prática social, passa a ser povoada por pensamentos, imagens, fantasias e desejos de uma natureza glamourizada e reificada como um desenho infantil. Baudrillard (citado por Harvey, 1996), fala numa redução dos processos da vida a algo que ocorre sobre uma tela de cinema e nada mais. Como escreve Santos (2000a:51), “o próprio quadro da vida, a natureza e o entorno humano, carregado de significações sobrepostas, cheio de

artifícios, é uma tela de enganos. A natureza artificializada, instrumentalizada ao extremo, recusa-se a se deixar entender diretamente. Os homens não vêem o que enxergam”.

Para Harvey (2001), o fetiche pela imagem coloca num pacote algumas formas estéticas pré-definidas, às custas de posições étnicas, justiça social, igualdade e questões locais e internacionais de exploração tanto da natureza quanto da natureza humana. Todo um mundo de objetos passa a ser produzido seguindo os ditames de uma ideologia, mais ou menos perceptíveis aos olhos incautos, seguindo esta perspectiva de uma ‘Disneylândia da Natureza’. “Somos cercados por coisas que são ideologias, mas que nos dizem ser a realidade. (...) É preciso desmontar essa ideologia” Santos (2000:9). “A ideologia produz símbolos, criados para fazer parte da vida real, e que freqüentemente tomam a forma de objetos” Santos (1999:101).

Neste processo de produção de objetos cheios de simbolismo e ideologias, a propaganda adquire um valor muito grande. Para Santos (2000:10), “pagamos para sermos enganados. Paga-se o processo de engano que acompanha e que precede a produção das coisas, das relações e das imagens”.

O reencanto do mundo ocidental com a natureza, ou melhor, com uma idéia, um padrão de natureza moldado pelos interesses capitalistas. Sob a forma atual do capitalismo, o oferecimento de produtos e serviços para as classes com maior poder de consumo, colocam os homens muito próximos da natureza. Uma natureza retrabalhada sob a forma de uma segunda natureza, incorporada, produzida e vendida de acordo com as leis e desejo do modo de produção capitalista: o lucro, a propriedade privada, os fetiches e sensibilidades do mercado.

A natureza torna-se, segundo Marx (Grundrisse, apud Harvey 1973:94), um simples objeto para o homem, puramente uma questão de utilidade; ela cessa de ser reconhecida como um poder em si e com seus diretos; e a conhecimento teórico de suas leis independentes aparecem apenas como estratégias designados para subjugar-la aos requerimentos humanos, quer seja como objeto de consumo ou como meios de produção. Para Harvey (1973:214), esta conceitualização do mundo natural, no qual a natureza é vista como um 'recurso' para o uso do homem,

demonstra a concepção materialista da natureza no pensamento científico moderno⁷¹.

Além disto, as classes economicamente mais privilegiadas desenvolveram formas de superar esta ‘alienação’ com a natureza, desenvolvendo formas que supram os prazeres e valores estéticos da proximidade com a natureza -um tipo de zona proteção. De acordo com Soper (2000), as sociedades que mais abusaram da natureza também aplaudem seus caminhos na direção do artifício que produziram, tendo longamente valorizado sua saúde e integridade, sobre a decadência da artimanha humana e hoje empregam uma imagem pastoril como a mais bem sucedida das convenções para incrementar os ganhos sobre tudo, desde a margarina até carros.

É, segundo Schmidt (1976), justamente porque o mundo trata o homem melhor com objeto de usufruto, que o elogio da natureza assume um tácito caráter ideológico quando não se considera sob o aspecto da utilização imediata, como ocorre por exemplo quando ela é contemplada a partir do ônibus de turismo. Se a natureza cessa de ser matéria prima, tampouco necessita que se a adore⁷².

Para Ítalo Calvino (1994) a natureza é cada vez mais falsificada e está comprometida com os interesses do capital. Hoje a natureza (capitalizada e mercantilizada) tem seus consumidores, seus clientes, aqueles que a percorrem, compram e a consomem, literal e metaforicamente, símbolo, imagem, ícone, poder, qualidade de vida.

Parece estar próxima a idéia de Marx (1980), onde todo o mundo sensível também passa a ser produto da indústria, indo desde os objetos mais simplificados

⁷¹ “This conceptualization of the natural world, in which nature is viewed as a ‘resource’ for the use of man, underlies the materialist conception of nature in modern scientific thought”. (Harvey, 1973:214)

⁷² Soper (2000), coloca uma constatação interessante, pois a comida, o alimento, é vista como uma necessidade básica natural, em oposição à, por exemplo, um voo de avião, mas a produção de comida se dá em campos e em fábricas, produto da mente humana. Além disto, a própria comida, ou a forma de se alimentar, foi moldada num processo desenvolvimento histórico, onde foram criadas dietas e requerimentos específicos. Isto dificulta, no senso comum, distinguir os limites da natureza, pois muitas vezes vê-se na gôndola do supermercado uma batata frita sabor natural churrasco num tubo de papelão e tampa de plástico, e acredita-se que a batata por ser um tubérculo é natural e que sempre foi alimento para a humanidade. Esquece-se toda a cadeia produtiva que vai desde o melhoramento genético da batata até a campanha publicitária para vender a batata. Além disto, este último detalhe confirma a idéia de Marx (1999), que a produção cria a necessidade de consumo.

do uso corriqueiro até as máquinas mais complexas, onde a natureza é a base material transformada em extensão da vontade humana.

5.4 – A VALORIZAÇÃO DA NATUREZA

De acordo com Marx (1980), o dinheiro roubou o mundo todo e a natureza também passa a ser valorizada sob a ótica da propriedade privada. O modo de produção capitalista, terminou por alienar o homem do produto de seu trabalho - do mundo dos objetos e da natureza. (Marx, Manuscritos econômico-filosóficos). Além disto, acrescenta Harvey (1973, 1996), a natureza acaba por ser reduzida aos seus elementos. Naturezas enquadradas, individualizadas, particularizadas e isoladas como elementos sobre os quais se dão os direitos da propriedade privada - comprar e vender.

Neste processo de valorização da natureza, da natureza como recurso, o dinheiro se torna o padrão de avaliação naquilo que a natureza pode oferecer, um preço é dado a seus elementos como coisas particulares. Segundo Harvey (1973), o mundo do mercado acaba por reduzir a natureza e o homem ao status de uma commodity ou mercadoria. O fetichismo da mercadoria e do commodity acaba por criar identidades relacionadas ao **‘eu sou o que eu posso comprar ou eu sou o que eu possuo’**,⁷³.

A valorização monetária da natureza reforça formas de valorar a natureza, tais como o romantismo, o esteticismo, o ambientalismo e o ecologismo. Harmonia e equilíbrio; beleza, integridade e estabilidade; cooperação e ajuda mútua; crueldade e violência; hierarquia e ordem; competição e luta pela existência; caos e desordem; todas elas podem ser identificadas como 'valores naturais'.

Mas será que estes valores de beleza, estabilidade, integridade entre outros princípios morais e virtudes, são inerentes à natureza?

Harvey (1996), responde dizendo que não. Se estes valores residem na natureza não há formas científicas de saber, de independente dos valores implícitos nas metáforas empregadas na montagem de linhas específicas de um questionamento científico, o que eles são. Assim para o próprio Harvey (1996), a

⁷³ Harvey (2001:278/279)

definição de valores para a natureza liga-se a nós e não a própria natureza, assim como a idéia de uma vida em harmonia com a natureza (como foi visto anteriormente, os homens primitivos e até mesmo algumas sociedades atualmente, vivem em constante luta contra a natureza para sobrevivência).

A valorização da natureza também é um processo historicamente datado, conforme mostra Abreu (1992:55), *“... a relação entre natureza e sociedade é sempre historicamente determinada. Em outras palavras, o significado e o valor que uma sociedade atribui aos elementos da natureza irão sempre variar no tempo, acompanhando o processo histórico de seu desenvolvimento econômico e social. Valores ambientais que são hoje tão disputados pela população do Rio, como viver próximo à praia, por exemplo, seriam considerados extremamente exóticos (ou mesmo irracionais) pelos cariocas do passado”*.

A tese da dominação da natureza não deve abarcar a destruição e espoliação do mundo natural. A prudência requer a proteção e um aumento dos recursos naturais como uma forma de capital, exceto sob condições de grande abundância, no qual o livre e incontrolado enfraquecimento do mundo natural tem um sentido racional.

De acordo com Harvey (1973), a quantidade livre de um recurso sem preço (como o ar puro e o silêncio) pode ser alterada, o preço do recurso pode ser mudado, ou o custo do acesso ao recurso pode ser mudado. Há uma clara conexão, por exemplo, entre o valor da terra e moradia e o preço dos recursos, porque mudanças no produto final são supostamente capitalizadas por mudanças na formação do mesmo.

Um conceito resgatado por Harvey - 'Renda de Monopólio' - irá ser útil para se entender o uso da idéia de natureza na cidade. Segundo Harvey (2001), a renda de monopólio aplicada às relações de cultura, de estética, de valores afetivos, da vida social e do coração, tal termo pode aparecer muito técnico e árido para carregar o peso das relações humanas além dos cálculos possíveis do financiancista, do incorporador, do agente imobiliário e do proprietário da terra. Continua o autor (op.cit.), que este termo busca os nexos entre a globalização capitalista, o

desenvolvimento político-econômico local e a evolução dos significados culturais e valores estéticos. O '*Monopoly Rent*' chega porque os atores sociais podem realizar um fluxo de taxas sobre um tempo longo em virtude do seu controle exclusivo sobre um item direta ou indiretamente negociável, o qual é em algum aspecto crucial único e não duplicável (...) Se estabelece porque atores sociais controlam alguns recursos com qualidade especiais, commodities ou localização, as quais, em relação a certo tipo de atividade, permitem-lhe extrair '*monopoly rent*' a partir dos desejos de usá-lo.

Repete-se uma velha lei do mercado, a escassez de algum produto - no caso da natureza - faz seu preço aumentar. O mundo capitalista parece ver, nas palavras de Heidegger (citado por Harvey, 2000), a natureza como um posto de combustível para a exploração humana.

Estes recursos podem ser apenas um recurso estético, um valor estético, materializado num lote, num vinho, numa pintura, etc. A qualidade especial destes objetos pode ser tão única - ar puro, vista, tranqüilidade - que são difíceis atribuir um valor. Entretanto, a publicidade e a venda maciça de um produto ou de uma idéia, por si leva a destituição desta aura de exclusividade que os cerca, tal como um lugar selvagem ou remoto, a pureza de alguma experiência estética - paisagem. O problema do capital é achar meios de cooptar, subjugar, mercantilizar e monetarizar tais diferenças para torná-las propícias para a apropriação das 'rendas de monopólio'.

PARTE II

***A NATUREZA NA CIDADE E SUA
APROPRIAÇÃO PELOS
EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS***



Fotografia do Centro da Cidade de São Paulo tirada do alto do prédio do Banespa. No centro inferior observa-se a atual sede da prefeitura de São Paulo (prédio conhecido como ‘Banespinha’, no viaduto do Chá), com seu jardim na cobertura.

Foto: Henrique, 2003

VI - A NATUREZA NA CIDADE

“Uma cidade!

É o domínio do homem sobre a natureza. É uma ação humana contra a natureza, um organismo humano de proteção e de trabalho. É uma criação. A poesia é ato humano – relações harmoniosas entre imagens perceptíveis. A poesia da natureza é, exatamente, apenas uma construção do espírito. A cidade é uma imagem poderosa que aciona nosso espírito. Por que a cidade não seria, ainda hoje, uma fonte de poesia?”

Le Corbusier (2000)

A cidade, como espaço e sua relação com a natureza, tem suscitado muitas observações, contraditórias ou convergentes, pessimistas ou otimistas que merecem uma reflexão.

O momento histórico atual pode ser considerado como o período das cidades, e, de acordo com Robert Park (1936 *apud* Harvey, 1973:195), a cidade é *habitat* natural do homem civilizado. Léfèbvre (1969), afirma que o urbano agora domina a sociedade industrial. Para Harvey (1973), a cidade é um grande sistema, um grande recurso, é até mesmo uma negação da natureza, uma vez que se trata em grande parte de algo feito pelo homem.

“Despindo a roupa da Natureza e vestindo a da Técnica, a Cidade, coisa inteiramente histórica, impõe a idéia de um tempo humano, um tempo fabricado pelo homem” (Santos, 1994:82).

Segundo Holanda (1969:61) “(...) a habitação em cidades é essencialmente antinatural, associa-se a manifestações do espírito e da vontade, na medida em que se opõem à natureza. Para muitas nações conquistadoras, a construção de cidades foi o mais decisivo instrumento de dominação que conheceram.”

Para Rodrigues (2001), o cotidiano da grande cidade faz com que a natureza seja vista como fonte de ‘recuperação das energias’. Assim, a presença da natureza é uma forma de renovação da vida estressante e rápida da cidade. Contraditoriamente, “na cidade, a ‘natureza’ precisa ser abolida para o porvir humano. Enterram-se os rios e córregos (canalização); impermeabilizam-se as ruas, avenidas e fundos de vale para possibilitar o deslocamento dos veículos, cada

vez em maior número, derrubam-se matas para edificar lugares de ‘convivência’, de produção e de consumo.” (p. 212)

Já Carvalho (2003:10), escreve que “na cidade, ambiente artificial por excelência, onde a natureza quase que só está presente sob a forma antrópica, as características naturais do sítio sobre o qual se estabeleceu só são lembradas para a explicação da gênese dos problemas ambientais urbanos.”

Analizando as relações entre a cidade, a montanha e a floresta, no Rio de Janeiro, Abreu (1992) apresenta uma interessante análise das relações entre a cidade e a natureza no Brasil. Na sua apresentação, o autor (*op.cit.*), afirma que, no Rio de Janeiro, a sociedade e a natureza formam um todo indissociável, difícil de ser separado. No caso da floresta urbana da Tijuca ela “é ao mesmo tempo natureza e história, ou melhor, é natureza com história”.

Infelizmente, a natureza na cidade, cujo elemento caracterizador será a vegetação, está confinada no desenho urbano numa espécie de metonímia da natureza⁷⁴, uma natureza racionalizada (em diferentes gradações), uma natureza construída, não uma representação direta da natureza, mas sim um modelo de natureza historicamente construído – pela técnica e pela ciência.

A natureza se insere na cidade através dos jardins e praças – lugares para reis e nobres, para a aristocracia e burguesia, e só recentemente para a população em geral através dos jardins e parques públicos, mas ainda pouco acessíveis para todos.

Para Saldanha (1993:63-64), a natureza na cidade, em jardins ou praças, “*veio representando uma gradativa diminuição do papel (ou da presença) da natureza: aqui o termo natureza é usado no seu sentido mais concreto, incluindo animais e arbustos, embora sem excluir a relação com um significado mais profundo. E parece que este gradual cancelamento da natureza, em seus componentes mais concretos, se faz (sic) mais perceptível, senão mais ostensivo, no caso da praça. Ou seja, nas representações da dimensão pública, inclusive nas ligadas ao poder: edificações, ornamentação, linguagem de símbolos.*”

⁷⁴ Uma metonímia é uma figura de linguagem que faz uma distinção entre aquilo que é real da sua representação; já a metáfora é uma analogia direta entre o real e sua representação.

Se no senso comum a natureza se opõe à cultura e à história, o que se vê nas cidades hoje é exatamente o contrário, é a natureza como produto desta mesma história – da evolução das idéias e conceitos que foram sendo criados, da história das técnicas – e da cultura consumista que se estabelece.

Nas cidades, num primeiro momento, a natureza apresentava-se como um elemento estético, dado que caracteriza a paisagem urbana, e também coloca a necessidade da cidade de adaptá-la, como no caso do Rio de Janeiro e seus ‘pães-de-açúcar’ e morros, ou Salvador e seu plano de falha que corta a cidade em dois patamares, como mostra Santos (1965).

Segundo Capel (2002), as primeiras formas de incorporação da natureza à cidade remetem ao início das aglomerações humanas, como em Susa (3000 a.C.), onde os bosques sagrados já faziam parte integrante dos templos. Nas primeiras cidades, a natureza estava atrelada às questões de ordem religiosa e não apenas estética, e remetiam a uma idéia de paraíso terreno.

Já em Roma e na Grécia foram desenvolvidas, respectivamente, formas de integração entre a natureza e a arquitetura urbana, valorizando os aspectos estéticos, como a arte da topiaria (desenho de figuras sobre uma base vegetal) e a construção de jardins integrados aos edifícios.

Na Idade Média, os jardins⁷⁵ transformam-se em hortas nos conventos e mosteiros. Como escreve Capel (2002), em Florença, no século XIV, havia um jardim (horta) no centro da cidade escondido por muralhas. Este referido horto (jardim + horta) teve grande influência na estruturação do espaço urbano, refletindo-se na nomenclatura das vias de circulação, como as vias del’Orto ou dell’Ortone.

No Renascimento retomam-se os ideais humanistas numa busca de imitação da natureza. Desenvolvem-se as idéias da tranqüilidade do campo dentro das cidades. Entretanto, apesar de se buscar a simplicidade da natureza, os homens do

⁷⁵ Vale lembrar a origem da palavra ‘jardim’ (jardin, garten, garden), segundo Capel (2002), vem do germânico *gard*, que significa ‘cerca’ ou ‘paliçada’.

renascimento acabam por aumentar a artificialidade e a complexidade da natureza na cidade, criando e revalorizando novas formas de incorporação da natureza.

6.1 – DO JARDIM FORMAL AO JARDIM INGLÊS – A natureza toma seu lugar na cidade

O Renascimento marca uma remodelação geral das cidades européias, até então marcadas por um desenho urbano medieval. Este ‘planejamento urbano’, na Idade Moderna tinha como objetivo ordenar as intervenções urbanas, racionalizando o espaço urbano ‘caótico’ das vielas. Por racionalização do plano urbano compreende-se a substituição das curvas pelas retas⁷⁶ (conforme demonstrado no capítulo IV).

Segundo Capel (2002), foi Leon Baitista Alberti, em sua obra “*De Re Aedificatoria*” (A Arte de Edificar), quem difundiu a utilização da vegetação com apelo estético nas cidades européias do início do século XVI. Repetia-se constantemente em várias cidades o modelo do Belvedere de Bramante, de 1503, com um palácio situado ao pé de terraços, rampas e escadas simétricas numa forma cenográfica articulada em patamares. O jardim se converte numa construção onde a arquitetura supera a natureza e o agradável (belo) supera o útil⁷⁷.

A nobreza européia que se enriquecia, incentivava a criação de parques, que eram, segundo Segawa (1996), bosques cercados para a caça. Estes parques anexos às propriedades foram sendo incorporados aos padrões estéticos da burguesia – como sinônimo de valorização econômica e símbolo de *status*. Em Antuérpia, 1569, surge a primeira praça com árvores na Europa (Place Verte ou Groenplaats), ao lado da catedral. Ainda neste momento, a valorização imobiliária do entorno da praça se

⁷⁶ Cabe destacar que o traçado reto do plano urbano representava a vontade de conquista e dominação do sítio. Sobre as linhas retas e curvas na cidade, escreve Le Corbusier (2000:6-7), que “o homem caminha em linha reta porque tem um objetivo; sabe aonde vai. Decidiu ir a algum lugar e caminha em linha reta. A mula ziguezagueia, vagueia um pouco, cabeça oca e distraída, ziguezagueia para evitar grandes pedregulhos, para se esquivar dos barrancos, para buscar a sombra; empenha-se o menos possível. O homem rege seu sentimento pela razão; refreia os sentimentos e os instintos em proveito do objetivo que tem. Domina o animal com a inteligência. Sua inteligência constrói regras que são o efeito da experiência. A experiência nasce do labor; o homem trabalha para não perecer. Para produzir é preciso uma linha de conduta; é preciso obedecer às regras da experiência. É preciso pensar antes no resultado. A mula não pensa em absolutamente nada, senão em ser inteiramente despreocupada.”

⁷⁷ “El jardín se convierte en una construcción en donde la arquitectura supera la naturaleza” (Capel, 2002:232). “En el jardín domina lo agradable sobre lo útil.” Capel (*op.cit.*:246)

dava em função da igreja e não pelas árvores (o costume recente de plantio de árvores ainda não havia se popularizados nas cidades européias).

A natureza na cidade brasileira apresenta algumas particularidades, oriundas desde sua fundação pelos portugueses, onde já apresentavam diferenças entre as cidades criadas em outras partes da América⁷⁸. Segundo Holanda (1969:62), *“já à primeira vista, o próprio traçado dos centros urbanos na América Espanhola denuncia o esforço determinado de vencer e retificar a fantasia caprichosa da paisagem agreste: é um ato definido pela vontade humana. As ruas não se deixam modelar pela sinuosidade e pelas asperezas do solo, impõem-lhes antes o acento voluntário da linha reta”*. Já a colonização portuguesa não seguia estas normas, e as cidades acabam por se acomodar de acordo com o sítio. *“A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem.”* (p.76)⁷⁹

Como escreve Segawa (1996), as cidades espanholas da América repetiam os modelos dos *ejidos* (campos verdes) e *alamedas* (ruas arborizadas) – com uma significação estética. Já as cidades portuguesas desenvolviam os *rossios* (hortas), cuja finalidade era, principalmente, a produção de alimentos.

⁷⁸ Além destas particularidades nascidas junto com as cidades brasileiras, outras especificidades se apresentam. Outra grande distinção diz respeito à diferenciação entre o jardim (a mais comum representação da natureza nas cidades européias) e a praça – a materialização da natureza nas cidades do Brasil. Desta forma, a proximidade com a natureza e o caráter público ou privado do espaço – praça ou jardim – são importantes elementos usados para esta diferenciação. Segundo Saldanha (1993:37), *“sem dúvida o jardim concentra e registra a privacidade retendo uma porção da natureza, enquanto que a praça vem a ser um espaço aberto na natureza, senão contra ela. Um espaço muitas vezes tido como sagrado (morada de um deus, com seu templo), quase como um modo de compensar a violência, ou a violentação, que o origina. Na verdade o jardim também é cultural, e o que se tem são dois modos de ser das relações entre o homem e o mundo.”* Continua o autor (*op.cit.*:63), *“o advento da praça corresponde, mais do que ocorre com o jardim, a uma eliminação da natureza. Ou antes a um corte, uma abertura nos espaços naturais, feita na verdade pelo próprio fenômeno da cidade, que se instaura como um outro tipo de espaço dentro dos espaços físicos disponíveis no vale ou na montanha. O jardim reformula a natureza, operando uma redução ou uma seleção quanto às espécies vegetais e ao seu arranjo, em convívio com canteiros, muros, colunas, estátuas...; o jardim a reformula, defendendo-a como ao próprio sentido de privacidade que nele se recolhe. A praça, parâmetro das ousadas coordenadas urbanas, se recorta como um outro espaço, não natural, onde o que há de árvores e de flores é expletivo e complementar, embora às vezes pareça esteticamente essencial.”*

⁷⁹ Esta idéia de Holanda (1969) sobre a inexistência de uma racionalidade na construção das cidades pelos portugueses foi debatida por Nestor Goulart Reis Filho, pois a adaptação do plano urbano ao sítio também pode ser considerada uma forma de ocupação também pensada e racional.

Com os descobrimentos de novas terras, os jardins botânicos passam a exhibir espécies exóticas do novo mundo. Desenvolvem-se, desta maneira, os conhecimentos naturalistas e da botânica, através da aclimação e cruzamentos de espécies (novamente a ação do homem na melhora da natureza). A natureza na cidade – materializada nos jardins – transforma-se em lugar de exibição – uma espécie de museu. Os jardins transformam-se em jardins botânicos.

Inicia-se o processo de valorização das plantas na cidade ou no seu entorno. Criam-se espaços de coleção de espécies, primeiramente os jardins reais – símbolos do poder e do conhecimento de um reino. Como exemplo, cita-se os Jardins Reais da França, posteriormente comandados por Buffon (ver capítulo IV), hoje ‘Jardin de Plantes’, localizando numa área densamente povoada próxima ao centro de Paris.

Sobre esta ideologia do melhoramento visível na natureza no século XVII, escreve Willians (1989 *apud* Segawa, 1996), “que agora que o homem produzia sua própria natureza por meios físicos de melhoramento (terraplanagem com novas máquinas, drenagem e irrigação, bombeamento de água para locais elevados), quer pela compreensão das leis físicas da luz e das perspectivas e pontos de vista artificiais, fatalmente teria de modificar-se a decoração, de um simbolismo e iconografia limitados e convencionais, da terra imediatamente visível.”

Os jardins, cada vez mais elaborados e organizados, tornam-se lugares de ostentação e riqueza, em detrimento das idéias de simplicidade e de rusticidade. Segundo Capel (2002), os jardins urbanos consagram o triunfo da arte e do artifício sobre a natureza⁸⁰.

Os jardins urbanos também se tornam lugares privilegiados nos desenhos dos planos urbanos. O plano urbano ortogonal e a geometria cartesiana marcam a geometrização da natureza na cidade. Desenhando e construindo jardins, os arquitetos se foram atrevendo a moldar e transformar a natureza de forma cada vez mais ousada. Assim se constroem os jardins barrocos, nos quais se corrige e

⁸⁰ “consagran el triunfo del arte y del artificio sobre la naturaleza”. (p.236)

embeleza a natureza e, usando a geometria, a retifica para produzir efeitos surpreendentes⁸¹.

Nas cidades, os jardins também se passam a aproximar das casas. De acordo com Capel (2002), na Veneza do século XVI, configuram-se as ‘villas’ italianas, que marcavam uma primeira forma de ‘cidade verde’, com a valorização de uma vida urbana que simulava uma vida campestre. Tais ‘villas’ tornam-se moda, e posteriormente lugar de refúgio da nobreza veneziana com o fim do poderio marítimo e perda do poder de Veneza

No século XVII jardins urbanos e seu entorno convertem-se em parques com predomínio das árvores plantadas regularmente de maneira ortogonal, como por exemplo nas áreas anexas aos palácios (figuras 11 e 12), como: Villa Borghese, em Roma; Bom Retiro, em Madri; Vaux, na França; e Versalhes, proximidade de Paris.

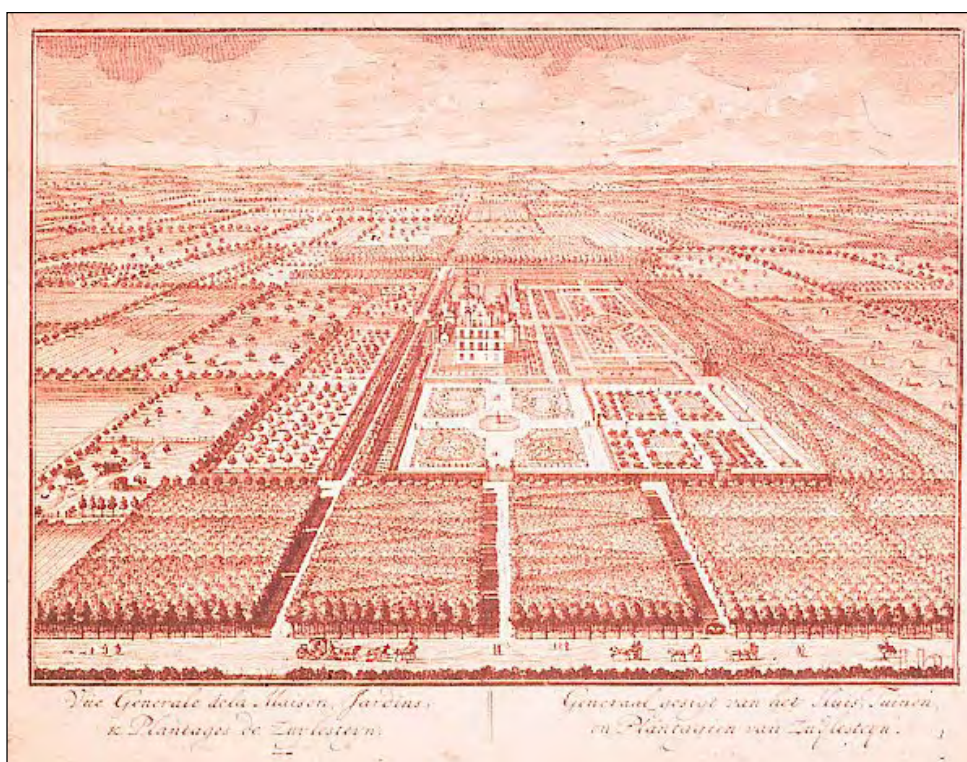
Versalhes representa o ápice do conhecimento botânico e estético da época, refletindo numa total construção da natureza (jardins) em função da imaginação e criatividade humana. A monumentalidade do eixo principal do jardim, com quase 10 km de comprimento, também é representada pelos terraços e patamares, nos quais chega a fantástica fachada do palácio.

O jardim francês é a forma máxima da expressão humana geometrizada à qual está submetida à natureza na cidade. Segundo Capel (2002), a mensagem de que a natureza está subjugada pela arte é expressa através do desenho de jardins onde a remoção de terras, as obras hidráulicas, os desafios aos climas através das ‘orangeries’ ou estufas e outros trabalhos, mostram de forma eminente o poder do homem. É a culminação de séculos de evolução⁸².

⁸¹ “Diseñando y construyendo jardines los arquitectos se fueron atreviendo a moldear y transformar la naturaleza de forma cada vez más osada. [...] Así se hace en los jardines barrocos, en los que se corrige y hermosea la naturaleza y en la que usando la geometría, se la rectifica para producir efectos sorprendentes.” (Capel, 2002:254)

⁸² “Así se crea el modelo del jardín a la francesa, donde la naturaleza está totalmente sometida a la voluntad del hombre. El mensaje de que la naturaleza ha sido subyugada por el arte es explícitamente expresado a través del diseño de jardines en donde la remoción de tierras, las obras hidráulicas, el desafío al clima a través de orangeries e invernaderos y otros trabajos muestran de forma eminente el poder del hombre. Es la culminación de dos siglos de evolución.” (p.255)

Figura 11 – Jardim Geométrico – Holanda Século XVII



Nesta gravura do século XVII pode-se observar a geometrização dos jardins em estilo francês. O traçados destes jardins também foram aplicados aos traçados das cidades.

Fonte: www.altavista.com

Figura 12 – Jardins do Palácio de Versalhes



Fotografias dos jardins de Versalhes, demonstrando a sua monumentalidade e a simetria de suas formas geométricas.

Fotos: Henrique, 2002

O jardim formal ou francês expressa o poder sobre a natureza e também o poder político absolutista, na construção dos jardins cujas formas seriam superiores às deixadas no seu curso natural. Nestes jardins predominam as linhas retas, com desenho ortogonal, e algumas diagonais, onde até os lagos seguem um modelo geométrico simétrico. Nestes jardins, as árvores e os arbustos também são modelados/podados em volumes geométricos.

Como os jardins reais e aristocráticos passam a ser moda na Europa ocidental, cria-se uma necessidade de aumento destes espaços nas cidades. Os jardins passam a ser lugares de passeio e de encontro, e se tornam locais para a comparação e competição social entre as pessoas, bem como para ‘desfiles de moda e poder’. Acentua-se o caráter de poder social do jardim na cidade⁸³.

O individualismo e a ostentação de riqueza e poder tomam definitivamente posição de destaque nos jardins. Como fala Munford (1998:377), no século XVII o *“pior de todos pecados, o pecado do orgulho, tornou-se símbolo dos novos líderes da sociedade, tanto no escritório de contabilidade como no campo de batalha. Produzir riqueza, tomar e aumentar o poder, tornaram-se imperativos universais; tinham sido desde muito tempo praticados, mas agora abertamente admitidos, como principais orientadores de uma sociedade inteira”*.

Os jardins urbanos, passeios públicos e parques – ‘salões de festa’ fora dos palácios – incorporam-se ao planejamento urbano e tornam-se uma constante nos planos de melhoria urbana, como na região do Champs Elysées⁸⁴, em Paris, que se situava, naquele momento, nos arrabaldes da cidade.

Nos limites das cidades construíram-se passeios arborizados, jardins e salões, como algumas das mais importantes ações ilustradas das cidades. Por iniciativa dos poderes públicos eram construídos freqüentemente nos limites urbanos, que eram lugares com disponibilidade de espaço para sua construção. Em muitas ocasiões

⁸³ “El juego de la autoidentificación, como individuo y como miembro de la sociedad, actúa como un imán para esta exhibición”. (Rabreau, 1991 citado por Capel, 2002:250)

⁸⁴ As idéias desenvolvidas nos planos de reforma urbana da região do Champs Elysées de Paris repercutiram de tal maneira no imaginário urbano que grande parte das cidades brasileiras, num período posterior, buscaram criar seus “Campos Elíseos”.

estas operações foram um estímulo à expansão urbana, quebrando os limites das antigas muralhas.

Além do ‘Champs Elysées’ de Paris, pode-se citar o ‘Parque del Prado’, em Madri, criado em 1780, nos limites da cidade, que consistia num conjunto de Passeio-Salão – Boulevard-Gabinete de História Natural e o Jardim Botânico. Também começa, no século XVIII, a abertura dos parques reais para a população, estes localizados geralmente no centro das cidades. Munford (1998), cita: em Londres, o St. James e o Green Park; em Paris, as Tulherias; em Berlim – o Tiergarten.

No âmbito filosófico, as idéias do Iluminismo – século XVIII – tiveram desdobramentos na criação destes parques e espaços verdes urbanos. A natureza na cidade reafirma-se como um elemento estético.

Para Proudhon (1865 *apud* Choay, 1992:09) era preciso “transformar a França num vasto jardim, mesclado de pequenos bosques”.

Os plantios de árvores nas cidades seriam de grande utilidade para as mesmas, mesmo aqueles que tinham apenas a função decorativa. Segundo Jovellanos (1782, *apud* Capel, 2002) as árvores também poderiam ter uma função recreativa, e seu plantio nas bordas dos caminhos nos parques e nas vias das cidades seriam de grande beleza cênica, sendo necessário, portanto, que se iniciassem imensos plantios de árvores nas cidades.

Estes imensos plantios de árvores nos espaços urbanos não seriam possíveis sem os avanços da botânica na aclimação de espécies exóticas e no desenvolvimento de novas plantas mais adaptadas às características das cidades. As formas urbanas e os edifícios passam a incorporar estes ideais de melhoria, correção e transformação da natureza.

Nas cidades, o jardim formal começa a sofrer a concorrência com a construção de jardins que buscavam a imitação da natureza – os jardins ingleses. Enquanto o jardim formal francês privilegiava a geometria e a subordinação da natureza às formas, o jardim inglês pregava a idéia da natureza em estado puro e livre.

Estas duas visões da natureza na cidade estarão ligadas diretamente ao embates entre duas visões de mundo. De um lado o cartesianismo francês, e de outro o pragmatismo e empirismo inglês. O jardim francês na cidade era a materialização do poder absolutista da monarquia. Já o jardim inglês na cidade irá externalizar as idéias da liberdade e democracia.

O jardim inglês irá exaltar a natureza não contaminada pelo homem, uma natureza em estado natural, e a valorização dos ideais gregos. Ocorre uma (re)naturalização do jardim em linhas curvas, buscando uma simplicidade e nostalgia de um passado épico. A elaboração dos jardins em estilo inglês pressupõe uma atitude menos dominadora perante a natureza, ou seja, constrói-se um espaço que parece ser natural. (figura 13).

Figura 13– Jardim Inglês



Litogravura de um jardim de modelo inglês, onde se observam as alamedas sinuosas, numa pretensa imitação da natureza 'natural'.

Fonte: www.corbis.com

A natureza do jardim inglês é uma natureza idealizada a partir da eleição de elementos do seu conjunto que irão representar o todo. Serão operadas correções em aspectos ‘feios’ dos elementos desta natureza idealizada. Nos parques urbanos serão construídos lagos e grutas com linhas curvas, num simulacro da natureza primeira, que há muito deixou de existir. O jardim inglês é a materialização de um conceito de beleza estética e uma representação cultural estética e ideologicamente definida. Como todo jardim, trata-se de um espaço modelado pela ação humana, mas vinculado à idéia romântica da natureza intocada

Segundo Segawa (1996:49), o jardim “torna-se um monumento ao verde – espaço ao culto e ao repositório de significados da natureza idealizada pelo ser humano.” No âmbito do planejamento urbano, o jardim inglês possui um desenho que libera a natureza dos limites impostos no jardim formal.

A criação dos jardins em estilo inglês trouxe à cidade uma valorização da paisagem rural e a construção de casas que mais pareciam casas de campo. Estas casas que se proliferaram eram sempre baseadas com um ‘parc’ ou ‘park’⁸⁵. Tais ‘casas-park’ eram acima de tudo lugares de ‘prestígio e privilégio’ da burguesia e nobreza inglesas, e buscavam ser o elo entre as virtudes do campo e a vida social da cidade. Resgatavam-se ideais feudais, como a valorização da caça e a importância dos bosques e dos rios nas propriedades. As propriedades menores, mas que também buscavam demonstrar esta inspiração bucólica introduziram o *garden* em seu nome.

No Brasil, é criado no século XVIII, mais precisamente em 1783, o Passeio Público do Rio de Janeiro, e o jardim passa a ser importante na vida da cidade e receber melhoramentos e a imponência dos monumentos da arquitetura colonial. Um monumento à vegetação e à natureza na visão de Segawa (1996), mas também ao poder da burguesia e nobreza carioca, uma vez que se tornou rapidamente o lugar de passeio e exibição destas camadas da população.

⁸⁵Segundo Capel (2002), um ‘park’ era um pedaço do terreno com um bosque fechado, com vistas para as criações de animais.

Entretanto, a natureza tropical sem manutenção retoma rapidamente sua ‘selvageria’. No século XIX, a falta de público, devido à concorrência com outras áreas verdes do Rio Janeiro, faz com que o Passeio Público entre em decadência e o dinheiro para sua manutenção acabe. Escreve o prussiano Lydwig von Rango (1819 *apud* Segawa, 1996:99) que *“tudo o que a natureza faz por este país é magnífico, por isto parece tanto mais pobre o que o homem criou. Estou vindo do Passeio Público, o único em todo o Rio. Que Deus tenha misericórdia! Nem um caminho seco em todo o jardim... Realmente uma lástima, um lugar tão bonito e bem arborizado, que se poderia tornar realmente belo com pequeno custo. Mas assim é tudo aqui. Nada se faz com cuidado, tudo se deixa largado à lei da natureza”*.

No Rio de Janeiro, a vegetação dos morros que circundam a cidade é uma ‘natureza avassaladora’, onde a falta de técnicas e seu constante controle são um entrave à sua domesticação.

Sobre a natureza no entorno das cidades brasileiras, escreve a inglesa Maria Graham (1821, *Diário de uma Viagem ao Brasil*, *apud* Segawa, 1996:75) que *“os cafezais são os únicos terrenos cultivados na redondeza e são intercalados tão densamente com laranjeiras, limoeiros e outros arbustos, que parecem antes uma variedade das matas do que a mescla de terreno cultivado com o terreno selvagem, que seria de esperar tão perto de uma grande cidade, onde contamos ver o trabalho humano aplicando-se razoavelmente sobre a beleza rude da natureza. Mas aqui a vegetação é tão exuberante que até as árvores podadas e tratadas crescem como se fosse na floresta”*. A autora ainda fala que a natureza mantida ‘selvagem’ tira metade do seu encanto.

Entretanto, não basta uma moda de jardim para mudar o desenho do espaço urbano. Para que isto se implemente definitivamente, é preciso que se crie um sistema de idéias que permita esta constante remodelação. Não se pode mais tratar o espaço com a rigidez dos tempos passados e valorizar menos a história dos lugares com a destruição de sítios antigos.

6.2 – A NATUREZA NA CIDADE COMO ATRATIVO IMOBILIÁRIO

No século XIX. inicia-se um movimento mais intenso de associação entre a natureza na cidade e a especulação imobiliária, com a construção de jardins e parques pelos agentes imobiliários, com o objetivo de valorização dos loteamentos construídos no entorno. A natureza na cidade passa a ser uma ‘isca’ ou uma imagem/símbolo. Isto posto num momento de grande valorização da natureza na cidade, quer seja por motivos estéticos (os passeios e a exibição de poder) ou pelas razões higienistas⁸⁶ (de saneamento da cidade cada vez mais poluída pelas indústrias).

Reclus (1886) coloca duas formas de apropriação da natureza pelos empreendimentos imobiliários: uma direta e outra indireta. A apropriação da natureza, cada vez mais artificial, dá-se, como exemplo, nas costas marinhas, nossos mais pitorescos penhascos e nossas mais charmosas praias, em muitas localidades, monopolizada tanto pelos invejosos proprietários ou pelos especuladores que apreciam a beleza da natureza, em muitas vezes, na mesma forma como um ‘cambista’ valora uma barra de ouro. Em badalados lugares nas montanhas uma similar forma de apropriação toma posse dos habitantes: a paisagem é totalmente cortada em quadrados e vendidas em altas ofertas; cada curiosidade natural, a rocha, a caverna, a cachoeira, o glacial, tudo que faça o som de um eco, pode tornar-se propriedade privada.

Já a maneira de apropriação indireta da natureza dá-se na forma de sua utilização para a venda de produtos. Segundo Reclus (1886), prédios horrorosos, moinhos, oficinas, hotéis e depósitos tomam lugar na base dos penhascos; propagandas, especulando a beleza de Niágara (cataratas), para vender sua mercadoria ou seus remédios, têm postado suas sujas e mentirosas placas na frente da barulhenta catarata; outras pessoas, ainda mais desagradáveis na sua

⁸⁶ Sobre as intervenções higienistas na cidade ver Benjamin Ward Richardson (Hygeia: A City of Health, 1876), cujas principais idéias, segundo Choay (1992) eram:

- menor mortalidade possível nas cidades;
- aumento das áreas verdes e jardim nas cidades como forma de terapia e também como áreas de lazer.

ingenuidade, têm tentado adicionar alguns aspectos poéticos ao cenário, erguendo quiosques chineses e torres góticas.

Segundo Munford (1998:461), *“a cidade, desde o princípio do século XIX, foi tratada não como uma instituição pública, mas como uma aventura comercial privada, a ser afeiçoada de qualquer modo que pudesse aumentar a rotatividade e fazer subirem ainda mais os valores dos terrenos”*.

Na associação entre especulação imobiliária e a natureza, os incorporadores se apropriam de todos os locais charmosos e belos, os quais divide em lotes retangulares, enclausurando os mesmos em muralhas uniformes onde são construídos mansões e casarões pretensiosos. Para os que passeiam pelos caminhos e trilhas, nestes pretensos espaços de campos a natureza não é mais do que representada por arbustos talhados e amontoados de flores que são entrevistas através das grades (Reclus, 2002).

Em Londres, observa-se o primeiro processo de valorização imobiliária a partir de uma associação com uma idéia de natureza. No início do século XIX inicia-se a transformação das terras do Royal Marylebone Park num parque urbano – o Regent’s Park. Todo o modelamento e estruturação deste parque foram financiados pelas empresas imobiliárias londrinas, cujo objetivo era a construção de casas no entorno deste novo parque, casas com vistas e terraços e ‘villas’ para pessoas ricas. A idéia era que a venda das casas nas proximidades do parque pagaria os investimentos gastos no Regent’s Parks.

Segundo Munford (1998), na área do atual Regent’s Park, que antigamente pertencia à Igreja Mary-le-Bow, estava sendo prevista a construção de um cemitério. Entretanto, o crescimento da cidade e a possibilidade de realização de lucros prevaleceram sobre o uso que se daria à área, que foi portanto loteada. “Quando a Coroa planejou o Regent’s Park de Londres, o próprio parque foi abertamente considerado um artifício para aumentar o valor dos terrenos de propriedades vizinhas, pertencentes à Coroa Real.” (p.414)

Isto num momento de crescimento das cidades e enriquecimento de uma parcela da população urbana, que comprava terras, construía vilas e casas com

jardins, aquecendo o mercado imobiliário que soube aproveitar esta demanda pelo contato com a natureza na cidade. Deve ser lembrado que as cidades européias viviam uma acelerada industrialização e a poluição atmosférica era uma constante, e a idéia do verde na proximidade das casas trazia um alívio contra esta poluição.

A apropriação da natureza, uma apropriação da apreciação estética da natureza, consistindo numa salvaguarda das suas belezas como forma de agregação de valor a uma propriedade privada, passa também pela privação de sua componente estética, separando-a dos olhos dos homens, através de cercas ou muros, definitivamente ou impondo uma única forma de apreciação através da compra de um ingresso.

Cria-se uma diferenciação espacial da natureza na cidade de acordo com a estratificação social. Enquanto nos centros urbanos e nos bairros nobres o que se via era uma natureza trabalhada e bem cuidada – tanto no jardim inglês quanto no francês, um lugar para passeio e exibição, um lugar de prestígio –, nas periferias a natureza bruta e ainda ‘não controlada’ fazia-se presente, trazendo enchentes, inundações, doenças e frio.

A moradia dos trabalhadores⁸⁷ é constantemente comparada “com covis, as grandes distâncias que separam o local de trabalho do de habitação (‘a metade dos operários do Strand já estão obrigados a caminhar duas milhas para chegar ao trabalho’, constata Marx), os lixões fétidos amontoados e a ausência de jardins públicos nos bairros populares. A higiene moral também é considerada: há contraste entre os bairros habitados pelas diferentes classes sociais, chegando à segregação, fealdade e monotonia das construções ‘para o maior número’.” (Choay, 1992:06)

Desenvolvem-se tentativas de saneamento desta natureza bruta para evitar a contaminação e a proliferação de doenças na população. Na Alemanha aparecem as primeiras tentativas de popularização dos parques e jardins da cidade, dando origem aos ‘Volksparken’ (parques populares).

Segundo Capel (2002), o conceito de parque público também surgiu como resposta para os problemas sanitários das cidades industriais européias. Continua o

⁸⁷ Sobre a situação de moradia da classe trabalhadora na Inglaterra ver os trabalhos de Engels e Marx.

autor (*op. cit.*) que se firma a idéia da necessidade dos parques e jardins nas cidades européias do século XIX. Na reforma de Paris por Georges Haussmann, entre 1853-1870, foram adaptados 1.934 hectares de áreas verdes na cidade por motivos estéticos e sanitários, como a criação de parques periféricos.

Neste movimento foram criados o ‘Bois de Boulogne’, cuja área foi doada a cidade por um empreendedor imobiliário, que era proprietário das terras do entorno do parque. As colinas e lagos artificiais, construídas seguindo o modelo inglês, tornaram o lugar numa área de sucesso junto à alta burguesia e aristocracia parisiense. Logo entrou ‘na moda’, valorizando imensamente o seu entorno (para reforçar, do mesmo proprietário das terras doadas para a construção do parque), que foi vendida como ‘o céu para os ricos’⁸⁸.

Do lado oposto em Paris foi criado o ‘Bois de Vincennes’, destinado a ser o parque das camadas populares. Entretanto, como as classes populares trabalhavam em média 12 horas por dia, não tinham tempo livre para freqüentar estes parques.

Outro plano de reforma urbana importante para visualizar o papel que a natureza na cidade teve foi o desenvolvido por Idelfonso Cerdá, na Reforma de Barcelona em 1859, cujo objetivo era dar viabilidade e habitabilidade à cidade catalã (figura 14). O lema de Cerdá era urbanizar o campo e ruralizar a cidade. Esta idéia também está presente no Manifesto Comunista, escrito por Marx, e publicado inicialmente em 1848.

Em relação à natureza na cidade, Cerdá, segundo Capel (2002), considera que o jardim é tão necessário a cidade quanto à família ao homem, sendo um lugar indispensável ao homem. Os espaços verdes nas cidades são uma necessidade para todos, observando-se uma falta destes espaços nas áreas pobres e nos bairros de classe média. Para Cerdá, a natureza na cidade – árvores – também tem a função de renovar o ar, cada vez mais poluído e carregado de doenças.

⁸⁸ Capel (2002).

Figura 14 – Bairro de Barcelona



Fotografia da área de expansão de Barcelona, onde se observa a materialização das idéias de Cerdá, com grande presença de arborização urbana.

Foto: Henrique, 2002

Nos Estados Unidos, graças a George Marsh (ver capítulo IV), assiste-se a um grande processo de valorização da natureza a partir do século XIX. São criados os Parques Nacionais (como o Yosemite Valley). Já os parques urbanos começam a ser esboçados em 1851, quando se inicia o plano para o Central Park, em Nova Iorque. Nos Estados Unidos é dada ênfase aos parques em estilo inglês, vinculado as idéias estadunidense de liberdade e democracia, com forte valorização da natureza local, através do plantio de árvores do próprio lugar.

Em Nova Iorque, a especulação imobiliária no entorno do parque também se apropria das referências à natureza, levando a super adensamento das áreas próximas. Segundo Munford (1998: 463-464), *“o desejo de utilizar todos os metros quadrados de espaço alugável dominava o proprietário, mesmo quando a construção era para seu uso privado e não se destinava à simples especulação pecuniária. Em muitas cidades, durante o século XIX, isso reduziu o quintal dos fundos a uma área para secar roupas, e esta, por sua vez, foi reduzida em espaço, a tal ponto que muitas caras residências da Quinta Avenida, em Nova Iorque, eram construídas quase costas contra costas, como qualquer asilo de classe inferior, e*

não tinham nem perspectiva, nem ventilação. Mais uma vez, a empresa capitalista, hipnotizada pela sua própria preocupação com os ganhos, ultrapassava a si mesma, pois um plano congestionado não traz necessariamente o máximo de retorno imediato, nem tem probabilidade de permanecer bastante válido ou atraente para assegurar uma exploração lucrativa durante um longo período de anos.”

Como as propagandas de empreendimentos imobiliários da atualidade (que serão analisadas no próximo capítulo), em 1866, no Plano de Riverside, Illinois (EUA), a Riverside Improvement Company já fazia menção a sofisticação da natureza na cidade. Como mostra Capel (2002), a propaganda de Riverside mostra o encanto refinado da beleza silvestre, com paz e tranquilidade, positivamente pitoresco e que contrasta com os ângulos retos que caracterizam as cidades modernas.

Sobre a especulação imobiliária atrelada à natureza na cidade brasileira⁸⁹, pode ser citado o caso de Porto Alegre, no final XIX e começo de XX, com a criação do Campo da Redenção, seu ajardinamento e loteamento do entorno. Segundo Segawa (1996:218), *“aproveitamento de áreas tradicionalmente tidas como inúteis ou de árduo aproveitamento: sobre várzeas, charnecas, terrenos de altimetrias complicadas. Era a conquista da terra firme, aterros que cresciam à vizinhança urbana horizontes de expansão, enterrando miasmas e cobrindo superfícies infectas com um simulacro saudável de natureza. Terrenos outrora sem préstimo, os quais,*

⁸⁹ Mais recentemente, o processo de associação entre a natureza e o mercado imobiliário deu-se no Rio de Janeiro. Nesta cidade, a pressão do mercado imobiliária por áreas de beleza cênica foi importante na expansão urbana. De acordo com Abreu (1992), na década de 50, com a possibilidade de renda fundiária esgotada na zona sul, com a verticalização e adensamento populacional em Copacabana e Ipanema e a proliferação das favelas, com a conseqüente diminuição do valor dos imóveis do entorno, aumentou a demanda por moradias à beira-mar. Na década de 60, a concentração de renda aumenta e se efetiva a associação entre imóveis e áreas verdes como atrativo imobiliário. Esta situação, segundo Abreu (*op.cit.* :96-97), “levou a um processo drástico de remoção das favelas de locais valorizados da cidade (especialmente da Zona Sul), para que aí fossem construídas habitações de luxo (símbolos dessa mesma concentração), ou para que os morros fossem mantidos livres e desembaraçados, condição necessária para sua venda, pela empresa imobiliária, como ‘áreas verdes’.” Como exemplo, pode ser citada a remoção dos habitantes da favela da Catacumba, na área da Lagoa Rodrigo de Freitas, para a área da Cidade de Deus, no subúrbio carioca. Na década de 70 e 80, através da ação do Estado na construção da auto-estrada Lagoa-Barra, ocorre a expansão urbana para a região da Barra da Tijuca e Jacarepaguá. Os empreendimentos imobiliários desta área de expansão do Rio de Janeiro marcam a febre por viver em um novo estilo – a oportunidade de ‘viver no meio do verde’, de ‘integrar-se com a natureza’ das vistas panorâmicas –, isto posto para um pequeno grupo privilegiado da população carioca.

mediante intervenções patrocinadas pelo poder público – nem sempre adequadamente amparado com recursos para iniciativas dessa escala [diferente da Europa e dos EUA onde a intervenção no jardim era privada] (e sempre oficial, qualquer que seja a instância: autoridade colonial, provincial, municipal) – transformam-se em áreas valorizadas e vizinhanças valorizadas.”

Constata-se uma expansão dos jardins, praças e parques arborizados em várias cidades. Na maioria das cidades que foram desenhadas e planejadas a partir das ultimas décadas do século XIX, foram previstos espaços para jardins públicos nas áreas centrais, com o predomínio do estilo inglês.

Estas novas cidades e estes novos espaços verdes estavam vinculados ao aumento da preocupação com o prático e o funcional. Além disto, aumenta o número de grupos sociais mais abastados vivendo exclusivamente nas cidades, que assimilaram os gostos da aristocracia pelos jardins e por uma classe média também preocupada em manter seus jardins particulares nas residências menores.

Uma constatação do século XVIII: a mudança das formas prioritárias das relações sociais, deslocando-se da esfera coletiva para uma valorização do indivíduo, assenta-se efetivamente no século XIX sobre todos os aspectos da vida social.

De acordo com Capel (2002), o subjetivismo romântico cola-se no século XIX com as necessidades da produção industrial em massa, tendo em conta as necessidades do mercado que passa a valorar os gostos individuais dos consumidores, um gosto que era diferenciado. Desde o século XIX já não basta o verde: a industrialização e a democratização demandam também novos espaços para o ócio [...] Nos jardins e parques, onde começam a ser instalados elementos que logo seriam denominados ‘mobiliário urbano’⁹⁰ – bancos, quiosques, fontes,

⁹⁰ “Desde el siglo XIX ya no basta el verde: la industrialización y la democratización han hecho necesarios también nuevos espacios para el ocio. [...] En los jardines y parques donde comienza a instalarse elementos que luego serían denominados ‘mobiliario urbano’ ” (Capel, 2002:318).

sanitários, etc. Logo foi percebido que os parques eram um grande negócio: lugares de passeio e de diversão (zoológicos, brinquedos, etc.)⁹¹.

⁹¹ Sobre os jardins zoológicos, escreve Munford (1998:413-414) que “tinha-se aí uma nova contribuição à cidade: um lembrete daquele estado indômito que o homem urbano muito facilmente esquece, na ilusão de que conquistou com êxito a natureza. As atitudes divertidas do macaco, a imperturbabilidade do hipopótamo, os movimentos ágeis e alegres das focas – todos estes exemplos da inexaurível criatividade da natureza, se não puseram o morador da cidade em contato com ela, pelo menos tiveram um efeito relaxante sobre o ultra-restringido ego urbano. [...] Até mesmo sovadas relíquias barrocas tais como o urso dançarino ou o macaco do tocador de realejo serviam muitas vezes para dar um toque de graça animal às tristes sarjetas da rua do século XIX.”

6.3 – AS FORMAS DO URBANISMO E A QUESTÃO DA NATUREZA NA CIDADE

A estruturação dos parques urbanos começa a ser um forte exemplo para o planejamento de todas as cidades, cujo principal objetivo é levar beleza às mesmas. Assim, no século XIX, o desenho dos jardins formais chega às cidades, e como exemplo Capel (2002) cita o plano urbano de La Plata (Argentina).

O urbanismo ‘Beaux-Arts’ é uma das correntes que irão procurar entender a cidade como jardim ou parque, criando espaços monumentais, praças, eixos viários, principais e secundários, com bosques e no centro desta cidade haveria um grande espaço equivalente ao palácio no jardim clássico. O desenho urbano vai assimilar a questão da simetria do jardim formal, elaborando uma hierarquização dos espaços da natureza na cidade através de uma geometria rígida.

Fundamentado nas questões higienistas e no urbanismo ‘Beaux Arts’, o plano de Belo Horizonte, no final século XIX, já previa um grande parque público verde na área central. Segundo Segawa (1996:70), “a árvore se tornava um símbolo de civilidade, de cultura, de patriotismo”. Nesta direção foram criados o Dia da Árvore, mais projetos de reflorestamentos (baseados no reflorestamento do maciço da Tijuca) e planos de arborização urbana.

O planejamento urbano difunde as idéias de claridade e espaços abertos do higienismo⁹², mas também retoma o rigor geométrico e a monumentalidade das formas. Nas cidades cresce o uso da topiaria, com o modelamento de arbustos em figuras geométricas simples, especialmente paralelepípedos, cones e esferas (figura 15).

⁹² Os ideais higienistas e o medo das populações mais abastadas do Rio fizeram com que a população do centro da cidade (infestado de doenças e cortiços), graças à facilidade do transporte, transferisse-se para Santa Tereza, em busca das terras altas com melhores climas e salubridade, conforme explica Abreu (1992). As árvores seriam peças fundamentais para manter a salubridade das cidades – eliminação dos ‘tóxicos pulmonares’. Começam a proliferar a criação de jardins nos centros das cidades. Em 1880 são criados os Campos de Sant’Ana, e a Praça da Aclamação, no Rio de Janeiro.

Figura 15 – Champs de Mars, em Paris: um exemplo do modelo Beaux-Arts



A fotografia tirada da Torre Eiffel mostra os jardins do 'Champs de Mars', demonstrando o caráter monumental e o retorno da geometrização dos jardins urbanos.
Foto: Henrique, 2002.

O número de habitantes nas casas também é reduzido, permitindo que seja liberado terreno no lote para a construção dos jardins, que antes de ser uma determinação estética era uma questão de posição social. Segundo Capel (2002), ter um jardim não era apenas um luxo nas casas da burguesia urbana, mas um indicador de *status*.

A associação cada vez maior entre casa e jardim e as experiências bem sucedidas em Londres, na área do Regent's Park (onde se tinha a ilusão de que o parque pertencia a cada casa) e em Paris no entorno do Bois de Boulogne, com grande êxito financeiro, impulsionam o interesse pelas áreas verdes urbanas atreladas aos grandes empreendimentos imobiliários. A ampliação das áreas verdes

nas cidades deu-se, portanto, devido ao grande prestígio e valor que estas passaram a ter.

Na Inglaterra, o problema da salubridade das moradias populares se agrava. Com a idéia da higienização da natureza e sua função estética no embelezamento da cidade, começa a se desenvolver um projeto de aproximação definitiva entre a natureza e o plano urbano – as cidades jardim. Um desenho urbano respeitando a dimensão humana repleto de linhas curvas – uma cidade jardim de modelo inglês.

O *slogan* das cidades jardim era: ‘Para cada família uma casa; em cada casa uma horta e um jardim’. O modelo das cidades-jardim foi desenvolvido por Ebenezer Howard (1850-1928), e se constituiu num novo modelo de organização urbana. Segundo Howard (*apud* Capel, 2002), o homem deve desfrutar ao mesmo tempo a sociedade e as belezas da natureza.

O plano das cidades jardim era um complexo modelo com forte relação entre a cidade e o campo. Na cidade jardim, a natureza domesticada desempenharia o papel do campo, trazendo a tranqüilidade e o ar puro necessário a vida urbana saudável. Foi projetada como núcleos urbanos com 30.000 habitantes na cidade e 2.000 no campo, com lotes medindo no mínimo 6,5m por 44m. num modelo de cidade radiocêntrica. Estava planejada uma grande rede interna de infra-estrutura e de comunicação com outras cidades. As cidades jardim não seriam apenas o lugar da moradia, mas também previa a instalação industrial. A propriedade seria comunal e não privada.

Em 1900, foi fundada a primeira cidade jardim – Letchword (entre Londres e Cambridge), que só manteve a proposta morfológica e urbanística – jardins – da proposta inicial; não materializou todas as propostas básicas da cidade jardim de Howard, de uma cidade orgânica em harmonia com a natureza – base da felicidade humana. A rica vegetação da cidade jardim era composta por árvores frutíferas, flores e legumes.⁹³

⁹³ No Brasil, alguns bairros da cidade de São Paulo, como o Pacaembu, Jardim Europa, Jardim América e Jardim Paulista, foram planejados como cidades jardim. Atualmente, nestes bairros de São Paulo, onde a natureza era abundante, a violência urbana e o medo coletivo fazem com que se proliferem altos muros e complexos sistemas de segurança. A pressão sobre os preços dos terrenos e das moradias também provoca

As críticas ao modelo das cidades jardim eram baseadas na rigidez do plano urbano não adaptado ao sítio; nas moradias quase idênticas; na distância entre a moradia e o local de trabalho, pois poucos postos de trabalho foram criados no entorno da cidade; na fraca relação social entre os moradores; na desvalorização dos espaços públicos, uma vez que no espaço familiar já havia um jardim.

Na Alemanha, com o crescimento das cidades, há também um aumento da demanda por moradias, com a construção de blocos de moradias na periferia das cidades projetadas como cidades-jardim. Desta forma, há uma explosão demográfica da cidade planejada para um número pequeno de habitantes. Na Alemanha, depois da Primeira Guerra Mundial, os jardins foram transformados em hortas para a produção de alimento, garantido a subsistência das famílias.

Na Exposição Universal de Paris, em 1900, foi recomendado que toda cidade reservasse 15% de seu espaço total para a criação de jardins e parques. Posteriormente os Congressos de Higiene Urbana, em Paris e Berlim, elaboraram textos visando à proteção da natureza na cidade como forma de garantia da vida saudável.

As propostas de intervenção urbana passam a contar com um aumento da participação do Estado no planejamento. Antes limitado a coadjuvante do capital privado, o Estado passa a elaborar regulamentações sobre moradia e edificações (principalmente a altura dos novos arranha-céus que se difundiam mundo afora a partir dos Estados Unidos) e infra-estrutura (herança higienista). Na questão da moradia, o Estado passa a atuar na sua construção, como na construção das Vilas Operárias.

Em 1924, ocorre em Amsterdã o Congresso Internacional de Planejamento Urbano, cujo objetivo era o desenvolvimento de formas de organização das funções e do espaço urbano, através da elaboração de planos de expansão urbana, zoneamento das cidades (definição de áreas centrais, zonas industrial, zona de lazer, zona residencial).

profundas mudanças nas funções antigas destes bairros, com muitas residências sendo convertidas em clínicas médicas e lojas sofisticadas.

Em 1930 é elaborado o Plano Agache para o Rio de Janeiro, que se constituía num zoneamento da cidade baseado nos transportes. O Rio de Janeiro foi dividido, desta forma, em zona central – bairros de negócios e de comércio; zona do porto; zona residencial dividida em 4 áreas; zona suburbana e zona rural.

Na Europa, várias cidades passam por grandes alterações no período entre as Guerras Mundiais, tais como:

- rápido crescimento das cidades;
- desenvolvimento das indústrias - localização áreas urbanas ou periferia das cidades;
- necessidade de organizar as atividades urbanas e dotação de equipamentos urbanos em maior número e em maior velocidades;
- novos desenvolvimentos técnicos e científicos – aperfeiçoamento do telefone;
- comércio;
- revoluções no mundo das artes – cubismo, impressionismo, expressionismo;
- aumento da frota de veículos.

Os trabalhos de Le Corbusier e as novas formas de urbanismo passam a defender uma interação cada vez maior entre a moradia, a oferta de serviços e o local de trabalho. O urbanismo racionalista começa a desenvolver blocos de moradias em bairros residenciais, com a utilização de novos materiais e novos elementos para construção rápida destes blocos, como janelas pré-fabricadas e portas. As linhas de produção – fordismo e taylorismo – chegam com força total à cidade.

Como para Le Corbusier, a cidade jardim e a forma como a cidade estava sendo pensada conduziria a um isolamento, ao individualismo e a paralisia da coletividade; ele busca desenvolver um novo modo planejamento atrelando a cidade à natureza. Segundo Munford (1998), a idéia de Le Corbusier era a construção de

uma Cidade-Jardim Vertical, a fim de liberar espaço para áreas verdes (figuras 16 e 17).

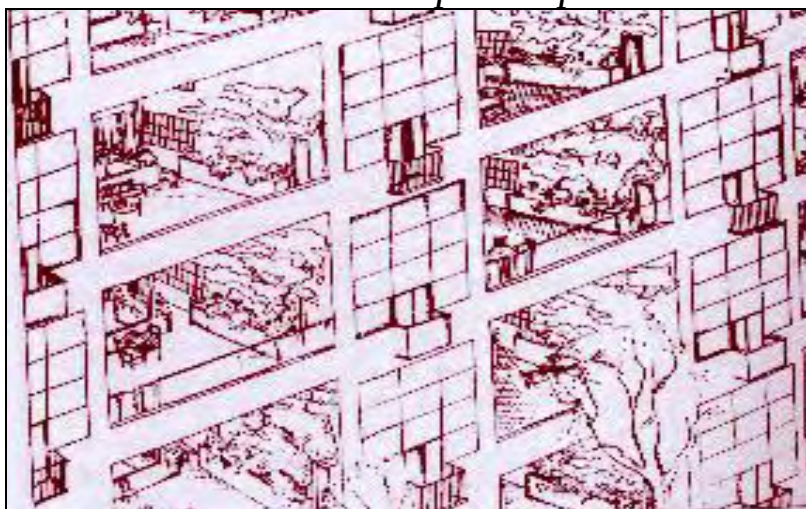
Figura 16 – Croqui de Le Corbusier para o Plano Voisin – Centro de Paris



O croqui ilustra as idéias de Le Corbusier para o convívio entre a cidade e a natureza. Na parte superior da figura está a situação no centro de Paris encontrada pelo arquiteto, e na parte inferior a solução proposta.

Fonte: Le Corbusier (2000).

Figura 17 – Fachada de um prédio para Le Corbusier



O croqui mostra como deveria ser a fachada de um prédio para Le Corbusier, com grande alvéolos facilitando a penetração da luminosidade solar, a circulação do ar e a presença de um jardim suspenso em cada sacada.

Fonte: Le Corbusier (2000).

Mas não bastava apenas a presença da natureza na cidade, era preciso ordenar o aspecto caótico da natureza. As árvores, plantadas em parques e jardins, também teriam uma função subjetiva, ajudando a superar a individualidade egoísta e trazendo bem estar físico. Segundo Le Corbusier (2000:71), *“pode caber ao novo espírito de arquitetura, ao urbanismo iminente, satisfazer às mais remotas necessidades humanas, reverdecendo a paisagem urbana e mesclando ao nosso labor a natureza [aforismo turco: onde construímos, plantamos árvores. Em nosso país, nós os arrancamos. Istambul é um pomar, nossas cidades são pedregais].”* (p. 71)

Segundo Choay (1992:191), *“a natureza é de novo levada em consideração. A cidade, ao invés de tornar-se um pedregal impiedoso, é concebida como um grande parque. A aglomeração urbana é tratada como uma cidade verde. Sol, espaço, zonas verdes. Os imóveis surgem na cidade por trás do rendado de árvores. Está assinado o pacto com a natureza”*.

Para Le Corbusier (2000), tendo em vista a intensificação do trabalho, havendo uma maior exigência de calma e ar puro e o aumento da mancha urbana, conseqüentemente com a derrubada das árvores (pulmão da cidade), o urbanismo que se estabelece deve possibilitar:

- a elaboração de medidas de conservação das áreas verdes nos centros da cidade e nas periferias;
- o aumento considerável da densidade de áreas verdes – chegando a 95% em algumas áreas;
- a verticalização dos centros para a liberação de espaço para áreas verdes;
- a construção de apartamentos com janelas afastadas das ruas, dando para parques extensos e possuindo amplas sacadas – para melhor circulação do ar e entrada da luz. Em tais sacadas (alvéolos) seriam criados grandes jardins internos.

Em 1933, Le Corbusier sintetiza na famosa Carta de Atenas, os resultados do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – CIAM, cujos princípios norteadores eram:

- a busca de garantias de salubridade, de áreas verdes, de sol e ar puros, de contato com a natureza como forma de recuperação das forças gastas no trabalho;
- uma cidade planejada não apenas na escala local mas também regional, nacional e internacional;
- a necessidade de conservação destas áreas, uma vez que o aumento das áreas urbano sempre ocorre em detrimento das áreas verdes;
- a retomada das questões coletivas sobre as individuais – do público sobre o privado;
- a abundâncias de áreas verdes e construção vertical numa área mínima do terreno.

Entretanto, as novas estruturas familiares cada vez menores, e a super valorização do indivíduo acaba por implodir os ideais de Le Corbusier. No Pós Guerra, seguem-se alguns pontos elaborados por Le Corbusier na construção de conjuntos residências nas cidades novas.

Mas o que se observa é a deterioração das áreas verdes, onde o abandono e falta de manutenção fazem com estes espaços sejam visto pelos moradores como sinônimo de lugares perigosos e violentos. A natureza na cidade sem controle e sem manutenção retoma a sua imagem de perigo e o seu aspecto hostil. O jardim bem cuidado acaba por se transformar em mato.

Desenvolvem-se também formas de um urbanismo naturalista, cuja maior expressão foi o americano Frank Lloyd Wright. Para Wright (*apud* Choay, 1992:30), “a grande cidade industrial é acusada de alienar o indivíduo no artifício. Só o contato com a natureza pode devolver o homem a si mesmo e permitir um harmonioso desenvolvimento das pessoas como totalidade”.

Infelizmente, mesmo com todas as utopias do urbanismo moderno, a cidade e a natureza passam a ser, segundo Rodrigues (2001:213), “medidas e mediadas pelo valor de troca, incessantemente alterado no processo indissolúvel” e a volta do verde à cidade é uma forma de apropriação da natureza como propriedade privada.

A natureza na cidade é uma necessidade, que infelizmente foi engolida e propagada pelas possibilidades de consumo da moradia, necessidade criada de acordo com a renda do comprador dos imóveis. Assim, a natureza na cidade torna-se uma mercadoria para poucos consumidores, escolhida em função da obtenção de aumento do valor de trocas pelos empreendedores imobiliários. Para os agentes do mercado imobiliário, a natureza na cidade não é uma necessidade coletiva, e a exclusão é exercida à serviço da acumulação.

VII - A APROPRIAÇÃO DAS IDÉIAS DE NATUREZA PELOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS.

A natureza sempre foi Bela, mas nunca tão sofisticada.

A relação cotidiana com a natureza na cidade, como foi demonstrada nos capítulos anteriores, passa a ser povoada por pensamentos, imagens, fantasias e desejos de uma natureza ‘glamourizada’ e reificada como um desenho infantil. Chega-se a um momento onde a economia, ou melhor, o estilo de vida capitalista irá pautar a superexploração da natureza na cidade.

A relação que nossa sociedade possui hoje com a natureza, ou com o território onde se insere a natureza, dá-se num “mundo que a técnica construiu para nós, somos hipnotizados pela lei do *número*⁹⁴”, um mundo geométrico das quantidades e valores econômicos e não das qualidades e valores fraternais. Assim, a natureza hoje se constitui, de acordo com uma proposta de Lenoble (1969) numa ‘coisa-imagem’, muito mais imagem do que coisa. Nesta relação, os homens não enxergam os fenômenos sociais, políticos ou econômicos que penetram na idéia de natureza; eles continuam a ver apenas uma imagem romântica da natureza, que é captada e apropriada pelos empreendimentos imobiliários nas grandes cidades.

Neste mundo da fantasia e da exploração capitalista, muitos empreendimentos imobiliários iniciam um processo de associação com uma das várias idéias possíveis de natureza na atualidade. Em comum, todos eles utilizam a natureza como uma das principais armas para sua valorização. Destacam-se neste capítulo alguns destes empreendimentos localizados na cidade de São Paulo, alguns casos isolados no interior de São Paulo, como o Shopping Parque Dom Pedro, em Campinas, e em Florianópolis/SC. Salienta-se que não se buscou fazer um estudo quantitativo destes empreendimentos, mas sim apresentar de maneira qualitativa, a profusão desta apropriação ideológica da natureza na cidade. Também foram elaborados mapas de localização dos empreendimentos citados nas cidades de São Paulo e Florianópolis.

⁹⁴ Lenoble (1969:205)

Foram analisados materiais de propaganda, impressos e digitais, em cadernos e sítios da Internet especializados em imóveis das áreas estudadas. As datas de publicação e as fontes de onde foram retiradas tais propagandas estão contidas nas tabelas 01 e 02. Também foram feitos trabalhos de campo entre os anos de 2000 e 2004, analisadas fotografias aéreas e outros documentos cartográficos, publicados pela Prefeitura de São Paulo no Atlas Ambiental de São Paulo (2003) e pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), visando comparar a situação geográfica atual das áreas com aquilo que tais propagandas vendem. No caso específico dos condomínios em São Paulo e Florianópolis, nas várias tentativas realizadas, não foi possível realizar um levantamento fotográfico do seu interior, uma vez que não foi autorizada a entrada.

7.1 – SÃO PAULO – A SOFISTICAÇÃO DA NATUREZA

A cidade de São Paulo apresenta-se, esteticamente, como uma negação da idéia de natureza romântica e verde. Entretanto, encontram-se reunidos em seu espaço, os traços de uma idéia de natureza romanticamente e globalmente padronizada pelos agentes do mercado imobiliário e grandes incorporadoras, que têm reafirmado o valor monetário da natureza. A valorização da natureza verde restringe-se apenas aos folhetos e material de propaganda, pois o que se observa na realidade é uma retirada da vegetação nativa (o que ainda restava) e em outros casos, a manutenção de uma área verde na qual foram plantadas espécies exóticas – principalmente eucaliptos e palmáceas.

Em São Paulo, qualquer objeto associado a uma idéia de natureza torna-se sinônimo de qualidade de vida e transforma-se em valor econômico, aumentando os preços dos apartamentos, casas e edifícios. Este processo pode ser observado em várias áreas da cidade, com especial concentração nas imediações dos parques urbanos e em bairros como Vila Andrade (chamada pelos empreendedores imobiliários como Panamby), Moema, Morumbi, Brooklin Novo, Campo Belo, Granja Julieta, entre outros. Os empreendimentos estudados (Tabela 01) podem ser localizados no Mapa 01, que também mostra o índice de área verde por habitante, segundo dados do Atlas Ambiental de São Paulo (2003), para os distritos onde foram encontrados os imóveis aqui detalhados.

Tabela 01 – Empreendimentos imobiliários na cidade de São Paulo que fazem relação direta com uma idéia de natureza

Nome do empreendimento	Logotipo	Endereço	Referências Croqui de localização	Bairro divulgado	Distrito	Data da publicação	Índice de área verde habitante m²/hab. 1999 ⁹⁵
1 - Villagio Panamby www.gafisa.com.br/panamby	Borboleta/coração	Rua Itapaúna, 1800	Parque Burle Marx	Panamby	Vila Andrade	24/03/2002* 01/07/2003*	100,98
2 - Green Phylosophy www.cyrela.com.br/green	Ramo de Bambu	Rua Deputado Laércio Corte, 1300	Parque Burle Marx Shopping Jardim Sul Colégio Pio XII	Panamby	Vila Andrade	07/09/2003*	100,98
3 - Alive Morumbi www.klabinsegall.com.br/alivemorumbi		Rua José Ramon Urtiza, 181	Shopping Jardim Sul	Morumbi	Vila Andrade	31/08/2003*	100,98
4 - Raízes da Mata www.raizesdamata.com.br	Letra M Azul = céu Verde = mata Marrom = terra	Rua Itapimirum, 77	Shopping Jardim Sul Parque Burle Marx	Jardim Sul	Vila Andrade	28/09/2003*	100,98
5 - Villa Amalfi	Árvore	Rua Dr. José Gustavo Bush, 10	Parque Burle Marx	Panamby	Vila Andrade	28/05/2000°	100,98
6 - Jardins do Portal	Árvore	Rua Hilário Veiga de Carvalho	Portal do Morumbi	Morumbi	Vila Andrade	28/09/2003*	100,98
7 - Terra da Mata www.terradamata.com.br	Ramos com folhas	Rua Itapimirum x Janga	Parque Burle Marx Shopping Jardim Sul	Jardim Sul	Vila Andrade	31/08/2003* 28/09/2003*	100,98
8 - Parque Strauss www.mrv.com.br	Notas musicais na cor verde	Rua Dona Vitu Giorgi, 100	Colégio Porto Seguro Estádio do Morumbi	Morumbi	Morumbi, divisa com Vila Sônia	28/09/2003*	239,04 (Morumbi) 35,06 (Vila Sônia)
9 - Villa Natura	Letras VN (Verde, Azul, Amarelo)	Rua Leme do Prado x Av. Washington Luis, 1287	Clube Hípico Santo Amaro	Chácara Flora	Santo Amaro	17/10/2002* 20/10/2002* 20/10/2002*	90,23
10 - Benne Sonanz (Condomínio Colinas de São Francisco)	Árvore	Av. Candido Motta Filho, 521	Shopping Villa Lobos Parque Villa Lobos Cidade Universitária	Colinas de São Francisco	Rio Pequeno	28/09/2003*	17,59
11 - Liberty Village www.gafisa.com.br/liberty1		Rua Diogo Gomes Carneiro, 253	Parque Raposo Tavares	Nova Pinheiros	Raposo Tavares	07/09/2002*	60,96
12 - Mustique - le paradis c'est ici www.ezetc.com.br/mustique		Rua Arandu	Morumbi Shopping, D&D Market Place	Brooklin	Itaim Bibi	03/03/2002*	3,86
13 - Brazilian Art	Madeira	Rua Fernandes de Abreu, 70		Itaim	Itaim Bibi	05/06/2003*	3,86

⁹⁵ Atlas Ambiental de São Paulo, 2003

* Jornal Folha de São Paulo

° Jornal O Estado de São Paulo

14 - Grands Jardins de France www.lopes.com.br/grandjardinsdefrance	Jardim	Rua Princesa Isabel, 17	Shopping D&D Shopping Morumbi Market Place	Campo Belo	Campo Belo	19/10/2002*	14,12
15 - Helbor Grand Palais www.lopes.com.br/helborgrandpalais	Ramo com folhas	Rua Morgado de Mateus, 564	Parque do Ibirapuera		Vila Mariana	10/08/2003*	0,93
16 - Pátio Figueira www.patiofigueira.com.br	Árvore	Av. Damasceno Vieira x Arapá x Araquém	Morumbi Shopping	Vila Mascote	Jabaquara	31/08/2003* 28/09/2003*	4,02
17 - Condomínio Praça Villa-Lobos http://www.pracavillalobos.com.br/	Instrumento musica verde	Alameda Villa Lobos, na altura do nº. 4797 da Avenida das Nações Unidas (Marginal Pinheiros)	Shopping e Parque Villa-Lobos	Alto de Pinheiros	Alto de Pinheiros ou Vila Leopoldina	Abril/2004	18,99 84,48
18 - Paradiso www.abvara.com.br/paradiso		Rua Fábila x Rua Aurélia x Rua Coriolano	Shopping West Plaza	Vila Romana	Perdizes – divisa com Lapa	01/07/2003*	5,94 (Perdizes) 11,03 (Lapa)
19 - Camp Life http://www.camplife.com.br/	Folha	Rua Helena, 151	Avenidas Nova Faria Lima, Juscelino Kubitschek, Marginal Pinheiros e Bandeirantes	Vila Olímpia	Lapa		11,03 (Lapa)
20 - Magna Vita www.magnavita.com	Sol	Rua Carlos Weber, 757	Parque Villa Lobos Praça Panamericana Cidade Universitária	Jardim Alto da Lapa	Vila Leopoldina	16/03/2002* 24/03/2002*	18,99
21 – Vivaz http://www.rossiresidencial.com.br/vivaz		Av. dos Direitos Humanos, 1438	Horto Florestal	Mandaqui	Mandaqui	29/02/2004*	76,68

Pesquisa e Elaboração: Henrique, 2004

Muitos são os empreendimentos que negam a construção social da natureza e todo o processo histórico de sua incorporação à vida cotidiana, que foi detalhado na primeira parte desta tese. Este é o caso do Brazilian Art (distrito do Itaim Bibi), numa rua privativa onde ‘o verde nativo das matas brasileiras’⁹⁶ está presente. Após todo o processo de ocupação do sítio urbano da cidade, de todo o desenvolvimento técnico da sociedade ocidental, encontrar verde nativo das matas brasileiras num bairro completamente urbanizado de São Paulo, com uma área verde por habitante, segundo dados do Atlas Ambiental de São Paulo (2003), de 3,86 m²/habitante, não é apenas uma ilusão, como se transforma no mais puro ato enganador que o ‘marketing verde’ propaga. É a comprovação da alienação que falava Chauí (1984) e Santos (1994), do pagamento por um produto caro – a natureza nativa –, mas que na verdade é o pagamento para ser enganado.

Outros casos são o Liberty Village, próximo ao Parque Raposo Tavares, num bairro nomeado como Nova Pinheiros, no distrito de Raposo Tavares. As construtoras, incorporadoras e vendedoras do empreendimento afirmam que o ‘Liberty Village’ possui uma ‘localização privilegiada com **3 bosques naturais**, perto de tudo que sua família precisa’. Observando o local de instalação, constata-se que, na verdade, os bosques naturais são capões de eucaliptos. Já o Terra da Mata, no Jardim Sul (Vila Andrade), vende a sua ‘mata’ como um ‘bosque com árvores frutíferas’ e um ‘caminho entre bambus’.

O quarto caso é o ‘1º resort residencial de São Paulo’, o Villa Amalfi, nas proximidades como o Parque Burle Marx. Propaga-se que em seu terreno de 70.000 m² serão construídas ‘apenas’ oito torres, com grande aparato de segurança e um clube completo de 4.800 m². No que diz respeito à temática desta pesquisa, afirma que manterá uma área de Mata Atlântica preservada. Desta forma, a mata ‘nativa’ torna-se mais uma vez um bem privado e um diferenciador na valorização dos apartamentos do condomínio, cujos preços mais baixos são de R\$ 198.000,00.

Em São Paulo, todas as áreas verdes públicas da cidade se tornam, pela propaganda dos empreendimentos, bens privados. Para ilustrar esta situação, utiliza-

⁹⁶ Todas as citações com aspas simples referem-se aos materiais de publicidade dos empreendimentos estudados e foram usadas desta maneira para se distinguirem das citações acadêmicas.

se o Helbor Grand Palais (figura 18), que tem o ‘privilégio de ter o parque do Ibirapuera como jardim’ (Folha de São Paulo, 10/09/2003). Já o Camp Life, na Vila Olímpia, vai além na posse da natureza na cidade, pois, a partir dos terraços dos apartamentos é possível uma vista da cidade, ou melhor, das suas terras – ‘E você, dono de tudo, observando suas terras do alto’.

Figura 18 – Helbor Grand Palais



As ilustrações do sítio da Internet mostram a fachada do empreendimento imobiliário, seu projeto paisagístico. Note-se que para todos os empreendimentos observados há uma proliferação das áreas verdes ‘plotadas’ e o apagamento da cidade, com sua substituição por árvores na ilustração da fachada.

Fonte: www.lopes.com.br

Outro exemplo que pode ser citado é o Green Phylosophy, construído pela Cyrela e Brazil Realty, no Panamby (Vila Andrade), que, além de valorizar a presença do Shopping Jardim Sul nas redondezas, apropria-se do Parque Burle Marx ‘do outro lado da rua’, além do ‘parque privativo com quase 20.000m² a partir do próprio Green Phylosophy’. O empreendimento resgata também a idéia renascentista da relação entre a arte, arquitetura e natureza, mas de maneira invertida, pois a sua lógica é valorizar o verde. A propaganda afirma que no Green Phylosophy você vai mudar o seu conceito de natureza, pois é um lugar onde a ‘natureza abraçou a arquitetura’ e cada ‘cada espaço é um meio ambiente’, sendo ‘uma reposta moderna à necessidade cada vez mais comum de integrar a natureza com os mais variados estilos de vida’.

São muitos os exemplos de empreendimentos que também alteram o bairro onde se localizam, nesse processo de valorização imobiliária⁹⁷. Como exemplo, pode ser citado o Parque Strauss, espertamente vendido no Morumbi, mas que realmente se localiza na Vila Sônia. Enquanto o Morumbi tem um índice de área verde por habitante, segundo o Atlas Ambiental de São Paulo (2003), de 239,04 m²/hab., a Vila Sônia só tem 35,06m²/hab. Isto porque neste empreendimento, onde ‘a natureza e a segurança nunca estiveram tão perto’, o ‘bosque com árvores frutíferas’ e a ‘área verde’ estão preservados.

Além da idéia de apropriação dos parques públicos, muitos empreendimentos em São Paulo fazem uso de uma idéia de proximidade com estes parques, uma vez que se tratam de empreendimentos localizados em já densas áreas residenciais. Os croquis de localizam seguem uma tendência geral a aproximar, às custas do sacrifício da escala na representação cartográfica, as áreas verdes, como o Vivaz (figura 19), no Mandaqui (Zona Norte), que aproxima o Horto Florestal para ‘duas quadras do empreendimento’ (no croqui sem escala).

Figura 19 – Empreendimento Benne Vivaz, no Mandaqui



Ilustração do empreendimento imobiliário, onde este aparece cercado por um grande bosque.

Fonte: www.rossiresidencial.com.br

O Parque do Ibirapuera, a Cidade Universitária e o Parque Villa Lobos são as maiores vítimas destes croquis de localização.

⁹⁷ Jardins do Portal (cujo símbolo na propaganda é uma Árvore) se auto-localiza como sendo um ‘bairro’ denominado Portal do Morumbi mas, segundo os mapas oficiais do município de São Paulo, o referido endereço do empreendimento está na Vila Andrade. Mesmo assim, o material de divulgação afirma que o Jardins do Portal, está no ‘coração do Morumbi’.

região da República – com exceção das praças – é praticamente zero), mas o panfleto do empreendimento o coloca no meio da Mata Atlântica.

Outros exemplos desta associação de empreendimentos com a natureza em bairros onde a natureza é praticamente nula ou ínfima são:

- **Paradiso** (Distrito de Perdizes), uma área de 11 mil m² onde serão construídas 10 praças com palmeiras, ‘resultando num imenso jardim’ ampliando também o espaço entre as torres ‘para favorecer o respiro visual’. Continua a propaganda que ‘o bairro assimilou a modernidade e coloca à disposição de seus moradores uma infra-estrutura completa e atual, de serviços e lazer. Ao mesmo tempo a ausência de verticalização dá espaço ao clima interiorano – ruas de paralelepípedo, muito verde, vizinhos conversando e a presença do pequeno varejo, sempre cordial’. Detalhe: a área verde por habitante, segundo dados do Atlas Ambiental de São Paulo (2003), é de 5,94 m²/hab. Além disto, ressalta a idéia, novamente mítica, dos vizinhos conversando na rua; o que deveria ser uma regra para o convívio urbano – a conversa – é cada vez mais é transformada em artigo de luxo e passível, também, de ser consumida.

- **Pátio Figueira** (Distrito do Jabaquara), ‘o lugar onde a natureza foi transformada em arte’. Numa área de 6 mil m² uma única árvore – uma figueira – é o diferencial deste empreendimento. Vendido como uma área de ‘ruas calmas, as árvores abundantes e o caráter residencial fazem da Vila Mascote um recanto de alto padrão, uma espécie de ilha de bem-estar dentro da metrópole; isolada do caos urbano e ao mesmo tempo conta com as comodidades de uma grande metrópole; o pátio e a figueira são daquelas coisas inexistentes em São Paulo’. Área verde por habitante, segundo dados do Atlas Ambiental de São Paulo (2003), 4,02m²/hab.

Entretanto, o caso mais impressionante da anulação da cidade e supervalorização do verde dá-se no Villagio Panamby, um condomínio construído pela GAFISA, na região do Morumbi, mais especificamente na Vila Andrade, que é vendida como Panamby. O ‘Villagio’ é composto por 4 torres de alto padrão e a figura mostra uma das torres, com apartamentos de 4 suítes, 400 m² e valor de R\$ 1.568.000,00 (um milhão, quinhentos e sessenta e oito mil reais), em 01/07/2003.

Além do predomínio do tom verde nas figuras de propaganda do empreendimento (conforme pode ser constatado nas figuras seguintes), os edifícios são, através de técnicas computacionais, inseridos no meio de uma grande floresta tropical, repleta de árvores de grande porte, e não no espaço urbano de São Paulo, nas proximidades da Marginal Pinheiros, na vertente oposta aos grandes prédios inteligentes da região da Avenida Berrini. (Figuras 21 e 22)

Figura 21 - Villagio Panamby – Vila Andrade -São Paulo



Ilustrações das torres do Villagio Panamby onde se pode observar a extensão da vegetação no seu entorno, num claro exemplo de ‘apagamento’ da cidade.

Fonte: www.gafisa.com.br/villaggiopanamby/home.asp

Os agentes do mercado imobiliário que constróem e vendem o Villagio Panamby fazem, no seu processo de superexploração do valor de troca de seu condomínio, um espaço social, econômica e geograficamente segregado do restante da cidade, através da sua supressão. Mesmo que esta análise seja marcada apenas pela observação dos materiais de propaganda, as idéias começam a se materializar no espaço. No ato de negar a cidade, por eliminação da paisagem urbana na imagem, o condomínio nega também a possibilidade de construção coletiva de uma

natureza urbana, pois excluído, mesmo que ideologicamente, de São Paulo e inserido no meio da tranqüilidade da floresta, o empreendimento evidencia e aquilata a satisfação individual dos seus moradores/consumidores.

Figura 22 – Como seria a vista de um apartamento no Villagio



Ilustração da sala de um dos apartamento no Panamby. Pela janela do apartamento a vista seria de apenas uma imensa floresta, o que não lembra em nada a vista real do local.

Fonte: www.gafisa.com.br/panamby

Pela análise dos dados do Atlas Ambiental de São Paulo (2003), percebe-se que a região da Vila Andrade (vendida como Panamby – na tentativa de repetição do sucesso mercadológico do Morumbi) possui uma das mais altas taxas de área verde por habitante da cidade. Entretanto, a aceleração do processo de construção de condomínios de alto padrão na região – em função desta natureza urbana ainda presente (e representada em grande parte por eucaliptos recentemente plantados, mostrando mais uma vez a natureza na cidade é obra socialmente construída) – tende a diminuir este índice, quer seja pelo processo de substituição das áreas verdes pelas áreas construídas, quer pelo simples aumento da densidade populacional. Assim, a Vila Andrade terá uma menor quantidade de área verde a ser dividida por um maior número de moradores.

Concomitante ao ‘projeto de vida com tanta natureza’ no coração de São Paulo (aspecto negado pela imagem do empreendimento), o Villagio Panamby, que primeiramente possuía, segundo a propaganda de 24/03/2002 (Folha de São Paulo) 230.000 m² só de área verde e posteriormente foi retificado para 230.000 m² com muito verde (Folha de São Paulo, 01/07/2003), também explora a questão da segurança de viver num condomínio fechado, protegido com ‘segurança Graber’. Desta forma, como já foi mencionado nos capítulos anteriores, não é mais a natureza (cuja proteção da Graber seria desnecessária) a fonte de medo e insegurança nos homens, mas os próprios homens.

Ao lado da propaganda contendo a proximidade do ‘verde’, destaca-se sempre a presença de *shopping centers* nas redondezas. Afinal, apesar da idéia romântica da proximidade do verde, a sociedade moderna, ou melhor, as classes média e alta, não admitem a possibilidade de retorno ao estado primitivo da cidade ainda no meio da natureza. Ter árvores no entorno é importante, mas as infra-estruturas básicas (água, luz, esgoto, telefone, antena de celular, TV a cabo, fibra ótica, hipermercado, *delicatessen*, *pet shop*, locadora de DVD, academia de ginástica, enfim, uma gama de serviços essenciais, 24 horas por dia) não podem estar longe do residencial (condomínio) natural.

Este é o caso do texto que vende o Alive Morumbi (figura 23): ‘O bosque do Alive Morumbi é um daqueles raros lugares numa cidade como São Paulo. Ocupando uma boa parte do terreno, a vegetação nativa recebeu cuidados especiais e uma gostosa alameda percorre toda sua extensão, em meio a espécies frutíferas e floríferas. Além de preservada, a área ainda vai ser ampliada com o plantio de mais 1.300 mudas, são quase 4.000 m² de vegetação, praticamente a metade do terreno. Pegar jabuticaba no pé não é mais privilégio de quem mora no interior. **Agora você vai fazer isto dentro da sua casa, à 400 m do Jardim Sul**’ (Folha de São Paulo, 31/08/2003).

Figura 23 – Alive Morumbi e seu bosque



A ilustração 1 mostra a inserção do empreendimento na cidade, numa paisagem fictícia. Já a segunda ilustração mostra como deverá ser o bosque de árvores frutíferas do condomínio.

Fonte: www.klabinsegall.com.br/alivemorumbi

Para tornar a situação da apropriação da natureza na cidade pelos empreendimentos imobiliários ainda mais interessante, um novo padrão global de natureza é inserido na cidade. O maior parte dos lançamentos imobiliários – prédios e condomínios – é nomeado, como pode ser constado nos empreendimentos já nominalmente citados, em línguas estrangeiras, especialmente inglês, francês e italiano.

Num dos momentos da pesquisa, realizado em março de 2003, através de um sítio especializado na comercialização de empreendimentos imobiliários pela Internet (www.planetaimovel.com.br), encontraram-se 32 lançamentos de alto padrão em São Paulo, os quais 26 batizados em línguas estrangeiras. Como por exemplo:

- Liberty Village;
- Parkside;
- Villa Natura;
- Jardin des Tuilleries;
- Les Grands Jardins de France;
- Magna Vita;

- Réserve du Parc;

Numa outra consulta aos vários sítios da Internet (tabela 01), em 2004, mais de 90% dos empreendimentos que estavam sendo anunciados naquele momento foram nomeados com termos estrangeiros.

Além da questão lingüística, o mais importante é que estes empreendimentos, que fazem uso de uma idéia de natureza como uma forma de aumento de seus preços, na maioria dos casos observados, introduzem uma idéia ‘globalizada’ de natureza, através, por exemplo, de esquilos e elementos da flora de outros climas. Esta natureza externa, padronizada, bane aquilo que poderíamos considerar como uma idéia de natureza brasileira. Dos 32 lançamentos de alto padrão pesquisados em março de 2003, 12 estão ligados a alguma idéia de natureza. Assustadoramente, **onze** destes empreendimentos remetem a uma idéia exterior ou globalizada de natureza e apenas **um** a uma natureza tipicamente brasileira.

Como por exemplo, o condomínio Villa Natura (Folha de São Paulo, 17/10/2002) é descrito como ‘um degrau acima de tudo o que já existiu’, com 92% da área voltada para o verde e o lazer, fazendo com que a temperatura na Chácara Flora, graças à densa arborização, seja em média três graus abaixo a da cidade. ‘Os jardins do Villa Natura – ao todo são 11 – trabalham com as cores e texturas de algumas **plantas brasileiras que se assemelham a espécies clássicas européias**, como as topiárias⁹⁹, nas paisagens mais ordenadas de primeiro plano; **uma natureza idealizada**, em que a presença do verde e da água produz uma atmosfera impregnada de calma e tranqüilidade’.

O Grands Jardins de France (Campo Belo) vai além na sua natureza idealizada. ‘Os Grands Jardins de France são uma homenagem a um estilo de vida que valoriza ao máximo o conforto e a sofisticação e a privacidade. Um conceito que teve como fonte de inspiração os jardins franceses, os maiores jardins formais

⁹⁹ Sobre a introdução da topiaria como representação da construção estética da natureza na cidade, ver capítulo VI.

que se conhece. E, principalmente, o charme dos castelos que eles rodeiam’. (Figura 20 e 24)

Figura 24 – Os verdadeiros vizinhos do empreendimento



Fotografia da área em frente ao Grand Jardins de France, na Avenida Santo Amaro, no início da obras. A fotografia é a negação da ilustração do croqui de localização do empreendimento – figura 20 –, onde no local dos prédios acima mostrados estão árvores.

Fonte: www.campobelo.com.br

Outro empreendimento, o Mustique – Le paradis est ici, uma obra da EZTEC, é um dos melhores exemplos da utilização de uma idéia de natureza padronizada para agregar valor ao imóvel. Ele se localiza no Brooklin, que ‘retrata idéia de pequena cidade e a configura opção nobre de bairro residencial’. Na propaganda do empreendimento, afirma-se que ‘a Natureza invade o condomínio e colore as ruas do quarteirão. Mais de 80 árvores já foram plantadas nas calçadas do quarteirão que abraça o Mustique, fazendo do condomínio e de seu entorno, uma verdadeira ilha de verde, ar puro e cor, muita cor. São plátanos, espécie que atinge até sete metros de altura e tronco com 50 cm de diâmetro cujas folhas ficam vermelhas no outono e verde-alface na primavera, tingindo o cenário com tonalidades únicas e trazendo sombreamento agradável, ideal para passeios a qualquer hora do dia. [...] A Natureza se faz presente em todos os recantos do condomínio através do paisagismo que criou *livings* com bancos e praças para *relax* e um agradável bate-papo,

compartilhado pela vegetação exuberante reforçada por caramanchões e trepadeiras floríferas.¹⁰⁰ (figura 25)

Figura 25 – Mustique: Le paradis est ici



Ilustração do empreendimento 'Mustique', localizado no Brooklin – São Paulo

Fonte: www.ezmustique.com.br

A propaganda parece ignorar que o ar circula, e não é um quarteirão de árvores de 7 metros que irá criar uma barreira contra a circulação de poluentes na atmosfera. Além disto, todo o paisagismo é baseado em espécies exóticas à flora brasileira. De acordo com o Atlas Ambiental de São Paulo (2003), no Brooklin, este paraíso verde pintado na propaganda tem apenas 3,86 metros quadrados de área verde por habitante.

Estas propagandas introduzem um novo valor estético que em muitos casos não são condizentes com nosso clima e flora tropicais. Além disto, a introdução de novas espécies podem colocar em risco as nossa, como é o caso do empreendimento Mustique (figura 25), que também prevê esquilos alimentando-se nas árvores ao seu redor. Como propaganda estas promessas podem parecer inofensivas, mas sua concretização pode representar uma transformação perigosa nas relações do homem com a natureza.

Associado com idéia de natureza sempre verde, alguns empreendimentos fazem uso da tranquilidade como uma virtude da natureza urbana. O já citado Camp Life, na Vila Olímpia, segundo a propaganda deste imóvel, 'a primeira chácara

¹⁰⁰ Folha de São Paulo (03/03/2002).

urbana de São Paulo’ é naturalmente uma área privilegiada, pois ‘em uma chácara o ar é sempre mais puro, e a prática de esportes torna-se ainda mais estimulante e saudável. O fôlego aumenta, os músculos ganham tonicidade e os resultados aparecem de maneira rápida e prazerosa. [...] Perfeito até para quem quer chegar em casa e, simplesmente, respirar. Descansar com a família como se nem estivesse em São Paulo¹⁰¹. Como se os bons tempos de sossego e ar puro estivessem de volta’ (figura 26).

Figura 26 – Camp Life – Vila Olímpia



Fachada do empreendimento na Vila Olímpia. Além das árvores, foram inseridos na paisagem mais prédios, mas distantes um dos outros, novamente criando a ilusão de uma cidade que não existe.

Fonte: www.camplife.com.br

Contraditoriamente, o mesmo *marketing* que vende a tranqüilidade e o ar puro da ‘vila verde com áreas e ruas arborizadas’, da ‘vila dos cafés freqüentada por intelectuais e pessoas interessantes’, da ‘vila cultural com suas livrarias, peças de teatros e espetáculos internacionais’, afirma que a reestruturação urbana da Vila Olímpia favoreceu a abertura de grandes vias de circulação, onde as ‘chácaras deram lugar à modernidade’. A tranqüilidade da Vila Olímpia cedeu espaço para os

¹⁰¹ Novamente observa-se a idéia da negação da cidade para a valorização das virtudes da natureza.

edifícios inteligentes que apagam os traços culturais e sociais do passado mítico valorizado primeiramente pela propaganda. Toda a infra-estrutura modernizante da Vila Olímpia acabou por tornar o lugar o antônimo do sossego, inclusive com o adensamento do tráfego aéreo em Congonhas, com aviões decolando ou se aproximando da pista do aeroporto sobre o bairro.

Outro empreendimento que também faz uso da tranquilidade de viver ‘dentro da natureza’ é o Benne Sonanz (dentro do condomínio Colinas de São Francisco), próximo ao Shopping Villa Lobos e Parque Villa Lobos, no Distrito do Rio Pequeno. Construído pela Brazilian Capital (CDP Capital Real Estate Group), o Benne Sonanz busca ser um lugar de ‘Paz, Natureza e Tranquilidade’, com ‘um bosque (eucaliptos) em frente a sua casa’. Propaga-se, ainda, a idéia de que o Rio Pequeno tem uma área verde por habitante maior do que Moema, Pinheiros, Lapa, Jardim Paulista, Perdizes, Itaim e Vila Mariana. O distrito de Rio Pequeno, segundo o Atlas Ambiental de São Paulo, tem 17,59 m²/hab. Além disto, segundo os empreendedores, a violência e o índice de exclusão social são zero.

Aliando-se à idéia da natureza como um elemento de consumo exclusivo para as classes altas da cidade de São Paulo, criam-se verdadeiros espaços de segregação no interior do tecido urbano paulistano, como o já mencionado Villa Natura, na região da Chácara Flora (Santo Amaro), onde o apartamento mais barato sai por R\$ 287.000,00. Também renega, como tanto outros, sua inserção no tempo e no ritmo da metrópole, reforçando a idéia da alienação da cidade, uma vez que segundo a propaganda ‘as ruas são sinuosas para evitar o tráfego de passagem e manter apenas o fluxo interno dos moradores. E muito arborizadas, para oferecer a quem passa o prazer de um passeio’. Neste bairro onde a ‘Natureza, o Lazer e a Tranquilidade’, estão associados, criando uma ‘reserva de vida’, cria-se um espaço da exclusão, definido pelo padrão econômico dos moradores, um grupo ‘seleto que valoriza o alto padrão de vida e o contato permanente com a natureza’.

Talvez o empreendimento imobiliário que sintetize todos os aspectos da apropriação ideologizada da natureza no mercado de imóveis em São Paulo seja o recém lançado Condomínio Praça Villa-Lobos (abril/2004). O próprio material de

propaganda faz referência à super valorização da natureza nas cidades pelo mercado imobiliário, escrevendo que ‘todos os empreendimentos mais valorizados dos bairros nobres de São Paulo estão voltados para praças’. Estão presentes na venda do empreendimento as seguintes questões, já detalhadas para os empreendimentos anteriormente analisados: a privatização da natureza na cidade, materializada nos parques e praças públicos; o consumo da natureza como um objeto raro, requintado e exclusivo para as classes de alto poder econômico; a segregação urbana; e a venda da idéia de natureza verde, mas associada ao conforto da vida citadina e suas possibilidades de consumo nos *shopping centers*. Entre os diferenciais únicos, segundo o sítio de divulgação do empreendimento na Internet, o Condomínio Praça Villa-Lobos destaca-se:

- Praça exclusiva e privativa de 13.000m²;
- Único com acesso por alameda particular: Alameda Villa-Lobos;
- Único com entrada privativa para o Shopping Villa-Lobos. Este é o único residencial onde os moradores podem ir a pé a qualquer hora durante o horário de funcionamento do *shopping*;
- Único com vista permanente para o parque;
- Alto de Pinheiros tem ruas arborizadas e muitas praças que garantem a presença do verde [segundo o Atlas Ambiental de São Paulo (2003), o índice de área verde por habitante no distrito onde se localiza este condomínio é de 18,99 m²/hab.];
- Alto de Pinheiros é o bairro menos violento de São Paulo (Gazeta Mercantil, 2003);
- Localização sem igual, única, vizinha ao Shopping e ao Parque Villa Lobos, cercada de segurança.

Os empreendimentos aqui mostrados, uma parcela pequena da grande oferta encontrada diariamente nos jornais, reforçam a questão da mudança de perspectiva na relação do homem com a natureza, passando, como já foi observado nos capítulos

anteriores, de uma ação na natureza visando os aspectos de vida coletivos, a sobrevivência do grupo, para um padrão individualista, segregatório e egoísta de consumo da natureza, enclausurada nestes condomínios e de usufruto apenas de seus moradores, ou melhor, consumidores. Assim, a natureza na cidade não é um bem coletivo, não é um objeto socialmente compartilhado, é uma mercadoria exclusiva que ‘o dinheiro’ pode comprar.

7.2 – MORADIAS, ESCRITÓRIO E CENTROS COMERCIAIS. A NATUREZA VENDIDA EM OUTRAS LOCALIDADES DO ESTADO DE SÃO PAULO

Na Região Metropolitana de São Paulo e no interior do Estado também foram observados vários empreendimentos (Tabela 01) que se apropriam de uma idéia de natureza para sua valorização, sem considerar o processo de transformação da natureza e sua incorporação social, bem como tratam a natureza como um bem de consumo individual.

Em Barueri (Grande São Paulo), uma área que sofreu e sofre um grande e intenso processo de especulação imobiliária, em função da presença maciça de condomínios fechados (como Alphaville – o primeiro da rede) e sedes de grandes empresas da área de serviço (até 2003 Barueri tinha a menor taxa de ISSQN – Imposto sobre serviços de qualquer natureza – entre os municípios da Região Metropolitana de São Paulo) em seus limites municipais.

Destaca-se, assim, o Gênesis I, cuja propaganda afirma que neste condomínio o homem volta ‘a ocupar sua verdadeira natureza’. Continua sua apologia à natureza, dizendo que ‘a importância da sua atitude de optar por viver em harmonia preservando o meio ambiente de forma sustentada estabelece um imenso diferencial em tudo o que já foi feito até hoje. Assegura que um excelente investimento pode proteger a vida e a natureza e deixa plantada na história do homem a semente de onde germinará o processo de revitalização dos grandes centros urbanos de nosso país. Acredite como nós acreditamos, o conceito GÊNESIS de viver mudará o padrão dos futuros residenciais, o que permitirá que toda uma sociedade possa reencontrar sua verdadeira natureza’. Na mesma Barueri, mas de maneira menos eloqüente, encontra-se um condomínio empresarial que também está associado à idéia de natureza, e também em inglês, o Green Park Office Park.

Também na Grande São Paulo¹⁰², no município de Janiru (a melhor área verde por habitante da RMSP, segundo a propaganda), encontra-se o condomínio Fazenda Campo Verde, onde se pode observar, e também viver, ‘a Natureza em sua mais bela visão: ao vivo e em cores’, num ‘projeto feito pela própria natureza’.

Até em cidades médias do interior do Estado, como Rio Claro, começam a surgir condomínios que se associam a uma idéia de natureza. No caso específico de Rio Claro, a natureza é representada pelos eucaliptos da Floresta Estadual Navarro de Andrade, antigo Horto Florestal. Segundo a propaganda, de vinculação local, no Portal de Copacabana você poderá viver num ‘recanto familiar em harmonia com a natureza, com vista para o Horto Florestal de Rio Claro’.

Apesar destes parques exemplos, observa-se um espraiamento da situação encontrada na cidade de São Paulo, da utilização da natureza como instrumento de marketing e ‘promotora de vendas’ do mercado imobiliário, criando nichos específicos no mundo dos empreendimentos imobiliários, espaços exclusivos de bens coletivos.

Entretanto, vem de Campinas o exemplo mais marcante desta situação estudada – o Shopping Parque Dom Pedro, a associação direta entre a reificação mercadológica da natureza e um empreendimento especializado no comércio. Primeiramente será mostrada a ideologia do empreendimento, sua supervalorização da natureza verde e harmoniosa. Num segundo momento serão destacadas as situações pela qual a natureza local passou na construção de tal centro comercial, que possui tanto apreço pelo verde.

O Shopping Parque Dom Pedro é uma obra da Sonae Imobiliária, empresa portuguesa que vem nos últimos anos aumentando sua participação no mercado imobiliário brasileiro, principalmente na construção de centros comerciais. Instalado nas margens da rodovia Dom Pedro I, que liga Campinas ao Vale do Paraíba, o *shopping*, autoproclamado o ‘maior da América Latina’, é dividido em cinco alas, todas elas relacionadas a elementos da natureza:

¹⁰² Em São Caetano do Sul, município com taxa de urbanização que chega a 100%, também são observados empreendimentos imobiliários vendendo a natureza verde e romântica, como o Residencial Reserva das Árvores.

- 1) Ala das Flores – alta moda;
- 2) Ala das Águas – variedades, lazer e alimentação;
- 3) Ala das Colinas – esportes e serviços;
- 4) Ala das Pedras – casa e decoração;
- 5) Ala das Árvores – moda cotidiana.

Todo o material de *marketing*, e a própria estruturação do *shopping*, estão associados a uma idéia de natureza, romântica e verde, repleta de árvores e pássaros. Assim, a proposta do Shopping Parque Dom Pedro de Campinas é ser ‘diferente por natureza’. Segundo as propagandas do empreendimento, ‘o Parque Dom Pedro deixa você mais perto da natureza. Cercados por jardins, tem ambientes amplos e com muita luz natural. Feitos especialmente para proporcionar o máximo de conforto e segurança enquanto você faz compras, paga contas ou simplesmente encontra-se com os amigos e se diverte’.

Ratifica-se também a idéia da venda da natureza e da naturalização do consumo, com as seguintes idéias vendidas:

- ‘Venha conhecer o Parque Dom Pedro e veja como vai ser natural você viver aqui;
- Agora, além de domingo no parque, você também vai ter segunda, terça, quarta, quinta, sexta e sábado’.

Entretanto, todo o processo de construção deste empreendimento imobiliário comercial foi marcado por uma relação degradante com a natureza (já uma natureza transformada) do sítio sobre o qual foi erguido o *shopping*, conforme pode ser observado nas figuras seguintes.

A primeira etapa da construção do shopping foi marcada por uma intensa movimentação política em torno da mudança dos limites do zoneamento de uma área de proteção ambiental que cobria a área, impedindo sua edificação. Após vários embates foi elaborado um projeto que visava mitigar os efeitos da construção do *shopping* sobre a dinâmica dos elementos da natureza, além de propor medidas compensatórias, como o plantio de árvores e a construção de um parque linear.

Figura 27 – Shopping Parque Dom Pedro em Campinas



Vista geral do *shopping* tirada a partir da área de empréstimo de material para a terraplanagem do empreendimento. No topo da caixa d'água, um dos símbolos do shopping, uma andorinha.

Foto: Henrique, 2002

Figura 28 – Parque Linear Ribeirão das Pedras



O Parque foi construído pelo *shopping* com uma das medidas ambientais compensatórias pela ocupação de uma área de proteção permanente. Entretanto, os aterros para a construção do empreendimento chegam praticamente até o leito do ribeirão.

Foto: Henrique, 2002

Figura 29 – Parque Linear Ribeirão das Pedras



Área queimada no Parque Linear onde haviam sido plantadas mudas de vegetação nativa.
Foto: Henrique, 2002

Figura 30 – Parque Linear Ribeirão das Pedras



Águas usadas pelo *shopping* são lançadas no Ribeirão das Pedras.
Foto: Henrique, 2002

A área destinada à construção do Shopping Parque Dom Pedro se encontrava externa ao perímetro urbano¹. Além disto, a sua construção invadiu parte da Área de Preservação Permanente do Ribeirão das Pedras. Todo o processo foi executado sem o Estudo de Impacto Ambiental, pois, segundo Soares (2001), a prefeitura liberou o empreendimento mesmo com todos estes aspectos ilegais. Para a aprovação do empreendimento houve, segundo Soares (*op.cit.*) uma ‘esdrúxula compensação ambiental’, com o plantio de árvores nas proximidades da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp (em Barão Geraldo) e a construção do Parque Linear do Ribeirão das Pedras.

Os únicos estudos elaborados para a construção do *shopping* foram dirigidos para a minimização de um ponto crítico: o trânsito, tanto nas rodovias quanto nos bairros ao redor da construção.

No processo de aterramento e terraplanagem foram desmatadas áreas protegidas do entorno do *shopping*, e o curso fluvial numa das bordas do *shopping* foi ‘empurrado’ pelos depósitos do aterro. Sobre os taludes do aterro foram plantadas árvores, e nas margens do córrego desviado, foi criado um parque linear. Entretanto, em visita ao local, dias antes da inauguração do *shopping* em março de 2002, foram encontrados focos de queimadas nas áreas recém florestadas e o depósito irregular de detritos nas margens do curso fluvial. O parque linear só teve sua construção efetivada nas proximidades da rodovia Dom Pedro I, conforme pode ser observado nas fotografias do local.

Percebe-se, assim, uma contradição entre a idéia vendida, entre a teórica relação respeitosa e harmoniosa com a natureza (claramente associada com questões mercadológica) e a prática desta relação, materializada nas etapas da construção civil do empreendimento. Cria-se uma dicotomia na relação teoria-prática nesta

¹ Em Campinas a especulação imobiliária atua com grande força, e segundo Soares (2001), existem casos muito interessantes, mais ou menos da mesma época da construção do Shopping Parque Dom Pedro, de mudança de zoneamento na área de Barão Geraldo para a construção de vários condomínios. Foram criadas manchas urbanas na área externa ao perímetro urbano, pois se comprava o terreno como rural, barato, pois não era possível ser desmembrado, e o valor era dado pela possibilidade de produção agrícola. O proprietário, querendo lucrar com a especulação, mantém o imóvel rural, pagando impostos baixíssimos – quando paga – e no momento em que acredita que exista demanda para o loteamento urbano faz o *lobby* na câmara.

apropriação da natureza – material e simbolicamente – pelos agentes do mercado imobiliário.

7.3 – A FELICIDADE NÃO TEM PREÇO, TEM ENDEREÇO – FLORIANÓPOLIS, SC

A cidade de Florianópolis, ou melhor, a área insular do município², vem sendo apontada nos últimos anos como um oásis de qualidade de vida urbana³ no Brasil. Uma campanha maciça na mídia vende as benesses da vida ilhoa. A natureza, a infra-estrutura, a educação, a sofisticação e a segurança são os aspectos vendidos pelo *marketing* de Florianópolis, capitaneado pelas grandes empresas do mercado imobiliário e pelo poder público, estadual e municipal.

Toda esta campanha, que se intensificou a partir do final dos anos 90, resultou numa explosão da especulação imobiliária na ilha, com a atração de pessoas, principalmente paulistas, gaúchos e fluminenses, de alto poder aquisitivo⁴. Estima-se que a participação na população das classes mais altas cresceu 10% nos últimos 10 anos em função desta ‘migração’ para a cidade. Este crescimento da procura por moradias levou a um grande aumento dos preços dos imóveis na ilha, tanto para a sua aquisição quanto para os aluguéis. Muitos empreendimentos e loteamentos foram construídos associando qualidade de vida com natureza (Tabela 02) para cooptar os investimentos dos ‘futuros moradores’ desta ‘Ilha da Magia’ como, por exemplo, o Portal do Sol Residencial, o Edifício Flamboyant e a Maison du Flamboyant, o Bosque Dourado Condomínio Residencial (‘lotes privativos junto à natureza; Área verde e trilha ecológica’) entre outros. Mas, o caso mais significativo foi à criação de um ‘bairro’ – o Jurerê Internacional.

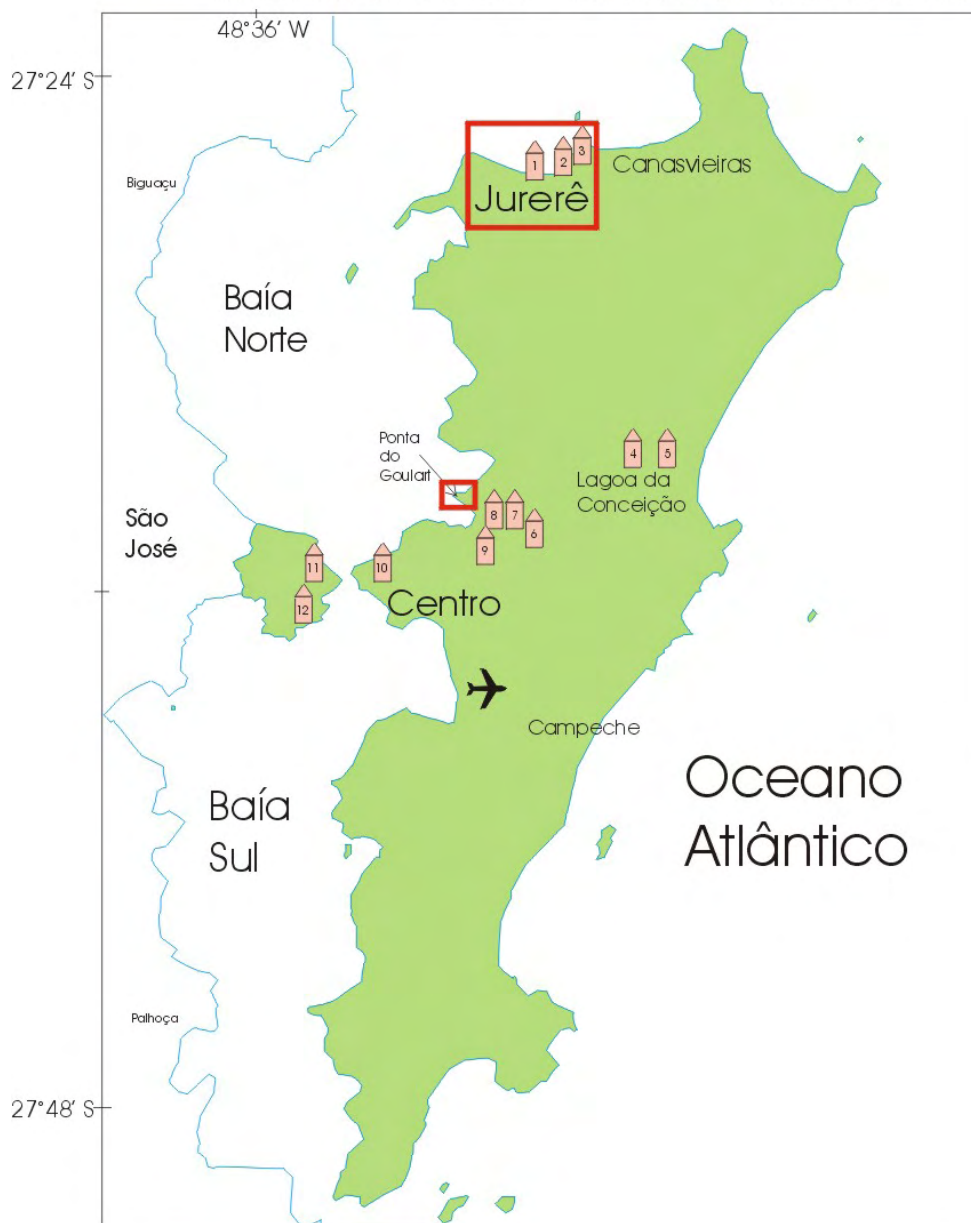
² O município de Florianópolis se divide em duas porções, uma insular e outra continental. A primeira abrange a área da Ilha de Santa Catarina, onde se concentram os balneários, os bairros de alto padrão, os centros comerciais, administrativos estaduais e municipais e as universidades. Já parte continental abrange poucos bairros e perdeu seu destaque com o fechamento da ponte Hercílio Luz (de aço) pelas pontes da via expressa que cortam o município de São José.

³ O Residencial Mirante do Bom Abrigo, na praia do Bom Abrigo, vai ainda mais longe na associação com os indicadores de qualidade de vida, pois vendo o bairro onde se localiza como ‘o melhor IDHL (Índice de Desenvolvimento Humano Local) em Florianópolis, segundo pesquisa do IBGE (fonte: A notícia, 20/12/2002)’.

⁴ Pode-se inferir uma segregação sócio-espacial no aglomerado urbano de Florianópolis (Grande Florianópolis), com a concentração das pessoas com maior renda na parte insular e as menores rendas nos municípios continentais. Isto se dá em função dos preços dos imóveis e da sua recente super valorização, que repelem e expulsam as populações mais pobres da ilha.



Mapa 02 LOCALIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS NA CIDADE FLORIANÓPOLIS



LEGENDA



LINHA DE COSTA



LIMITE MUNICIPAL FLORIANÓPOLIS



EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS



AEROPORTO



Elaboração: Wendel Henrique, 2004
Orientação: Prof. Dr. Pompeu Figueiredo de Carvalho
fonte: IPUF, 1999

Tabela 02 – Empreendimentos imobiliários na cidade de Florianópolis

Nome do empreendimento	Endereço	Referências Croqui de localização	Bairro divulgado
Jurerê Internacional (loteamento) www.jurere.com.br www.habitasul.com.br	Norte da Ilha de Santa Catarina	SC 401 Canasvieiras	Jurerê Internacional (Jurerê)
1 - Beach Village (Resort) www.jurere.com.br	Norte da Ilha de Santa Catarina	SC 401 Canasvieiras	Jurerê Internacional (Jurerê)
2 - Residencial Dolce Vita	Av. dos Dourados, lote 6		Jurerê Internacional (Jurerê)
3 - Saint Malo Residence www.stmalo.com.br	Caminho do Rei – Rod. Tertuliano Brito Xavier, 3309		Jurerê
4 - Condomínio Porto da Lagoa	Rua Laurindo Januário da Silveira, 4367.	Lagoa da Conceição	Canto da Lagoa
5 - Vivenda das Palmeiras			Lagoa da Conceição
6 - Portal do Sol Residencial www.portoseguroidmoveis.com.br			Córrego Grande
7 - Mirabello Residencial www.becoconstrutora.com.br			Itacorubi
8 - Maison du Flamboyant			Itacorubi
9 - Bosque Dourado Condomínio Residencial	Rua Douglas Seabra Levier	Shopping, UFSC, Supermercado Comper	Trindade
10 - Mata Atlântica www.piramides.com.br	Rua Urbano Salles	Hippo Supermercados	Centro
11 - Edifício Flamboyant			Estreito
12 - Mirante do Bom Abrigo	Rua Fernando F. de Melo		Bom Abrigo

Pesquisa e Elaboração: Henrique, 2004

O loteamento e criação do bairro Jurerê Internacional ocorreu numa área de uma antiga vila de pescadores que, após a efetivação deste empreendimento, passou a ser chamada de Jurerê Tradicional. O senso comum dos moradores de Florianópolis e os valores do IPTU indicam entre estes dois bairros uma grande diferenciação econômica, a associação entre a maior renda – Jurerê Internacional - e a pobreza – Jurerê Tradicional.

A construção de Jurerê Internacional foi desenvolvida pela Habitasul Empreendimentos Imobiliários, empresa com sede em Porto Alegre/RS, e se localiza no norte da Ilha de Santa Catarina. Os 30 km entre o loteamento e o centro da cidade de Florianópolis são percorridos em grande parte pela rodovia SC-401, coincidentemente a única de pistas duplicadas da ilha, que dá acesso também ao

balneário de Canasvieiras, conhecido reduto de turistas argentinos no período da temporada de verão. (figura 31)

Figura 31 – Jurerê Internacional - Florianópolis



As fotografias obliquas mostram uma vista geral da área do loteamento de Jurerê Internacional.
fonte: www.jurereinternacional.com.br

Diferentemente de Canasvieiras, Jurerê Internacional não se configura como um balneário *stricto sensu*, uma vez que está voltado para o estabelecimento de moradias permanentes e não apenas para atender às demandas turísticas no verão. Estas moradias são destinadas para uma população de altíssimo poder aquisitivo, originada de outros estados (segundo uma corretora de imóveis 30% dos compradores dos imóveis são gaúchos, outros 30% paulistas, e apenas 15% catarinenses), uma vez que as construções devem ter no mínimo 400m² e seguem um padrão arquitetônico, obrigatoriamente pré-definido, no intuito de criação de uma identidade urbanística, no caso, um estilo ‘Miami’, conforme pode ser observado nas fotos.

Estas construções são realizadas em terrenos cujos valores custam em média R\$ 1.200,00 o m². Não devem possuir muros, criando uma atmosfera de segurança e proximidade, típica da imagem do subúrbio americano. Mesmo assim, observam-se em praticamente todas as casas placas indicando a opção dos moradores por serviços de segurança privada, além de contar com a segurança própria do loteamento, que no início de sua efetivação era feita por seguranças em bicicletas (ecologicamente correto). Entretanto, em algumas construções também podem ser vistas obras de aumento dos muros laterais e a construção de cercas, pois se tem constado um aumento dos roubos e furtos na área, uma vez que grande parte dos moradores de Jurerê Internacional divide a sua residência entre Florianópolis e outras cidades, notadamente São Paulo⁵. (figura 32)

A venda dos lotes, casas e apartamentos em Jurerê Internacional pode ser caracterizada com um grande e rápido sucesso. Isto se deve às grandes campanhas publicitárias do local, muitas delas vinculadas à natureza. Segundo o sítio da Internet (www.habitasul.com.br), ‘Jurerê Internacional é sinônimo de qualidade de vida, onde tudo está em perfeita harmonia com a natureza. Jurerê tornou-se uma

⁵ O chefe da família, geralmente empresário, trabalha durante a semana em São Paulo, vindo para Florianópolis (50 minutos de avião) aos finais de semana para ficar com sua família, que reside em Jurerê. Segundo a propaganda no sítio da internet, Jurerê Internacional está a 15 minutos do centro de Florianópolis e a 25 minutos do aeroporto, mas estes tempos são bem maiores, chegando a 30 minutos no primeiro percurso e 1 hora no segundo, de acordo com nossas marcações em dias normais de tráfego.

referência em termos de ocupação urbana, com as mais belas residências da ilha e seus hotéis, tendo com cenário uma praia de águas tranqüilas e quentes’.

Figura 32 – Aspectos das construções em Jurerê Internacional



As fotografias mostram a arquitetura das casas e prédios em Jurerê Internacional, sendo que estas construções devem seguir um padrão pré-definido para manter a homogeneidade do bairro. Na fotografia 04 observa-se pedreiros levantando muros ao redor do prédio e, na fotografia 05, a placa no jardim é de uma empresa de segurança particular.

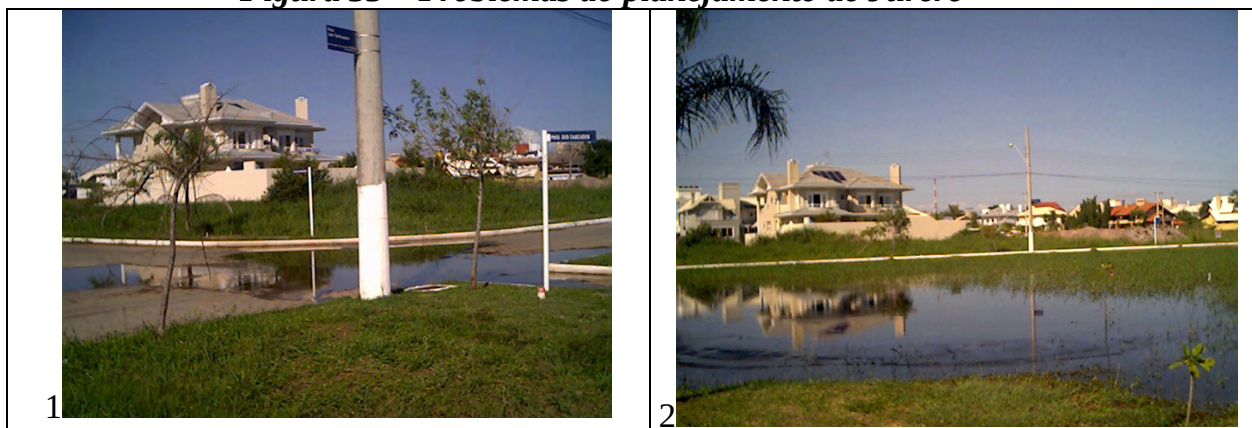
Fotografias: Henrique, 2004

Com referência ao plano urbano do loteamento, ele se aproxima de uma configuração das ‘cidades jardim’, com blocos retangulares, loteamentos amplos e grandes áreas verdes nos intervalos das construções, principalmente entre os blocos de apartamentos (com média de 4 pavimentos). O traçado urbano⁶ está assentado sobre um sítio plano – um terraço marinho –, o que traz grande problemas de drenagem nos períodos chuvosos e um grande refluxo de esgotos, sendo desta forma, incompatível com a propaganda do empreendimento: ‘natureza aliada à completa infra-estrutura e opções e entretenimento’. Ainda assim, a área de Jurerê é uma das únicas de Florianópolis a contar com sistema de coleta e tratamento de esgoto, sendo, juntamente com o tratamento de água, um serviço prestado pela Habitasul e não pelas autarquias públicas de água e esgoto. (figura 33)

Observando uma fotografia aérea (Figura 34), nota-se que os primeiros blocos imediatamente posteriores à praia são maiores que o restante do plano urbano, com uma menor densidade de construções, configurando-se nas áreas mais valorizadas do loteamento, com construções de altíssimo padrão e preços elevados (em média R\$ 5.000.000,00 segundo informações de uma corretora de imóveis). Da área central representada na foto aérea em direção ao canto esquerdo, os preços tendem a aumentar, em virtude da rarefação na sua ocupação. Na área central da foto encontra-se o centro comercial do loteamento – o ‘Open Shopping’ – e uma área residencial verticalizada. É interessante notar o uso da natureza como uma barreira entre esta zona mista (comercial e residencial) e uma zona exclusivamente residencial horizontal. Entre estas duas zonas observa-se um parque verde linear, margeando um canal de aberto para drenagem do terraço marinho, servindo como uma ‘barreira verde’ entre uma área mais popular e movimentada e uma outra mais elitista e ‘tranquila’. As fotos, a seguir, mostram a diferenciação espacial e econômica na ocupação das duas margens do parque linear. De fato, confirma-se a propaganda do empreendimento – ‘valorização, respeito e preservação da natureza’.

⁶ A título de curiosidade sobre o traçado urbano, as ruas e avenidas foram batizadas com motivos marinhos, principalmente nomes da fauna, como por exemplo: Av. das Moréias, Rua das Baleias Franca, Av. das Arraias, Passeio dos Namorados, etc.

Figura 33 – Problemas do planejamento de Jurerê



As fotografias acima visam demonstrar que apesar de a propaganda vender as maravilhas de um planejamento urbano em harmonia com a natureza, alguns problemas são visíveis, como nas fotografias 01 e 02 onde a drenagem superficial é difícil, facilitando a formação de poças d'água.

Fotos: Henrique, 2004

Figura 34 – O Parque linear de Jurerê Internacional



As fotografias mostram o parque linear de Jurerê, que funciona como um cerca verde entre uma área mista – comercial e residencial (vertical) e uma zona exclusivamente residencial (horizontal). Na foto 01 observa-se uma vista geral do parque linear. As fotografias 02 e 03 mostram o lado comercial do parque, onde está o canal de drenagem da área.

Fotos: 01: www.jurereinternacional.com.br; 02, 03: Henrique, 2004;
04 Fragmento de uma fotografia aérea, 2003

Sobre a presença e preservação da natureza em Jurerê Internacional, cabe ressaltar que toda área verde no seu entorno é uma Área de Proteção Ambiental – a APA de Carijós. Assim como em São Paulo, foram observados vários casos de privatização das áreas públicas (áreas verdes sendo anexadas aos loteamentos), no caso de Florianópolis os 100 hectares da APA são usados na propaganda do empreendimento como se fossem áreas próprias.

Sobre a ocupação das Áreas de Proteção Ambiental podem ser citados outros empreendimentos como o Condomínio Porto da Lagoa, no Canto da Lagoa (Lagoa da Conceição), numa área de 32.000m², ‘entre a Lagoa e a Mata Atlântica, num dos lugares mais atraentes de Florianópolis’. Na mesma Lagoa, encontra-se o Vivenda das Palmeiras, um empreendimento no estilo de vila italiana com 6 blocos e 30 apartamentos, mas como um ‘lindo pátio central com recantos arborizados’; isto dentro de uma área de reserva de Mata Atlântica. (figura 35)

Figura 35 – Panfleto de propaganda de um loteamento em Florianópolis



Você de bem com a vida

Terreno de 32.200 m², com 150 metros de frente para a maravilhosa Lagoa da Conceição.



PORTO DA LAGOA RESORT

Infra-estrutura Completa	
Excelente acabamento	Lavanderia
Pórtico de acesso	Restaurante
Marina com trapiche	Duas quadras de tênis
Aquecimento solar	Quadra poliesportiva
Central de gás	Piscina adulto e infantil
Estação de tratamento de esgoto	Piscina térmica coberta
Elevador	Saunas seca e úmida
Centro comercial	Sala de repouso
	Sala de ginástica

Anúncio de um empreendimento em Florianópolis, de 2004, onde a natureza é um sinônimo de qualidade de vida

Outro exemplo de empreendimento em APPs, além dos mencionados na região da Lagoa da Conceição, é o Mirabello Residencial, no Itacorubi – uma das vedetes do mercado imobiliário de Florianópolis, próximo à Universidade do Estado de Santa Catarina, Eletrosul, Brasil Telecom, nas proximidades de um grande manguezal que tem sido destruído e ocupado. O Mirabello, além de colocar na sua propaganda que está numa Área de Preservação Permanente, aposta também na idéia da apropriação dos bens públicos – ‘conheça uma das vistas mais belas do mundo: a sua’ e ‘o melhor lugar do mundo é o seu’. Assim como em São Paulo, a natureza e a vista⁷ não são os únicos atrativos; a presença e proximidade de outras infra-estruturas também são importantes, pois apesar da venda de uma natureza romântica, os consumidores procuram uma natureza confortável – ‘próximo às principais universidades e aos maiores *shopping centers* de Santa Catarina (em construção)’ e ‘acessos livres de engarrafamentos’.

Voltando à região de Jurerê, encontra-se o Residencial Dolce Vita (Koerich Engenharia), vendido como um residencial no ‘meio da natureza’, mas ‘um lugar sofisticado e cheio de charme’. Em Florianópolis, um diferencial da infra-estrutura dos empreendimentos com padrão mais elevado, principalmente edifícios residenciais, é a presença de churrasqueiras nas sacadas.

Destaca-se, ainda neste setor norte da Ilha de Santa Catarina, o Resort Beach Village, também um empreendimento da Habitasul. Segundo as informações do sítio da Internet sobre o *resort*:

- **‘Aqui a natureza já fez uma reserva para você;**
- **As areias brancas da praia como extensão do seu jardim;**
- O Jurerê Beach Village é sinônimo de liberdade. É a principal porta de entrada para o **inesquecível e diferenciado estilo de vida e lazer próprios de Jurerê Internacional**, a praia mais charmosa de Florianópolis, **um verdadeiro paraíso natural;**

⁷ São inúmeros os empreendimentos que utilizam a vista panorâmica de algum elemento da natureza – água ou vegetação – para sua valorização, como por exemplo, o Saint Malo Residence, em Jurerê – ‘Você acima do nível do mar’, ‘A melhor vista de Jurerê’, ‘No ponto mais alto da encosta’.

- Poucas coisas boas ficam tão perto do mar. Você vai encontrar **muitas espécies de conchas, formando uma vizinhança natural**. Uma ou outra espreguiçadeira. Os guarda-sóis coloridos plantados na areia;
- **A exclusiva oportunidade de reunir o bem-viver estilo Primeiro Mundo com o privilégio de ter a praia como extensão de seu jardim.**

O Beach Village congrega vários aspectos da relação ideológica que os agentes do mercado imobiliário estabelecem com a natureza como, por exemplo, a apropriação dos bens coletivos nas propriedades particulares, a natureza e a praia como jardins particulares; a idéia da segregação espacial em função da presença deste recurso cada vez mais raro – a natureza; a romantização da natureza e a valorização do mito da natureza paradisíaca e intocada, negando toda a construção social da natureza ao longo da história humana. Confirma-se uma idéia de Santos (1999, p. 53), *“no princípio, tudo eram coisas, enquanto hoje tudo tende a ser objeto, já que a partir de um conjunto de intenções sociais, passam, também, a ser objetos. Assim a natureza se transforma em um verdadeiro sistema de objetos e não mais de coisas e, ironicamente, é o próprio movimento ecológico que completa o processo de desnaturalização da natureza, dando a esta última um valor”*.

Em Florianópolis, diferentemente do que foi constatado em São Paulo, a presença material/física da natureza – água e vegetação – se faz mais presente. Mesmo assim, na região central a presença de áreas verdes fica restrita às praças e aos jardins, o que não impede que alguns empreendimentos utilizem a natureza apenas como idéia/símbolo, neste caso muito próximo aos casos analisados na cidade paulista (figura 36).

No centro da capital catarinense, encontra-se o Condomínio Mata Atlântica, que sua como *slogan* à frase: ‘Viva sua vida próximo do que há de mais belo’. Além da idéia de natureza no nome do empreendimento, ele busca vender a idéia de segurança, conforto e tranquilidade – ‘equilíbrio perfeito entre a tranquilidade e a comodidade de se estar próximo dos lugares mais importantes para se viver, este empreendimento foi criado para garantir conforto para toda família no centro de Florianópolis’.

Figura 36 – Venha morar junto à Natureza

LOTES PRIVATIVOS JUNTO À NATUREZA
Na TRINDADE,
para quem quer o melhor.

BOSQUE DOURADO
CONDOMÍNIO RESIDENCIAL

Apenas 24 em 30 mil m²

Próximo a shopping, universidade federal, supermercado, bancos e farmácias

Mapa de localização

- apenas 24 lotes
- área verde
- trilha ecológica
- segurança 24hs
- playground
- condomínio fechado

VENDAS
TERRA Ilha
PONE/FAX: (48) 334-3333
Cel.: (48) 9989-5102

Material de divulgação de um empreendimento em Florianópolis, na área próxima às universidades – UFSC e UDESC. Distribuído para os professores da UDESC em abril de 2004.

Após a análise de alguns empreendimentos imobiliários na Ilha de Santa Catarina, cabe mencionar que o município de Florianópolis não conta com um Plano Diretor Municipal – o que existe são apenas diretrizes urbanísticas para alguns bairros. Outra coincidência: apenas os bairros que sofrem acelerado processo de urbanização e grande especulação imobiliária é que possuem este documento normativo, auto-proclamados Planos Diretores de Bairros, como por exemplo a área do Resort Costão do Santinho (um hotel é considerado, no Instituto do Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF –, um bairro); Campeche, no sudeste

da Ilha, que hoje conta como 8.752 habitantes (censo IBGE 2000), mas que está sendo ‘planejado’, ou melhor, loteado para receber 500.000 pessoas (todo o município de Florianópolis atualmente conta com 340.000 habitantes); e Jurerê Internacional. Sobre este último, o presidente do IPUF, Carlos Alberto Riederer, declarou em entrevista ao Jornal Diário Catarinense (27/04/2004) que a área de Jurerê Internacional é um aspecto positivo do planejamento e que deveria ser estendido para toda a cidade. Desta forma, assiste-se em Jurerê Internacional não apenas a materialização de uma utilização mercantil da natureza como forma de valorização imobiliária, mas também a ratificação da ideologia da segregação espacial, configurando-se num loteamento exclusivo para as classes de alto poder aquisitivo.

Alguns indicativos presentes mostram que o crescimento urbano de Florianópolis chegou ao seu limite, em função:

- da falta de infra-estrutura básica (água, energia elétrica, vias de circulação);
- da falta de opções culturais, e o lazer se restringindo às praias no verão;
- do super aquecimento do mercado imobiliário e da elevação absurda dos preços dos imóveis, empurrando a classe média e os pobres para os municípios do continente – São José, Palhoça, etc.
- da falta de espaço para o crescimento urbano, pois 80% do município estão protegidos da ocupação urbana, por se configurarem em áreas de proteção ambiental (APP), enquanto áreas de expansão urbana e os 20% restante já estão urbanizados e grandes parte verticalizados. Assim, a área urbana só poderá aumentar horizonte através da construção de aterros na linha costa ou da ocupação irregular das APPs. No caso do plano de expansão do Campeche, cabe ressaltar que o mesmo se encontra na cabeceira do aeroporto internacional de Florianópolis, o que, segundo a legislação urbana, impede o seu adensamento populacional, além de se configurar numa área de risco e com forte poluição sonora.

Entretanto, o senso comum e os agentes do mercado imobiliário ainda buscam impor um crescimento acelerado da população da ilha, a qual se configuraria num grande *resort* urbano para população de alta renda, enquanto os pobres seriam expulsos para o continente. A idéia do crescimento urbano, associada com valorização da natureza e da qualidade de vida, não está atrelada, infelizmente, às fortes tradições culturais dos moradores da ilha – pescadores e brasileiros de origem açoriana (os *manezinhos*). A especulação imobiliária, além de se apropriar de natureza ainda presente em certos recantos da ilha, está destruindo a cultura local, vista como algo ultrapassado e fora de moda. A modernidade urbana cosmopolita é o desejo dos empreendedores do mercado imobiliário de Florianópolis. Este processo se dá da mesma forma que o estabelecimento de um padrão internacional de natureza para as cidades, como foi observado em São Paulo.

VIII - CONCLUSÕES

O DIREITO À NATUREZA NA CIDADE.

Da (des)ideologização da prática para a consciência crítica da praxis na relação com a natureza

“a busca da utopia é algo de ancestral e companheiro do homem, porque o que distingue o homem dos outros animais não é esse dedão, é exatamente o fato de que ele é portador de utopia. Eu sei que hoje se costuma ridicularizar quem fala em utopia, mas não me preocupo em insistir que sem ela não vale a pena viver, e sem ela tão pouco é possível pensar, porque o pensamento não é produzido a partir do que houve, nem do que há.”
(Santos, 2000 – Conferência Magna)

A CRÍTICA – desvelando a ideologia da prática alienada

Na primeira parte desta tese foram trabalhados sistemas de idéias, objetos e conceitos que permitiriam uma análise histórica do processo de incorporação da natureza à vida social. Em grande parte desta história, tratada epistemologicamente, foi observada a predominância da ação humana sobre a natureza como um projeto coletivo de emancipação social dos contingenciamentos da natureza. Segundo Reclus (1886), a tomada de consciência da ação humana coletiva sobre o meio natural propiciou a emancipação dos homens e lhes deu liberdade; graças a este projeto de emancipação coletivo, o homem não mais remanesce como mero produto do planeta.

Entretanto, a partir do século XVIII e XIX, com magnitude ampliada, no século XX e nos dias atuais, partiu-se para uma valorização do projeto de realização ou satisfação pessoal em detrimento das ações coletivas. A propriedade privada, o consumo e o individualismo, como resultados da hegemonia capitalista e da busca de uma felicidade capitalista – baseada no consumismo – marcam de maneira definitiva as relações entre o homem e a natureza, em que esta passa a ser incorporada ao território, como uma natureza socializada. O que se buscará neste capítulo é a apresentação de um manifesto pelo retorno dos projetos coletivos sobre a natureza, principalmente para a natureza na cidade, local de concentração de grande parte da população brasileira. O que se apresentará será norteado por um direito igualitário de natureza para todos e não a manutenção de espaços segregados

com a presença de natureza, uma natureza humanizada e transformada e até mesmo produzida, como um objeto de consumo para classes economicamente mais abastadas.

Segundo Santos (1987), assiste-se a uma glorificação do consumo na mesma proporção que uma glorificação do individualismo cruel e opressor, que destrói os traços da individualidade, da personalidade, levando, assim, a uma padronização do consumo, dos desejos, dos ideais, a uma perda da diversidade que é uma das riquezas da vida em sociedade. Esta constituição de um individualismo exacerbado irá produzir uma dependência do consumidor ao novo mundo dos objetos, o que *“limita sua vocação para obter uma individualidade e reduz as possibilidades dos encontros interpessoais diretos e enriquecedores, simbólicos em sua própria origem. A comunicação entre as pessoas é freqüentemente intermediada por coisas. (...) A socialização capitalista, originária da divisão de trabalho que a monetarização acentua, impede movimentos globais e um pensamento global. A reivindicação de uns não raro representa um agravo para o outro. A força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos, quando apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une”* (Santos, 2000a, p.17).

“O direito individual não tem relação com o vulgar interesse privado. Este, que satisfaz a uma minoria condenando o resto da massa social a uma vida medíocre, merece severas restrições. Ele deve ser, em todas as partes, subordinado aos interesses coletivos, tendo cada indivíduo acesso às alegrias fundamentais: o bem-estar do lar, a beleza da cidade.” (item 95, Carta de Atenas)

No mundo do consumo, a produção da natureza vincula-se à instauração de um modelo de produção de objetos associados a uma economia capitalista, criando um mundo de objetos preñes de intencionalidades e significações. Além disto, esta produção de objetos se passa a dar em escala mundial. De acordo com Santos (1985), *“a expressividade da forma veio chocar-se com dois inimigos principais: os modelos universais e a semantização universal. Trata-se, de fato, de processo e resultado, tendo como causa motriz a necessidade de transformar tudo em valor de troca. (...) É o objeto manufaturado, carregado de significações ‘atribuídas’,*

falseado por uma significação das coisas para além das próprias coisas, é a arquitetura como mass media, prenhe de intencionalidades e simbolismo” (1997, p. 24).

Hoje a cidade é marcada pela ausência da vida e da natureza, enclausurada em locais exclusivos. Pode ser usada a idéia da cidade subterrânea de Munford (1998:520), onde tudo é artificial, inclusive a luz e o ar. “A cidade subterrânea ameaça, por conseguinte, tornar-se a cripta funerária final da nossa civilização incinerada”.

Na cidade sitiada pelo consumo, o lugar de encontro (do coletivo), lugar da troca (das experiências), é reduzido, segundo Lefebvre (1969), ao mercado. Nesta centralidade urbana do capitalismo, a cidade como lugar de consumo aproxima a natureza pelo preço. Os signos da natureza e da cidade se convertem em signos de satisfação e alegria (individual), e as necessidades individuais são motivadas pelo consumo. A água, o ar puro – ou menos poluído –, as árvores, os animais, os parques tornam-se objetos de consumo – e o que ainda se torna mais grave: devido a sua raridade, em alguns lugares, passam a ser considerados artigos de luxo. Segundo Santos (1987), “quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído desses bens, que deveriam ser públicos, porque essenciais” (2000a, p.48).

Também se deve estar atento, como já foi mostrado nos capítulos anteriores, para a mercantilização da natureza. “*O direito à natureza (ao campo e à ‘natureza pura’) entrou para a prática social há alguns anos em favor dos lazeres. (...) a natureza entra no valor de troca e para a mercadoria; é comprada e vendida. Os lazeres comercializados, industrializados, organizados institucionalmente destroem essa ‘naturalidade’, da qual as pessoas se ocupam a fim de traficá-la e trafegar por ela. A ‘natureza’, ou aquilo que é tido como tal, aquilo dela sobrevive, torna-se o gueto dos lazeres, o lugar separado do gozo, da aposentadoria da ‘criatividade’.*” (Lefebvre, 1969:107-108)

Aparece, desta forma, o consumidor que ocupa o lugar do cidadão, e sua busca desenfreada pelos objetos que irão satisfazer suas necessidades. Nunca na história

do homem os objetos foram tão prenhes de intencionalidade, criados especificamente como portadores de um objetivo previamente definido. Para Santos (1996), *“isto eles devem à possibilidade de desenhá-los previamente para serem portadores de uma informação”* (1999, p.174).

Estabelece-se, assim, um par contraditório na incorporação da natureza – como um projeto de emancipação coletiva ou como um projeto de satisfação individual. De acordo com Harvey (1996), retomando uma idéia de Marx, o duplo objetivo da emancipação (sempre como um projeto coletivo) e da realização pessoal – *self-realization* – (para a maior parte individualizado) são inseparáveis, mas freqüentemente contraditórios.

“Isolado o homem sente-se desarmado; por isto liga-se espontaneamente a um grupo. Entregue somente as suas forças, ele nada construiria além de sua choça e levaria, na insegurança, uma vida submetida a perigos e fadigas agravados por todas as angústias da solidão. Incorporado ao grupo, ele sente pesar sobre si o constrangimento de disciplinas inevitáveis, mas, em troca, fica protegido em certa medida contra a violência, a doença, a fome: pode aspirar sua moradia e satisfazer sua profunda necessidade de vida social (...) Se os empreendimentos do grupo são sábios, a vida do indivíduo é ampliada e enobrecida. Se a preguiça, a estupidez e o egoísmo o assolam o grupo, enfraquecido e entregue à desordem, só traz a cada um de seus membros rivalidades, rancor e desencanto”. (Le Corbusier - item 2 – Carta de Atenas)

Numa visão emancipadora dos vícios da época da produção capitalista, o homem, segundo Santos (1979:291), deve colocar a produção a serviço da humanidade, sendo *“necessário, antes de tudo, que a idéia de produtividade econômica ceda lugar à idéia de produtividade social. As tecnologias teriam então um papel subordinado. O crescimento não teria sentido se não estivesse a serviço de todos. A procura do lucro apagar-se-ia diante das preocupações com a equidade. O consumo não seria mais comandado pelas necessidades do aparelho produtivo, mas este seria ordenado em função de um consumo cuja definição coincide com o bem estar coletivo”*.

Entende-se que no período histórico atual a idéia de natureza está sendo produzida a partir de uma valorização do espaço, quer seja para uso turístico ou imobiliário, criando ‘uma espécie de mentira funcional’, onde todas as paisagens – cartões-postais – remetem muito mais a um fetiche de natureza do que a sua idéia concreta.

OS PRINCÍPIOS - para uma nova práxis na relação com a natureza, a natureza para o cidadão e não para o consumidor.

É necessário definir um caminho a partir da ação do homem sobre a natureza em sua vida cotidiana, desde os cultivos, carpintarias, tecelagens, comércio, indústrias e cidades, avançando na direção de sua emancipação coletiva sobre os desígnios e controle da natureza. Aquilo que para muitos autores poderia ser considerado uma visão antropocêntrica, é considerada neste trabalho como uma visão otimista da humanidade, um elogio à capacidade que os homens erigiram ao longo de sua história de inverter sua relação com a natureza, da qualidade de subjugados à de libertos deste domínio que a natureza impunha aos homens. Conforme escreve Smith (1988:65), “(...) *a prioridade social da natureza não é algo que se deva ser infundido de fora, mas algo que já existe na relação social com a natureza. Ao invés da dominação da natureza, devemos, portanto, considerar o processo muito mais complexo de produção da natureza.*”

Na concepção otimista da ação humana sobre natureza, não se nega que em alguns momentos houve uma grande transformação da natureza, em alguns casos como resultado da necessidade de estabelecimento da sociedade humana em determinados territórios e em outros apenas como consequência da exploração da natureza para satisfação de poucos indivíduos. No primeiro caso, um processo de emancipação coletiva e, no segundo, apenas a satisfação individual. A hipótese que se forma para explicar este aparente descontrole em relação à força da ação imposta sobre a natureza é fruto de uma mudança de perspectiva de futuro para a humanidade. O domínio e controle sobre a natureza tornaram-se não mais uma possibilidade de emancipação coletiva de toda a sociedade, mas sim uma forma de

satisfação individual de alguns. No presente momento histórico, marcado pelo modo de produção capitalista, a busca pela satisfação das necessidades e desejos pessoais, atrelados ao *status* que o consumo proporciona, é cada vez mais evidenciado na relação do homem com a natureza. Uma das questões centrais na relação entre emancipação coletiva e realização individual, no que diz respeito à temática da natureza aqui tratada, é a constatação, no período atual, da ascensão da satisfação pessoal para o entendimento do *valor* da natureza, exemplificado através da análise dos empreendimentos imobiliários. Assim, como a doutrina cristã de dominação da natureza; as idéias iluministas de dominação, controle e humanização da natureza; as idéias de Descartes, Bacon e Marx sobre a natureza; Harvey (1996) acrescenta a dissociação entre o homem e a natureza tanto como uma chave para desvendar os segredos da natureza como para facilitar a emancipação e a realização pessoal, bem como a perda de contato com a natureza após o século XIX, ou o desencantamento do mundo⁸.

A imposição da satisfação individual também levou a natureza a ser entendida como objeto de consumo, e o homem como consumidor. A constatação da instalação do ideal do consumo em todas as esferas da vida social é a grande perversão do período atual, que tem o poder de transformar o cidadão em consumidor. Uma das formas de superação da busca desenfreada pela satisfação individual dar-se-ia na instauração de um Período Popular na História (uma forma de emancipação coletiva). Neste processo torna-se fundamental uma desfetichização do homem, entendida, na perspectiva de Santos (1997), como o ato de revalorização do próprio homem e de seu trabalho, apagar qualquer traço dos símbolos que escondam a riqueza de sua ação. Não considerar o homem apenas como um valor de troca. A desfetichização do homem e do espaço passa por uma ‘desnaturalização’ dos processos sociais.

⁸ Nesta relação entre emancipação e satisfação, Harvey (1996) cita um exemplo, a transformação da natureza – sua humanização através do paisagismo/jardinagem. Esta torna-se um dos meios privilegiados não apenas resgatando o que parecia ter sido perdido, mas definindo um futuro para a humanidade no qual a realização pessoal poderia ser apenas alcançada pela liberação dos sentidos humanos para a experiência sublime e transcendental de ser um com o mundo.

O dado imprescindível para a leitura geográfica do período popular é o entendimento do espaço como realidade relacional, a partir da natureza mediatizada pelo trabalho da sociedade. Um espaço que una os homens entre si e com a natureza, mesmo uma natureza já plenamente socializada que pode se tornar ainda mais rica e interessante do que aquela natureza bruta. Um espaço cheio de vida, um espaço para todos e não um espaço excludente. No caso da natureza, esta deveria passar, além de sua desfetichização, por um processo de desmistificação da sua aura romântica (vinculada) e ser definitivamente entendida como um elemento integrado à vida social, ao cotidiano da cidade, fruto de uma história social construída pelo trabalho humano e por vários sistemas de idéias.

O PROJETO – Um novo desígnio: repensar a cidade é repensar o lugar da natureza na cidade

Além da superação filosófica da satisfação pessoal pelo retorno da emancipação coletiva, devem-se pensar formas materiais de mudar o quadro classista em que se encontra a natureza na cidade. Segundo Munford (1998), é preciso repensar a cidade não como uma máquina, mas como o local da vida do homem, restituindo a vida como finalidade da vida urbana. É preciso habitar a cidade, participar da vida coletiva social.

A cidade é o palco e a base para a (re)valorização do processo de emancipação coletiva. *“A missão final da cidade é incentivar a participação consciente do homem no processo cósmico e no processo histórico. Graças a sua estrutura complexa e durável, a cidade aumenta enormemente a capacidade de interpretar estes processos e tomar neles uma parte ativa e formadora, de tal modo que cada fase do drama que desempenhe vem a ter, no mais elevado grau possível, a iluminação da consciência, a marca da finalidade, o colorido do amor. Esse engrandecimento de todas as dimensões da vida, mediante a comunhão emocional, a comunicação racional e o domínio tecnológico, e, acima de tudo, a representação dramática, tem sido na história a suprema função da cidade. E permanece como a principal razão para que a cidade continue existindo.”* (Munford, 1998:621)

Para Le Corbusier, no item 75 da Carta de Atenas, a *“liberdade individual e ação coletiva são os dois pólos entre os quais se desenrola o jogo da vida. Todo empreendimento cujo objetivo é a melhoria do destino humano deve levar em consideração esses dois fatores. Se ele não chega a satisfazer suas exigências, freqüentemente contraditórias, condena-se a um inevitável fracasso. É impossível, em todo caso, coordená-los de maneira harmoniosa se não se elabora, de antemão, um programa cuidadosamente estudado e que nada deixe ao acaso”*.

Conforme escreve Munford (1998:520), para mudar esta situação, *“a única alternativa do homem moderno é, mais uma vez, emergir para a luz e ter a coragem não de fugir para a Lua, mas de voltar ao seu próprio centro humano – e de dominar as belicosas compulsões e irracionalidades que divide com seus governantes e mentores. É preciso não só que se desaprenda a arte da guerra, mas que adquira e domine, como nunca antes lhe ocorreu, as artes da vida.”*

A visão otimista, ou utópica, das relações entre o homem urbano e a natureza na cidade, baseada na necessidade da presença da natureza em toda a cidade e para todas as classes sociais, está fundada no entendimento e na prática da Geografia, pela qual, de acordo com Santos (1978:219) *“os geógrafos, ao lado de outros cientistas sociais, devem se preparar para colocar os fundamentos de um espaço verdadeiramente humano, um espaço que una os homens por e para o seu trabalho, mas não para em seguida os separar em classes, entre exploradores e explorados; um espaço matéria inerte trabalhado pelo homem, mas não para se voltar contra ele; um espaço natureza social aberta a contemplação direta dos seres humanos, e não um artifício; um espaço instrumento de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por uma outra mercadoria, o homem artificializado”*.

Desta forma, elaborou-se as seguintes proposições:

1) É preciso criar um direito à natureza na cidade, como um direito coletivo, e não como forma de anulação da cidade⁹ de retorno à natureza primitiva.

⁹ Lefebvre (1969) mostra um certo receio ao direito à natureza; segundo o autor, “a necessidade e o ‘direito’ à natureza contrariam o direito à cidade sem conseguir eludi-lo. (Isto não significa que não se deva preservar amplos espaços ‘naturais’ diante das proliferações da cidade que explodiu.)” p.108

Este direito emerge como um apelo ou exigência, e não deve ser resumido a um direito a vista (panorama ou entendimento da natureza apenas como paisagem).

2) **É preciso, segundo Lefebvre (1969), renovar a liberdade criadora e destruir a ideologia do consumo** e produzir um novo humanismo, um humanismo do homem urbano.

3) **É preciso que a natureza na cidade seja para e de todos, independente do poder aquisitivo.** A natureza não pode ser um objeto de consumo para alguns moradores das cidades, não é mercadoria de luxo nem objeto de decoração para condomínios de alto padrão, pois deve haver um domínio coletivo sobre a natureza material. De acordo com Le Corbusier (Carta de Atenas - item 10), *“condenar-se-ia um açougueiro que vendesse carne podre, mas a legislação permite impor habitações podres às populações pobres.”* A natureza na cidade, deve ser um direito de todos, não é incluída nos planos urbanísticos dos bairros ou habitações para as classes mais pobres, apesar da legislação prever a reserva de áreas nos loteamentos para a construção de áreas verdes.

4) **É necessário publicizar/desprivatizar a natureza**, mudando a prática corrente na qual alguns empreendimentos imobiliários de alto padrão apresentam reservas de ‘natureza’ em suas áreas, um espaço restrito aos seus moradores, enquanto, nas áreas mais pobres das cidades, além da negação da natureza primeira, assiste-se a um banimento até mesmo da segunda natureza, como, por exemplo, na falta de áreas verdes. A natureza na cidade não pode ser um privilégio apenas daqueles com poder aquisitivo para comprá-la, preservá-la ou produzi-la, não se pode configurar com um produto raro a ser consumido apenas pelos habitantes das cidades com dinheiro suficiente para comprar imóveis de luxo.

5) **É preciso regatar a idéia de totalidade da natureza na cidade**, superando a sua redução como sinônimo de área verde; a natureza dever ser vista como algo maior que as árvores, arbustos e gramas. O direito à natureza na cidade deve ser ampliado e entendido como o direito à qualidade do ar, da água, à vida em comunidade, à fauna urbana, etc.

6) **É necessário entender a natureza na cidade como obra para e pelo homem**, através da superação a idéia que a natureza na cidade é um refúgio de uma natureza que não existe mais, nem deve ser um enclave no tecido urbano protegido com uma redoma e separado da vida cidadina. A natureza hoje é também obra social e está incorporada à vida humana, portanto, devem-se usar e viver os espaços da natureza na cidade; é preciso socializar o seu uso, tornar a natureza ainda mais utilizável como local de encontro.

7) **É preciso educar/conscientizar os urbanistas para que tratem a natureza nas cidades fazendo-as “cidades verdes”**, e não como jardim particular das casas e condomínios, mas sim pensada visando à sua utilização coletiva. De acordo com o item 35 da Carta de Atenas, sobre os bairros residenciais, “(...) os volumes edificados serão intimamente amalgamados às superfícies verdes que os cercam. (...) De qualquer modo, a textura do tecido urbano deverá mudar; as aglomerações tenderão a tornar-se cidades verdes.”

8) **É preciso instaurar a apropriação da natureza na cidade sob a égide do conceito de valor de uso e não do valor de troca**¹⁰. Segundo Lefebvre (1969:12) “a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana.” A natureza entendida como um valor de uso não seria passível de mercantilização pelos empreendedores imobiliários gananciosos pela valorização de seus imóveis e responsáveis, desta maneira, pela segregação espacial e econômica da natureza na cidade. Assistir-se-ia a uma valorização da natureza pelo seu conteúdo utilizado pela sociedade, uma natureza verdadeira incorporada ao território usado, um território usado por todas as pessoas da cidade.

¹⁰ Valor de Troca – “Valor pelo qual um artigo é trocado no mercado. Segundo a teoria do valor-trabalho de Marx (aperfeiçoada), o valor de troca de uma mercadoria é determinado pela quantidade socialmente necessária de trabalho não qualificado indispensável para sua reprodução com determinada produtividade média social do trabalho, e medido pelo tempo de trabalho (horas ou dias) necessário para sua produção.” (Mandel, 1985: 415-416)

Valor de Uso – “Utilidade de uma mercadoria para satisfação de uma necessidade específica de seu comprador. Artigos que não têm valor de uso para ninguém não podem ser trocados ou vendidos. Por extensão, a produção pura e simples de valores de uso, ao contrário da produção de mercadorias, é produção de bens para o consumo de seus produtores diretos, ou unidades coletivas desses produtores.” (Mandel, 1985: 416)

9) **É preciso coibir a prática atual de que a cidade e a natureza se transformem em bens privados, privatizando-se tradicionais bens públicos.** A água que em muitas cidades passa a ser tratada e distribuída por empresas privadas; os parques e as praças adotadas por supermercados e firmas estrangeiras que acreditam no direito (adquirido pela concessão) de cercar as áreas públicas e inundá-las com suas propagandas¹¹, muitas vezes, cobrando ingresso pela entrada. A natureza na cidade está ameaçada de ser privatizada.

10) **É preciso produzir uma natureza na cidade, entendendo-a como uma natureza antrópica, cuja totalidade torna obsoleta a tradicional dicotomia ente ambiente construído x ambiente “natural”,** que não relembre os tempos de escassez/celestia do início da civilização e que não seja vinculada ao economicismo do tempo presente. A presença da natureza na cidade não deve também ser uma volta à natureza como foi pensada no século XIX pelo romantismo europeu e americano¹².

A AÇÃO – um parque urbano para o uso coletivo da natureza na cidade

Atualmente, em toda cidade de Florianópolis, observa-se uma pressão constante pela incorporação de novas áreas à mancha urbana, operada num mercado imobiliário em franca expansão. Novas construções de casas e edifícios residenciais têm sido um elemento altamente presente na paisagem da Ilha de Santa Catarina.

Este processo intenso de urbanização no município tem levado à utilização de áreas verdes como áreas para construção de loteamentos e imóveis, fazendo com que haja uma sensível redução das áreas verdes. Além disto, muitas dessas áreas

¹¹ É triste andar por uma cidade e ver as pobres árvores recém plantadas cercadas por telas e placas de alumínio usadas para divulgação de propaganda. Com o discurso da salva-guarda do vandalismo juvenil a natureza na cidade se torna um outdoor para marcas e publicidade da responsabilidade ambiental de empresas privadas.

¹² Conforme escreve Smith (1988), no século XIX “o movimento de ‘volta à natureza’ era a resposta não dos desbravadores do sertão, mas dos habitantes urbanos: a valorização da natureza selvagem começou nas cidades. O literato, segurando uma caneta, não o pioneiro com seu machado, é que fez os primeiros gestos de resistência contra as fortes correntes de antipatia. (...) Domestizada, higienizada e estendida sobre as mesas de café, a natureza era um pertence, da mesma forma como o gato da família”.

estão sendo apropriadas pelos loteamentos, que se pretendem loteamentos fechados, e pelos condomínios.

Um dos casos em curso na cidade diz respeito a uma área denominada Morro do Goulart (figura 37), numa das áreas onde a expansão urbana e a especulação imobiliária se fazem mais presente, no bairro João Paulo, antigo bairro Saco Grande. Contraditoriamente ao processo observado, cada vez mais se mostra uma necessidade de manutenção e mesmo de ampliação das áreas verdes urbanas, tanto em função da qualidade ambiental que estas áreas propiciam, quanto do ponto de vista estético e paisagístico. A estética e a qualidade de vida são prerrogativas, há longa data, no urbanismo, conforme pode ser observado nos capítulos anteriores deste trabalho. Portanto a natureza, imbuída e valorada pelo seu conteúdo estético, será altamente incorporada à vida econômica da sociedade. No caso da área em questão, o Morro do Goulart, as características do sítio propiciam uma grande beleza cênica (figura 38 e 39) e, esta beleza e o uso desta área não podem ser privatizados com a construção de qualquer tipo de loteamento ou condomínio. Seu uso deve ser mantido público, pois a natureza na cidade deve ser um bem social, portanto um bem coletivo e público.

Figura 37 - Ponta do Goulart, Florianópolis/SC



Vista da Ponta do Goulart (centro da foto), a partir do Mirante do Morro da Cruz.
Foto: Luiza de Souza, 2004

Figura 38 - Vista do Morro da Cruz a partir da Ponta do Goulart

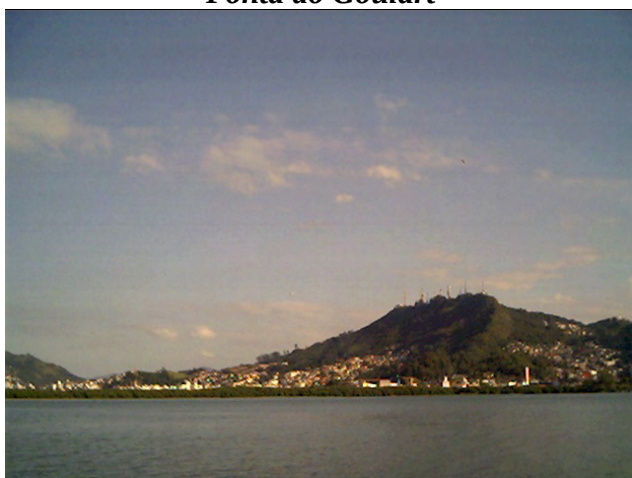
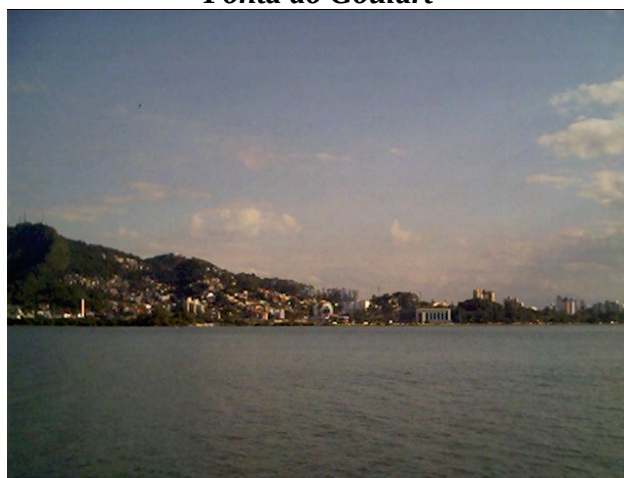


Figura 39 - Vista da Agrônômica a partir da Ponta do Goulart



As duas fotos mostram a vista da área do Maciço Central de Florianópolis, a partir da Ponta do Goulart, do ponto onde se propõe a construção de um trapiche.

Fotos: Henrique, 2004

O que se deve propor para esta área é a sua utilização, mantendo as características da vegetação do sítio, como a Mata Atlântica e o manguezal. “As superfícies verdes, que se terá intimamente amalgamado aos volumes construídos e inserido nos setores habitacionais, não por função única o de embelezamento da cidade. Elas deverão, antes de mais nada, ter um papel útil, e as instalações de caráter coletivo ocuparão seus gramados: creches, organizações pré ou pós-

escolares, círculos juvenis, centros de entretenimento intelectual ou de cultura física, salas de leitura ou de jogos, pistas de corrida ou piscina ao ar livre. Elas serão o prolongamento da habitação e, como tal, deverão estar subordinadas ao estatuto do solo.” (Le Corbusier - item 37 – Carta de Atenas)

A ação que se propõe é a criação de um parque urbano como forma de dar uma utilização para a área, respeitando suas características físicas e propiciando mais um local de lazer para a população de Florianópolis. A criação do parque no sítio onde é proposto visa não apenas a delimitação da vegetação como área verde recreacional, mas também das águas da Baía Norte para lazer da população. Sua materialização requer apenas esforços simples de adequação do local para o fluxo de pessoas que se espera, com a dotação de pequena infra-estrutura para visitação. (figura 40)

As adequações e construções a serem realizadas na área, visando a criação do Parque, seriam:

- trilhas remodeladas e sinalizadas, indicando o grau de dificuldade a ser vencido;
- recipientes coletores de lixo ao longo da trilha e nas áreas receptoras dos visitantes;
- sanitários;
- plantio de espécies nativas próximas uma das outras, arbustos com folhagem densa ou bromeliáceas espinhentas ao longo da trilha, constituindo uma cerca verde para evitar que os visitantes saiam da área aberta para visitação e penetrem na mata mais densa, que deve ser preservada na alta vertente;
- construção de um mirante no topo da área com vistas para o Morro da Cruz, Agrônômica e área continental;
- outras obras que poderiam ser construídas para embelezamento do parque seriam um trapiche ou *deck*, onde seriam instalado equipamento para a realização de pequenos lanches.

Figura 40
Croqui do Parque Urbano da Ponta do Goulart
Florianópolis/SC



LEGENDA

-  LIMITE DO PARQUE
-  TRILHAS
-  DECK
-  SEDE
-  SANITÁRIOS
-  MIRANTE

Elaboração: Wendel Henrique, 2004
Orientação: Prof. Dr. Pompeu Figueiredo de Carvalho

base: imagem orbital Quickbird, 2003
fotografia aérea, 1998

Todas estas ações estão de acordo com o Estatuto da Cidade (2001) que coloca que “*estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulem o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.*” (Art. 1º – parágrafo único). O Estatuto da Cidade também mostra claramente a necessidade da vida urbana estar em contato com a natureza e manter uma relação próxima com esta natureza na cidade, a qual não pode ser entendida apenas como um ‘amontoado’ de árvores.

A área do Parque Urbano da Ponta do Goulart, além de servir como uma área verde recreacional, poderia ser utilizada por grupos escolares para estudos vinculados à vegetação da Ilha de Santa Catarina ou trabalhos de educação ambiental. Estudantes universitários de diversos cursos, como Geografia, Biologia, Pedagogia, Turismo e Oceanografia poderiam ser convidados a trabalharem como monitores destes grupos, elaborando aulas de campo e construindo um conhecimento prático importante nos dias atuais. “*(...) Não se trata mais de simples gramado cercado a casa, com uma ou outra árvore plantada, mas verdadeiros prados, de bosques, de praias naturais ou artificiais constituindo uma imensa reserva cuidadosamente protegida, oferecendo mil oportunidades de atividades saudáveis ou de entretenimento útil ao habitante da cidade.*” (Le Corbusier - item 38 – Carta de Atenas). Desta forma, a área do Morro do Goulart, no bairro João Paulo, em Florianópolis, não deve ser esquecida, cercada ou desmatada para loteamentos ou para a construção de casas, pois as características do seu sítio lhe conferem várias alternativas interessantes de uso.

A idéia da utilização desta área, que poderia ser extrapolada para outras áreas urbanas, visando a criação, aproveitamento e utilização da natureza na cidade de forma coletiva, num *parque urbano público*, aberto a toda a população. Desta forma, superam-se dois problemas. O primeiro diz respeito a uma característica das áreas verdes sem manutenção e sem uso, pois nos trópicos a natureza (áreas verdes) acaba por se transformar em ‘mato’, e a presença do mato é sempre um motivo para desmatamento, queimadas e conseqüente destruição, sendo usado o discurso da limpeza da área para evitar o esconderijo de marginais e o uso do mato como um local para o consumo de drogas. O segundo problema a ser resolvido com a criação

do parque é a garantia de acesso à área por todos os moradores da cidade, evitando-se, assim, que o ‘pontão’ do Morro do Goulart transforme-se no quintal de um condomínio, tendo seu acesso restrito aos seus moradores, excluindo outros que deveriam ter o mesmo direito a este bem, atualmente público.

Agora, a natureza na cidade passa a ser valorizada não pelo seu caráter mitológico ou como forma de apresentação material da superioridade do homem sobre seus ritmos e fluxos, mas como uma obra socialmente construída duramente ao longo da história da humanidade.

A natureza na cidade deve ser a representação de uma idéia de liberdade, independência, emancipação coletiva. O entendimento, a incorporação e a produção da natureza, bem como as formas de se pensar a natureza hoje, devem estar atrelados à perspectiva ou à constituição de um novo sentimento pela natureza, não baseado na sua exploração visando o conforto individual, mas sim na emancipação coletiva. Uma utopia, mas uma utopia de esperança, pela construção de um mundo melhor.

IX - REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. A Cidade, a Montanha e a Floresta. In: ABREU, M. A. (org.). **Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 1992, pp. 54-103.
- ADORNO, Teodor. **Aesthetic Theory**. London: Kegan Paul, 1984.
- ALEXANDRIA, Clemente de. **Exhortation to the Greeks**. London: Heinemann, 1953.
- ARISTÓTELES. **Great Books of the Western World**. Londres: Enciclopedia Britannica, 1952.
- BACHELARD, Gaston. **A Epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 1971.
- BACON, Francis. **Novum Organum ou Verdadeiras Indicações da Interpretação da Natureza**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores)
- BAILLY Antoine & FERRAS, Robert. **Éléments d'épistémologie de la géographie**. Paris: Armand Colin, 1997.
- BÍBLIA: antigo e novo testamento**. São Paulo: Abril, 1995.
- BLANCHÉ, Robert. **A Epistemologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1975.
- BRASIL. **Estatuto da Cidade. Lei Federal 10.257**. Diário Oficial da União, 10 de julho de 2001.
- BUARQUE, Cristovão. O pensamento em um mundo Terceiro Mundo. In: BURSZTIYN, Marcelo (org.). **Para pensar o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993, pp.57-80.
- BUFFON, Georges Louis Leclerc. **Histoire Naturelle. Pages Choiesies**. Paris: Librairie Larousse, 1934.
- BUFFON, Georges Louis Leclerc. **Les époques de la nature. Pages Choiesies**. Paris: Librairie Larousse, 1934.
- CALVINO, Ítalo. **Marcovoaldo ou as Estações na Cidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CAPEL, Horácio. **La Morfología de las Ciudades. Vol.I - Sociedad, cultura y paisaje urbano**. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2002.
- CARVALHO, Pompeu Figueiredo de. Águas nas cidades: reflexões sobre usos e abusos para aprender novos usos. In: CARVALHO, P.F. & BRAGA, R. **Recursos Hídricos e Planejamento urbano e regional**. Rio Claro: Laboratório de Planejamento Municipal – Deplan/UNESP, 2003, pp. 09-36.
- CARVALHO, Pompeu Figueiredo de. **The Capitalist System. Background to regional planning in Iberia**. Edimburgo: University of Edimburg, 1983. (Dissertação de Mestrado)
- CASINI, Paolo. **As Filosofias da Natureza**. Lisboa: Presença, 1975.
- CÍCERO, Marcus Tulio. **The Nature of the Gods**. Harmondsworth: Penguin, 1972.
- CICERO, Marcus Tullius. **De la Nature des Dieux**. Paris: Panckoucke, s/d
- ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. 14ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.
- CHOAY, Françoise. **O Urbanismo. Utopias e realidades: uma antologia**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1992.
- DUARTE, Rodrigo A. de Paiva. **Marx e a natureza em O Capital**. São Paulo: Loyola, 1986.
- ENGELS, Friedrich. **A Dialética da Natureza**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- ESTRABÃO. **Geography**. Londres: Heinemann, 1949.
- FÉRNANDEZ-ARRESTO, F. **Civilizations. Culture, Ambition, and the Transformation of Nature**. New York: The Free Press, 2001.

- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- FROMM, Erich. **Conceito Marxista de Homem**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.
- FULTON, W. **Nature and God**. Edimburgo, 1927.
- FLORIANÓPOLIS (Prefeitura). **Plano Diretor do Distrito Sede**. Florianópolis: IPUF, 1998.
- GARAUDY, R. Karl Marx. Paris, 1967. In SODRÉ, Nelson Werneck. **Fundamentos do Materialismo Dialético**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GLACKEN, Clarence J.. **Huellas en la playa de Rodas. Naturaleza y cultura en el pensamiento occidental desde la Antigüedad hasta finales des siglo XVIII**. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1996.
- GREENBIE, Barrie B. The Landscape of Social Symbols. In, NASAR, Jack L. (edt.). **Environmental Aesthetics. Theory, Research & Applications**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, pp. 64-73.
- GOMES, Edvânia Torres Aguiar. Agendando velhos reencontros: relações entre os humanos e a natureza nos espaços socialmente produzidos. In, SPOSITO, M.E.B. (org.). **Urbanização e Cidades Médias. Perspectivas Geográficas**. Presidente Prudente: UNESP/GAsPERR, 2001 pp. 231-251.
- HABERMAS, Jürgen. **Técnica e Ciência como “Ideologia”**. Lisboa: Edições 70, 1997.
- HARVEY, David. **Social Justice and the City**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1973.
- HARVEY, David. **Justice, Nature and the Geography of Difference**. Oxford: Blackwell Publishers ltd, 1996.
- HARVEY, David. **Spaces of Hope**. Berkley: University of California Press, 2000.
- HARVEY, David. **Spaces of Capital. Towards a Critical Geography**. New York: Routledge, 2001.
- HENRIQUE, Wendel. **Zoneamento Ambiental: uma abordagem geomorfológica**. Rio Claro: IGCE/UNESP, 2000. (Dissertação de Mestrado)
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 5a. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1969.
- HUMBOLDT, Alexander von. **Cosmos**. Bruxelles: C W Froment, 1852
- HUMBOLDT, Alexander von. **Quadros da natureza. Vols. I e II**. Rio de Janeiro: W.M. Jakcson, 1953.
- JAPIASSU, Hilton. **Introdução ao Pensamento Epistemológico**. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1977.
- KANT, E. Critique of Teleological Judgment. **Great Books of the Western World**. Londres: Enciclopedia Britannica, 1952.
- KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LE CORBUSIER. **Carta de Atenas**. www.rc.unesp.br/planejamento.
- LE CORBUSIER. **Urbanismo**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito a Cidade**. São Paulo: Difel, 1969.
- LEFEBVRE, Henri. **Lógica Forma/Lógica Dialética**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- LENOBLE, Robert. **História da Ideia de Natureza**. Lisboa: Edições 70, 1969.
- LUKACS, Georg. **Historia e consciência de classe : estudos de dialéctica**. Porto: Escorpiao, 1974.
- LUKACS, Georg. **Existencialismo ou marxismo**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção Os Economistas)
- MARSH, George Perkins. **Man and Nature**. Cambridge: Harvard University Press, 1965.

- MARSH, George Perkins. **Man and Nature: or Physical Geography as modified by Human action**. New York: Charles Scriber, 1874.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã. Vols. I e II**. 4. ed. Portugal: Editorial Presença, 1980.
- MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. In FROMM, Erich. **Conceito Marxista de Homem**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.
- MARX, Karl. **O Capital. Livro I. Vol I e II**. 6. ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1980.
- MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, 1999 (Coleção Os Pensadores).
- MENDES, Armando Dias. Breve itinerário dos ecossistemas à ecoposia. In: BURSZTIYN, Marcelo (org.). **Para pensar o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993, pp.11-28.
- MORAES, Antonio Carlos Robert de. Epistemologia e Geografia. **Orientação**. São Paulo: Instituto de Geografia/USP, vol.06, nov.,1985, pp. 75-79.
- MORAES, Antonio Carlos Robert de. Segunda Natureza. **Orientação**. São Paulo: Instituto de Geografia/USP, vol.06, nov.,1985, pp. 105-106.
- MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História. Suas origens, transformações e perspectivas**. 4a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ORTEGA y GASSET. **Que é Filosofia?** Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano, 1971.
- ORTEGA y GASSET, J. **An Interpretation of Universal History**. New York: W.W. Norton & Cia. Inc., 1973.
- PLATÃO. **Great Books of the Western World**. Londres: Enciclopedia Britannica, 1952.
- RECLUS, Élisée. **La Terre: description des phénomènes de la vie du globe – I – Les continents**. Paris: Hachete, 1874.
- RÉCLUS, Élisée. **A New Physical Geography. Vol. II: The Ocean, Atmosphere and Life**. New York: D. Appleton & Company, 1886.
- RECLUS, Élisée. **L'Homme et la Terre – Tomos I, II e III**. 2.ed. Paris: Albin Michel, 1930.
- RECLUS, Élisée. **Coletânea**. São Paulo: Editora Ática, 1985. (Org.Manuel Correia de Andrade)
- RECLUS, Élisée. **Du sentiment de la nature dans le sociétés modernes et autres textes**. Paris: Édition Premières Pierres, 2002 (Anthologie par Joël Cornuault)
- RODRIGUES, Arlete Moysés. Produção do espaço e ambiente urbano. In, SPOSITO, M.E.B. (org.). **Urbanização e Cidades Médias. Perspectivas Geográficas**. Presidente Prudente: UNESP/GAsPERR, 2001, pp. 211-230.
- SALDANHA, Nelson. **O Jardim e a Praça. O privado e o público na vida social e história**. São Paulo: Edusp, 1993.
- SANTOS, Milton. **A Cidade nos Países Subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978.
- SANTOS, Milton. O Espaço Dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1979. (345p)
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço – técnica e tempo, razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- SANTOS, Milton. **Ensaio sobre a Urbanização Latino-americana**. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.
- SANTOS, Milton. **Espaço & Método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

- SANTOS, Milton (org.). **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. 4 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. 4. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- SANTOS, Milton. **Território e Sociedade**. Entrevista com Milton Santos. 2 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000a.
- SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 5. ed. São Paulo: Nobel, 2000b
- SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização – do pensamento único à consciência universal**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000c.
- SANTOS, Milton. **Território e Sociedade**. Entrevista com Milton Santos. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000a.
- SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Editora Record, 2001.
- SÃO PAULO (Prefeitura). **Atlas Ambiental de São Paulo**. São Paulo: PMSP, 2003.
- SARTRE, Jean Paul. **Questão de Método**. 3.ed. São Paulo: Difel, 1968.
- SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SCHMIDT, Alfred. **El Concepto de naturaleza en Marx**. Espanha: Siglo Veinteuno Editores, 1976.
- SEGAWA, Hugo. **Ao Amor do Público. Jardins no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1996.
- SERRES, Michel. **Contrato Natural**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- SILVA, Armando Corrêa da. As categorias como fundamentos do conhecimento geográfico. In: SANTOS, M. & SOUZA, M.A.A. de (orgs). **O Espaço Interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, 1986, pp. 25-37.
- SIMMONS, Ian G. **Interpreting Nature. Cultural constructions of the environment**. Londres: Routledge, 1993.
- SINGER, Charles (ed.). **History of Technology**. Orford: Claredon, 1954.
- SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual. Natureza, Capital e a Produção do Espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SOARES, Paulo Ricardo de Brito. **Zoneamento e segregação espacial em Campinas. Das restrições de uso e ocupação do solo**. Rio Claro : IGCE/UNESP, 2001. (Tese de Doutorado).
- SOPER, Kate. **What is nature? Culture, Politics and the non-human**. Oxford: Blackwell, 2000.
- SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **A Identidade da Metrópole. A verticalização de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1994.
- SOUZA, Gustavo de Oliveira Coelho de. Cidade, meio ambiente e modernidade. In, SPOSITO, M.E.B. (org.). **Urbanização e Cidades Médias. Perspectivas Geográficas: UNESP/GAsPERR**, 2001, pp. 253-279.
- THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- WHITEHEAD, Alfred North. **The Concept of Nature**. Cambridge: University Press, 1955.
- WORKMAN, H.B. **The Evolution of the Monastic Ideal**. Boston, 1962.

Referências de Sítios da Internet

<http://atlasambiental.prefeitura.sp.gov.br>
www.abyara.com.br/paradiso
www.becoconstrutora.com.br
www.camplife.com.br
www.cyrela.com.br/green
www.ezetc.com.br/mustique
www.gafisa.com.br/liberty1
www.gafisa.com.br/panamby
www.habitasul.com.br
www.jurere.com.br
www.jurere.com.br
www.ibge.gov.br
www.klabinsegall.com.br/alivemorumbi
www.lopes.com.br/grandjardinsdefrance
www.lopes.com.br/helborgrandpalais
www.magnavita.com
www.mrv.com.br
www.patiofigueira.com.br
www.piramides.com.br
www.portoseguroimoveis.com.br
www.pracavillalobos.com.br
www.raizesdamata.com.br
www.rc.unesp.br/planejamento
www.rossiresidencial.com.br/vivaz
www.stmalo.com.br
www.terradamata.com.br
www.altavista.com
www.google.com

Referências de Jornais

DIÁRIO CATARINENSE. 27/04/2004
 FOLHA DE SÃO PAULO. 03/03/2002
 FOLHA DE SÃO PAULO. 16/03/2002
 FOLHA DE SÃO PAULO. 24/03/2002
 FOLHA DE SÃO PAULO. 17/10/2002
 FOLHA DE SÃO PAULO. 19/10/2002
 FOLHA DE SÃO PAULO. 20/10/2002
 FOLHA DE SÃO PAULO. 24/05/2003
 FOLHA DE SÃO PAULO. 25/05/2003
 FOLHA DE SÃO PAULO. 05/06/2003
 FOLHA DE SÃO PAULO. 01/07/2003
 FOLHA DE SÃO PAULO. 10/08/2003
 FOLHA DE SÃO PAULO. 31/08/2003
 FOLHA DE SÃO PAULO. 07/09/2003
 FOLHA DE SÃO PAULO. 28/09/2003
 FOLHA DE SÃO PAULO. 29/02/2004
 O ESTADO DE SÃO PAULO. 28/05/2000

X - BIBLIOGRAFIA

- AFANASIEV, V. Fundamentos de Filosofia. Rio de Janeiro, 1968. In SODRÉ, Nelson Werneck. **Fundamentos do Materialismo Dialético**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- ALBERTI, Leon Battista. **On the Art of Building in Ten Books**. Cambridge: MIT, 1989.
- ALTHUSSER, L. et all. Dialética e Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1967.
- AQUINAS, Thomas. Great Books of the Western World. Londres: Enciclopedia Britannica, 1952.
- AUGUSTINE. **Great Books of the Western World**. Londres: Enciclopedia Britannica, 1952.
- BERTRAND, Georges. “La Géographie physique contre nature?”. **Herodote – La géographie et as physique**. França. no. 12 (4^o trimestre), 1998, pp. 77-96.
- BORNHEIM, Gerd. “A Descoberta do Homem e do Mundo”. In: NOVAES, Adauto (org.). **A Descoberta do Homem e do Mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 17-53.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Econômica e Capitalismo. Séculos XV-XVIII – Vol.03 – O Tempo do Mundo**. Lisboa: Teorema, 1996. 607p.
- CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.
- DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Ed. Atlas, 1981.
- DOLFUS, Olivier. **O Espaço Geográfico**. 4 ed. São Paulo: Difel, 1982.
- ECO, Humberto. **As Formas do Conteúdo**. 3 ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1999.
- ERIGENA, Joahnnnes Scotus. **Annotations in Marcianum**. Cambrigde: Cambridge Press, 1970.
- ENGELS, F. Ludwig Feuerbach y el Fin de la Filosofia Clasica Alemana. Buenos Aires, 1947. In SODRÉ, Nelson Werneck. **Fundamentos do Materialismo Dialético**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- KONSTANTINOV, F.V. Los Fundamentos de la Filosofia Marxista. México, 1960. In SODRÉ, Nelson Werneck. **Fundamentos do Materialismo Dialético**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- KOPNIN, P.V. **Fundamentos Lógicos da Ciência**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1972.
- KUHN, T. A. **Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1975.
- LANG, Jon. Symbolic Aesthetics in Architeture: toward a reseach agenda. In, NASAR, Jack L. (edt.). **Environmental Aesthetics. Theory, Research & Applications**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, pp. 11-26.
- LÊNIN, V.I. Materialismo y Empirocriticismo. Moscou, 1948. In SODRÉ, Nelson Werneck. **Fundamentos do Materialismo Dialético**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- LUGINBUHL, Yves. “Nature, paysage, environnement, obscurs objets du désir de totalité”. In: ROBIC, Marie-Claire (dir.). **Du Milieu a L’Environnement – pratiques et représentation du rapport homme/nature depuis la Renaissance**. Paris: Economica, 1992, pp. 11-56.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **A Natureza**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- NOHL, Werner. Open Space in Cities: in search of a new aesthetic. In, NASAR, Jack L. (edt.). **Environmental Aesthetics. Theory, Research & Applications**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, pp. 74-83.
- ORTEGA y GASSET, José. História como sistema y otros ensayos de filosofia. **Revista Occidente**. Madri: Alianza Editorial, 1981.

ROBIC, Marie-Claire (dir.). **Du Milieu a L'Environnement – pratiques et représentation du rapport homme/nature depuis la Renaissance**. Paris: Economica, 1992.

ROSENTAL, M. & STRAKS, G.M. Categorias del Materialismo Dialéctico. México, 1958. In SODRÉ, Nelson Werneck (org.). **Fundamentos do Materialismo Dialético**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

ROSENTAL, M. Les Problème de la Dialectique dans Le Capital de Marx. Paris, 1959. In SODRÉ, Nelson Werneck. **Fundamentos do Materialismo Dialético**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SARTRE, Jean-Paul. **O Imaginário**. São Paulo: Ed. Ática, 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Fundamentos do Materialismo Dialético**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968

SPINOZA, Benedict. **Great Books of the Western World**. Londres: Enciclopedia Britannica, 1952.

YAJOT, O. Que es el Materialismo Dialéctico. Moscou, s/d. In SODRÉ, Nelson Werneck. **Fundamentos do Materialismo Dialético**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

XI - APÊNDICE

VOCABULÁRIO FILOSÓFICO

Com o objetivo de facilitar o entendimento do texto, alguns conceitos filosóficos citados ao longo desta tese foram agrupados neste vocabulário. Cabe ressaltar que a fonte para a definição dos conceitos tratados foi:

LALANDE, André. **Vocabulaire technique et critique de la philosophie**. Vol I e II. Paris: Quadrige/PUF, 1999.

As únicas exceções foram às definições de metáfora e metonímia que foram extraídas do Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa (www.uol.com.br/educacao). Os conceitos de desencantamento e reencantamento do mundo foram retirados do sítio www.scielo.br.

- **antropocêntrico:** Que faz do homem o centro do mundo, e considera o bem da humanidade como a causa final do resto das coisas.
- **aparência:** Aspecto de algo; metafórico - toda a apresentação de algo em que o que se considera é diferente da coisa em si.
- **atomismo:** Doutrina filosófica que se preocupa com a matéria formada por átomos, cuja propriedade engendra por composição todos os fenômenos dos corpos sensíveis.
- **categoria:** As categorias são conceitos fundamentais que fundamentalmente no entendimento puro; As categorias são as leis primeiras e irreduzíveis do conhecimentos, as relações fundamentais que determinam a forma e o registro do movimento.
- **causalidade:** Qualidade da causa; relação atual de uma causa e seu efeito.
- **coisa:** Linguagem corrente onde esta palavra designa tudo que pode ser pensado, suposto, afirmado ou negado.
- **coletivo:** Representação singular e concreta de uma pluralidade de indivíduos; propriedade de um conjunto de indivíduos reunidos.
- **desencantamento do Mundo:** Idéia desenvolvida por Max Weber que trata da desmistificação da realidade e da natureza.
- **epicurismo:** Doutrina filosófica criada por Epicuro que comporta uma moral baseada na sobriedade no prazer.
- **empirismo:** Doutrina filosófica que nega a existência de axiomas, onde o princípio do conhecimento lógico se dão a partir da experiência.
- **estoicismo:** Doutrina Filosófica que afirma a racionalidade e materialidade do universo, onde a capacidade do homem de pensar, projetar e falar está incorporada ao universo. O homem pode alcançar a sabedoria se harmonizar sua racionalidade com a natureza.
- **estética:** O que concerne ao bonito; o que apresenta um caractere de beleza.
- **fetiche:** Uso e culto de pequenos objetos materiais considerados como encarnação ou meio como se dá a correspondência de um espírito, conseqüentemente possui um poder mágico.
- **homem:** *homo faber* = o homem que fabrica; *homo oeconomicos* = o homem cuja ação é determinada pelos interesses econômicos; *homo sapiens* = primeira das espécies do reino animal na classificação de Lineu.
- **humanismo:** Esforço para revelar a dignidade do espírito humano e valorizar sua cultura.

- **ideal:** Que constitui uma idéia, ou das determinações de uma idéia; ideal platônico; que apresenta certos caracteres de elevação estética, moral ou intelectual.
- **idealismo:** Tendência da filosofia a remeter toda a existência ao pensamento
- **ideologia:** Pensamento teórico que crê se desenvolver abstratamente sobre seus próprios dados, mas que é em realidade a expressão de fatos sociais, particularmente fatos econômicos.
- **imagem:** Reprodução, concreta ou mental, que é percebida pela visão.
- **indivíduo:** Um objeto de pensamento concreto, determinado, formando um todo reconhecível; Ser vivente cujas partes cooperam de uma maneira durável.
- **intenção:** Fim que se propõe atender em razão de um ato.
- **metáfora:** (Aurélio) Tropo que consiste na transferência de uma palavra para um âmbito semântico que não é o do objeto que ela designa, e que se fundamenta numa relação de semelhança entre o sentido próprio e o figurado.
- **metonímia:** (Aurélio): Tropo (emprego da palavra ou expressão em sentido figurado) que consiste em designar um objeto por palavra designativa doutro objeto que tem como o primeiro uma relação de causa e efeito (trabalho, por obra), de continente e conteúdo (copo, por bebida), lugar e produto (porto, por vinho do Porto), autor e obra (Camões, por um livro de Camões), etc.
- **ontologia:** Parte da filosofia que especula sobre o ser enquanto ser; estudo do conhecimento de que se tem das coisas em si mesmas.
- **reencantamento do mundo:** Idéia desenvolvida por Walter Benjamim onde a sociedade capitalista opera uma nova mitificação da realidade, mediada pela fetichização da mercadoria.
- **satisfação:** O ato de fazer suficiente, ou o resultado deste ato; por consequência, uma demanda, uma tendência, uma necessidade chega ao seu fim.
- **semiologia** ou **semiótica:** Ciência que estuda a vida dos signos no seio da vida social; forma uma parte da psicologia social e, por consequência da psicologia geral.
- **sensualismo:** Doutrina a partir da qual todo o conhecimento vem das sensações.
- **símbolo:** O que representa outra coisa em virtude de uma correspondência analógica.
- **significação:** Função dos signos; o que um signo representa; senso de uma palavra, de uma frase, etc.
- **signo:** Objeto material, figura ou som, tomando lugar de uma coisa ausente ou impossível de ser percebida.
- **simbólico:** Que emprega os símbolos, ou que constitui um símbolo, nos diversos sentidos desta palavra; que não passa seu valor ou seu efeito por ele mesmo, mais como uma lembrança a outra teologia: Ciência de Deus e de seus atributos, de suas relações com o mundo e com o homem.
- **sociedade:** conjunto de indivíduos entre os quais existe relações organizadas e serviços recíprocos; o grupo humano (tribo, família, cidade, nação, etc.) conhecido como uma realidade distinta.
- **técnica:** Conjunto de procedimentos bem definidos e transmissíveis, destinados a produzir certos resultados julgados úteis; métodos organizados que repousam sob um conhecimentos científico correspondente.
- **tecnologia:** Estudo de procedimentos técnicos , em geral e na sua relação com o desenvolvimento da civilização.
- **teleologia:** Estudo de uma finalidade no senso qualquer desta palavra; Doutrina filosófica que considera o mundo como um sistema de relações entre meios e fins; Finalidade.
- **totalidade:** O conjunto completo dos elementos que formam um todo.

- **valor:** Caractere das coisas consistente em ser mais ou menos estimadas e desejáveis por um sujeito, ou mais comumente, por um grupo determinado de sujeitos.
- **virtual:** No sentido de uma fábula: que é simplesmente possível num certo sujeito - como o bloco de mármore que é virtualmente Deus, mesa ou vaso.